



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PROPPG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS**  
**CAMPUS JORGE AMADO- ITABUNA**

**GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM ESTUDO COMPARATIVO NOS CURSOS DE  
GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE ITABUNA**

**ITABUNA**

**2021**

**GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM ESTUDO COMPARATIVO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE ITABUNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais- PPGER, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Orientadora:** Prof. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto

**ITABUNA**

**2021**

**Catálogo na Publicação (CIP)  
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)  
Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

T266e Teixeira, Gilsária de Jesus, 1973-

Educação antirracista: um estudo comparativo nos cursos de graduação da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna / Gilsária de Jesus Teixeira. – Itabuna: UFSB, 2021. - 194f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2021.

Orientadora: Dra. Ana Cristina Santos Peixoto.

1. Racismo na educação. 2. Discriminação no ensino superior Antirracismo – Itabuna (BA). I. Título.

CDD – 370.11

**Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922**



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER /  
CAMPUS JORGE AMADO - CJA  
MESTRADO PROFISSIONAL



GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA

## GUIA BÁSICO PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS

Produto final, apresentado a Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra/e em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Local, Itabuna 03 de setembro de 2021.

**Professora Doutora Ana Cristina Santos Peixoto-UFESB**

Presidenta

**Professor Doutor Gabriel Nascimento dos Santos-UESB/UFESB**

Examinador externo

**Professor Doutor Guilherme Foscolo de Moura Gomes -UFESB**

Examinador Interno

ITABUNA

2021

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **Maria Domingas de Jesus e Orlando dos Santos Teixeira**, por sempre confiarem em mim, preocupados com minha formação. Ao meu querido esposo **Valtemir Arcanjo do Nascimento** por todo amor, carinho.

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelo dom da vida e por me deixar concretizar tantos sonhos ao longo de minha vida. Obrigada Senhor, pela minha humildade em querer vencer honestamente, por me consentir errar, aprender e crescer com muita dedicação e persistência. Agradeço-te imensamente por Sua eterna compreensão e condescendência, por Seu amor incondicional, pela Sua voz “oculta” que não me admitiu abandonar e desistir e, principalmente, por ter escolhido para mim um esposo e uma família tão especiais, eu te agradeço.

Aos meus pais **Maria Domingas de Jesus e Orlando dos Santos Teixeira**, agradecimento muito especial pelos ensinamentos, amor, carinho, amparo, parceria e vontade de me ver realizada. Agradeço a vocês pela mulher que sou, pela educação que me deram com tanto apreço. Sinto orgulho de ter meu pai e minha mãe tão amorosos incondicionalmente, sempre ao meu lado.

Ao meu esposo, amor de minha vida, **Valtemir Arcanjo do Nascimento** que com tanta admiração, companheirismo, nos momentos difíceis está sempre comigo me apoiando, sem cobranças e exigências. Sempre do meu lado aos domingos e feriados me incentivando a escrever e a persistir na realização de um sonho. Não tenho palavras e não sei como te agradecer da forma como você merece. Muitíssimo obrigada por ser esse homem determinado e sonhador com tanto otimismo de forma contagiante. Você é uma parte de mim.

A minha sobrinha/filha que amo demais **Priscilla de Jesus Teixeira Dias** por me incentivar com palavras sublimes, de amor e fé, por organizar meus materiais de estudos e torcer por mim sempre se espelhando nos meus passos. Gratidão por ser sua referência, minha princesa.

A minha orientadora **Ana Cristina Santos Peixoto** pela orientação motivadora, pela competência ímpar, por me dar força quando tudo parecia difícil, com tanto profissionalismo e dedicação. Obrigada por acreditar em mim, pela sua paciência e que de forma leve foi me orientando na realização desse sonho. Tenho absoluta

certeza que nossa amizade passará da relação orientadora e orientanda. Sem seu apoio não chegaria neste nível. Será sempre, minha mestra amiga.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Relações Étnicas Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB- Campus Jorge Amado.

Aos membros da **banca examinadora Guilherme Fóscolo de M. Gomes e Gabriel Nascimento dos Santos**, pelas brilhantes contribuições de melhoria na construção da pesquisa.

Ao Diretor da UniFTC unidade de Itabuna, Professor **Kaminsky Mello Cholodovskis** por prontamente permitir que a pesquisa fosse realizada e me apoiando de imediato para desenvolvê-la.

A Assessora Acadêmica da UniFTC, Professora **Ana Lúcia Bomfim Lima** por torcer por mim e me apoiar nos ajustes e minha disponibilidade de horários para que eu pudesse fazer o mestrado.

A Professora e Coordenadora do curso de Direito, **Raildes Pereira Santos** pelo apoio incondicional na realização da pesquisa no curso de Direito, sempre disponibilizando materiais de leitura e eventos. Desde que fui sua aluna, sempre se mostrou preocupada com minha formação. Você me inspira, filha. Meu muito obrigada.

A Professora Coordenadora do curso de Enfermagem **Sharon Shyrley Weyll Oliveira** por me incentivar na realização de minha pesquisa no respectivo curso e motivando alunos e professores para responder ao questionário da pesquisa. Amiga para lá de especial.

Aos **alunos do 4º e 8º** semestres dos cursos de Direito e Enfermagem pela participação na pesquisa, sou grata

Ao Professor **Ícaro Emanuel Vieira Barros de Freitas** por toda consideração e apoio nos momentos de compartilhar materiais de leitura extremamente importantes para realização de minha pesquisa.

Ao Professor **Silas Silva Santos** por todo apoio na orientação da tabulação dos dados da pesquisa, amigo especial.

A todos os **Professores do curso de Direito e Enfermagem da unidade Itabuna**, que sem hesitarem, responderam ao questionário da pesquisa e me enviaram prontamente em tempos de pandemia meio a tantos compromissos. Muito grata.

E, não menos importante, a Professora querida e amiga **Lucicléia S. S. Passos**, que sempre se empenhou em me mostrar a importância do Mestrado. Informou-me sobre a abertura do Edital de seleção, me orientou de uma forma ímpar. Muitíssimo obrigada por você ser essa pessoa tão especial, temente a Deus. Peço a Ele pela sua vida todos os dias. Gratidão minha amiga. Obrigada por tudo.

Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.

Lélia Gonzalez.

## RESUMO

O Brasil é um país que, supostamente, vivencia uma democracia racial. À luz dessa concepção brancos e negros convivem pacificamente, sem discriminação e tendo as mesmas oportunidades. Esse mito é um dos fatores que dificultam o combate ao racismo, que se mostra velado, artil e doloroso e costuma ocorrer nas mais diversas esferas de convívio social. Em face disso, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar se existe racismo numa instituição privada de ensino superior da cidade de Itabuna. A hipótese que alicerçou essa pesquisa é a de que o racismo na referida instituição de ensino parece ser escamoteado. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, do tipo qualitativa que teve como sujeitos de pesquisa docentes e discentes dos cursos de Direito e Enfermagem de uma IES privada do município de Itabuna, no sul da Bahia. Fundamentam esta pesquisa os constructos teóricos de Almeida e Ribeiro (2019), Ribeiro (2019), Munanga (1999, 2005, 2007), Gomes (2001, 2002, 2012), entre outros. Os resultados revelaram que os sujeitos da pesquisa reconhecem que o Brasil não é uma democracia racial e que a discussão, o debate, além da inclusão de disciplinas específicas para tratar do racismo são as estratégias pedagógicas antirracistas apontadas por professores e alunos como as mais adequadas para serem implementadas na IES pesquisada.

.

**Palavras-chave:** Educacao Antirracista. Racismo. UniFTC

## RESUMEN

Brasil es un país lo cual supuestamente vivencia una democracia racial. A la luz de esta concepción blancos y negros conviven pacíficamente sin discriminación y teniendo las mismas oportunidades. Ese mito es uno de los factores que dificultan el combate al racismo que se muestra velado, ardil y doloroso y suele ocurrir en los más diversos sitios de convivio social. Delante de eso, esta investigación tuvo como objetivo general investigar si existe racismo en una institución de enseñanza superior privada en la ciudad de Itabuna. Bahia. La hipótesis en que se basa esta pesquisa es la de que el racismo en la referida institución parecer ser encubierto. Se trata de una pesquisa de naturaleza descriptiva, del tipo cualitativa la cual tuvo como sujetos participantes los profesores y los estudiantes de los cursos de Derecho y Enfermería de una IES privada de la ciudad de Itabuna, en Sur de Bahia. La pesquisa está basada en las ideas de Almeida y Ribeiro (2019), Ribeiro (2019), Munanga (1999, 2005, 2007), Gomes (2001, 2002, 2012), entre otros. Los resultados muestran que en Brasil no hay democracia racial y que la discusión, el debate, además de la inclusión de asignaturas específicas para tratar del racismo, son las estrategias pedagógicas antirracistas apuntadas por profesores y estudiantes como las más adecuadas para que sean implementadas en la IES estudiada.

**Palabras-clave:** Educación antirracista. Racismo. UniFTC

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Diferença salarial entre negros e brancos.....	94
Gráfico 2 - Tempo de estudo de jovens negros.....	95
Gráfico 3- Tempo de estudo de jovens brancos.....	96
Gráfico 4- Média dos estudantes negros que não concluíram o E. Fundamental.....	97
Gráfico 5- Jovens brancos que concluíram o Ensino Fundamental.....	98
Gráfico 6- Percentual de jovens negros assassinados.....	99
Gráfico 7- Percentual de jovens brancos assassinados.....	101
Gráfico 8- Idade dos educadores.....	131
Gráfico 9- Gênero dos educadores.....	132
Gráfico 10- percepção sobre ser negro ou branco na universidade.....	132
Gráfico 11- Professores negros na universidade.....	133
Gráfico 12- Perfil étnico dos professores.....	134
Gráfico 13- percepção sobre racismo na universidade.....	135
Gráfico 14- Discriminação de docentes.....	136
Gráfico 15- Preconceito racial contra professores.....	136
Gráfico 16- Percepção sobre aprendizagem dos alunos negros.....	137
Gráfico 17- Ensino de questões étnico raciais .....	138
Gráfico 18- Sexo dos alunos.....	140
Gráfico 19- Identificação racial dos alunos.....	141
Gráfico 20- Semestre que o aluno está cursando.....	142
Gráfico 21- Autodeclara-se racista.....	142
Gráfico 22- Possui amigos racistas.....	143
Gráfico 23- existe racismo na universidade?.....	144
Gráfico 24- racismo na universidade.....	144
Gráfico 25- prática de racismo contra professor ou colega.....	145
Gráfico 26- Discussão sobre o racismo.....	146
Gráfico 27- Disciplina para tratar do racismo.....	146
Gráfico 28- Denúncia de atitudes racistas.....	147

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Meus pais.....	25
Figura 2- Fachada do Colégio Estadual Armando Freire.....	27
Figura 3- Fachada do Centro Integrado Oscar Marinho Falcão- CIOMF.....	28
Figura 4- Fachada do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães.....	32
Figura 5-1º dia de aula na Universidade Federal do Sul da Bahia.....	40
Figura 6-1ª Aula da disciplina Tópicos Especiais: decolonialidade estética e subjetividades.....	41
Figura 7- Porão de um navio negreiro no Brasil Colonial (pintura de Johann Moritz Rugendas).....	43
Figura 8- Castigos aos quais os negros eram submetidos.....	58
Figura 9- Escrava Anastacia.....	60
Figura 10- Mercado de escravos.....	63
Figura 11- Vida dos negros após a lei Áurea.....	83
Figura 12- Fachada da UniFTC.....	128

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. MEMORIAL.....</b>	<b>23</b>
1.1 RESISTÊNCIA E LUTA: EM BUSCA DE SUPERAÇÃO	23
<b>2. RAÍZES HISTÓRICAS DE UM PASSADO QUE SENTIMOS NA PELE.....</b>	<b>42</b>
2.1. A CICATRIZ DA COR.....	42
2.2. HISTÓRIA DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL.....	52
2.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL.....	67
<b>3.QUAL É A COR DOS BRASILEIROS?.....</b>	<b>81</b>
3.1. EDUCAÇÃO TEM COR?.....	91
3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA LEI 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003.....	105
3.3 O NEGRO NA UNIVERSIDADE: A QUESTÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS.....	112
<b>4. DESCONSTRUINDO O RACISMO: PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>124</b>
4.1. TIPO DE ESTUDO.....	124
4.2 CENÁRIO DE ESTUDO.....	124
4.3 SUJEITOS DE ESTUDO.....	127
4.4 INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS .....	128
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	128
4.6 ASPECTOS ÉTICOS E RISCO DA PESQUISA.....	128
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>130</b>
5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS QUALI/QUANTI NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES.....	131
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS QUALI/QUANTI NA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES.....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>164</b>
APÊNDICE A- PROJETO DO ENCONTRO COM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA FTC.....	165
APÊNDICE B- CARD DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO 1º ENCONTRO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA 2018.....	176
APÊNDICE C – FOTOS DO I ENCONTRO COM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....	177
APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES...	182

APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS.....	184
ANEXOS.....	187
ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO.....	188

## INTRODUÇÃO

*“Quando o prazer entreabria  
Seus lábios de roxo lírio,  
Ela fingia o martírio  
Nas trevas da solidão.  
Os alvos dentes nevados.  
Da liberdade eram mito,  
No rosto a dor do aflito,  
Negra a cor da escravidão”.*  
Luiz Gama, 1861<sup>1</sup>

O trecho do poema de Luiz Gama, posto em epígrafe, faz alusão a um grave problema que costuma ser comum em muitas sociedades: o racismo. A crença de que a cor da pele torna alguém superior ou inferior a outrem, sempre tem levado o homem a situações de conflito. Destaca-se, contudo, que nas sociedades modernas os atos explícitos de discriminação racial e étnica, além de condenados, são proibidos por lei. Esta informação faz supor que, em virtude das leis condenatórias, o racismo seria, em tempos pós-modernos, algo praticamente extinto. Observa-se, entretanto, que a realidade é bem oposta. Quase não se nota mais o racismo agressivo, militante, mas um racismo velado, disfarçado, sutil. E no Brasil, quando se fala em preconceito, a figura mais discriminada é a do negro, mas, é de conhecimento de todos que há preconceito em relação a nordestinos, a índios, entre outros.

É de grande conhecimento da sociedade que, ilusoriamente, o Brasil sempre foi tido como um país onde não existe preconceito, ou melhor, a sociedade vive e respira o mito da democracia racial. Nesse sentido, o tema do racismo voltou a ser discutido veementemente após a aprovação da política de cotas para negros nas universidades públicas. Porém, é inegável que o racismo tem raízes históricas por meio de um passado sombrio que a população afro-brasileira viveu durante todo o período da escravidão.

De acordo com Nascimento (1978),

---

<sup>1</sup> Poema minha mãe.

Erigeu-se no Brasil o conceito de democracia racial, segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial 'constitui o maior motivo de orgulho nacional' (...), no entanto, "devemos compreender democracia racial como significado a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid na África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, p. 41 e 92).

Considerando essa discussão, o país vive uma falsa ideia de igualdade racial entre negros e brancos e diferentes etnias. Desde a abolição da escravatura em 1888, o Brasil assumiu que, independentemente de raça e origem, todos seriam tratados com igualdade de direitos. Essa "máxima" que o país é democrático e igualitário, sem quaisquer tipos de discriminação perdura por muito tempo. Esse mito foi derrubado em 1995 quando a nação reconheceu, oficialmente, a existência do racismo (TRAGTENBERG, 2003). Esse reconhecimento, fruto inequívoco da mobilização negra, denunciante das desigualdades sociais derivadas de preconceito, tornou obrigatória a adoção de políticas públicas específicas pelo governo, a fim de que esses setores historicamente discriminados fossem alavancados ao patamar da igualdade. Segundo Ribeiro (2019, p.21)

O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão. (RIBEIRO, 2019, p.21)

Com efeito, em pleno século XXI, os problemas são ainda maiores no que tange ao racismo, institucionalizado nos espaços sociais, mais precisamente nas instituições de ensino.

Diante dessas nuances, as escolas, as universidades, que são espaços de fomento à cultura e propagação do conhecimento, são responsáveis por transformar os discursos de ódio, preconceito e discriminação direcionados à população negra. Certamente, a dificuldade de inserção dos estudantes - que são oriundos de periferia e de classes menos favorecidas - nas escolas, faculdades e universidades do Brasil, para realização de sonhos almejados por eles e suas famílias, não se concretiza, não por falta de vagas ou por falta de estrutura, mas por carência de permanência

dos negros nas universidades, devido ao racismo, à hostilidade e ao ódio proferidos por pessoas que se intitulam superior aos estudantes. Além disso, é preocupante a falta de permanência desses estudantes negros nos espaços escolares e a conclusão do curso nas instituições de ensino superior, pois tamanha são as desigualdades de tratamento e equidade social nos espaços acadêmicos sofridos por eles. Isso inclui o discurso preconceituoso por alguns grupos de professores, incluindo aqui a sua formação docente, escolha do currículo, materiais didáticos, metodologias aplicadas em sala de aula, etc. Sobre isso, é importante destacar que

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade de lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 2005, p. 16)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), o Brasil desde a Constituição de 1988 tenta concretizar uma espécie de Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, entretanto, o país é atravessado por atitudes e práticas individualizadas de preconceito, racismo e discriminação da população afrodescendente, que historicamente enfrenta grandes dificuldades dos estudantes de permanecerem nas escolas.

Francisco Junior (2008, p.401) apresenta dados de 1900 e 1965, os quais mostram a superioridade dos brancos em relação à população negra no tocante à média dos anos de estudo.

Enquanto 60% dos estudantes brancos na faixa etária de 15 a 17 anos cursavam o Ensino Médio, apenas 32% dos estudantes negros da mesma faixa etária estavam no Ensino Médio. Além disso, 84% dos jovens negros de 18 a 23 anos de idade não haviam completado o Ensino Médio, contra 63% dos jovens brancos. O analfabetismo, em 2001, atingia 18,2% da população negra com mais de 15 anos, enquanto o analfabetismo da população branca era de menos da metade, 7,7%. Quanto ao Ensino Superior, os dados são ainda mais discrepantes. Na faixa de 20 a 24 anos, 53,6% de estudantes brancos encontravam-se na universidade. Já, para os negros, esse número correspondia a 15,8%. (FRANCISCO JUNIOR, 2008, p. 401)

Sendo assim, é inegável que a deformidade histórica pela qual passou a população negra se conjectura até os dias atuais, apesar de sabermos que a pobreza não distingue gênero, cor da pele, idade, sexo. É notório que a educação constitui um dos principais mecanismos que um ser humano tem de crescimento e ascensão social, e o papel das instituições de ensino é estimular a formação de valores que respeitem as diferenças e as características próprias dos grupos marginalizados, fomentando a ampliação de caminhos para o crescimento pessoal e profissional dos indivíduos.

Contrariamente, se analisarmos a questão racial como um fator relacionado única e exclusivamente com o sistema educacional, veremos que os estabelecimentos de ensino são responsáveis pelos discursos, pelas ações e atitudes de todos os envolvidos no processo educacional. Essa reponsabilidade perpassa o tripé- ensino, pesquisa e extensão- a construção do currículo, a formação continuada dos professores, debates e discussões nos espaços acadêmicos.

Nas universidades e até mesmo nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, observamos que quase não há oferta de disciplinas nos cursos de graduação ou nos currículos escolares que trabalhem com a valorização e a cultura negra, o que se presencia são disciplinas sendo ofertadas apenas para a formação técnica e profissional dos estudantes. Possivelmente, oferta-se uma ou outra disciplina que trate superficialmente da cultura e da história africana, com uma baixa carga horária mesmo após a implementação, no âmbito federal, da Lei 10.639/2003 de 09 de janeiro de 2003, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da qual se torna obrigatório o ensino da História e culturas africanas e afro-brasileiras.

É evidente que a construção do currículo é complexa e sistemática, leva-se em consideração os aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos que ele representa, mas, é justamente por isso que é necessária a valorização de um currículo que envolva as disparidades raciais que ocorrem no Brasil vivenciada por milhões de brasileiros que sofrem com as discriminações e preconceitos raciais fora e dentro das instituições de ensino.

Em função disso, escuta-se diariamente que o Brasil é um país democrático, sem preconceito racial, mas vive-se um cotidiano de terror e medo na academia por meio de atitudes racistas, ora de forma sutil, escamoteada, ora de maneira clara.

Essas aterrorizações se dão desde o momento do ingresso dos alunos nas instituições de ensino superior, alunos esses oriundos de escolas públicas, das periferias do país, os quais ingressam por meio de políticas públicas de fomento ao ensino, na escolha da liderança na sala de aula, na divisão do trabalho em grupo, nos projetos como um todo, apresentação de trabalhos, entre outros. Dessa maneira, as relações interpessoais nos espaços acadêmicos são permeadas por discursos sutis e velados que provocam o humor, como piadas, mas que são carregados de intencionalidade racista. A partir disso, ocorre o silenciamento acobertado pelo discurso de que todos são iguais.

Apesar de existirem leis condenatórias, como é o caso da nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 quando determina no artigo 3º, inciso XLI que, “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e no artigo 5º, inciso XLI, que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”, ainda assim, não é suficiente para combater os crimes de racismo que ocorrem frequentemente.

Outrossim, não se vê alguém ir preso no Brasil, embora existam leis condenatórias ressaltando que o crime de racismo é inafiançável. Entende-se ainda que, se o estado aplicar a pena de reclusão apenas como punição não resolveremos os problemas das questões raciais, porque o alvo das abordagens da polícia se estiverem presentes um negro e um branco, é exatamente o negro que será abordado e preso primeiramente.

Portanto, mediante estudos e discussão acerca das raízes históricas do preconceito racial no Brasil e para saber se o racismo perpassa as instituições de ensino superior, resolvemos desenvolver esta pesquisa intitulada “Educação Antirracista: Um estudo comparativo nos cursos de graduação da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna”. O estudo teve como questão norteadora a seguinte indagação: Existe preconceito racial dentro da faculdade, locus dessa pesquisa? Por que há essa crença que o país é uma nação democrática e sem problemas raciais?

Sendo assim, o estudo teve como objetivo geral investigar se existe racismo dentro da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna, por julgar que nos últimos tempos, as instituições de ensino superior têm vivenciado momentos de

“escamoteamento do racismo”. Isso nos levou a crer que os caminhos do racismo epistêmico surgem não apenas nas restrições ao acesso de negros e negras nas universidades, mas também por meio de atos sutis e velados que ocorrem com frequência. Nesse sentido, elencou-se como objetivos específicos da pesquisa: contribuir para a construção de uma educação antirracista e fazer um levantamento, por meio de aplicação de questionário, para saber se existe racismo dentro da faculdade locus da pesquisada.

A relevância do estudo reside no fato de se buscar, através da produção de conhecimento científico, subsídios teóricos que ajudem a desconstruir o discurso de que no Brasil não há racismo, de modo a tentar dirimir o preconceito velado contra os negros dentro das universidades. Para a fundamentação teórica recorreu-se à literatura e autores que contemplem o tema em questão, tais quais: Kabenguele Munanga, Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Franz Fanon, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Silvio de Almeida, Maria Aparecida Silva Bento, Vera Candau, Petrônio Domingues, dentre outros.

A pesquisa estruturou-se em quatro capítulos. O primeiro trata da trajetória acadêmica da pesquisadora e sua relação com o objeto da pesquisa, ou seja, o Memorial. O segundo capítulo trata das raízes históricas do preconceito racial no Brasil, bem como traz uma abordagem sobre o mito da democracia racial e a miscigenação do povo brasileiro. O terceiro capítulo refere-se à miscigenação da sociedade brasileira, onde indagamos qual é a cor dos brasileiros? Além disso, discutem-se as políticas públicas para uma educação antirracista e a questão dos estudantes negros nas universidades do Brasil. No quarto capítulo aborda-se a área da pesquisa, análise dos dados e a contribuição para uma educação antirracista com enfoque no Guia Antirracista por meio dos dados obtidos.

Diante da estrutura de divisão dos capítulos, a investigação compreendeu três momentos metodológicos em seu percurso. Em um primeiro momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica para ter contato com referenciais teóricos já analisados como livros, periódicos, Web sites, artigos e demais conteúdos científicos que tratam sobre a temática da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2006), a pesquisa bibliográfica tem como colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Trabalhou-se também com uma abordagem qualitativa e descritiva, objetivando descrever fatos e fenômenos e, além disso, para

validar estatisticamente a hipótese dessa pesquisa, trabalhamos com dados mensuráveis e quantificáveis acerca do objeto de estudo.

De acordo com Fonseca (2002, p. 7)

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. (FONSECA, 2002, p. 7)

Após a leitura e apropriação de conhecimento sobre o assunto, realizou-se a pesquisa quantitativa, de abordagem descritiva com a aplicação de questionário para docentes e discentes dos cursos de Enfermagem e Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna/Bahia, através do Ambiente de Aprendizagem Virtual da instituição, a saber a Plataforma Blackboard. Foram selecionados 10 docentes, sendo 5 do curso de Enfermagem e 5 do curso de Direito. Já em relação aos discentes, foram selecionados 20 alunos, sendo 10 do curso de Enfermagem e 10 do curso de Direito, em virtude desses cursos possuírem o maior quantitativo de alunos e docentes.

O questionário foi aplicado via Formulário Google por meio de link disponibilizado aos participantes no ambiente virtual de aprendizagem da IES, contendo 12 perguntas, sendo 11 fechadas e 01 aberta. Ainda nesse momento, foram buscados conteúdos relacionados à instituição analisada e dados do perfil dos docentes e discentes desta. O procedimento da pesquisa se desenvolveu da seguinte maneira: levantamento e leitura de textos teóricos que discutiram o racismo na contemporaneidade; aplicação do questionário do Google Forms disponibilizado por meio de link na Plataforma Blackboard; análise e reflexão do questionário à luz de referenciais teóricos; levantamento do número de docentes pretos e pardos; proposta para uma educação antirracista; compilação da pesquisa, ajustando o texto teórico e análises para elaboração do Guia Educativo. Em um terceiro momento, após a coleta das informações houve a tabulação e análise dos dados com base na fundamentação teórica utilizada na pesquisa, partindo-se dos relatos dos participantes, para saber se existe racismo na instituição.

## 1. MEMORIAL

### 1.1 RESISTÊNCIA E LUTA: EM BUSCA DE SUPERAÇÃO

Eu, Gilsária de Jesus Teixeira, darei início a este memorial apresentando a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional com o objetivo de evidenciar o quanto às questões étnico-raciais cruzam a minha caminhada e minha história, fazendo com que a trajetória desse mestrado fosse também um caminho de descobertas e redefinição de minhas características intransponíveis.

Conforme afirma Ângela Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Dessa forma, por meio da declaração da Ângela, eu os convido a se movimentar no túnel do tempo de minha história e a refletir sobre as divisões estabelecidas no contexto social brasileiro, rompendo com o silêncio que me foi imposto enquanto mulher negra por meio de meus traços, meu fenótipo.

Inicialmente, para falar de mim, preciso relatar brevemente a história de vida da minha mãe, Maria Domingas de Jesus. Minha Rainha - é assim que eu a chamo - é mulher negra, tem 75 anos, até os 65 foi uma mulher guerreira, se não fosse acometida por um AVC. Profissão? Lavadeira, tiradora de areia, doméstica, do lar. Lembro-me muito bem de que, quando eu era criança, ela me levava para acompanhá-la até as margens do Rio Cachoeira aqui em Itabuna/BA. O rio, na década de 80 e 90, era abundante em águas correntes e muitas mulheres, nessa época, aproveitavam a dádiva da natureza para lavar; lavava-se de tudo, roupa, louça, etc., mas nas horas vagas minha rainha era doméstica, entregava a roupa lavada e passada e já ficava por lá mesmo, na casa da patroa.

Uma certa vez, nessas idas e vindas acompanhando minha rainha na casa de uma das patroas, ela entregou a roupa passada, limpou a casa, lavou banheiro, área de serviço, terminou as atividades do dia. A patroa levantou-se da poltrona e disse com muita naturalidade - *“agora que você terminou, vá limpar a casa da minha sogra que ela está te esperando, pessoas negras como você são fortes, não cansam”*. De forma muito simples minha rainha respondeu “sim senhora”. Era perceptível que minha rainha não tinha instrução, para ser mais precisa, ela não é alfabetizada, mas, tinha a certeza que os seus filhos um dia seriam de alguma forma, por isso

justificava a sua resposta subalterna ao discurso da patroa. O discurso da patroa proferido naquele momento era um discurso de poder, de manutenção de heranças coloniais de dominação, de um preconceito racial oriundo de um espaço de poder recheado da ignorância que assola a sociedade brasileira. De acordo com Djamila Ribeiro (2017),

A linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora. (RIBEIRO, 2017, p. 17)

A partir da fala da estudiosa, por meio da linguagem dominante, os discursos proferidos podem acarretar a manutenção de um poder que desvia as pessoas de suas chances em seus espaços. A autora relata a dificuldade dos brancos em ouvir, por conta do desagrado que as vozes silenciadas produzem, do atrito que é provocado quando se rompe com a voz única.

Voltando à história de minha Rainha, ela não teve conhecimento das oportunidades, que por uma questão de expectativa de vida, todos nós suponhamos um dia ter na vida, quiçá ser alfabetizada para refutar qualquer tipo de preconceito e humilhação que viria a sofrer. E, pela negritude de minha mãe e sua luta constante para que os filhos não passassem pelo que ela passava, se assujeitou às ordens coloniais e de um sistema muito injusto e cruel. Esse era meu espaço social de convivência, arrodada dos discursos hegemônicos e subalternizado ao lado de minha mãe.

Voltando à história da limpeza da casa da sogra, eu, nos meus 12 anos de idade, não entendia muita coisa, mas aquele discurso me impactou de uma tal maneira que eu fiquei muito triste, mas muito mesmo, porque minha mãe estava visivelmente cansada naquele momento e eu, na condição de filha, fui ajudá-la com toda força que eu tinha. Tive raiva, um sentimento de tristeza ao ver minha rainha, às tantas da noite, naquela situação. No fundo, eu sabia que ela suportava aquilo tudo para que um dia eu pudesse transformar aquela realidade, entretanto, era perceptível que minha mãe abria mão de si mesma, recuava sempre, cedia, tudo estava aparentemente muito certo para ela; ela não tinha voz, não tinha o direito de

refutar nem para dizer que estava cansada. Isso não era bom. De acordo Gayatri Spivak (2010, p.15), “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade”. A partir da fala da autora indiana, compreendi a necessidade de trabalhar no sentido mais amplo da palavra.

O sujeito subalterno na definição de Spivak é aquele

pertencente às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (SPIVAK, 2010, p.12)

Escrevendo essas memórias, confesso: não é fácil falar de minhas resistências porque sou perpassada pela emoção que me toma os sentimentos. Mas, vamos tentar.

Mediante anos nessa situação, após os discursos coloniais e hegemônicos que atravessavam a minha história, ouvindo e vivenciando com minha mãe essa subordinação, fui dando conta de mim, do que eu era e do que eu poderia ser e fazer para combater o racismo estrutural que ora era explícito, ora escamoteado, mas que silenciava e abafava o grito de minha rainha. Diante de tudo, comecei a entender que era preciso ser insubmissa àquela situação, mas faltava-me ainda a consciência étnico-racial, não conseguia ainda pensar nessas questões de forma racial. Entretanto, a construção da minha identidade negra já iniciava de forma tímida; eu já tinha uma noção de que um dia eu mudaria a minha história. A resistência de minha Rainha valeu muito durante anos para que hoje eu pudesse relatar as minhas escrevivências nesse momento relevante de minha vida.

**Figura 1:** Meus pais



**Fonte:** Foto de acervo pessoal

Recordar minhas histórias é revisitar os percalços sofridos por uma criança negra, muito pobre, da periferia e cheia de perspectivas. As minhas escrivências são dolorosas, mas que me fizeram lutar, resistir e não desistir. Durante toda a minha infância até a fase adulta sempre vivi numa situação de subalternidade, para comer e dormir eu tinha desde muito nova, ou melhor, quando criança, eu tinha que lavar e passar nas casas dos vizinhos. Morava numa casa de tábua e volta e meia entrava água quando chovia forte ou o Rio Cachoeira transbordava. Por conta disso, perdi, lamentavelmente, uma irmã porque adquiriu uma febre e, conseqüentemente, pneumonia, ao dormir num pedaço de colchão molhado. A sensação que eu tinha era de que a vida que minha mãe levou seria herdada em parte por mim. E, assim teria que ser nesse período de minha vida.

Meus pais por serem pobres, sem condições de manter a família sozinhos permitiu que eu, com dez anos de idade, fosse trabalhar como empregada doméstica. Eu não compreendia por que as crianças, filhos da patroa, brincavam e eu tinha que cuidar delas sem tocar nos seus brinquedos. O leitor pode pensar que eu fui trabalhar criança para ajudar nas despesas da casa, esse era o objetivo principal, mas não se engane, trabalhei também em troca de ganhar meus livros e meu uniforme da escola, porque já sabia que somente estudando poderia mudar esse quadro, o objetivo foi então alterado, logo que me dei conta mesmo tão pequena, tão inexperiente, mas com tamanha responsabilidade de me transformar e de mudar minha história. Não tinha salário algum. Minha patroa dizia que eu tinha a força da minha mãe para trabalhar, lembro bem a frase: *“pessoas negras como você são fortes, não cansam”*, é isso mesmo, eu tinha a força da criança negra, forte e pobre, visando um dia ser alguém na vida, como diz, minha rainha. Importa dizer que eu sempre frequentava a escola com assiduidade, foi um pedido da minha mãe, ela diz até hoje que um dia eu não precisaria viver daquela forma, ela dizia de forma sonhadora, mas acreditava em mim.

Às vezes, fazendo o serviço da casa da patroa, eu me atrasava para a aula, ainda mais que a escola ficava há uns três quilômetros de distância, esse era o percurso a pé, ia com fome e sem tomar banho por que não dava tempo. A escola era pública, na periferia, porém, eu esperava ansiosa pela hora da merenda, era bom comer a merenda da minha escola.

Modéstia à parte, eu era estudiosa, gostava de ler e escrever. Minha escola se chamava Escola Estadual Armando Freire, é uma escola situada no bairro Lomanto Júnior, ainda funciona, mas fiquei triste porque fiquei sabendo que no próximo ano ela irá fechar, o que é extremamente lamentável. É importante lembrar que nessa escola um dia eu voltaria como professora, os leitores saberão detalhes continuando a ler as minhas escrevivências.

**Figura 2:** Fachada do Colégio Estadual Armando Freire



**Fonte:** Google.com

Estudei da primeira até a 4ª série, eu me sentia pertencente a minha escola, gostava de cantar o hino nacional todos os dias e rezar, só não gostava de quando minha professora de matemática puxava a minha orelha porque eu não ficava certinha, na posição de respeito na fila, para cantar o hino nacional. Mas depois ficava tudo bem.

Ao término da 4ª série, fui estudar no Centro Integrado Oscar Marinho Falcão (CIOMF), iniciei na 5ª série e fui até terminar o ensino médio. Nesse período, eu fiquei numa felicidade só, tinha que ir de ônibus, muitos estudantes iam de ônibus,

mas eu só podia quando minha rainha conseguia o dinheiro da passagem, quando não tinha, eu ia a pé e meu pai ia se encontrar comigo na estrada. O CIOMF é situado no bairro Santo Antônio e onde eu residia era no bairro Lomanto. Não tive boas lembranças dos meus colegas de sala da 5ª e 6ª séries, a partir daí sofri horrores, percebi que eu acreditava no mito da democracia racial, pensamento estruturante da sociedade brasileira que contribui para a manutenção e institucionalização de poderes e privilégios de alguns grupos sociais. Além disso, acreditava que todos nós somos iguais perante a lei. Engano.

**Figura 3:** Fachada do Centro Integrado Oscar Marinho Falcão- CIOMF



**Fonte:** Google.com

Cheguei à escola de forma muito simples, não tinha o uniforme, quando ia a pé chegava suada, além do mais, fui extremamente ignorada e sofri por conta da minha simplicidade, do meu fenótipo, do meu cabelo e do meu pertencimento racial. Primeiro, tinha uma colega que era filha da professora de Ciências, era a líder da sala, eu não podia fazer trabalho com ninguém da turma porque ela dizia que eu era

suja, feia e tinha o cabelo duro, vivia cantando a música do Luiz Caldas para mim. Nas festas juninas da escola tinha que ir de roupa quadriculada, pintar os dentes para ficar igual uma caipira, assim eu fiz, minha mãe me arrumou, quando cheguei minha turma dizia “*olha o cão chupando manga*”. A líder da sala, desmanchou minhas popas de meu cabelo e mandou eu voltar para casa, zombou da minha sandália que estava desgastada e do meu cabelo cheio de polpinhas. Falei com a professora, mãe dela, e ela reafirmou o que a filha disse- *não tinha uma roupa melhor?* Eu fui embora e não queria voltar nunca mais para escola.

No dia seguinte, minha rainha foi falar com a diretora sobre o ocorrido, ela nem deu importância, passei a entrar em conflito comigo mesma, eu queria voltar para a escola com meu cabelo liso, uma roupa e sapatos novos, chorei. Eu somente queria ser como as outras pessoas, ou melhor, como minhas colegas de turmas, cabelos lisos e sempre arrumados, mas não foi fácil, não tinha condições para isso. A imposição para que eu tivesse boa aparência e cabelos lisos era muito grande para que eu pudesse me enturmar, eu tinha que ser e me apresentar para me igualar a todos, confuso isso, mas era como aquele grupo gostaria que eu fosse.

Todavia, hoje entendo com muita dificuldade de que a branquitude é um traço étnico que tenta se sobrepor o tempo todo sobre às outras etnias, estabelecendo-nos uma padronização hegemônica. Porém, verifico que somos impelidos pelo racismo estrutural que está presente em nossas relações institucionais e sociais a querer adotar essa branquitude para sermos aceitos e aceitas. Não é algo que fato queremos, mas somos impelidos, forçados a querer.

Corroborando com Bento (2002),

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. (BENTO, 2002, p.1)

Era exatamente assim que eu gostaria de ser, igual as minhas colegas de sala, a identificação com o outro. Era preciso abdicar de minha essência, da minha identidade, do meu pertencimento racial e ser aquilo que me era imposto e conveniente naquele momento. Verificamos que a elite branca brasileira fortalece

seu autoconceito de um grupo que se sobrepõe a outros grupos despertando a cobiça daqueles que sabotam a sua identidade racial. E eu estava me sabotando.

Passei a alisar os meus cabelos por conta própria, cheguei a comprar um relexamento chamado Ebanol, a base de hidróxido de sódio. O resultado era meu cabelo “liso”, porém, como eu não sabia usar da forma correta deixava meu cabelo verde, quebradiço e com um odor terrível, e quando eu chegava na escola, imaginem as piadas, chamavam-me de cabelo de Bombril, cabelo malcheiroso, etc. Achei que alisando meus cabelos eu iria minimizar os discursos de ódio sobre mim. Todo esse processo dificultou o meu reconhecimento e a valorização de minha identidade étnico racial, vivia frequentemente o racismo estrutural que assola a sociedade brasileira. Eu gostaria de mudar aquela situação, vivia deprimida, triste, chegou um momento que fiquei sem vontade para estudar. Eram sentimentos ambíguos, não queria ir à escola, mas eu tinha vontade de ser como as minhas coleguinhas de turma e fazer parte do grupo. Sem sucesso.

De acordo a Gonzalez (1984),

É por aí que a gente entende porque dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta. E a gente pode até dar um exemplo que põe os pintos nos is. (GONZALEZ, 1984, p. 234).

O texto proferido pela autora é bem ilustrativo ao falar a respeito da questão racial no Brasil. Eu acreditei que, alisando os meus cabelos, poderia ter as características do branco-europeu como representatividade de minha superioridade étnica, porque eu sabia que se eu assumisse meus traços, meu fenótipo, eu seria excluída como sempre fui.

Os padrões da branquitude apresentavam-se para mim como universais, únicos e determinados. De acordo com Costa (1983),

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou pela persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua

história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro, converte-se, dessa maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (COSTA, 1983, p. 5).

Entende-se que o racismo se apresenta de forma velada, por meio dos discursos e de ações, fazendo com que o negro se auto rejeite para alcançar a realidade mais próxima do sujeito branco, deixando para trás a sua história étnica e individualizada.

Com isso, eu me vi por muito tempo, ou melhor até a conclusão do ensino médio como alguém quase branca, acreditei nisso, até porque eu tenho pele clara, traços negroide, cabelo crespo e não valorizei os traços da minha descendência genealógica. Nesse momento, de maneira muito clara, vejo que eu edifiquei para mim um autoconceito, imersa no elemento social do branqueamento, a partir de conhecimentos vivenciados e assimilados em distintos espaços sociais. Como afirma Harter (1993) sobre o autoconceito,

É o que acreditamos em relação a quem somos, o quadro integral de nossos traços e capacidades. É uma estrutura cognitiva com indícios emocionais e consequências comportamentais, um “sistema de representação descritiva e avaliativa em torno do eu”, o que determina como nos sentimos sobre nós mesmos e orienta nossas ações. (HARTER, 1993 apud PAPALIA; OLDS, 2000 p. 216).

Dessa forma, entendemos que a nossa identidade é construída por meio de nossas relações sociais, vivências e experiências. A escola e a família não estão isentas desse processo de construção da nossa identidade, essas experiências estão pautadas na coletividade, numa civilização determinada pela conjuntura sócio-histórica.

Tornei-me adulta, amadureci e nesse ínterim, conheci alguém para lá de especial, um amigo para todas as horas, um pai muito presente, um irmão parceiro, meu amigo, hoje meu esposo; ele é mesmo um pouco de tudo. Meu bambino, assim que eu o chamo, mas o nome dele é Valtemir Arcanjo do Nascimento, ele me ensinou que para vencer na vida é preciso ser honesta, ter caráter, humildade e sabedoria por meio dos estudos. Ratificava que não adianta ser humilde sem sabedoria porque você não será vista, ouvida e respeitada. Ele diz que “a pessoa é, o que a pessoa tem”. Sábias palavras.

Meu bambino me incentivou a fazer um ensino médio que me desse subsídios para exercer uma profissão de forma rápida e que me desse retorno financeiro, até porque eu me identificava com a função do magistério. Cursei o Magistério no Colégio Antônio Carlos Magalhães, hoje Colégio Militar. Importa dizer que essa formação docente, correspondia ao antigo 2º grau com habilitação específica para o exercício do magistério de 1º grau.

O curso de magistério me deu mais maturidade, lembro bem que nos intervalos da aula, eu gostava de ler, levava uns livros que o bambino conseguia com os amigos dele para que eu galgasse conhecimentos necessários para tentar o vestibular da Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. Por muitas vezes, estava lendo nos intervalos das aulas e uma amiga dizia que eu ia ficar louca de tanto ler. Dizia que era minha amiga, inclusive comunicou para o bambino a minha possível loucura. Mas, eu preferir ficar louca até os dias de hoje.

Concluí o curso de magistério, o bambino falou vamos fazer sua faculdade em São Paulo, vamos arrumar a bagagem, eu topei na hora. Em meio a isso tudo, ainda me encontrava confusa e perdida em relação a minha identidade negra, ou seja, a minha consciência étnica racial.

Cheguei ao estado de São Paulo.

**Figura 4:** Fachada do Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães



**Fonte:** Google.com

Cheguei em São Paulo com o Bambino, a pergunta que eu mesma me fazia era: onde eu estou? Quem eu vou ser a partir de agora? Por que estou aqui? Tem um velho clichê que as pessoas dizem: o estado de São Paulo é terra que filho chora e mãe não vê. Isso é uma verdade; como eu chorei e minha mãe não viu, como fui humilhada, vítima de preconceito linguístico e racial. Difícil falar sobre esse momento de minha vida. A primeira pergunta que fizeram ao bambino foi: E aí negão quem é essa moreninha? Assim eu fui acostumada a ser chamada o tempo todo, na ilusão de acreditar no mito da democracia racial, esse aforismo estruturante da sociedade brasileira que colabora para a conservação e institucionalização de poderes e privilégios de alguns grupos sociais. Em contato com as pessoas daquele estado sofri preconceito linguístico, racial, visual, de todo jeito. Dessa forma, não é difícil entender e compreender porque a branquitude é um traço étnico que se sobrepõe às outras etnias.

De acordo com Maria Aparecida Silva Bento,

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o "negro" aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios. (BENTO, 2002, p. 15).

Destarte, somos permeados desde sempre pelo racismo ora velado, ora de maneira explícita, onde as pessoas, ou melhor, grande parte da sociedade brasileira não assume e não reconhece que as desigualdades raciais são oriundas de um período sombrio, escravocrata ao qual a população negra passou e passa. Esse processo de manutenção do racismo faz com que haja dificuldades de pertencimento, construção e valorização da identidade étnico-racial daqueles que sofrem racismo e tenta combatê-lo todos os dias, ao mesmo tempo em que fortalece o branqueamento escondido no imaginário do mestiço como desígnio da igualdade racial. É assim que eu me sentia no estado paulista. Mas, continuei resistindo.

Tentei o vestibular para o curso de Letras na Universidade Guarulhos, cursei mediante longos desafios e dificuldades. Nessa luta para estudar comecei a compreender quem eu sou, qual a minha condição e de onde eu vim. A pele clara traz privilégios em alguns momentos, mas o meu sotaque, a minha simplicidade e os

meus cabelos, os meus traços genéticos me fizeram sofrer diversos ataques escamoteados que mexiam com minha autoestima. Fui exercer a profissão de babá e passadeira de roupa, assim como minha mãe, à noite vendia trufas e salgados na minha faculdade para poder pagá-la. Porém, a vontade de vencer e retornar à Bahia era muito grande. Mas eu prometi a minha rainha que eu iria voltar com meu diploma e dar uma nova vida para ela.

A essa altura já tinha a consciência de minha mestiçagem embranquecida, fruto de um sistema perverso, racista, colonial e eurocêntrico o qual eu passei durante toda minha vida. Mesmo assim, estava permeada do racismo estrutural que assola a sociedade brasileira.

Concluí minha faculdade vivendo num espaço social que me era imposto. Temendo viver tudo que eu vivi na infância, me escondi atrás dos fantasmas e das lembranças.

O curso de Letras me proporcionou interpretar e compreender as várias linguagens que passavam por mim, mas muita coisa que eu gostaria de fazer no meu curso eu não consegui, por falta de investimento financeiro e, por muitas vezes, a distância da universidade para casa. Sentia-me muito cansada ao longo dessa caminhada. Acordava às quatro horas da manhã para iniciar o meu dia e finalizava às vinte e quatro horas. Passei a ler e estudar para as avaliações na universidade no metrô, no trem, no ônibus, quando não dormia de tanto cansaço. Tenho a impressão de que eu poderia ter aproveitado mais tudo que aconteceu durante minha graduação. Certa vez, minha turma foi de caravana para o Programa do Jô e eu não tinha condições financeiras para ir. Fiquei triste.

Não era possível, na maioria das vezes, participar dos projetos de extensão, dos eventos, dos seminários. Deixei de aproveitar muitas oportunidades. Percebi essa lacuna quando cheguei ao Estágio Supervisionado, porque a realidade era outra. Quando terminei o curso de Letras, a impressão que eu tive, era que a partir daquele momento eu estava preparada para fazer uma faculdade. Possivelmente, poderia ter me doado mais na busca pelo conhecimento naquele momento de minha vida. Confesso que, nas poucas vezes que eu frequentava os eventos, era para vender trufas, pão de mel para pagar a faculdade, mas tirava a diferença lendo e estudando dentro do metrô. Parte da minha formação ficou comprometida nesse sentido. Diante disso, senti um pouco de frustração entre a teoria e a prática quando

fui para o mercado. Mas, nunca me acomodei, sempre procurei aprimorar meus conhecimentos pós faculdade até os dias de hoje.

Assim que concluí a faculdade retornei para Bahia. Foram sete anos em São Paulo de muita luta e resistência. Ainda quando estava lá, me interessei por uma pós-graduação na Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC, em *Leitura e Produção de Textos*, cheguei aqui em Itabuna no último dia de inscrição da pós-graduação, acreditava ser o momento oportuno para que eu pudesse pesquisar sobre *os implícitos e subentendidos no discurso racista brasileiro*. Era a oportunidade de estudar meus ancestrais, valorizar meu pertencimento étnico racial, de mostrar que eu não poderia admitir ser subalterna nesse sistema de colonização ao qual eu, minha rainha e todos que sofrem com a segregação racial foram e são submetidos. Eu, mulher negra, filha de mãe negra e neta de avós maternos negros resolvi lutar contra os discursos hegemônicos racistas. Dei o primeiro passo.

Confesso que hoje relendo a pesquisa da pós-graduação, percebi que mesmo falando do discurso racista por meio de piadas atribuídas à população negra, a minha bibliografia e o meu referencial teórico na revisão de literatura foram voltadas para o discurso e a linguagem, por entender que a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder, acreditava que esse poder por meio do humor, humilha, diminuía os negros, e era verdade. O problema todo era que eu precisava ampliar meus conhecimentos e fundamentar minha pesquisa com autores negros, como Achille Mbembe, Vera Candau, Franz Fanon, Ângela Davis, Lélia Gozalez, etc. Da forma como escrevi a minha pesquisa, é perceptível que a voz de meus ancestrais foi negada, pois havia um silenciamento oriundo de mim mesma, de minha voz enquanto o meu pertencimento racial na pesquisa. Faltou claramente eu mostrar o meu lugar de fala e ressignificar o meu espaço e outros.

De acordo com Djamila Ribeiro (2017, p. 37), “O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo”. Foi exatamente isso, possivelmente, não fui orientada a refletir criticamente para produzir minha pesquisa relatando a linguagem de meus ancestrais. Ademais, o que me deixou feliz é que minhas concepções sobre as desigualdades raciais, estavam sendo aos poucos amadurecidas na minha mente.

Quando terminei o magistério no colégio estadual Antônio Carlos Magalhães, resolvi dar reforço escolar. O Bambino montou uma escola para mim. Senti-me realizada, foi minha primeira experiência como professora. Porém, era preciso algo

mais, precisava ampliar meus conhecimentos, precisava estudar mais. Quando cheguei na capital paulista, inicialmente fui ser manicure e depiladora no salão de beleza, precisava me estabelecer financeiramente para prestar o vestibular para o curso de Letras. No próprio salão, vendia trufas, pão de mel, lingerie para poder pagar a faculdade. Esse comércio levei também para a sala de aula conforme relatei nos parágrafos anteriores.

Posteriormente, quando terminei a faculdade de Letras, tentei o concurso do estado para professor e em seguida, após ser aprovada, fui ministrar aula. Percebi que os alunos de lá eram iguais em qualquer escola estadual, comparei-os quando fiz o estágio supervisionado. Como era um contrato de Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, fui dar aula numa escola de periferia, realidade vivida por mim, pois também fui aluna de periferia, ali era meu lugar de fala, de entender o espaço social e econômico dos alunos. O perfil de aluno era aquele em que trabalhava durante o dia e a noite ia para a escola, muito cansado, sem motivação, muitos viviam no crime, chegavam na sala de aula armados, drogados, tinha que ministrar aula sem questionar e da forma mais dinâmica possível para atrair a atenção de todos. Não era fácil, os alunos não tinham material escolar, mas o principal de tudo era a falta de interesse em aprender, a vontade de aprender era algo que eles não tinham.

Durante o dia, ministrava aula de Língua Portuguesa numa escola de Enfermagem, à noite, ministrava aula numa escola estadual; era muito difícil um fazer pedagógico que transformassem sujeitos ativos, críticos e reflexivos na sociedade que o cerca se, na maioria das vezes, eles estavam fora de si, ou melhor, drogados. Era necessário seguir em frente com minha verdade, minha ética, para que em algum momento eu pudesse transformar os alunos em sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, eu me sentia angustiada, algo faltava em meio a essa situação. Entretanto, mesmo em meio a tudo isso, fui bem recebida na sala de aula por eles; fora a imitação do meu sotaque baiano, no mais tudo estava ocorrendo como tinha que acontecer.

Nesse diapasão, chegou o momento de voltar à Bahia, não dava mais para continuar lá, me organizei e voltei para o seio familiar, ver minha rainha novamente e com o certificado de conclusão de nível superior, isso não tinha preço. Acomodada na cidade, precisava trabalhar. Passei a falar, a ter voz nos espaços formais e não formais. Ministrei aula em escolas particulares de Itabuna e de Ilhéus. A partir daí o

contato com novas experiências em sala de aula, me fez ampliar meus conhecimentos por meio de diversas realidades que me rodeavam nesse novo ciclo de minha vida. Certa vez, ministrando aula na 7ª série do ensino fundamental em uma escola particular da cidade, fui surpreendida por um aluno. Não era um aluno qualquer, era aquele tipo de aluno que se movimentava o tempo todo, não gostava de estudar, sentia que ele tinha alguma lacuna cognitiva, em um momento oportuno durante a aula, pedi que ele se sentasse para fazer a atividade do dia, ser ativo no processo de aprendizagem, ele virou para mim e indagou: Você está falando assim comigo porque eu sou negro? Não tive resposta naquele momento para uma indagação um tanto capciosa como aquela, não me sentia preparada, com formação suficiente para decolonizar e argumentar com um adolescente sobre um assunto que assolou e ainda assola o país há séculos: o racismo e também a violência epistêmica, que perpassava o discurso da visão de mundo daquele adolescente. Naquele momento, aquela fala me incomodou e me inquietou.

Compreendi que me faltava conhecimento teórico e filosófico de autores negros, e que não tinha aprendido o suficiente para me posicionar criticamente sobre a discriminação racial que assola o mundo. Diante disso, não foi difícil entender como nós professores somos negligenciados na nossa formação, negligenciamos nosso currículo, nosso modo de ensinar, nosso plano de ensino e didático, a escola também é negligenciada, nossa metodologia de ensino e nossos discursos.

Aquele adolescente (que eu relatei que afirmou que eu gritei com ele porque ele era negro) com o discurso de subalternização e colonialista, nos deu a entender implicitamente pelo discurso que ele proferiu para mim que somente com os negros poderíamos falar gritando. Era preciso naquele exato momento como formadora de opinião eu “gritar”, mas fazer isso de forma diferente, gritar combatendo esse tipo de discurso hegemônico. A partir disso, à medida que vamos nos apropriando de realidades críticas e experiências outras, nos damos conta de como o processo educacional, como por exemplo, a formação de professores está defasada frente ao ensino das relações étnicas raciais, cabe dizer que estamos necessariamente numa pedagogia ainda colonial.

De acordo com Candau, (2010), é necessário,

[...] desconstruir o mito da democracia racial; adotar estratégias pedagógicas de valorização da diferença; reforçar a luta antirracista e questionar as relações étnicas raciais baseadas em preconceitos e comportamentos discriminatórios [...] (CANDAU, 2010, p.32)

Dito isto, é indispensável que a escola desconstrua os discursos eurocêntricos dentro da sala de aula, promova capacitações de professores para que estes possam combater o preconceito velado e por muitas vezes explícito dentro da escola, é preciso discutir, debater, reforçar a luta antirracista por meio de prática pedagógica.

No relato que fiz anteriormente, tive que driblar de forma muito simplória e sem significado a pergunta que o aluno me fez; naquele momento, enquanto professora, não pude resolver aquele conflito, embora soubesse que enquanto docente era responsável pela formação de meus alunos. Precisei ir buscar mudanças educacionais mais significativas para combater os discursos eurocêntricos e coloniais. Nesse ínterim, participei de uma seleção para ministrar aula no grupo Kroton- UNIME e outra seleção na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna- FTC, esta última, onde a pesquisa foi desenvolvida.

Pensei, rapidamente, que no nível superior seria a oportunidade de quebrar paradigmas, debater os discursos hegemônicos, consolidar meu lugar de fala enquanto docente acreditei porque supus ser o espaço acadêmico - partindo da concepção que os estabelecimentos educacionais são feitos para educar e transformar- seria um local bem diferente. É na escola que se faz necessário renovar e dimensionar o ensino e aprendizagem para a ligação entre o diálogo afetivo entre o nível superior e a formação profissional de cidadãos críticos e reflexivos. É extremamente relevante multiplicar as vozes de um discurso único no combate à discriminação racial para uma educação antirracista, envolvendo corpo diretivo, setor administrativo, professores e alunos.

Precisava renovar o meu discurso, minhas aulas, meu aprendizado e fazer novas leituras, carecia de me ressignificar enquanto professora porque sabia que não adianta uma simples formação para se ter um diploma, mas o que se ensina e como se ensina. Acredito que a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade apartando passagens para a ampliação da cidadania. Em detrimento a isso, me encontrei com um plano de ensino pronto e acabado, com um currículo “inquestionável” que não cabia indagações, o máximo que eu pude fazer

enquanto ministrei aula, foi cumprir o planejamento imposto. Mas fui em frente, resisti e não desisti.

Na FTC eu conquistei o espaço para debater e discutir os dispositivos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com os alunos na disciplina de Cidadania e Interculturalismo e Língua Portuguesa. Aproveitei o espaço de minhas aulas e enfatizei, no que diz respeito às relações étnico-raciais, o reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, a diversidade da nação brasileira, a formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática bem como a importância das reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, que assinalam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos (BRASIL, 2004).

Após inúmeras discussões, eu precisava ir além, por isso, resolvi implantar um Projeto na instituição, isto é, na FTC, chamado Encontro da Cultura Afro-Brasileira. O projeto começou timidamente, realizava apenas em sala de aula, nele era desenvolvido mesa redonda com assuntos pertinentes as discussões, trabalhos científicos dos alunos e professores, e a culminância era a parte cultural de toda a contribuição africana para nossa sociedade, como a linguagem, dança, comidas típicas, etc. Porém, eu não estava satisfeita, precisava fortalecer o projeto e externar as ações desenvolvidas. Até que eu consegui levar para os espaços físicos, auditórios, convidados externos para palestrarem; fiquei lisonjeada. Tive apoio de alguns coordenadores e professores.

Contudo, era necessário firmar meu lugar de fala para ter subsídios teóricos e desenvolver uma pesquisa com foco numa educação antirracista. Diante de alguns percalços que tive até chegar onde cheguei com o projeto, eu precisava saber se existe racismo na faculdade loco da discussão, para combater o racismo que se propaga nos espaços acadêmicos. Caso se constatasse o racismo na instituição, seria necessário levar às instâncias de ensino superior uma nova proposta de ensino, um modelo que possa empoderar diretores, professores, alunos e toda comunidade acadêmica numa perspectiva decolonial e antirracista. Para tanto, fui em busca de um mestrado que me desse subsídio teórico para complementar minha formação profissional enquanto docente e que eu pudesse fortalecer minhas raízes,

valorizando o meu pertencimento racial como mulher negra e professora universitária.

O Mestrado em Ensino das Relações Étnico Raciais sempre foi uma meta a ser alcançada por mim, era uma realização. Fiz as duas primeiras etapas da seleção em 2019 de forma muito otimista. Mas o dia da última etapa, a entrevista, coincidiu com uma cirurgia que eu tinha feito um dia antes; fui fazer assim mesmo, ainda com os pontos cirúrgicos, muita dor, estava trêmula, fraca. Confesso que não foi fácil, mal respirava para produzir cada palavra da apresentação do meu 'projeto, quando terminei a entrevista fui direto para o hospital com muita falta de ar. Pensei o pior. Esperei pelo resultado ansiosamente. Quando foi divulgado, eu estava lá entre os selecionados. Nossa! Muita alegria. Primeiramente, fiquei extremamente encantada com o currículo daquela que um dia seria minha orientadora, Ana Cristina Peixoto. Sinto-me inspirada por ela. Ela não participou da minha entrevista, conforme estava programado no edital, por questões pessoais, mas posteriormente, a conheci, pessoa ímpar e que muito está contribuindo com minha formação.

Os estudos teóricos e filosóficos em ensino das relações étnico-raciais por meio dos componentes curriculares têm me alertado para o enfrentamento do combate ao racismo por meio da educação. É seguindo assim, estudando, muitas leituras e me fortalecendo como profissional para que a luta possa continuar porque as nossas vidas pretas importam.

**Figura 5:** 1º dia de aula na Universidade Federal do Sul da Bahia



**Fonte:** acervo pessoal.

**Figura 6:** 1ª Aula da disciplina Tópicos Especiais: decolonialidade estética e subjetividades  
diaspóricas



**Fonte:** Acervo pessoal

No próximo capítulo versaremos sobre as marcas da opressão e da escravidão que transcendem até os dias atuais, em que a cor negra incomoda os adeptos do colonialismo e do eurocentrismo devido à trajetória histórica de luta e resistência contra o racismo. Na sequência, trataremos sobre as raízes históricas do preconceito racial no Brasil, com o intuito de entender de forma mais abrangente as sutilezas dos atos racistas de se afirmarem que no país não existe preconceito. Esta afirmação mostra que o racismo é uma questão estruturante que perpassa a nação ocultando a memória dos afrodescendentes e destruindo traços centrais de sua cultura de resistência.

## 2. RAÍZES HISTÓRICAS DE UM PASSADO QUE SENTIMOS NA PELE

### 2.1 A CICATRIZ DA COR

O racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

Silvio Almeida, 2020

A frase posta em epígrafe do escritor Silvio de Almeida nos leva a refletir como a população negra foi e ainda é submetida a atitudes racistas e degradantes, por meio de um processo histórico e político, muitas vezes de forma explícita e, outras vezes, de forma sutil, escamoteada, e que, de forma surpreendente, advém de uma sociedade absolutamente miscigenada.

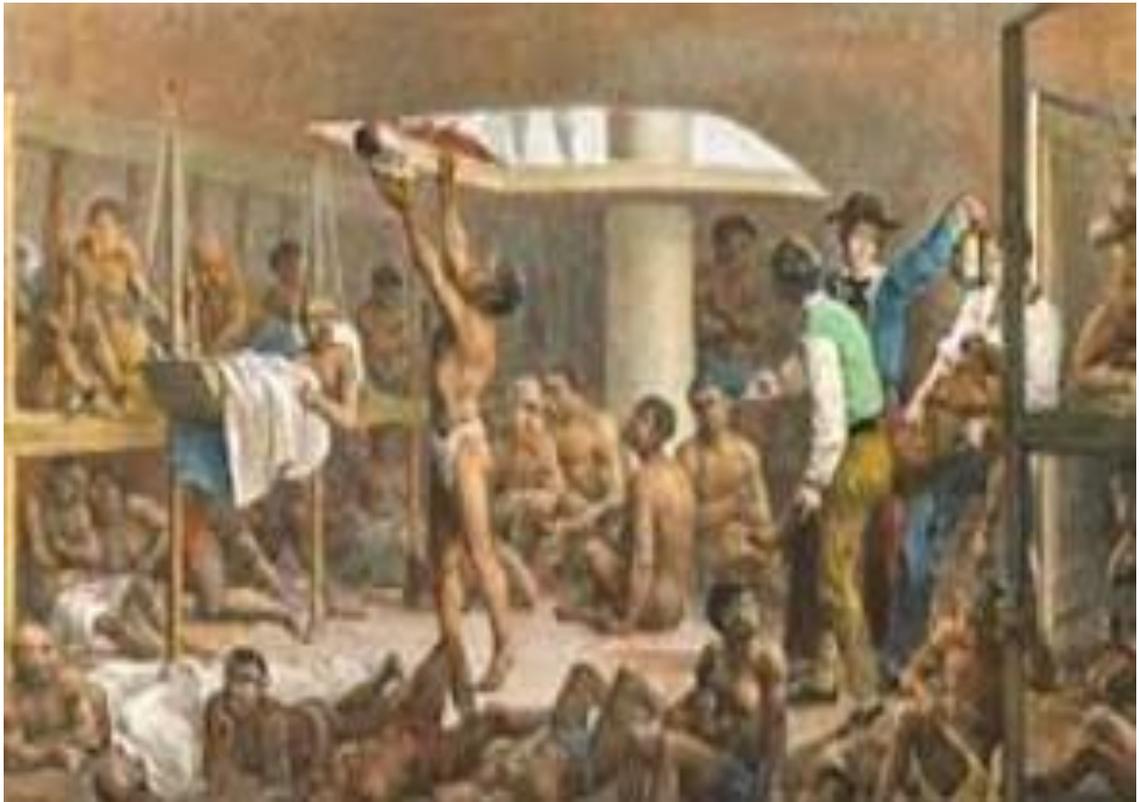
Os primeiros africanos chegaram ao Brasil por volta de 1516 e 1526, e a partir de meados do século XVI, iniciou o afluxo constante de africanos para a Colônia. Enclausurados de sua terra natal e acarretados como escravos para a América, os africanos tiveram o seu destino anexo a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem. Os portugueses necessitavam de uma força de trabalho para cultivar as riquezas que o país possuía, daí advém a justificativa da exploração dos negros. Após 1540, vieram os primeiros africanos escravizados em nosso país. O discurso que consentia a colonização e a escravização das pessoas era o discurso racial: o homem branco, europeu se considerava superior às pessoas de outras etnias e de outros lugares. Acreditavam que sua cultura era superior e isso era oriundo da raça.

Com a intervenção europeia, os métodos de escravização modificaram totalmente na África, estas antes desenvolvidas em uma conjuntura social e política das populações africanas, chegaram a agregar uma atividade comercial ordenada vinculada à economia mercantilista europeia. Dessa forma, a escravização se tornou uma atividade econômica de caráter efetivo, onde o escravizado incidiu a ser uma mercadoria negociável no mercado Atlântico.

Os escravos eram conduzidos para a América portuguesa nos porões dos navios tumbeiros, onde as situações de viagens eram desprezíveis. Com o interesse

em adquirir um elevado lucro de suas atividades, os traficantes enchiam os porões dos navios, pois o preço de venda do escravo, era muito alto em relação ao preço de compra, equilibrava a porcentagem que percia no cruzamento do Atlântico. Entre apanhar os negros e a venda destes, muitos escravizados morriam. Incluindo a barbaridade da captura e da condução, a saúde deles apresentava-se fragilizada e os afazeres intensos após a chegada, cerca de 40% dos negros escravizados faleciam durante a viagem nos porões dos navios negreiros. Embora houvesse a resistência dos que alcançavam desembarcar na Colônia, perduravam como escravizados somente de sete a dez anos.

**Figura 7:** Porão de um navio negreiro no Brasil Colonial (pintura de Johann Moritz Rugendas)



**Fonte:** <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/navios-negreiros/>>  
Acesso em 26.09.21

Doravante, no século XVI, o período de escravização é um amplo apoio do método de colonização do continente americano, pois nesse momento, as potências europeias careciam de multiplicar capital para ampliar suas atividades comerciais. Com a invasão do Brasil no século XVI, em 22 de abril de 1500, pelos navegadores

portugueses, essa circunstância era preocupante pelo fato de o país não haver excessiva população satisfatória que pudesse abastecer a colônia. Ademais, os salários baixos não instigavam a chegada de colonos para o Brasil.

A exemplo da colonização portuguesa, o aproveitamento de escravizados sempre foi um viável cenário alternativo para que as dispendiosas iniciativas de exploração apresentassem a devida funcionalidade. Logo no início, portugueses cobiçaram empregar a força de trabalho dos índios objetivando que a opressão fosse efetivada, no entanto, a mão de obra indígena foi contraposta conforme a dificuldade de domínio sobre populações que apresentavam maior resistência e por chamar a atenção do interesse da Igreja Católica em utilizá-los como novos transformados ao cristianismo. Mesmo com isso, os lugares mais carentes, em que a força de trabalho era mais insuficiente, os índios ainda foram empregados como escravos. Para aprimorar a crescente demanda por força de trabalho, Portugal deliberou, então, investir no tráfico de escravizados oriundos diretamente da costa africana, dessa forma, os portugueses que já empreendiam no mercado africano de escravizados, precisaram apenas expandir o negócio, preparando a transferência dessa mão de obra para o Brasil.

A considerável forma de aquisição de escravos na costa africana era a seguinte: os comerciantes portugueses davam, aos dirigentes das tribos africanas, artefatos de pouco valor como espelhos, roupas, escovas, fumo e cachaça em troca de africanos. Esses africanos eram capturados nas batalhas tribais e eram ofertados pelos dirigentes em troca das mercadorias citadas. Essa relação de permuta era conhecida como escambo. Entretanto, havia mercadores de escravos que capturavam de forma brutal os africanos para levá-los ao Brasil e serem comercializados.

De acordo a Klein, (1989),

As mortes nas travessias tinham várias causas. Os maiores agentes eram as desordens gastrointestinais, frequentemente relacionadas com a qualidade de alimento e de água disponíveis na viagem. Surtos de desintéria eram comuns e a "bloody flux", como era chamada, as vezes irrompia com proporções epidêmicas. A crescente vulnerabilidade dos escravos à desintéria aumentava tanto as taxas de contaminação dos estoques quanto as de morte. A desintéria era responsável pela maioria das mortes e era a doença mais comum em todas as viagens. As astronômicas taxas de mortalidade alcançadas com algumas viagens deviam-se a surtos de varíola, sarampo e outras doenças altamente contagiosas, que não estavam relacionadas com o tempo de permanência no mar, nem com as condições de estoques de alimento e de água, e nem com a higiene ou as

práticas sanitárias. Era a própria casualidade destas doenças epidêmicas que impedia capitães experientes e eficientes de eliminar as altas taxas de mortalidade de algumas viagens. (KLEIN, 1989, p. 13)

Segundo o autor, o comércio de escravos atribuía-lhes diversos problemas de saúde, por meio da má alimentação e a qualidade da água que eles bebiam. O problema da desinteria era a principal causa da morte, além de ser a enfermidade mais comum durante a travessia, porém, não descartamos as doenças infectocontagiosas como o sarampo, varíola, dentre outras. Ressalta-se que essas doenças não tinham relação com o tempo que os escravos passavam no mar, era um fator de causalidade que impedia os cabeças do tráfico da travessia de extinguir as taxas elevadas de mortalidade de algumas dessas viagens.

Todavia, demograficamente, foi no século XIX que o Brasil recebeu mais escravos se contabilizados os três séculos de duração do tráfico de pessoas. Como é de conhecimento, embora tenha ocorrido a proibição deste comércio em 1831, ele perdurou até 1850.

Conforme explica Florentino (1997),

[...] estima-se que entraram no país cerca mais de um milhão e meio de africanos, principalmente através do porto do Rio de Janeiro, sem dúvida o maior porto escravista do Atlântico. Segundo uma estimativa recente, entre 1790 e 1830, ali desembarcaram 697.945 escravos, 123.590 apenas nos três últimos anos do tráfico legal (1828-30). Desta forma, em 40 anos o Rio importou o equivalente a mais de um terço da população cativa no Brasil em 1818, que era de 1.930.000 pessoas, e, ainda, o equivalente a cerca de 17% de todos os escravos importados para o Brasil enquanto durou o comércio negreiro. (FLORENTINO, 1997, p. 50)

Corroborando com o autor, o Rio de Janeiro era o estado mais escravista do Atlântico, pelo fato de o porto da cidade maravilhosa ter importado mais de um terço da população do Brasil no ano de 1818. Os números são gritantes.

A proibição do tráfico de escravo, que ocorreu em 1850, somente aconteceu no Brasil mediante pressão dos ingleses para promulgação da Lei Eusébio de Queiroz. A partir dessa lei, quem fosse visto trazendo africanos para o Brasil para serem vendidos como escravos, estaria cometendo crime. Entretanto, a lei não foi suficiente para abolir a escravidão no país, episódio que aconteceu somente no ano de 1888 com a Lei Áurea. Entre os anos de 1850 e 1888, intensificaram o comércio externo de escravos fazendo com que o preço dessa mão de obra aumentasse significativamente no Brasil.

Conforme elucida Munanga (1988), os escravos eram fonte de lucro e acúmulo de capital para a economia brasileira.

O sistema escravista foi uma experiência crucial para negros, visto que os europeus, convencidos de sua superioridade, tinham um total desprezo pelo mundo negro, apesar de todas as riquezas que dele tiraram. A necessidade de manter a dominação por suas vantagens econômicas e psicossociais levaram defensores da situação colonial a recorrerem não somente a força bruta, mas, a outros recursos de controle, como o de desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais (MUNANGA, 1988, p. 9).

De acordo com o autor, a maneira de conservar a dominação dos negros recorria não somente à violência, mas também de torná-los irreconhecíveis, afetando sua moral e sua competência.

Assim sendo, o período da escravidão no Brasil deixou marcas irreparáveis impregnadas nas relações, nas estruturas e nos espaços de poder. As pessoas ao nascerem, querendo ou não, são classificadas racialmente, aos que são considerados como brancos recaem privilégios, regalias, inteligência, progresso, educação, entre outros. Tendo em vista os aspectos observados, o racismo começa se esquematizar indubitavelmente, a partir do século XVI com a organização de ideias e valores estabelecidos pela civilização europeia, quando estes contatam com a heterogeneidade humana nos diferentes continentes, e se solidifica com as teorias científicas em torno do conceito de raça no século XIX.

O conceito de raça que perpassou a Europa no século XIX possibilitou que os europeus utilizassem de diversos argumentos, como religioso, biológico e econômico para consolidar a exploração dos africanos em terras brasileiras. Adotando o mesmo entendimento, Carneiro (2009) e Moura (1983) observaram que o (a) negro (a) passou a ser deliberado como inferior, cruel, selvagem, afastando-lhes sua verticalização e humanização por meio da violência física e psicológica. Essas visões e práticas foram as razões necessárias para a emprego da mão de obra africana como escrava.

Segundo a antropóloga Rita Segato (2005), a raça não é apenas um conjunto de análise, mas, tornou-se *símbolo* de uma representação social construída historicamente e que tem forte importância na estratificação social. Como símbolo, a raça é um formato de categorização social importante no Brasil, onde um sujeito é indicado como dotado de insígnia ou sinal, da qual a cor da pele é sua qualidade

primeira. Os sujeitos podem abrir mão de vários conjuntos de apontadores compartilhados historicamente e socialmente, sendo a cor uma das fundamentais características de distinção.

Diante disso, a questão étnico-racial esteve sempre acompanhada à composição civilizacional do Brasil e dentro dessa probabilidade o (a) negro (a) foi apresentado (a) como percalço a uma provável ordem que assegurasse o progresso. Nesse diapasão, a diferença étnico-racial se modificou em instrumento para a afirmação de desigualdades sociais. O racismo é condição estabelecedor da exploração capitalista, é a ideologia arquitetada para consolidar a dominação europeia sobre outros povos e continentes. Edifica-se com o tráfico de escravos e se robustece com a Revolução Industrial, não por acaso, dois dos fenômenos históricos principiantes do sistema capitalista. Marx (1989) não tinha imprecisão quanto a isto ao atrelar o método de acumulação inicial de capital à mortandade da escravização e do colonialismo.

Ademais, não afastamos a similaridade do racismo e capitalismo, eles representam o mesmo lado de uma moeda, mantêm-se suas competências devastadoras para se aguçar. Dessa forma, é compreensível saber porque a batalha pela constituição da identidade étnico-racial e contra o racismo é basilar para o combate à opressão capitalista e para juntar as lutas dos trabalhadores brasileiros. Vemos aqui que raça e classe se proferem, conforme elucida Williams (2012, p. 34): “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”. E escravidão e o tráfico de escravizados foram basilares para a solidificação do capitalismo e a exploração de classe.

Contudo, é necessário afirmar que o capitalismo é um sistema fundamentado na opressão de muitos por poucos. Por ser um sistema baseado em grave desigualdade, ele requer diferentes instrumentos para decompor a maior parte – o racismo e todas as opressões sob o capitalismo servem a esse propósito. É possível encontrar uma união intrínseca entre racismo e capitalismo. O capitalismo necessita do racismo tanto como fonte de lucro quanto, o que é mais importante, como uma forma de dividir e dominar. Por esta razão, o passado escravista tende a deixar marcas profundas por meio de um passado violento e brutal de exploração.

Sendo assim, o passado que sentimos na pele é o reflexo da desigualdade de direitos entre negros e brancos, a base de um advindo histórico perverso, cruel

praticado pelo colonizador e reflete na formação social de um povo, talvez seja por isso que o racismo tende a se perpetuar de geração em geração.

Conforme pondera Silvio de Almeida e Djamilia Ribeiro,

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta de forma circunstancial e específica em conexão com as transformações sociais (ALMEIDA; RIBEIRO, 2019, p. 36).

Consoante o autor, o racismo sendo estrutural é histórico e não podemos abarcar somente como advindo de forma natural dos sistemas político e econômico, além disso, o autor afirma ainda que a peculiaridade de sua estrutura está ligada à caracterização de cada formação social acompanhando as transformações de acordo com o tempo.

Franz Fanon, em 1952, publicou o livro “Pele negra, máscaras brancas”, causando grande impacto. Essa obra discute diferentes assuntos relacionados à questão da raça e à relação entre colonizado e colonizador como classes importantes para se entender a composição de subjetividades de sujeitos brancos e negros. De acordo com Fanon, a exploração colonial e o racismo do próprio arcabouço da colonização passaram também a reprimir subjetivamente os colonizados e colonizadores. No caso dos negros, a implicação seria uma não aceitação da sua autoimagem, da sua cor, o que resultaria em um “acordo” com a ideologia do branqueamento, e, assim, a constituição do que o autor chama de máscaras brancas. Esse processo se inicia na rejeição do negro de si próprio e um ensaio de fuga das distinções estereotipadas anexas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental.

Franz Fanon pensava o racismo não apenas como aparição individual dos sujeitos, mas sim como cultural, o que hoje podemos batizar de racismo estrutural, isto é, a prática racista que se encontra inscrita na estrutura social, econômica, histórica e cultural das sociedades ocidentais (FANON, 1952).

O escritor e pensador tunisiano Albert Memmi (2007) também pode ser avaliado como outra referência para as pesquisas sobre branquitude, uma vez que em sua publicação de 1957, “Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador”, com abordagem sobre a condição tanto do colonizado quanto do

colonizador. Ao apresentar as decorrências da colonização não só para o colonizado, mas também para o colonizador, Memmi (2007) se aproxima dos estudos da branquitude que buscam colocar a coerência opressora em questão. Dessa maneira, o autor delinea não somente a violência incumbida contra o colonizado, mas também as vantagens do colonizador, isto é, o autor nos propõe analisar tanto aquele que se adéqua à colonização como administrador da opressão quanto aquele que é explorado por ela.

Na questão em relação aos colonizados e colonizadores, Memmi (2007) argumenta com detalhes sobre distintas circunstâncias em que o conceito de superioridade dos colonizadores ocidentais é tão adequada pelos próprios colonizadores e ao mesmo tempo por aqueles que foram colonizados. E, desta afinidade estabelecida sócio historicamente de forma hierárquica, os reprimidos se apropriam concretamente desta desigualdade e produzem subjetividades.

Segundo o autor mencionado,

A primeira tentativa do colonizado é mudar de condição mudando de pele. Um modelo tentador muito próximo se oferece e se impõe a ele: precisamente o do colonizador. Este não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, beneficia-se de todos os prestígios, dispõe das riquezas e das honras, da técnica e da autoridade. Ele é, enfim, o outro termo de comparação, que esmaga o colonizado e o mantém na servidão (MEMMI, 2007, p.162).

Portanto, a branquitude é compreendida como um lugar em que sujeitos que tomam este lugar foram ordenadamente privilegiados no que tange ao acesso às soluções materiais e peculiares, suscitados primeiramente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se sustentam e são resguardados na atualidade. Sendo assim, para se entender a branquitude é relevante entender de que forma se edificam as estruturas de poder sólidas em que as diferenças raciais se aportam. Assim sendo, é necessário compreender as formas de poder da branquitude, onde ela verdadeiramente causa implicações e tangibilidade.

A autora Maria Aparecida Bento afirma que os brancos na sociedade brasileira atuam por uma estrutura que ela denomina de pactos narcísicos, uniões irrefletidas, intergrupais, assinaladas pela imprecisão e, no que se refere ao racismo pela negativa da esfinge racial, pelo silenciamento, pelo embargo de negros em espaço de poder, pelo constante empenho de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no mundo social. Dessa maneira, a branquitude é “um lugar de

privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (BENTO, 2002, p. 5).

Corroborando com a autora, ser branco no Brasil é privilégio dos brancos, o povo brasileiro se acostumou com uma sociedade em que os negros eram tratados de um modo estratificado, organizadamente inferior nas práticas que realizavam. É possível constatar essa afirmação, por exemplo, nas propagandas e publicidades, papéis principais nas telenovelas, aos negros apenas restam o papel de serviços gerais, mordomo, bandidos, pedreiros, operários, domésticos, entre outros.

Residem, no Brasil, de maneira densa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Entretanto, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (segundo o censo do IBGE) não têm sido satisfatórios para extinguir ideologias, disparidades e estereótipos racistas. Ainda permanece em nosso país um fantasioso étnico-racial que privilegia a brancura e aprecia especialmente as raízes europeias da sua cultura, desconhecendo ou pouco apreciando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. De acordo com a Igualdade étnico-racial e políticas de cotas e compensação jurisprudência Supremo Tribunal Federal (2018),

As estatísticas que comprovam esse racismo estrutural, presidente, são muito gritantes para que haja alguma dúvida. Vejam (...): o censo de 2010 do IBGE aponta que cerca de metade da população brasileira é negra. Nada obstante isso, dados do Ipea demonstram que a população negra e parda segue sub-representação entre os mais ricos e sobre representada entre os mais pobres, equivalendo a 72% dos 10% mais pobres. Portanto, mais de 70% dos mais pobres no Brasil são negros. Além disso, a cor da pele influencia a vida de afrodescendentes em todos os seus aspectos: nas condições de moradia e saúde, nas relações com a Polícia e com o Estado, na educação e ainda, com especial relevância, no mercado de trabalho. Nas favelas, 66% dos domicílios são chefiados por negros. No sistema carcerário, 61% dos presos são negros; e 76,9% dos jovens são vítimas de homicídios são negros. E as estatísticas continuam com taxas de analfabetismo; negros percebem, em média, 55% da renda dos brancos em geral. Portanto, os números demonstram a persistência do racismo estrutural a justificar a validade do tratamento desequiparado na lei. No tocante à igualdade material, nem é preciso me alongar, esse racismo estrutural gerou uma desigualdade material profunda, e, portanto, qualquer política redistributiva precisará indiscutivelmente cuidar de dar vantagens competitivas aos negros” (BRASIL, 2018, p.41<sup>2</sup>)

---

<sup>2</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Igualdade Étnico Racial e Política de Cotas e Compensação. Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática. Brasília 2018.

A partir dessas premissas, observa-se que embora no Brasil existam um quantitativo significativo de afrodescendentes, as desigualdades em relação aos direitos fundamentais são gigantescas, tendo em vista os números apresentados acima. Tomemos como exemplo que a cicatriz da cor escoltou o negro, também no início do século XX, na caracterização dos indiciados. “Em 1892 um delegado de polícia descrevia uma jovem suspeita de realizar um furto: trata-se de uma preta, de estatura pequena, de cabelos encarapinhados, de olhos grandes, bons dentes, lábios grossos” (FAUSTO, 1984 p. 54). Em 1924, uma testemunha, ao descrever um ladrão como suspeito, afirmava:

Viu o referido preto pôr em fuga, correndo, perseguido por pessoas da loja e populares ao grito de ‘pega, pega ladrão’; que, ciente do que se tratava, pois, o referido preto havia subtraído algumas peças (...) viu dito preto jogar por terra um embrulho... (FAUSTO, 1984, p.54).

O racismo de autoridades policiais está presente nas transcrições de depoimentos, unificando o negro ao ócio, à brutalidade e à permissividade sexual. Ser negro foi construído como sendo uma qualidade representacional identitária de maneira negativa.

Certamente, do que é que estamos nos esquivando? Quais são os lugares ocupados por negros e brancos ao longo dos quinhentos anos de trabalho no país da ordem e do progresso? O problema é que a concorrência acaba ocorrendo entre negros, pois não há chance para disputar em recintos brancos. É patético e chocante notar em espaços dos governos como, por exemplo, do governo federal, gabinetes de ministérios, de secretarias, de senadores e deputados a ausência completa de negros, que só surgem na qualidade de pessoal da limpeza e do serviço de café.

Na esfera do serviço público, instituiu-se o mito de que somente se tem acesso única e exclusivamente por meio de concurso, porém, existem as funções comissionadas e de confiança, que são ocupados sem passar por processo seletivo, e o universo dos contratos de terceirizados, que em número hoje, chegam a superar os que ingressaram por concurso. Existem outros setores como a economia, como energia, comunicações, mineração e finanças, em que a falta é quase absoluta. O fato é que não há oportunidades para que negros possam ter acesso a estas áreas e, quando estão, viram a exceção.

Nos últimos cinco séculos, a discriminação racial influenciou e continua influenciando toda a sociedade, porque está enraizado em cada canto do país, de forma intensa, o caráter estrutural do racismo e a discriminação racial é descrita pela identificação da segregação política, econômica e social. Mesmo após a abolição da escravidão, a elevação do negro à condição de trabalhador livre não foi capaz de transformar as práticas sociais discriminatórias e os rótulos depreciativos da cor de pele.

No Brasil, certamente, nunca houve um conflito racial aberto ou uma segregação formal. O racismo nesses casos é disfarçado, dissimulado, velado pelo mito da democracia racial e pela cordialidade da sociedade brasileira. Não é, porém, difícil ver essas atitudes na realidade brasileira. Apesar de o país ser miscigenado, o convívio entre brancos e negros se dá majoritariamente em relações hierarquizadas, de subordinação e subalternidade.

## 2.2 HISTÓRIA DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

Desde a época do Descobrimento do Brasil até a contemporaneidade, o país sempre foi cenário de grandes explorações, lutas e conquistas; viu-se na população negra a força de um trabalho braçal e corporal de muita resistência, visto que o processo de colonização, iniciado no ano de 1500, teve uma trajetória longa e marcante. Seus efeitos ainda se fazem presentes na atualidade, a exemplo do racismo; e se pensarmos na história do preconceito racial no país, poderemos dizer que a história não fala apenas do passado, é um processo assíduo do passado para o presente, é um pretérito de luta, sofrimento, resistência e esperança. Por ser uma nação onde a miscigenação é bastante significativa, o Brasil traz consigo o peso da herança cultural, eurocêntrica e colonial deixada por um povo que sentiu na pele a prática da discriminação racial e do preconceito.

De acordo com Freyre (2003, p.83 e 91),

A escravidão dos negros no Brasil foi justificada pela necessidade de sua utilização como meio de produção, sendo que o instrumento de exploração que predominou na colônia, entre os séculos XVI e XVII, foi o “braço escravo”, tornando o Brasil Colônia a “aristocracia comercial mais poderosa da América”

Observa-se por meio da história que o preconceito e a discriminação racial são oriundos de um período massacrado pela exploração da mão-de-obra escrava, pois os escravos trabalhavam dia e noite e a vida útil deles não passava de 10 anos. Por tudo isso, é importante conceituar o que vem a ser escravidão.

Segundo o dicionário Aurélio, a escravidão é o “regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada” (VALENTE, 1994, p. 12). Entendemos que ser escravo é ser atributo de outro, é não ser livre, é não ser dono de si. Não se pode esconder o que está evidenciado no próprio conceito de escravidão. Tomemos como exemplo as aulas de história no ambiente escolar sobre o tema da escravidão, os livros didáticos de história do Brasil omitem muitas informações preciosas sobre o que e como realmente foi todo o processo escravocrata no país. Os livros didáticos (LD) são instrumentos bastante utilizados pelos professores na educação básica para preparar suas aulas, entretanto, consoante ilustra Rangel (2001), o LD tem como finalidade garantir que os objetivos de ensino sejam alcançados e “com vistas a este fim, ele deve se renunciar de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno”, (RANGEL, 2001, p.13). Aparentemente, o LD deveria ser neutro, livre de ideologias e preconceitos; observa-se, contudo, que os livros didáticos ainda se estabelecem na cultura europeia de modo que a discriminação e exclusão do povo negro ainda ocorre, apesar das prerrogativas da PNLD e da Lei 10.639/03.

Silva (2005) ao tratar desse assunto afirma que

De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico – cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores entre outros. (SILVA apud MUNANGA, 2005, p. 23)

Diante disso, fica evidenciado que embora existam leis que assegurem o ensino da cultura afrodescendente nas escolas, como é o caso da Lei 10.639/2003, elas não garantem uma educação antirracista. Em detrimento ao que está posto nos livros didáticos, o fato é que o estado tem um papel preponderante para intensificar o combate a atitudes e práticas racistas, tendo a responsabilidade de reverter o quadro de discriminação e preconceito por meio de políticas públicas de fomento de combate ao racismo, principalmente nos materiais utilizados em sala de aula pelo professor.

Para além disso, a escola tem o papel de criar e intensificar ações corroborando para uma educação antirracista. Para tanto, é necessário combater o racismo nos espaços escolares, porque é dentro desses espaços que os discursos racistas podem ser discutidos e combatidos, extraindo a ideia de servidão e submissão. É importante que os estudantes tenham como referencial a valorização da cultura negra e o pertencimento racial da criança, do adolescente e do jovem, com conhecimento da história de seu povo e de seus ancestrais.

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar. Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano (CAVALLEIRO, 2005, p.13).

De fato, os materiais pedagógicos e as metodologias de ensino e aprendizagem desenvolvidas e aplicadas para os alunos nas instituições de ensino, em sua grande maioria preconizam a disseminação do racismo, exaltando imagens de indivíduos brancos como alusão positiva colonial e eurocêntrica, colocando o negro num patamar de subalternidade, deturpando suas raízes, sua história de luta e resistência.

Dessa maneira, é incontestável que os brasileiros podem ter aprendido na escola que os negros vieram para o Brasil no período colonial para trabalhar como escravos nas lavouras e nas minas, tendo em vista a falta de adaptação dos indígenas ao trabalho fixo, em vista disso, os negros eram passíveis e dóceis e assim, facilitavam o seu controle. Contudo, a verdade é bem outra, os negros eram associados a uma raça inferior e marginalizados, eram destinados a eles o trabalho braçal, ou melhor os mais inferiores tipos de serviços da sociedade daquela época eram destinados para o negro executar. Vejam que ao contrário do que se ensina nas escolas, a realidade é bem oposta, os escravos davam duro nas plantações, eram vítimas da exploração orientada por interesses capitalistas em expansão, fugiam para os quilombos nos momentos de “rebelia”, algo que

era quase impossível, dada a capacidade do controle das chibatadas dos opressores; eles eram frutos de um processo de desumanização.

Dentro dessa ótica, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), afirmam que,

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (DCN, 2004, p. 7).

Isso nos leva a observar que o preconceito racial contra a população negra advém dos aspectos legais desde a Colônia, Império e República, período em que já se praticava atos racistas, por meio de leis e decretos que proibiam os escravos de estudar, a exemplo do Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, além disso, o documento deixava registrado o turno em que os negros podiam ir à escola dependendo da disponibilidade do professor. Percebe-se as diferentes estratégias de impedir os negros de se sentarem nos bancos escolares.

Em decorrência disso, questiona-se: quantos negros estão matriculados e frequentando assiduamente o curso de Medicina, Direito, Odontologia, entre outros nas universidades brasileiras? Quantos negros no Brasil abandonam as escolas em busca de um trabalho digno e não encontra pelo fato de ser negro? Quantos negros são discriminados diariamente nas ruas, nas organizações, nos estádios de futebol, atuando em novelas? Quantos negros estão nas bancadas de nossos telejornais? Quantos negros estão presos no Brasil em comparação ao número de brancos? Poderíamos aqui enumerar e quantificar, porém, até a lei que trata da discriminação sobre o racismo, mais precisamente a Lei 7.716/89, que passou por revisões e endureceu a pena em algumas situações, estabelecendo o racismo como um crime inafiançável, albergado na Constituição Federal de 1988, não inibe atos racistas.

O jogador de futebol Ronaldo Nazário, mais conhecido como Ronaldinho Fenômeno, em 2005, fez a seguinte declaração quando presenciou as agressões racistas que os jogadores negros estavam sofrendo nos gramados espanhóis “Eu, que sou branco, sofro com tamanha ignorância. A solução é educar as pessoas”<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> <https://www.pstu.org.br/ronaldinho-diz-que-e-branco-um-lamentavel-fenomeno/>

Essa declaração gerou grande repercussão no Brasil e obrigou que o jogador explicasse o que realmente ele quis dizer. Ao responder aos brasileiros disse o seguinte: “Eu quis dizer que tenho pele mais clara, só isso, e mesmo assim sou vítima de racismo. Meu pai é negro. Não sou branco, não sou negro, sou humano. Sou contra qualquer tipo de discriminação”. Mediante as palavras de Ronaldo, o escritor Ali Kamel utilizou esse episódio como exemplo para relatar as mudanças que estão ocorrendo na mentalidade dos brasileiros. O autor afirma que

A crise gerada pela declaração do jogador é a prova de que estamos aceitando a tese da 'nação bicolor'; que antes o discurso predominante era favorável à autodeclaração e que agora achamos que temos o direito de classificar as pessoas. (KAMEL, 2006, p.139).

Por mais que nos perguntemos sobre a existência de uma “Democracia Racial” no Brasil, é notório que o país vivenciou um procedimento de miscigenação singular. Nesse sentido, elucida Carlos Lessa que “O Brasil não tem cor. Tem todo um mosaico de combinações possíveis” (LESSA, 2007, p.123).

Ao mesmo tempo em que somos um país altamente miscigenado, vivemos de forma desigual em muitos aspectos da sociedade. Estima-se que é impossível mensurar ao certo quantas pessoas foram condenadas no Brasil por praticarem crime de racismo a partir da lei. A lei aponta para gravidade e repulsividade de crimes dessa natureza e sinaliza que é um delito imprescritível.

O pesquisador Sérgio Adorno (1995) revelou como o quesito cor/raça atua nas deliberações tomadas pelo sistema judicial no Brasil, por meio de uma pesquisa realizada em 1990 no estado de São Paulo, que confrontou réus negros e brancos transgressores pelos mesmos crimes. Adorno chegou aos resultados de que 59,4% dos brancos observados foram condenados, enquanto 68,8% dos negros foram condenados. A diferença foi de quase 10%. Segundo o autor,

brancos e negros cometem crimes violentos em idênticas proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e revelam maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa assegurado pelas normas constitucionais. Em decorrência, tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos. Tudo indica, por conseguinte, que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça (ADORNO, 1995, p. 63).

Conforme o autor, o fato de ser negro é motivo de intolerância policial, os negros apresentam grandes dificuldades de acesso à justiça criminal e não têm direito à ampla defesa assegurada pela lei brasileira. A falta desses direitos implica em condições de tratamento desigual em detrimento aos brancos, além disso, correm o risco de serem condenados em nome da cor e não do caso transitado e julgado.

De acordo com o Habeas Corpus (HC) 82.424 rel. p/ o ac. min. Maurício Corrêa,

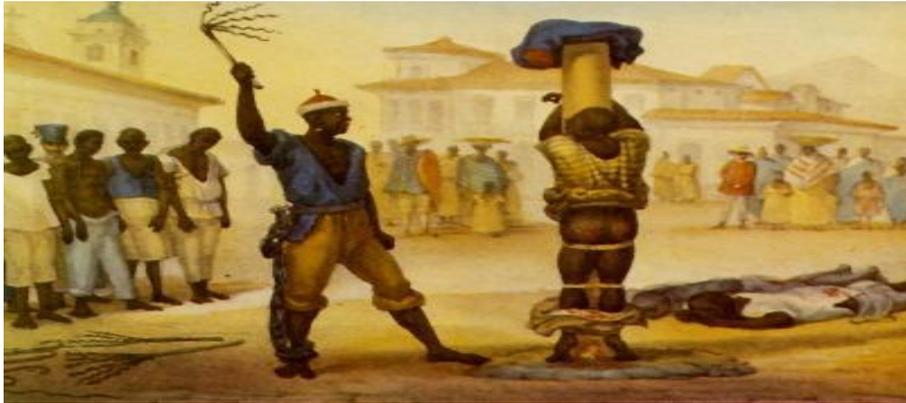
Racismo. (...) A Constituição Federal de 1988 impôs aos agentes de delitos dessa natureza, pela gravidade e repulsividade da ofensa, a cláusula de imprescritibilidade, para que fique, *ad perpetuam rei memoriam*, verberado o repúdio e a abjeção da sociedade nacional à sua prática. (...) A ausência de prescrição nos crimes de racismo justifica-se como alerta grave para as gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstauração de velhos e ultrapassados conceitos que a consciência jurídica e histórica não mais admite. (BRASIL, 2004)

Por falta do cumprimento das leis, e de punição para quem pratica atos racistas, o negro continua sendo vítima de uma sociedade cruel e desumana, sempre é visto com alguém inferior ao branco. Munanga (2017), alerta para as atitudes de racialização as quais o negro sofre diariamente. O autor questiona:

Onde está o problema? Qualquer pessoa, esperando do lado de fora de um caixa eletrônico, à noite, pode ser suspeito, seja branca ou negra. Caso fosse um branco, essa senhora [da descrição da situação cotidiana] não diria que havia “um brancão” ali fora que podia ser um assaltante [fazendo alusão a frase citada na situação descrita que dizia: tem um “negrão” ali fora]. Certamente, avisaria apenas sobre a presença de um homem suspeito. Dizer “negrão” é uma negação da condição integral da pessoa. Aquele ser não é uma pessoa, é um negrão ou uma negona. Essa terminologia foi interiorizada pelos próprios negros que, em tom de brincadeira, se chamam por esses vocábulos. Por seu lado, os brancos não se referem a si como brancão ou brancona, apesar da consciência da branquitude como patrimônio social repleto de vantagens que a negritude não oferece numa sociedade racista (MUNANGA, 2017, p. 40).

De acordo com o autor, o negro sempre é marginalizado em detrimento ao homem branco. O processo de racialização lançou uma visão sobre a pessoa negra, em diáspora, sobre a edificação da negritude, mas também um olhar que atribui um lugar hegemônico à pessoa branca, que é o olhar da branquitude.

**Figura 8:** Castigos aos quais os negros eram submetidos



**Fonte:** <<https://br.pinterest.com/pin/770608186226933694/>> Acesso em 26.09.21

Imagens fortes como essa nos mostram como os negros eram castigados pelo capitão do mato comandado pelos donos de escravos ou senhores. Eram forçados a trabalhar incansavelmente nas lavouras, na casa de seus senhores, sem nenhum direito ao descanso, e se assim não fosse, eram obrigados, mesmo que seu corpo já não aguentasse mais, eram castigados das diversas formas de violência conforme mostra a imagem acima. Desse modo, ratificamos que a escravidão é um formato de trabalho forçado, na qual os direitos individuais da pessoa e a capacidade de explorar economicamente seu trabalho são propriedade de uma pessoa.

O escravo é, então, alguém cujo corpo pertence ao outro que faz dele o que bem entender. Nessa perspectiva, “O Negro é antes de tudo o resto um corpo – gigantesco e fantástico – um membro, órgãos, uma cor, um odor, carne humana e carne animal, um conjunto inaudito de sensações” (MBEMBE, 2014, p.76). Corroborando com o autor, era dessa forma que os negros eram vistos, como animais fétidos, sem valores, sem alma, serviam apenas para exploração de sua mão-de-obra escrava, para produzir e ajudar aos portugueses a expandir seu império pela costa africana. Dentro dessa ótica, Valente (1994, p.10), afirma que “as verdadeiras razões para utilização da mão-de-obra negro-africana devem ser buscadas nas estruturas e práticas do mercantilismo português no início da colonização”. A partir do momento que iniciaram a expandir seus domínios pela costa africana, no século XV, deram início ao tráfico dos negros como escravos, e assim, mostrava uma atividade muito lucrativa.

Logo após a descoberta do Brasil, não foi tardia a prática de substituir os indígenas por escravos negros, haja vista que os indígenas eram

considerados sôfregos e não se adequaram ao trabalho da lavoura. Mas de modo geral, nos casos dos escravos das senzalas por exemplo, que eram os que trabalhavam de forma pesada na lavoura, era reservado aos negros um tratamento violento e cruel. (VALENTE, 1994, p. 10).

Além da exploração, a violência sexual também era marcante entre os senhores e as mulheres escravas, resultando dessa forma, numa prole de mestiços. Carneiro (2009) afirma que os estupros que as mulheres negras sofriam no passado pelo homem branco, originou a miscigenação, criando as bases para o mito da cordialidade e democracia racial brasileira.

Outro fator existente, eram as atribuições de qualidade negativa, os açoites, os grilhões, as violências sexuais faziam parte de instrumentos de torturas, humilhações, castigo para domar e jugular os escravos; estes utilizavam uma espécie de máscara, a máscara do silenciamento que abafava seus gritos e os mantinham calados enquanto serviam os seus senhores no sentido literal da palavra. Era uma espécie de um pedaço de metal colocada no interior da boca do sujeito.

De acordo com Kilomba (2010),

A máscara era usada pelos senhores *brancos* para evitar que africanos/as escravizados/ as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. (KILOMBA, 2010, p. 172)

Nesse diapasão, a máscara simboliza o domínio e a política desumana de conquistas de forma cruel de silenciamento, sendo a boca um órgão que concebe a fala e a linguagem, através da qual os negros poderiam gritar, falar, repreender, entretanto, eram imobilizados com o castigo e a opressão de forma proposital para que o escravo criasse uma ideia negativa de si mesmo. De acordo com Gomes (2002, p.44), “durante o regime escravista, várias foram as invenções e recriações realizadas pelos africanos escravizados no sentido de romper com o processo de coisificação social a eles imposto”.

**Figura 9:** Escrava Anastacia



**Fonte:** Jacques Arago.

O retrato de Anastácia<sup>4</sup> mostra as odiosidades e horrores da escravidão, perpassados por anos de exploração dos escravos. Os tipos de violência eram diversificados e inúmeros; os escravizados eram chicoteados, envenenados, e até mesmo queimados por meio de instrumentos de ferro, e a máscara era um dos instrumentos que os silenciavam, instrumento dos gritos sufocados e de tentativa de impedir que eles engolissem diamantes nas regiões mineradoras. No tocante a essa questão, Kilomba (2010) assevera que,

A máscara, portanto, suscita muitas questões: por que a boca do sujeito negro deve ser presa? Por que ela ou ele deve ser silenciado? O que poderia dizer o sujeito negro se sua boca não fosse selada? E o que o sujeito branco deveria ouvir? Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos “Outros”. Verdades que foram negadas, reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos. Eu gosto dessa frase “quieto na medida em que é forçado a”. Essa é uma

---

<sup>4</sup> Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravidão. Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para este castigo variam: alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de outros (as) escravizados (as); outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do mestre branco. Outra versão ainda transfere a culpa para o ciúme de uma senhora que temia a beleza de Anastácia. A ela é alegada a história de possuir poderes de cura imensos e de ter realizado milagres. Anastácia era vista como santa entre escravizados (as) africanos (as). (JESUS, 2014)

expressão das pessoas da Diáspora africana que anuncia como alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2010, p. 20.)

Ainda segundo a autora, as transgressões, as fugas, os assassinatos dos senhores, os cultos, etc., foram ações desencadeadas pelos africanos escravizados e provam o quanto essa coisificação não foi totalmente introjetada e realizada. Essas atuações dos negros do passado desafiavam o caráter arbitrário da norma escravista de se constituir como referencial singular e exclusivo. Na verdade, os negros nunca foram passivos, protestavam de diversas formas, dentre elas cometeram suicídios como forma de protesto e resistência. Eles acreditavam que a vida lhe pertencia e tiraram de seus “donos” esse “privilégio”.

Se os negros não tinham voz, não tinham vida digna. Por outro lado, Mombaça (2015), acrescenta que, “É por meio dessa territorialização da boca dos escravos como lugar do interdito da fala que o colonizador branco garante o controle sobre o mundo conceitual”. Em virtude do que foi mencionado, o silenciamento do sujeito negro consentiu que a fala do colonialista se consolidasse sem dar margem a interpretações contrárias.

A escravidão de negras e negros em diáspora estabeleceu uma nova forma de opressão, de desumanização não só da coragem para o trabalho, mas também da consciência, da sexualidade e da genética. Baseado na peculiaridade da condição da mulher negra no debate raça, classe e gênero, Davis (2016) exhibe em dados, a barbaridade do processo escravocrata.

Os abusos especialmente infligidos a elas [mulheres negras] facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levaram os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando. Além disso, uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava. (DAVIS, 2016. p. 20).

Mediante os fatos mencionados, vimos que as raízes históricas do preconceito se originaram de forma bárbara, a partir do momento em que se usou o negro como força braçal desde o século XVI quando ingleses, espanhóis e portugueses lotavam suas embarcações com negros africanos. Assim, “o tráfico era um negócio complexo englobando tantos pontos fixos, como fortes litorâneos ou portos, como também barcos que navegavam aleatoriamente com águas costeiras”. (KLEIN, 1989, p.10)

Sobre isso, conforme explica Valente (1994),

O comparecimento de povos colonialistas em busca de mão-de-obra barata na África alterou a forma simbólica de ralação das tribos africanas. Algumas passaram a trocar os prisioneiros por armas, cachaça, fumo, pólvora que eram mercadorias valiosas para os africanos. (VALENTE, 1994, p.10).

Mas, em que condições se deu o tráfico de escravos no Brasil? De acordo com KLEIN,<sup>5</sup> (1989, p. 11), os escravos contavam com menor espaço que tropas do exército ou grupos de condenados em trânsito. Denota, facilmente que após muita experiência e em função das próprias cobranças do comércio de escravos, os traficantes embarcavam exclusivamente tantos escravos quantos pudessem abarcar o oceano em segurança. A partir de referências esparsas do momento anterior a 1700 semelha que a organização de fornecimento e carregamento era inicialmente precária. Mas, todos os esboços do tráfico pós-1700 evidenciam que os traficantes transportavam água e sortimento para o dobro do tempo em que almejavam cumprir a viagem, e que na maioria dos casos carregavam um número levemente inferior de escravos ao permitido por lei.

O processo de colonização portuguesa principiado na segunda metade do século XV, possibilitou o tráfico de negros vindo da África. A economia era baseada na monocultura e extrativismo com emprego de mão de obra escrava de maneira bárbara; negros eram empilhados nos porões dos navios e a viagem durava dias e até semanas. É imaginável um tumulto de pessoas, umas sobre as outras, sem alimentação, sem quaisquer condições de higiene, obviamente o resultado era a contração de doenças que os levavam à morte.

Segundo Valente (1994), os portugueses entupiam os porões dos navios de negros escravos porque sabiam que no final da viagem poucos sobreviveriam, a

---

<sup>5</sup> KLEIN. Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. R. História, São Paulo. 120. p..3-25, jan/jul. 1989.

autora ainda compara a situação dos escravos como uma caixa de laranja madura. Se uma estraga, numa viagem longa, as outras também apodreciam, dessa maneira, os escravos eram considerados coisas.

De acordo com o site Mundo Educação,<sup>6</sup> Cerca de 20%, 1,8 milhão de pessoas, não chegaram ao destino – morreram de escorbuto, varíola, sarampo, sífilis, disenteria ou mesmo pela brutalidade dos traficantes. Muitas vezes, os mortos jaziam por dias junto aos vivos nos navios negreiros até que fossem lançados ao mar.

Ainda de acordo com o site, nesse período, até mesmo o hábito dos cardumes de tubarões do Oceano Atlântico foi modificado, conforme aponta o jornalista Laurentino Gomes em seu livro “Escravidão”. Alguns africanos suicidavam-se pulando em alto-mar, e os que sobreviviam à travessia, que podia durar meses, chegavam às novas terras debilitados, subnutridos, doentes, machucados e, por vezes, cegos devido a infecções oculares.

Já na colônia, os escravos eram colocados em fileiras para que os compradores examinassem seus corpos, dentes, como se faz com um animal, mais precisamente um cavalo.

**Figura 10:** Mercado de escravos



**Fonte:** <http://mardehistoria.wordpress.com> Acesso em 26.09.21

---

<sup>6</sup> Disponível em < <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/racismo-no-brasil.htm> > Acesso em 21/04/21

O tráfico de escravos não era exclusivo somente dos portugueses, uma vez que espanhóis, ingleses, norte-americanos também se beneficiavam desse comércio tão almejado com alta lucratividade. Porém, os riscos eram muitos, inclusive por meio do oceano e de doenças que afetavam mais de um terço dos escravos transportados.

Eram vários os estados e capitais brasileiras que recebiam o maior número de escravos, dentre elas estão Recife, Salvador e Rio de Janeiro e a partir desses locais, eles eram transportados para outros. A venda escravista era feita em praça pública por meio de leilões. Os escravos eram comprados para trabalhar na lavoura, trabalhos domésticos e engenhos, porém com a descoberta do ouro em Minas Gerais, muitos foram escolhidos para trabalhar nas minas. A exploração e desumanização eram muito claras, os escravos passaram a ter resistência a tudo isso, mais antes, muitos cometeram o suicídio como forma de protesto, morriam de tristeza, fugiam, pois, a senzala, que era para onde os compradores levavam eles, não era diferente das condições dos navios. “Durante o dia trabalhavam duro na lavoura [...] outros se dedicavam aos trabalhos em bronze, cobre, ouro e madeira; outros ainda eram tecelões, ferreiros e criavam animais de subsistência” (VALENTE,1994, p. 15).

Corroborando com a autora, é possível perceber por que os negros são estimados como o alicerce da colonização do Brasil. A mão de obra escrava foi grandemente utilizada, fabricavam móveis e utensílios da casa grande, os tecidos mais grosseiros eram confeccionados por eles, e, além disso mais tarde, no período do ciclo do ouro foram explorados como mineradores e ourives. Todo esse trabalho era desenvolvido sob ameaças e chicotadas. A penalidade era essencial para validar a estrutura da colônia, sendo que a má alimentação oferecida pelos senhores aos escravos reduzia o tempo de vida deles.

Os senhores tinham interesse em aumentar o número de escravos, por esta razão, estimulava a procriação entre os negros. Existia a desproporção entre sexos, além disso, as relações forçadas incentivavam a promiscuidade entre os negros. E, além dos mais, a falta de higiene nas senzalas fazia com que aumentasse o índice de mortalidade entre eles. Muitos senhores usavam as negras para a satisfação dos seus desejos sexuais, eram propriedade deles e não podiam se recusar ao ato, caso contrário, o castigo era certo; esses abusos resultou numa grande quantidade de

mestiço, filhos de negros com senhores brancos, e a partir disso, iniciou-se o processo de miscigenação no Brasil. As escravas eram também submetidas a ama de leite dos filhos dos senhores, e muitas das vezes não davam mama a seus próprios filhos, pois eram tirados dos seus braços com muita violência e vendidos para que o leite fosse dado aos filhos dos brancos.

Os escravos mais inteligentes, bonitos e com hábitos de higiene trabalhavam na casa-grande senzala, segundo Valente (1994), como existiam estigmas associados à cor negra, a diferença de pigmentação da pele revolveu-se entre os escravos um elemento distintivo da posição social, a partir disso, ampliou-se um desejo de branqueamento. Ainda segundo a autora, “os negros de pele mais clara e aqueles que se afastavam dos valores africanos viam no branqueamento o único meio de subir na escala social e chegar a postos que lhes conferiram maior segurança, prestígio e liberdade”. (VALENTE, 1994, p.17)

O processo ideológico por parte do colonizador desde a desumanização, e exploração implantou na consciência negra a ilusão da igualdade entre eles e os brancos, tendo em vista que o branco era o modelo ideal de humanidade e isso era alvejado pelos negros.

Como bem nos assegura Bento, (2002),

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. (BENTO, 2002, p. 1)

Com efeito, via-se dessa forma que o senhor branco era o modelo a ser seguido, alvo do desejo do negro, para poder alcançar o prestígio, liberdade e segurança. Daí poderemos entender de que forma se construíam as estruturas de poder por meio do sofrimento dos escravos em tentar abafar suas dores e frustrações em meio à exploração do seu senhor.

Tendo em vista os aspectos mencionados, podemos dizer que o racismo se perpetua de forma cruel e desumana conforme a história relata, de acordo com Almeida (2020),

A prática do racismo tem raízes profundamente entranhadas na história do Brasil, revelando um problema sistêmico que permeia a coletividade geral e estabelece posições sociais a partir de preconceitos que envolvem cor da pele, classe social, etnia e elementos culturais. (ALMEIDA, 2020, p. 24).

Ainda segundo o autor mencionado, o racismo enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. (ALMEIDA, 2020).

Frente a tudo isso, o preconceito racial no Brasil está enraizado diretamente na cor da pele e se propaga por meio de atitudes racistas de forma velada. O lugar do negro nas partes inferiores da sociedade é explicado pela suposta superioridade do branco, superioridade esta que tem sua origem desde os primórdios da história e que deu procedência ao racismo institucionalizado.

Podemos afirmar, contudo, que mesmo com a Lei 3.353, denominada de Lei Áurea, é de se avaliar que a liberdade adquirida pela população negra não extinguiu as condições difíceis de sobrevivência, nem as atinadas distinções sociais existentes entre indivíduos de cor de pele diferente no Brasil. Tal constatação pode ser feita por meio dos ínfimos casos de crime de racismo que chegam aos Tribunais brasileiros, e apesar da Lei 7.716 de 1989 (Lei Antirracismo), que, por força da Constituição federal de 1988, em seu artigo 5º, XLII, torna os crimes nela tipificados como inafiançáveis e imprescritíveis, ainda assim, ocorre de forma demasiada a prática racista no país.

Por isso, o Guia Básico para o Ensino das Relações Ético-Raciais proposto como produto final desta pesquisa, junta-se às estratégias de enfrentamento do racismo velado que cotidianamente é disseminado nos espaços de poder no Brasil. A proposta irá contribuir com os professores da educação básica e do nível superior, objetivando a preparação do plano didático de ensino, métodos ativos de aprendizagem com indicação de diversas ferramentas, tais como charges, filmes, músicas, leis, jurisprudências, poesias, literatura infantil, entre outros. Ressalta-se ainda que o Guia Básico poderá ser utilizado também por qualquer cidadão que desejar combater o racismo nos espaços formais e não formais.

Entendemos que é necessário incansavelmente lutar contra o racismo porque consideramos essa prática como um método de dominação que oprime negro (a) s, e privilegia direta ou indiretamente, o (a) s branco (a) s.

### 2.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

*Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas. Nem parece preto.*

*Lélia Gonzalez*

O texto da pesquisadora Lélia Gonzalez nos leva a refletir sobre a falsa noção de que o Brasil é um país sem preconceito racial, onde o racismo está arraigado nas estruturas da sociedade de modo estrutural, sendo assim, enquanto houver divisão de classes sociais assinalada também pela cor da pele, é impraticável falar-se em uma democracia racial.

Entende-se por democracia racial um sistema desprovido de qualquer impedimento legal ou institucional para a igualdade de direitos, sem qualquer preconceito ou discriminação. Porém, do ponto de vista legal, era esperado por meio da Lei Áurea que aboliu a escravidão em 1888, que os cidadãos negros pudessem desfrutar de igualdades de direitos e oportunidades assim como os brancos. Mas, não foi o que ocorreu pós-abolição e não é o que acontece na contemporaneidade. O processo colonial brasileiro foi física e simbolicamente tão violento que se carrega até os dias atuais as marcas da colonialidade. A sociedade atual concebe seus atos como superiores de tal forma que subalterniza a população negra, ignorando sua cultura, seus conhecimentos e sua raça, garantindo a manutenção do poder sobre o outro.

De acordo com Torres (2007) apud Candau (2010),

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos

critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (TORRES, 2007, apud CANDAU 2010, p.18).

É fato de que a colonialidade se mantém viva nos discursos da branquitude, como nas escolas, nos livros didáticos, nos currículos escolares, nas composições musicais, nos estádios de futebol, na política, nos supermercados, etc. A todo momento os telejornais noticiam esses aspectos de dominação sobre os povos de origem africana. Essa postura da sociedade brasileira impede a todos os cidadãos negros de conquistarem seus espaços em busca de direitos igualitários e valorização de seu pertencimento racial, afetando a sua saúde e de suas famílias, autoestima e amortecendo a sua força e seu enfrentamento.

A igualdade de direitos num país que chamamos de democrático está longe de ser alcançada, visto que o Brasil vê o problema da desigualdade como uma questão de renda e acesso à educação que a maioria da população não consegue ter e manter por falta de saída, ou melhor, por falta de recursos. Porém, a dificuldade está disfarçada por uma sociedade que insiste em acreditar não haver racismo e discriminação no país.

Constata-se que os números em relação aos direitos sociais, civis, políticos e econômicos são sempre em desfavor da população negra, estes sempre em desvantagem em detrimento dos números que favorecem aos brancos, conforme veremos nos próximos capítulos. Logo, indaga-se: de que forma podemos afirmar que vivemos em um país igualitário? A representação da população nos espaços de poder é mínima. Quantos presidentes negros foram eleitos no Brasil? É evidente que os espaços de poder não conjeturam a composição étnico-racial e de gênero de forma igualitária. Em vista disso, o mito se faz presente na sociedade brasileira, enquanto estamos aprisionados pelas facetas da herança colonial. Esse legado do colonialismo impregnado nas bases da sociedade, impede o país de apresentar uma política segregacionista entre brancos e negros, tais como sucedeu em outros países, como Estados Unidos e África do Sul, levou à crença de que no Brasil todas as raças convivem de forma harmoniosa e respeitosa. Assim, se afirma que

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o

disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite. (RODRIGUES, 1957 apud PINTO; FERREIRA, 2014, p.4).

O texto de Nelson Rodrigues é bem elucidativo, ao se falar da questão racial no Brasil. O racismo no país é difícil de ser enfrentado, é complexo, o racista não admite ser quem é.

Esse fato é esclarecido por Ferreira (2002), em uma pesquisa realizada pelo *Datafolha*, em 1996: 89% dos brasileiros afirmaram que existia racismo no Brasil; entretanto, apenas 10% admitiram a discriminação como sua, apesar de serem unânimes ao admitirem que o racismo é percebido em outras pessoas. Dessa maneira, nesse quesito é extremamente difícil a efetivação de medidas que contribuam para a mudança desse quadro.

Assim, o mito tem o seu nascimento quando se estabelece uma ordem, pelo menos do ponto de vista do direito, livre e minimamente igualitária. Para Octávio Ianni (2004),

O mito da democracia racial, é uma poderosa insígnia ideológica que tem agido como forma de administração, controle, orientação, incentivo ou dominação. Um mito que entra na composição de uma “constelação ideológica” na qual estão presentes e combinam-se mais ou menos eficazmente vários mitos da história passada e presente: O Brasil seria um país com uma história de “revoluções brancas”, ou seja, incruentas, na qual predominam a “conciliação e a reforma”, a “democracia racial” e o “homem cordial”; tudo isso mais ou menos “lusotropical” (IANNI, 2004, p. 159- 160).

Para o autor, a ideia de democracia racial é tencionada e empregada para desestabilizar os negros, por meio de intencionalidades ideológicas. Essas intencionalidades deixam clara a importância de se discutir o problema da questão racial no Brasil.

Em vista disso, disseminou-se na sociedade brasileira o mito de que as relações entre as pessoas brancas e negras se pautam na igualdade, harmonia e solidariedade em virtude de ambos fazerem parte de um só povo, o brasileiro, cuja origem é marcada historicamente pela miscigenação de povos. (MUNANGA; GOMES, 2006).

Outrossim, o mito da democracia racial foi disseminado como uma forma de dificultar a discussão da identidade negra, considerada pelas elites como destituída de sentido, pelo fato de o país ser essencialmente mestiço. Dessa forma, conforme a democracia racial brasileira, um bom negro era empregado doméstico, o motorista da família, a babá, o sambista, a mulata assanhada, o jogador de futebol, etc. A

democracia racial brasileira é um recurso muito usado para negar a existência do racismo entre nós.

A democracia racial apresenta-se na composição social brasileira como um mito, como uma construção que aliena as relações sócio-históricas legítimas da situação do negro na sociedade brasileira. Sobre isso,

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado dos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio se vem perpetrando contra o afro-brasileiro.

Monstruosa máquina ironicamente designada democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 1978, p. 93)

Certamente, o racismo é um comportamento que se manifesta na forma de aversão ou ódio em relação as pessoas que pertencem a um determinado grupo racial observável por meio de sinais como cor da pele, traços do rosto, tipo de cabelo, entre outros. As pessoas que são racistas acreditam que algumas raças são superiores, melhores do que outras. Foi justamente essa concepção que justificou a exploração e dominação de povos no século XIX. Essa era a visão dos portugueses que chegaram ao Brasil nos anos de 1500 e que viam, inicialmente, o índio e depois o negro, como seres inferiores, sem alma. Dessa maneira,

O ódio racial se apresenta de modo perceptível ou silencioso. Em sua forma perceptível, o ódio racial incorpora-se no espancamento, aprisionamento, tortura e linchamento. Em sua maneira silenciosa, o racismo se manifesta na forma sutil de um olhar de rejeição, desvalorização ou desqualificação da vítima e da sua cultura. (SILVA, 2018, p. 11)

Todavia, apesar da abolição da escravatura, o negro continuou sendo visto como um ser inferior. Esse legado perdura até os dias de hoje, sutilmente, apesar de ser de conhecimento notório da sociedade brasileira que a Constituição Federal de 1988, versada como constituição cidadã, é uma conquista importante na aquisição

de direitos da população. Entre os progressos, destaca-se, entre outros, o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão.

Da mesma forma, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 é o principal marco legal para o confronto da discriminação racial e das desigualdades estruturais de raça que afetam mulheres e homens afro-brasileiros. O Estatuto tem como escopo avaliar à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, o amparo dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate à discriminação e às demais formas de intolerância.

Já está mais do que provado que as leis não são inibidoras das ações racistas que perpassam a sociedade há séculos, a qual aprendeu a ver os fatos sob o olhar eurocêntrico do colonizador. O Brasil é um país que confere poderes e privilégios aos brancos numa estrutura racista que opera para legitimar as desigualdades raciais, as quais nem mesmo as leis conseguem combatê-las, visto que ser negro no país da “ordem e do progresso”, onde o racismo aparece nas práticas sociais e nos discursos de seu povo, é segregador e assustador. Não cabe mais dizer que foi uma brincadeira, o que é importante é o reconhecimento do ato e procurar ter o conhecimento mais profundo sobre a história de luta e de resistência da população afrodescendente.

De acordo com Munanga (2017), a situação do negro é aquela de refém de um sonho de embranquecimento, de um desejo de fazer aquele *passing* em direção à cultura branca. Para o autor, o negro teve sua identidade impedida de revelar-se, a coação sobre ele se constitui no momento em que toma consciência de que sua invisibilidade aumenta em razão da cor de sua pele.

Diversos movimentos sociais ocorreram a partir da década de 1945 no contexto da redemocratização política do Brasil de forma bastante estruturada, faz-se necessário sinalizar alguns deles para ratificar as lutas constantes por igualdade de direitos em benefício dos povos negros.

Os anos 40 e 50, conforme explica Nascimento (1966), significaram importante momento de reestruturação e discussões políticas no Brasil. Esse período foi assinalado pela concepção de novas organizações, como a União dos Homens de Cor (1943), o Teatro Experimental do Negro (1944), Associação do Negro Brasileiro (1945), o Teatro Popular Brasileiro (1950), bem como por novo

acometimento da imprensa negra, com a publicação de múltiplos jornais de protesto pelo país. Nesse ínterim, foram concretizados eventos nacionais que deram uma visão maior à luta política do movimento negro, com destaque para a Convenção Nacional do Negro (1945), a Conferência Nacional do Negro (1949) e o I Congresso Brasileiro do Negro (1950).

No momento em que se firmava o debate teórico e político, um projeto de nação arquitetada a partir de uma política de branqueamento e mestiçagem - e utopicamente previa na síntese do “mestiço” como ideal nacional - a atuação política do movimento negro foi fundamental não apenas denunciando o racismo que abarcava as instituições sociais e políticas brasileiras e criticando, assim, o mito de democracia racial, mas, sobretudo, lançando outros discursos sobre o sujeito negro.

Em 1943, a União dos Homens de Cor fundada por João Cabral Alves, em janeiro, na cidade de Porto Alegre, foi uma das mais importantes organizações do movimento negro. Logo na primeira cláusula do estatuto, a entidade afirmava que sua intenção central era possibilitar maior “nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p.108).

Outro agrupamento respeitável foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado no Rio de Janeiro, em 1944; tinha como principal liderança Abdias do Nascimento. A sugestão era construir um grupo de teatro somente com atores negros, mas aos poucos o TEM foi avançando: proclamou o jornal Quilombo, ofereceu curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública.

Na cidade de São Paulo, foi instituída a Associação do Negro Brasileiro (ANB), em 1945. Entre as ações estavam a realização de palestras, discussões, debates e aulas noturnas. A associação dispunha, também, de um jornal – O Jornal Alvorada. Uma das importantes conquistas da ANB foi o documento intitulado “Manifesto em Defesa da Democracia”, difundido nos últimos meses do Estado Novo, e que constituía uma “relação direta entre o restabelecimento da ordem democrática e a mudança das espécies de desigualdade a que estava submetida parcela significativa da população negra” (SILVA, 2010 p. 05).

Faz-se necessário ressaltar que durante o período do governo de Getúlio Vargas o ideal de mestiçagem que cogitava o desejo de embranquecimento também estava subjacente a política imigratória.

A Carta Magna de 1934 previa, em seu art. 121, parágrafo 6º, cota para imigrantes e exceções migratórias que objetivava à “garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. O Decreto-Lei 406, de 4/5/1938, que, além de alimentar as cotas de entrada, fixadas pelo texto constitucional, acarretou, em seu artigo 2º, a reserva ao governo federal do direito de limitar a entrada de “indivíduos de determinadas raças ou origens, após ouvir o Conselho de Imigração e Colonização”.

Não é nossa finalidade estafar neste texto todas as organizações negras porque foram inúmeras e, com certeza, surgirão outras pesquisas para elucidar a história dos movimentos sociais. Intenta-se mostrar que apesar de na década de 40 e 50 os negros terem se mobilizado e exigido do governo o reconhecimento da existência do racismo, forçando-o a adotar políticas públicas para tentar resolver o problema da desigualdade entre negros e brancos, o mito da democracia racial ainda continuou se propagando, com o intuito de camuflar os conflitos raciais que existem na nação e criar a ideologia que no Brasil há igualdade de direitos culturais políticos e econômicos. Em face disso, cada indivíduo é responsável por seu insucesso e não os conflitos de natureza étnica, política e social.

Os discursos oriundos da mobilidade coletiva dos movimentos negros, era um discurso que estava no imaginário por parte de quem estava no poder, eram promessas distantes de serem cumpridas, visto que o estado brasileiro foi e ainda é excludente e discriminador no cumprimento de atitudes e leis que repudiam a prática racista. É notória a busca constante por políticas públicas que promovam e insiram os negros no Estado-nação, a partir da participação igualitária nas instâncias de poder com a finalidade de chegar ao patamar de igualdade e alcance dos direitos previstos na constituição.

Sobre este assunto, Valente (1987),

É uma fala, um discurso que busca aliviar uma tensão entre o real e o imaginário. O objetivo da democracia racial é esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma ideia bonitinha para a sociedade. (VALENTE, 1987, p.38)

Portanto, pelo mito, o Brasil percebe o problema da desigualdade como uma questão de renda, moradia, saúde e acesso à educação que a maioria da população não consegue ter e manter por falta de recursos. Porém, o problema é ainda maior, pois o problema está disfarçado por uma sociedade que persevera em acreditar não haver racismo e discriminação no nosso país.

A esse respeito é importante destacar que

A população negra encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca. Em decorrência, a construção de uma identidade positivamente afirmada, requisito necessário para as pessoas se engajarem em políticas efetivas voltadas para a melhoria de suas condições sociais, torna-se um processo dificultado (FERREIRA, 2002, p. 71).

Sendo assim, as desigualdades mostradas em muitos estudos são olhadas na perspectiva da indiferença, como se fossem naturais, pois desse modo a elite mantém seus “*status quo*”, sem riscos de perder posição, prestígios e privilégios, pois as minorias não lutarão por condições de igualdade onde se supõe que isso já exista.

Vale ressaltar que essa desigualdade entre negros e brancos existe não porque isso seja natural da vida em sociedade, mas “aparece em condições históricas específicas e, se se perpetua é porque as condições também se perpetuam, mesmo que se modifiquem suas maneiras de aparecer” (ODÁLIA, 1991, p.32).

Apesar disso, são muitas as pessoas que não querem enxergar a bipolarização da nação brasileira. Segundo pesquisas, o Brasil é um país que é embalado pela mesma teoria desde suas origens, ou seja, a de que não somos racistas, porque somos um país de mestiços. Daí a necessidade de se explicar que não há negros no Brasil, que não é necessário políticas afirmativas, como é o caso das cotas.

São inúmeras as formas que podemos observar corriqueiramente no tocante ao mito da democracia racial no Brasil. Se retomarmos a nossa história, mais precisamente em relação às mulheres negras, veremos o quanto elas foram massacradas nas plantações e dentro da casa grande senzala pelos seus senhores: eram exploradas sexualmente, e em vista disso, são na verdade, empregadas da zona rural e as domésticas de hoje (GONZALEZ, 2018).

De acordo com a estudiosa anteriormente citada

É por aí que a gente deve entender que esse papo de miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação e de manipulação sexual da escrava, por isso, existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que ela é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal. (GONZALEZ, 1981, p. 9).

No Brasil, se observa uma espécie de racismo que se manifesta na forma de ironia e sarcasmo. Se o negro se mostra simpático, agradando a todos, é bem tratado e nada se diz sobre ele, porém se for alguém que não se curva ante o branco, o acordo se desfaz e esta pessoa já não é bem tratada, não é bem vista e sobre ela são feitos comentários pejorativos, piadas, insultos, entre outros.

Embora as expressões e nuances do racismo variem de acordo com o contexto social, exprimem geralmente atitudes, sentimentos e apreciações que justificam ou provocam fenômenos de separação e segregação, em função de características definidas que se identificam como diferentes às nossas, legitimando as relações de poder existentes.

Não obstante, nos últimos anos, os discursos tentam se manter dentro do socialmente aceitável, não faltam valorizações e conotações pejorativas e claramente discriminatórias contra a população negra. Tomamos como exemplo as piadas sobre negros, que as pessoas tendem a achar que é algo inofensivo. No entanto, implicitamente essas piadas terminam insultando o negro e este insulto visa remarcar a fronteira que separa negros e brancos e ainda que “brincando” o falante acaba violando interditos sociais ao exprimir ideias, nomes, atos ou gestos que expressam um parecer depreciativo sobre uma pessoa ou grupo (SALES JR, 2006, p. 236).

O exemplo a seguir, mostra claramente a carga do racismo em relação à população negra. *Qual a diferença entre uma mulher preta grávida e um carro com o pneu furado? R. Nenhuma. Ambos esperam um macaco.* Evidentemente, que as palavras surtem efeitos impactantes para o interlocutor, por meio de atitudes e gestos que podem ser positivos ou depreciativos, a função das palavras é que elas cheguem ao outro de forma comunicativa e que mantenham significados.

Para a pesquisadora Marilena Chauí (1997),

A linguagem é um sistema de signos ou sinais que são usados para indicar coisas, para a comunicação entre pessoas e para expressão de ideias, valores e sentimentos. Segundo ela, os signos, ou seja, as palavras e seus componentes (sons e letras) têm uma função comunicativa, isto é, por meio das palavras entramos em relação com os outros, dialogamos, argumentamos, persuadimos, discutimos, expressamos amor e ódio, e também aprendemos e ensinamos. (CHAUI, 1997, p. 141)

De acordo com Mikail Bakhtin (2004), não se pode entender a língua isoladamente, mas qualquer análise linguística deve incluir fatores extralinguísticos, como o contexto da fala, a relação do falante com o ouvinte, momento histórico, entre outros. Para ele, a palavra é um signo ideológico por excelência e também uma ponte entre dois sujeitos. Expressões como piadas, provérbios e ditos populares por exemplo, traduzem uma forte carga ideológica e dominante nos permitindo interpretar o significado que o homem negro tem tanto no fantasioso, quanto no aspecto social.

Conforme elucida Fernandes (2007), compreender o discurso enquanto objeto de estudo é muito complexo, uma vez que seu caráter é apontado pelo fato de sugerir uma aparência à língua, a ser estudado no social, cuja compreensão aloca em destaque aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos distintos contextos sociais, isto é, as palavras quando são articuladas estão carregadas de aspectos sociais e ideológicos. Sendo assim, o preconceito manifesta-se em brincadeiras ou apelidos alusivos à cor.

O discurso é uma forma de ação, pois:

Falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo [...]. Em um nível superior, esses atos elementares se integram em discurso de gêneros determinados que visam produzir uma modificação nos destinatários” (MAINGUENEAU, 2000, p.53)

Sendo assim, não há discurso neutro, há sempre uma intencionalidade por parte de quem o produz; há por parte do sujeito enunciadador uma vontade convencer seu público leitor a assumir uma determinada postura. Isto remete a uma outra característica do discurso que é a interatividade, ou seja, o discurso supõe uma troca verbal entre um eu e um você. Assim, metaforicamente, o discurso racista se evidencia quando as pessoas se referem ao negro como “macaco”, “tição” ou quando afirmam negativamente o racismo com frases do tipo “é negra, mas é bonita

(pressupõe que os negros sejam feios), “ele é negro, mas é inteligente (pressupõe que os negros não são inteligentes).

Em resumo, pode-se tentar negar que exista racismo no Brasil, mas esta teoria não se mantém a partir do momento em que se submetem essas piadas e provérbios a uma análise discursiva a fim de se perceber o que se explicita e o que não se explicita nessas falas.

Por fim, todo discurso é contextualizado, isto é, insere-se num dado momento histórico e, por isso, reflete um pouco deste e, insere-se, também, no bojo de um interdiscurso, ou seja, “para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros enunciados que são comentados, parodiados, citados, etc” (MAINGUENEAU, 2000, p.55).

Por meio desses discursos sutis que provocam o riso, como as piadas, temos aí o racismo definido como forma de discriminação contra negros e mulatos, revestido em comportamentos e atitudes discriminatórios que se revelam através de expressões e brincadeiras mediadas pelas relações interpessoais.

Ainda assim, podemos dizer que o Brasil é um país sem preconceito racial e democrático? Evidentemente que não. Mesmo depois do sistema escravocrata em 1888, o racismo ainda é, de forma implícita, e por muitas vezes explícita, mantido por meio dos discursos, relações interpessoais e sem ao menos ser reconhecido pelo praticante, embora a lei seja muito clara em relação a isso. A Constituição Federal de 1988 determina, no art. 3, inciso XLI, que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Mesmo assim, é nítido que o crime de racismo é ignorado pela maioria da população, muitos até desconhecem a lei. Entretanto, a prática do ato racista e discriminação racial continuam infelizmente sendo uma “norma” no estado democrático de direito. Conforme afirma Theodoro (2005) apud Francisco Junior (2008) “A discriminação pode ser entendida como “ação de exclusão, restrição ou preferência que impede o tratamento ou acesso igualitário a direitos e oportunidades em função da cor”.

A discriminação é

a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a

exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. (SANT'ANA, 2005, p. 63)

De acordo com Nascimento (1978), continuamente intelectuais brasileiros esforçavam-se para edificar o conceito de democracia racial no país. Existe a ideia de que no Brasil todos vivem em par de igualdade. Gozando de oportunidades iguais e em conformidade. Conforme elucida Spivak (2010), é preciso provocar os discursos hegemônicos, e também, nossas crenças como produtores do saber e conhecimento.

Corroborando com a autora, é relevante e urgente desmistificar que o Brasil é um país sem preconceito, provocar os discursos do colonizador, é preciso aguçar nossos conhecimentos e defraudar a ideia de que o Brasil é um país democraticamente racial. A “democracia racial” até o momento não conseguiu esconder as favelas, os cortiços, os guetos, os mocambos, e tampouco consegue esconder a efetiva discriminação racial impregnada nos discursos colonialistas dentro dos estabelecimentos de ensino, dentre outros espaços. Podemos até pensar que o mito da democracia racial discorra de uma afabilidade, porém, é leviano e se abrevia à ponta de um iceberg, haja vista que

O preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade. Por isso, costumo compará-lo a um iceberg cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais. Práticas essas que podem ser analisadas e explicadas pelas ferramentas teóricas- metodológicas das ciências sociais que, geralmente, exploram os aspectos e significados sociológicos, antropológicos e políticos, numa abordagem estrutural e/ou diacrônica. À parte submersa do iceberg correspondem, metaforicamente, os preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. (MUNANGA, 2002)

Ademais, é perceptível nas palavras do autor que as relações interpessoais são afetadas pelo poder de resistência do indivíduo, quando comparado a um iceberg que como sabemos é um grande pedaço de gelo que se desprende das geleiras polares e vagueia pelos oceanos. Essa metáfora nos faz crer que somos dominados e levados pelos pensamentos alheios em meio aos discursos hegemônicos, eurocêtricos e capitalistas que nos são impostos. De forma metafórica, somos convidados a nos envolver num processo sutilizado

e velado de preconceito racial movido por uma conjuntura política e social nas quais somos abrangidos.

Pode se inferir que o racismo é um fenômeno histórico social e ideológico, consolidado por meio da sutileza, atitudes, nas canções, nas ruas, no trabalho, ou seja, em todas as instâncias da sociedade. Absolutamente, o mito da democracia racial ainda é indiscutível em boa parte da população brasileira, a ideia que incutiu desde o século XX, com a miscigenação do povo brasileiro de que vivemos em um país igualitário, sem preconceito e discriminação racial cai por terra quando analisamos alguns dados abaixo em relação ao trabalho e renda.

De acordo a pesquisa feita pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada pelo site Exame, em relação ao trabalho e renda, A PNAD Contínua de 2017 mostra que há intensa desigualdade na renda média do trabalho: R\$ 1.570 para negros, R\$ 1.606 para pardos e R\$ 2.814 para brancos. O desemprego também é fator de desigualdade: a PNAD Contínua do 3º trimestre de 2018 registrou um desemprego mais alto entre pardos (13,8%) e pretos (14,6%) do que na média da população (11,9%). Dados também da PNAD do ano de 2015, mostram que embora os negros e pardos representassem 54% da população na época, a sua participação no grupo dos 10% mais pobres era muito maior: 75%. Dados também de 2015 mostram outra diferença: a informalidade atingia 48,3% da população negra contra 34,2% da população branca.

Ainda de acordo ao site, em relação à Educação, a taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%), de acordo com a PNAD Contínua de 2016. Quando se fala no acesso ao ensino superior, a coisa se inverte: de acordo com a PNAD Contínua de 2017, a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tem ensino superior completo é de 22,9%. É mais que o dobro da porcentagem de pretos e pardos com diploma: 9,3%. Já a média de anos de estudo para pessoas de 15 anos ou mais é de 8,7 anos para pretos e pardos e de 10,3 anos para brancos.

Por meio dos dados, fica evidente o tamanho da falta de igualdade de direitos para os negros no Brasil. Os números são gritantes. Os dados apresentados acima, vão de encontro ao que reza o Estatuto da Igualdade Racial, a saber, “art. 1º quando destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades,

a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010).

Em consonância ao Estatuto, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma,

Os processos de discriminação étnica e racial, histórica e contemporaneamente ainda sofrida por indígenas e negros no Brasil, são efeitos de uma estrutura social que se fundamenta em uma ideologia racista e sexista. O racismo, combustível que alimenta essa estrutura de desigualdades, expressando-se no dia a dia das relações interpessoais, dificulta o acesso da população negra e indígena a bens e serviços públicos, mercado de trabalho e ensino superior. Impede, também, que ela goze plenamente de seus direitos civis, sociais e econômicos. São decisões diárias, tomadas dentro de uma estrutura social e simbólica onde a cor da pele ainda é um determinante importante. (ONU, 2011, p.8)

Em face dos dados apresentados, entende-se que num país que se julga “democrático” a população negra pode votar, cumpre seu dever de cidadão, mas não tem seus direitos civis garantidos conforme preconiza as leis em vigor. De que adianta o cidadão negro votar e ter seus direitos violados? O que estamos chamando de Democracia? Acredita-se que ainda não conseguimos alcançar um modelo de um país democrático frente a tanta desigualdade racial existente. Estamos longe disso, mesmo que lutando, muitos negros foram amortizados com a própria vida para que um dia os sonhos, dos nossos ancestrais, de todos que lutaram e lutam para a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história sejam respeitados por toda nação. É necessária a formação de cidadãos comprometidos com e para a cidadania para que se possa ter uma sociedade justa, democrática e realista.

### 3. QUAL É A COR DOS BRASILEIROS?

*Em suma, o Brasil pode ser descrito como uma sociedade onde as distinções de classe são profundamente marcadas, onde classe e cor sobrepõem-se, mas não coincidem, onde a classe muitas vezes prevalece sobre a cor, e onde a "raça" é matéria de foro individual e de preferência pessoal ao invés de filiação coletiva*

*Cashmore, 1994, p. 49*

A epígrafe nos evidencia que a sociedade brasileira faz diferenciação de grupos onde a classe e a cor se acrescentam, mas não se juntam, e que de forma diversa a classe se aproveita da cor e onde a raça é sinônimo da individualidade ao contrário de uma relação coletiva. Da mesma forma, a tonalidade da pele e a cromatologia de forma mística, consolidam as desigualdades sociais no país. Essas desigualdades ocorreram desde que os negros foram trazidos do continente africano a partir de 1538 para trabalhar como escravos na cana-de-açúcar e posteriormente, nas minas e cafezais.

Segundo Santos (2005), o total de africanos desembarcados no Brasil na época da escravidão oscilou entre 3,5 a 4 milhões de escravos. Assim, a comercialização de homens e mulheres negros do continente africano e seu advento à costa brasileira foram com a finalidade de servir como mão de obra escrava, naquele momento em que o Brasil incidia por um processo de povoamento e opressão por sua metrópole, Portugal. As relações econômicas com outros países dependiam única e exclusivamente da exploração do trabalho escravo, pois eles eram a força motriz para o desenvolvimento da economia.

Um fato a se mencionar nesse cenário de exploração da mão de obra negra, diz respeito à interferência da família real portuguesa no Brasil em 1808 e a contradição do país no século XIX - sendo a sede do Império - ocasionou uma cansativa contenda entre as elites intelectuais. Havia enormes discordâncias,

desavenças e divergências que derivavam em uma série de publicações sobre o caráter da nação e do povo brasileiro.

Em uma realidade social diversa como a brasileira do século XIX, em que incida à eficaz e controversa miscigenação entre europeus, africanos, e indígenas, da mesma forma que se reflete uma sociedade intensamente assentada racialmente e sob a égide do modo de produção escravista, a raça se volve um dos elementos centrais das esfinges sobre o destino do povo e da nação brasileira.

Na percepção de Romero (2017)

Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição para a vitória do branco fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior” (ROMERO, 2017, p.22).

Nota-se, a partir do trecho citado anteriormente que, na percepção do autor anteriormente citado que a história do Brasil é uma história com base na mestiçagem, em que todo “brasileiro é um mestiço, quando não em sangue, nas ideias”. Entretanto, destaca que “no estudo dos povos que formaram a atual nação brasileira o primeiro lugar há de ser dado ao português” (ROMERO, 1897, p. 88).

Ponderando esses aspectos, trata-se de elucidar o tema das raças e da mistura entre grupos humanos (analisados desiguais e racialmente diferentes pelas teorias científicas do século XIX) foram temas centrais entre as teorias que se destinaram a refletir sobre a formação dos Estados Nacionais Modernos.

Em vista disso, este capítulo propõe discutir o processo de exploração da mão de obra escrava como oriundas de um Brasil desigual em termos de oportunidade e igualdades de direitos entre brancos e pretos, principalmente sinalizando a diferença no aspecto educacional, bem como a distinção entre racismo, discriminação, estereótipos e o processo de miscigenação no Brasil. Além disso, trataremos das políticas públicas para uma educação antirracista.

**Figura 11:** Vida dos negros após a lei áurea



**Fonte:** <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm> Acesso em 26.09.21

Com efeito, a nova ordem imposta infelizmente assegurava e mantinha a marginalização dos escravos, ou seja, a manutenção do período escravocrata; os libertos, em sua grande maioria, fugiram das fazendas, migravam para as cidades. Essa migração era fruto de um passado que os libertos não queriam lembrar, sobretudo pela exploração e um passado sombrio. Muitos deles migraram para outras cidades para rever familiares e parentes, os libertos foram cruelmente separados pelos seus “donos”. Essas migrações geraram insatisfação dos grandes proprietários de terras que mobilizaram as autoridades a reprimirem os ex-escravos por vagabundagem e vadiagem.

Outros, porém, foram para outras fazendas, sem emprego, sem estudos, sem perspectiva de vida, foram sujeitados a trabalhar para os grandes proprietários de terras por salários muito baixos devido à falta de reforma agrária. Isso nos mostra que a percepção do homem branco era de que os africanos não tinham verdadeiramente a sua tão sonhada liberdade. Dito isto, a falta de oportunidade aos libertos contribuiu para inserir na sociedade uma parcela de ex-escravos na marginalização, inclusive na criminalidade.

Como podemos constatar, ainda que os escravos tenham sido libertos por força de lei, eles eram mantidos e vistos pela sociedade como alguém inferior à classe da população branca, a marca de alguém que está ali para ser subalterno, sem direitos. Certamente, pode-se afirmar que o Brasil ao longo de sua história

viveu e ainda vive um modelo excludente baseado na raça e na cor. Ainda que existam leis condenatórias, o país ainda é permissivo no que tange à discriminação e ao preconceito.

Segundo Berghe (apud GUIMARÃES,1995), nos anos 70, do ponto de vista de suas estruturas, funções e mecanismos a definição sociológica de raça seria um grupo de pessoas que numa dada sociedade são socialmente definidas como diferentes de outros grupos em virtude de certas diferenças físicas reais ou putativas.

É notório que o conceito de raça no Brasil é extremamente ideológico e doutrinário. Nos séculos XVIII e XIX, os naturalistas estruturaram uma linha de valores entre as chamadas raças, perfazendo uma relação inseparável entre o biológico como a cor da pele, fenótipos, qualidades morais, psicológicas e culturais. Nesse raciocínio, os indivíduos da raça branca foram estabelecidos comumente superiores aos da raça negra e amarela em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc. Dessa forma, se tornavam mais aptos para dominar outras raças, principalmente a raça negra, mais escura de todas e, conseqüentemente, considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 1995).

Destarte, os traços físicos como o tamanho dos pés, a cor da pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, esses traços somente têm significação dentro de um sistema de ideias discriminatórias preexistente. Em síntese, alguém somente pode ter uma cor ou ser distribuído num grupo de cor se existir um interesse intencionalmente ideológico, na qual a cor tenha um significado.

Nesse viés, reafirmamos que o conceito de raça é político-ideológico e semântico, a raça é considerada como uma categoria de dominação e exclusão; observa-se, contudo, a inoperância científica em relação ao conceito.

Convém esclarecer que é imperioso diferenciar o conceito de racismo, estereótipos, discriminação e preconceito, visto que são termos que vêm sendo expressos e cujas ideias não podem ser abstraídas para que se possa compreender os fenômenos que cercam a sociedade. Do ponto de vista étnico racial o racismo é um conceito mais abrangente abarcando as ideias do preconceito, discriminação e

estereótipos. Todavia, certamente existem outros tipos de preconceito e discriminação.

O racismo, cuja procedência remonta o conceito de raça do século XV, se construiu historicamente, fruto de um extenso processo ideológico que foi se enraizando bem devagar. De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (BRASIL, 1998a, p. 12).

No tocante a essa questão é importante destacar que,

A teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras. (BEATO 1998, apud SANT’ANA, 2005, p. 60)

Por conseguinte, o racismo pode ser entendido como um fenômeno histórico-social ideológico, consolidado e manifestado por meio de preconceitos, discriminação e estereótipos.

Com efeito, o preconceito é uma ideia que antecede a própria relação, ou seja,

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação [...]. Ele pode ser definido também, como indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT’ANA, 2005, p. 62)

Evidencia-se que o preconceito é um julgamento prévio impregnado no cotidiano das pessoas por meio de marcas e estereótipos. O preconceito se manifesta por meio de valores, opiniões pré-moldadas. Diante disso, é de ordem subjetiva, jazendo na consciência e afabilidade dos indivíduos. A ação preconceituosa por si só não fere nenhum direito, mas alastra-se de tal maneira que se torna cravado na sociedade, modificando-se em jeitos e ações, o que nos remete ao conceito de discriminação.

A discriminação diz respeito a toda diferença, eliminação ou ressalva baseada no sexo, gênero, raça, cor da pele, linhagem, origem de nacionalidade ou étnica, orientação sexual, condição social, religião, idade, deficiência, entre outros, que tenha por artefato invalidar ou menosprezar a importância, o deleite ou exercício em

condições de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais em todas as esferas.

A discriminação, por sua vez, é

a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. (SANT'ANA, 2005, p. 63)

No entanto, podemos entender o estereótipo como uma ideia associada do preconceito. Podemos afirmar que é o estágio do preconceito, essa atitude se exterioriza na forma de expressões e/ou imagens que universaliza julgamentos amparadas pela ausência de criticidade.

O estereótipo, por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito visando “ (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do status quo; e legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade” (SANT'ANA, 2005, p. 65).

Sem dúvida alguma, a sociedade brasileira vive o mito da democracia racial; essa fantasia tem início desde o século XX, com a miscigenação do povo brasileiro; aponta que a população vive em harmonia e que não existem atos discriminatórios. Todavia, não é isso o que revelam alguns dados. Convém pontuar que até o século XX, a sociedade brasileira foi intensamente influenciada por teorias racistas advindas da Europa. As discussões eram geradas em torno da origem da espécie humana. De acordo com essas discussões, as diferenças étnicas seriam produto da superioridade ou da inferioridade de alguns grupos humanos sobre outros. Diante disso, muitos estudiosos passaram a aumentar os argumentos que explicavam a inferioridade da população que não fosse de origem europeia. O racismo por sua vez, ganhou força nessas teorias que proclamavam a inferioridade racial do negro em detrimento ao branco.

A discriminação racial, contudo, teria como motor a conservação e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser propositada ou apoiada em preconceito. O desejo de manter o próprio privilégio branco combinado ou não com um sentimento de rejeição aos negros, pode gerar discriminação.

No Brasil, Bento (2002a,p. 141) chama atenção que o branco livre da classe social tende a ser compassivo, quando se sente discriminado, por medidas como as políticas de ação afirmativa propostas a negros. Nesse exemplo, os brancos de classe alta e média procuram acusar essa iniquidade praticada contra o branco pobre. Entretanto, essa união da branquitude involuntariamente de suas diferenças tem uma finalidade comum: a manutenção do *status quo*. As regalias que o grupo branco obtém – mesmo quando pobre – devido ao racismo estrutural, podem ser apuradas em pesquisas que apontam as desigualdades sociais causadas inequivocamente pelo racismo.

Com isso, a identificação racial branca não se refere a uma identidade semelhante e inerte porque se modifica no decorrer do tempo. De acordo com o contexto, por exemplo nacional, ser branco pode denotar *ser* poder e *estar* no poder (CARDOSO, 2008, p. 204-210). Porém, se observa uma modificação em países como África do Sul, Brasil, Venezuela, Bolívia e Estados Unidos, se nos restringirmos ao poder Executivo.

Poderemos elucidar que a branquitude é um espaço de privilégios simbólicos, particulares, objetivo, ou seja, materiais concretos que contribuem para constituição social e cópia do preconceito racial, discriminação racial “desonesta” e racismo. Podemos pensar a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

Neste quesito, a autora revela que a identidade racial branca é o lugar de categorização social, a partir da lógica de que a branquitude não seria uma identidade marcada. Infere-se, então que o sujeito branco não possui raça ou etnia. Em suma, a branquitude procura se resguardar numa ambicionada ideia de sonogada, desconhecida, ao agir assim, ser branco é avaliado como padrão normativo singular. O branco enquanto indivíduo ou grupo idealizado como singular, padrão sinônimo de ser humano “ideal” é incontestavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade dentre outras.

Tendo em vista os aspectos citados, a superioridade da raça ariana foi um argumento que foi muito assimilado no Brasil e no mundo, trazendo consequências drásticas para as etnias que não eram arianas, como negros e amarelos. Por outro lado, serviu à ideologia do racismo científico para justificar o colonialismo europeu.

Segundo Munanga (2017), o racismo é uma crença na essência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação inerente entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Dessa forma, infere-se que, na cabeça do racista, a raça é um grupo com traços culturais, intelectuais e morais considerados por eles como inferiores, diferentes do grupo ao qual ele pertence.

Outrossim, é importante lembrar que o abolicionismo europeu elucubrou no Brasil ao mesmo tempo em que se expandia as ideias do racismo científico. O próprio Conde de Goubienau, que serviu como diplomata e era íntimo de D. Pedro II, foi o portador dessa propagação. Com a abolição da escravatura, confiava-se que a mestiçagem da população brasileira fosse induzi-la ao “embranquecimento”, ideia muito espalhada na propaganda oficial, que teve como principal favorecimento a imigração europeia, e a exceção à entrada de africanos no país até mesmo de asiáticos.

Como se não bastasse, em 1859, a teoria do inglês Charles Darwin publicada no livro “A Origem das espécies” foi mal interpretada e foi empregada para reforçar o racismo. Com isso se expandiram que havia grupos humanos superiores, porque eram evoluídos mais que outros e o parâmetro era a seleção das espécies. Essa evolução classificava os grupos negros e amarelos como inferiores ou primitivos porque não havia o espírito dos brancos que colocava o trabalho e desenvolvimento como parte da civilização branca em outras palavras. Então, o darwinismo interpretado pelos intelectuais racista do século XIX, deliberava que a evolução dos seres primitivos havia se produzido conforme uma seleção natural.

Entretanto, a identidade nacional brasileira surgiu do encontro e mestiçagem entre os nativos, brancos portugueses colonizadores e pretos africanos presos e trazidos ao Brasil. A esse respeito é importante destacar que

Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguendade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. (RIBEIRO, 2002)

A mestiçagem faz parte de um processo histórico de formação da nação brasileira, vivemos em um país diversificado em termos de cultura, costumes e

valores oriundos de nossa mistura indígena e africana e entre outros grupos. Não é possível negar a história de mistura dos povos. Porém, muitos mestiços negam a sua mestiçagem, acreditando possuir uma identidade branca, pois a cor branca lhe proporcionará superioridade.

No tocante a esse assunto, convém mencionar que

A miscigenação tem se constituído num instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra”, oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal humano, o branco. Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros em função de tal imaginário social que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definirem racialmente tais como: moreno escuro, moreno claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira, que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE, pardo! Algo que ninguém consegue definir como raça ou cor. Talvez o termo pardo se preste apenas para agregar os que, por terem a sua identidade étnica e racial destruída pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou simplesmente não desejam ser o que são. (CARNEIRO, 2011, p.61-62)

De acordo com a autora, a miscigenação se constitui uma forma eficiente do embranquecimento por meio de uma hierarquia que vê o negro na classe inferior e o branco no auge de todo o processo ideário social. As pessoas que aparentam ser mais claras têm uma melhor aceitação da sociedade em detrimento das mais escuras. Apesar de muitas as definições para a cor negra, segundo a autora, a que prevalece é a que é instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a cor parda. A autora ainda salienta que em virtude de os negros terem a sua cor abocanhada pelo racismo, pela discriminação e pelos aspectos históricos de seus antepassados, não sabem mais o que são ou não desejam ser quem realmente é.

Em razão disso, alguns descendentes de italianos, portugueses, espanhóis, entre outras nacionalidades, mesmo apresentando traços e fenótipos negroides, como por exemplo, ruivos de cabelos castanhos, moreno de olhos azuis, são diferentes nuances inclusos no interior da racialidade branca.

Carneiro (2004) relata que,

Insisto em contar a forma pela qual foi assegurada, no registro de nascimento de minha filha Luanda, a sua identidade negra. O pai, branco, vai ao cartório, o escrivão preenche o registro e, no campo destinado à cor, escreve: branca. O pai diz ao escrivão que a cor está errada, porque a mãe da criança é negra. O escrivão, resistente, corrige o erro e planta a nova cor: parda. O pai novamente reage e diz que sua filha não é parda. O escrivão irritado pergunta, "Então qual a cor de sua filha". O pai responde, "Negra". O escrivão retruca, "Mas ela não puxou nem um pouquinho ao senhor? É assim que se vão clareando as pessoas no Brasil e o Brasil. (CARNEIRO, 2011,p.66).

A miscigenação racial presente no Brasil vem se apresentando com uso político e ideológico, é uma seara de alta complexidade, porém, necessário salientar que a miscigenação é o sustentáculo para o mito da democracia racial no país. Sobre esse assunto,

a miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas, cuja extensão está sendo revelada pelas novas pesquisas genéticas que nos informam que 61% dos que se supõem brancos em nossa sociedade têm a marca de uma ascendente negra ou índia inscrita no DNA, na proporção de 28% e 33%, respectivamente. Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros em função de tal imaginário social que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definirem racialmente tais como: moreno escuro, moreno claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos. (CARNEIRO,2011, p.66).

Evidencia-se que essas distinções vêm funcionando de forma bastante potencializada restringindo as reivindicações coletivas em busca da tão sonhada equidade racial. Além disso, Carneiro (2011) nos chama a atenção em relação à miscigenação, esta mistura de raças se apresenta como a base no mito da democracia racial, isso então seria o indicativo da tolerância racial, argumento que esconde os atos de abusos sexual cometidos pelos colonizadores com mulheres negras e indígenas.

Atualmente, a discussão sobre as etnias que formam a sociedade e a cultura brasileira ganham novos contornos. Identificar-se como afrodescendente, por exemplo, é mais uma escolha pessoal de cada um do que propriamente uma definição por meio das características físicas ou biológicas, assim como ser judeu ou

cigano. Não são os traços físicos que definem a etnia de um grupo ou uma classe, mas a opção cultural.

Não é a cor da pele, a tessitura do cabelo, o tamanho do pé, o tamanho do nariz que explica que um povo é mais desenvolvido em detrimento de outro. São os aspectos históricos, ou melhor, é a história e não a natureza, que registra e que evidencia o desenvolvimento desigual de um povo. É necessário que as instituições de ensino eduquem e preparem para a formação de valores e conhecimentos capazes de os descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos sejam altivos de seu pertencimento étnico-racial, dessa forma, construir-se-á uma sociedade igualitária e que todos tenham seus direitos garantidos, respeitados e valorizados.

É preciso ainda respeitar os processos históricos de resistência negra oriundos dos africanos escravizados no Brasil. É preciso repudiar qualquer forma de discriminação independentemente da cor da pele, da miscigenação, raça, cor, sexo, idade ou qualquer outra forma de discriminação.

### 3.1 EDUCAÇÃO TEM COR?

"Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga, sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade."<sup>7</sup>

*Luiz Gama (1830-1882)*

O trecho do poema escolhido como abertura desta seção é de autoria do baiano Luiz Gama, o qual lutou ativamente contra o racismo. Em sua fala reverbera a indignação contra toda e qualquer discriminação, sobretudo quando essa discriminação está pautada na cor da pele. Poeticamente, Gama chama a atenção

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/655-luiz-gama>

para o fato de que o povo que sofre discriminação por conta da cor da pele é o mesmo que trouxe riqueza para muitos, é um povo de pele escura, tão escura quanto a cor de sua terra de origem, terra onde vulcões de liberdade eclodem constantemente. O ativista baiano chama a atenção para o desejo de ser livre que pulsava em seu coração, livre da escravidão, livre do desrespeito, livre do racismo.

Esses versos de Gama representam o anseio que ainda hoje grita na alma de negros e negras no Brasil. Anseio de serem vistos sem discriminação, de serem respeitados, de não serem olhados de forma diminuída, de terem as mesmas oportunidades que pessoas brancas têm, sobretudo quando o assunto é educação.

Infelizmente, para negros e negras, concluir a educação básica e prosseguir com os estudos, ingressando na educação superior, têm sido tarefa árdua por uma série de fatores, desde questão de moradia, questões econômicas e o preconceito que está presente em todas as esferas sociais. Quantos estudantes negros e negras não abandonam o ensino porque sofreram (e sofrem), nas instituições de ensino, discriminação por conta da cor da pele, do cabelo, enfim, por conta de seus traços étnicos? O que sabemos sobre a história dos negros antes de chegarem ao Brasil como escravizados? Que sabemos sobre os heróis e heroínas negras que deram suas vidas para construir a história do Brasil?

O nosso conhecimento sobre a história dos africanos que aqui chegaram e que são nossos antepassados ainda é incipiente, parco, haja vista que o conhecimento histórico e cultural produzido e aos quais, enquanto estudantes, temos acesso, são na verdade narrativas feitas pelos brancos europeus ou por brasileiros que foram educados sob o prisma da visão eurocêntrica.

O movimento negro tem envidado esforços para que se discutam as questões étnicas raciais, pesquisadores negros têm produzido materiais teóricos e têm irrompido com o silenciamento imposto pela ideologia eurocêntrica. Contudo, quanto desse material têm chegado às escolas de educação básica, ao ensino superior? O que tem sido feito em termos de políticas para que a educação brasileira seja multicultural e respeite a diversidade? Quais ações têm sido desenvolvidas para que a educação no Brasil seja de qualidade e para todos, não apenas para os brancos? O que tem sido feito para que os negros tenham acesso e consigam concluir o ensino superior?

Acreditamos que a caminhada rumo a uma educação antirracista começou com o engajamento do movimento negro e tem como ponto marcante a

promulgação da lei 10.639/2003. Ela é o pontapé para desconstrução da imagem do Brasil como paraíso étnico. Acreditamos que o racismo no Brasil é escamoteado, posto que houve um engajamento histórico para construir essa ideia no imaginário coletivo.

Assim sendo, nesta seção de nossa pesquisa, buscamos, em primeiro plano discorrer sobre a estruturação do racismo que teve suas bases lançadas no período colonial. Em seguida, abordamos a lei 10.639/2003 destacando as demandas que ela exige em favor de que a história do povo africano e sua cultura sejam ensinadas nas escolas, favorecendo uma educação antirracista. Por fim, discorreremos acerca das políticas públicas de inclusão de negros nas universidades, como uma forma de construir uma educação multicolor, não uma educação apenas para brancos.

No Brasil, há uma dificuldade de se combater o racismo porque predomina no imaginário popular o mito da democracia racial. Obras como Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre contribuíram para disseminar a ideia de que o brasileiro é resultante da mistura de ao menos três raças e, por isso, as pessoas convivem em perfeita harmonia. Outro fator que corrobora com essa ideia de convivência harmoniosa entre negros e brancos no Brasil advém do parâmetro de relação social estabelecido: o estadunidense. Nos Estados Unidos, durante muitos anos houve uma segregação muito forte, violenta, explícita, com marcação de lugares em ônibus, estabelecimentos comerciais específicos para negros e brancos, banheiros de brancos, banheiros de negros, entre outros (GUIMARÃES, 1995; ARANTES, 2017). É válido destacar aqui que o racismo é uma realidade violenta e que a negação deste “é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial” (KILOMBA, 2010, p.34).

Francisco Júnior (2008) ao ponderar sobre a questão do povo negro no Brasil discute o quanto a questão ainda é preocupante, pois apesar de se falar muito em igualdade racial, essa igualdade não se concretiza, não se materializa, ou seja, a igualdade racial fica limitada à esfera discursiva. A situação atual dos negros na sociedade brasileira é “fruto de um processo de desumanização, devido a uma distorção histórica na qual se instaura a situação-opressora estabelecida pela violência de quem oprime” (FRANCISCO JR., 2007, p. 10).

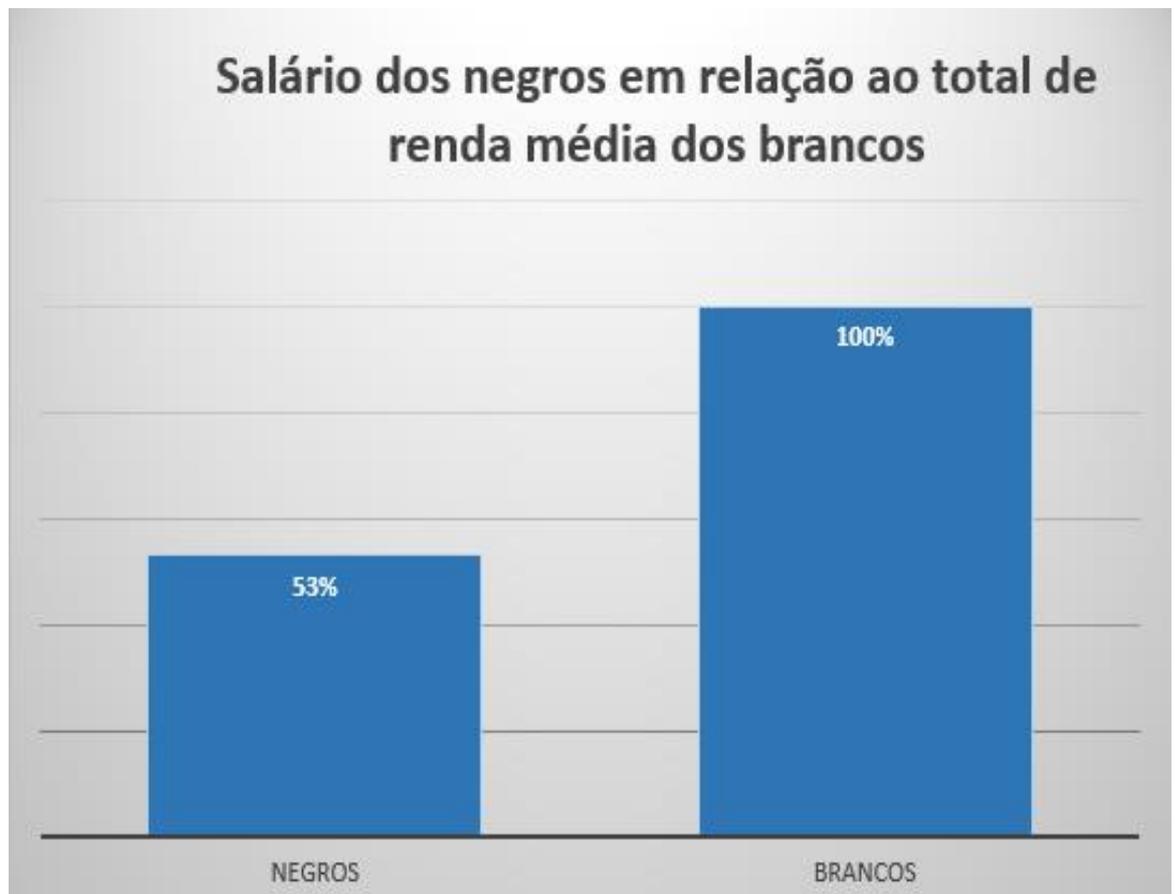
Apesar de no Brasil não ter ocorrido uma separação de espaços tão evidente como ocorreu no território estadunidense, ela existe, é velada, escamoteada. Uma rápida análise revelará que, tal como preconizada Francisco Júnior, a democracia

racial permanece no discurso, que na realidade não há democracia racial nenhuma, convivência harmoniosa nenhuma. É só pensar nas respostas aos seguintes questionamentos:

- O número de negros e negras que concluem a educação básica é o mesmo de pessoas brancas?
- Quantos estudantes negros e negras conseguem ingressar e concluir o ensino superior?
- Negros e negras quando exercem os mesmos cargos que pessoas brancas têm a mesma remuneração que os brancos?
- Qual o percentual de brancos que vivem em favelas ou nas periferias das cidades brasileiras?

Algumas dessas questões são respondidas por Arantes (2017, p.1). A autora, traz alguns dados estatísticos sobre a população negra conforme veremos a seguir.

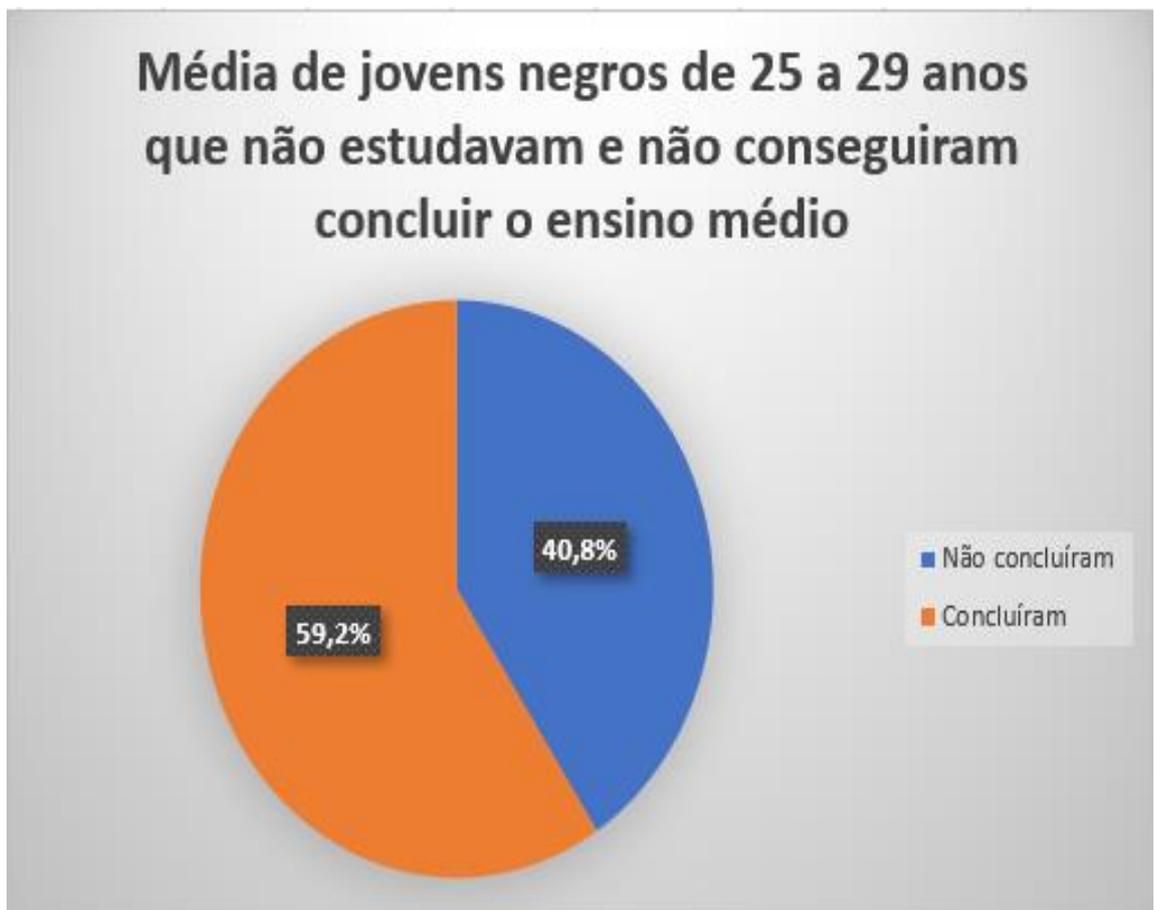
**Gráfico 1:** Diferença salarial entre negros e brancos



**Fonte:** ARANTES, 2017.

Segundo a autora, pessoas negras ganham 53% do total da renda média das pessoas brancas. Além dos salários dos negros serem menor em relação aos salários dos brancos, a população negra está inserida nas posições mais precárias da sociedade brasileira, eles trabalham sem carteira assinada, exercem funções em serviços domésticos ou trabalho por conta própria. Ao tempo que as pessoas brancas têm a maior atuação na faixa dos salários mais altos, os negros são em sua grande maioria nas faixas que representam os menores salários.

**Gráfico 2:** Tempo de estudo de jovens negros

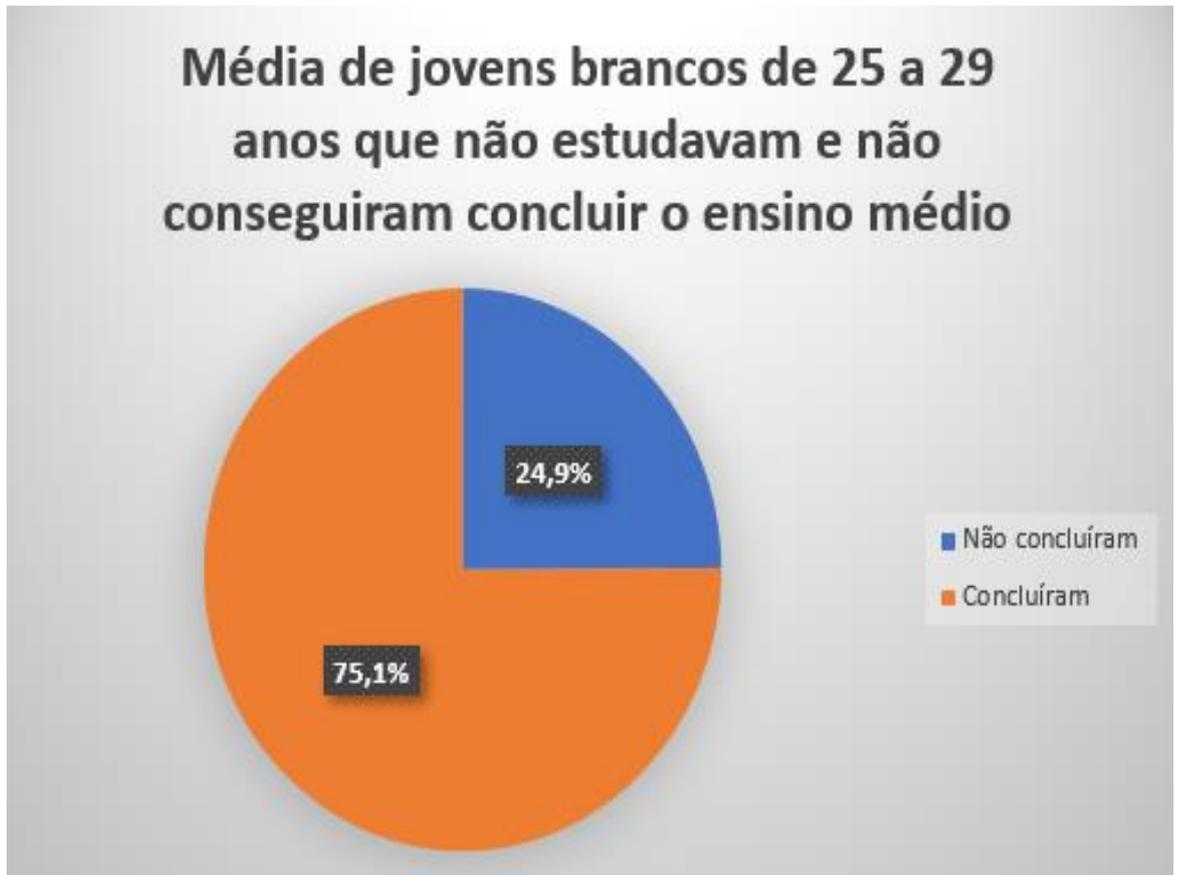


**Fonte:** ARANTES, 2017.

De acordo com a autora, 40,8% dos jovens negros de 25 a 29 anos não estudavam e não conseguiram concluir o ensino médio. O cenário em relação a educação é assustador. Por muito pouco quase a metade dos jovens negros não chegavam até à escola e não concluíam a educação básica. O fato de ser negro no

Brasil amplia a probabilidade de exclusão escolar ao longo de toda a educação básica. Além disso, o abandono escolar é um dos maiores entraves da educação no país. As causas são inúmeras, inclusive os índices de reprovação desse público.

**Gráfico 3:** Tempo de estudo de jovens brancos



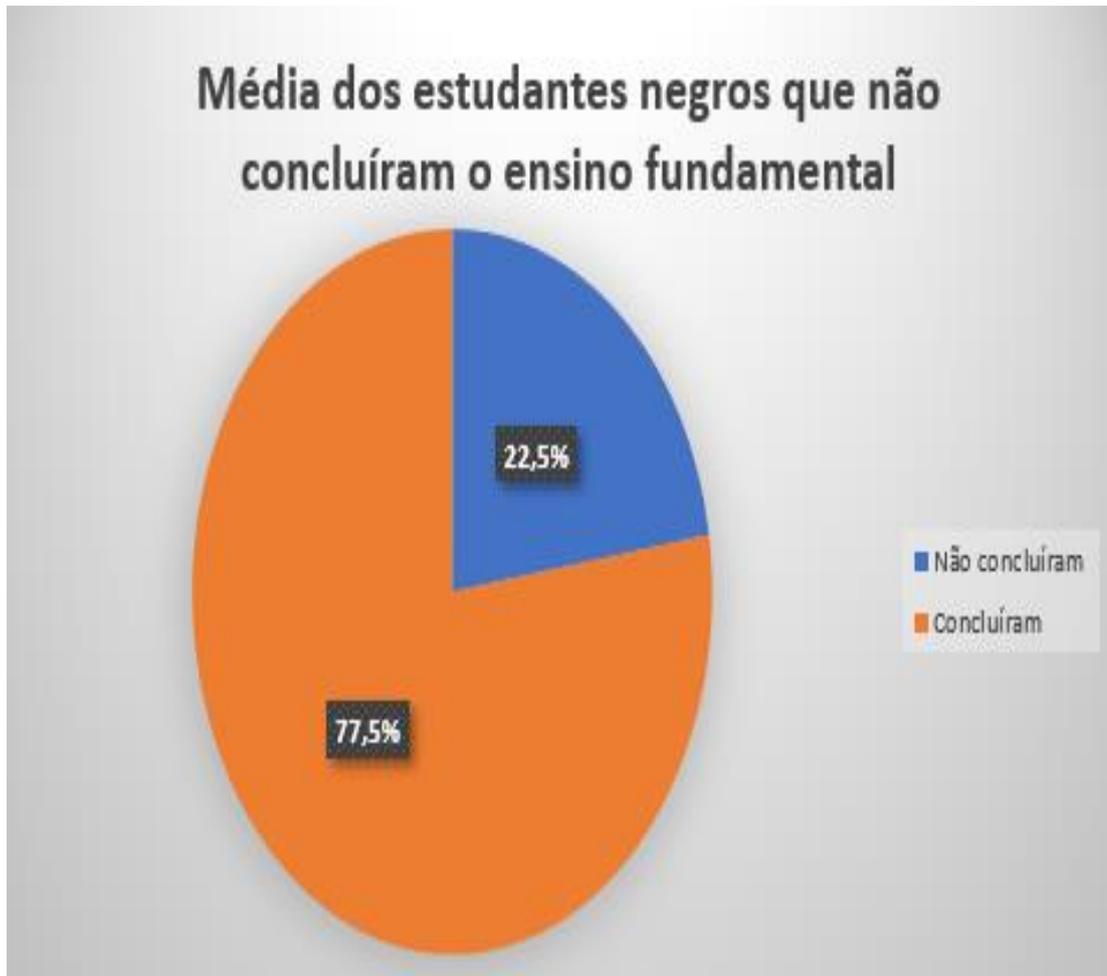
**Fonte:** ARANTES, 2017.

Entre os brancos, a taxa de jovens que não estudavam e que não conseguem concluir o ensino médio é bem menor, representa 24,9%. Constata-se tamanha diferença entre os jovens brancos que não concluíram o ensino médio em detrimento aos jovens negros. Não é difícil perceber o abismo que separa negros e brancos, basta olhar as estatísticas. Os principais levantamentos estatísticos das últimas décadas, que incluíram a categoria “raça/cor”, revelam as desigualdades raciais no Brasil, especialmente nos anos médios de escolaridade.

A constatação dos números é o início de um processo de desvendamento dessas desigualdades raciais. O próximo passo é decodificar estes dados a partir de uma visão histórica sobre a formação social brasileira centrada nos afrodescendentes, assim como valer-se destes números como ferramenta política no

combate aos discursos que asseguram que não existe discriminação racial na sociedade brasileira e a favor de políticas públicas que promovam a igualdade racial.

**Gráfico 4:** Média dos estudantes negros que não concluíram o E. Fundamental



**Fonte:** ARANTES, 2017.

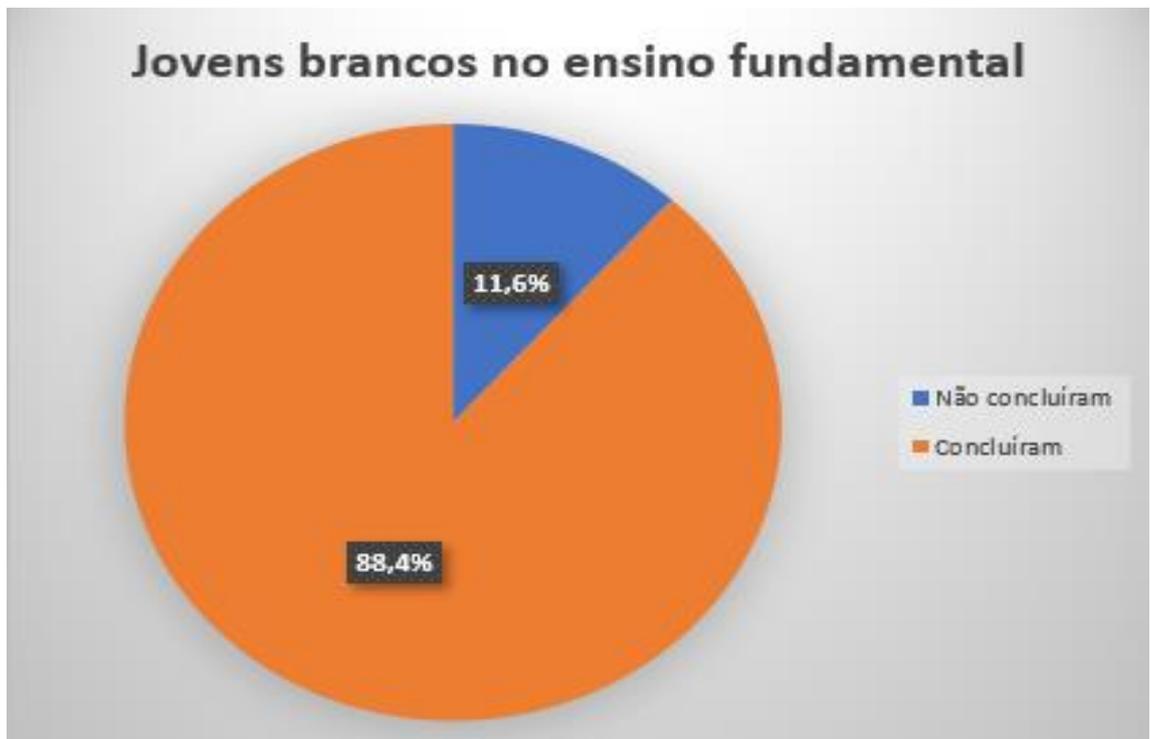
Arantes ainda revela que 22,5% dos estudantes negros não concluíram nem mesmo o ensino fundamental. Segundo esses dados, a condição social da população negra é expressivamente inferior à condição da população branca. Muitos desses estudantes negros abandonam a escola porque necessitam trabalhar para se sustentar e sustentar suas famílias. De forma estrutural e sistêmica, a desigualdade entre negros e brancos na sociedade brasileira é, sem sombra de dúvidas indiscutível. Conforme revela o site Observatório de Educação,

Se realmente queremos construir uma sociedade igualitária, é necessário compreender qual o papel que cada estrutura socioeconômica desempenha

na reprodução do racismo, a fim de desenhar estratégias eficazes para o seu enfrentamento. Nesse cenário, o combate à desigualdade racial na educação é essencial, enquanto elemento indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária<sup>8</sup>.

Portanto, as condições de desigualdades ainda se perpetuam no Brasil. Isso rompe com a ideia falaciosa de que o país é uma democracia racial. Basta interrogarmos o cotidiano nas escolas e, sobretudo, o fazer profissional dos envolvidos dentro do espaço escolar, a luta à diferença racial também no aspecto educacional deve ser primordial e efetiva, se assim não for, não se garante cogitar uma sociedade igualitária, isto é, direitos iguais para todos.

**Gráfico 5:** Jovens brancos que concluíram o Ensino Fundamental



**Fonte:** ARANTES, 2017.

Constata-se a partir do que mostra a pesquisadora, que o número de estudantes brancos que não concluíram o ensino fundamental é praticamente a

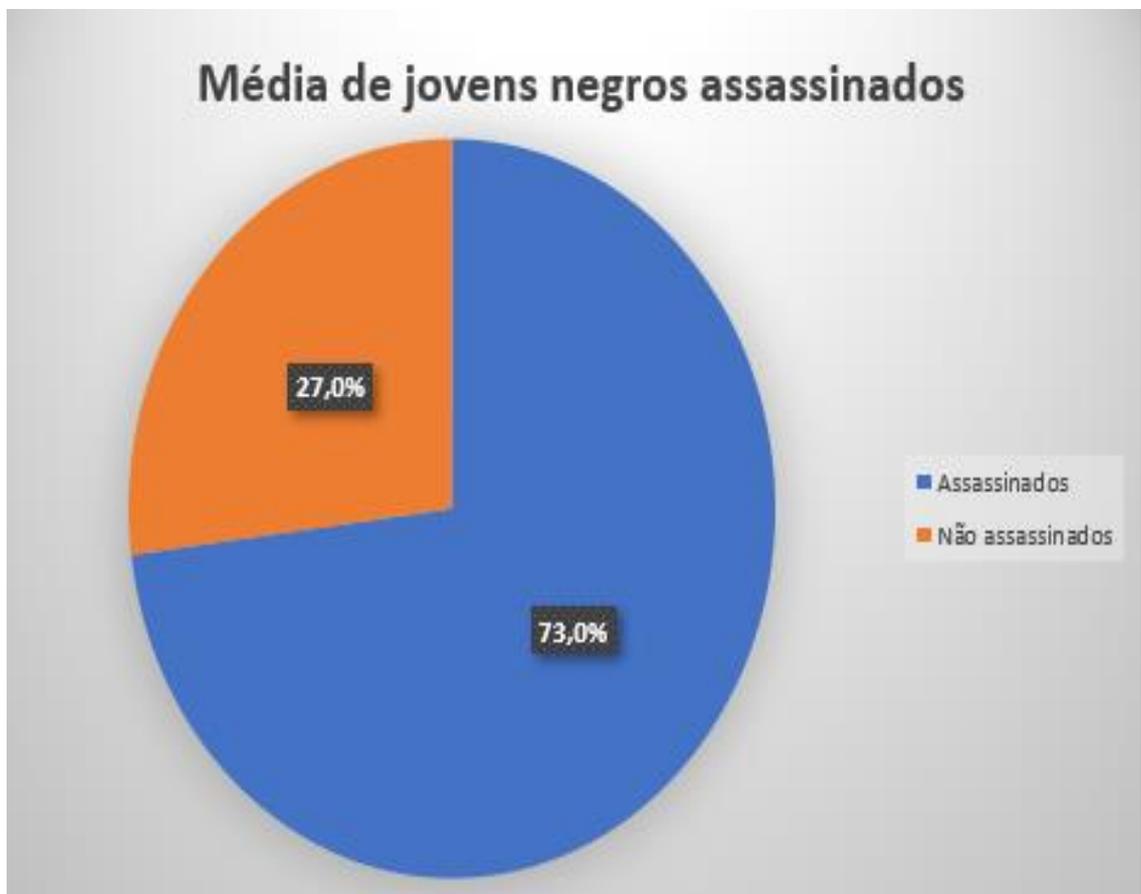
<sup>8</sup> Instituto Unibanco. Desigualdade racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

metade em relação ao negros, 11,6%. Isso se deve a diversos fatores, dentre eles, conforme Bento (2003),

Ao ingressar no Ensino Fundamental a juventude negra sofre preconceito, sendo por vezes, taxadas como desinteressadas, menos cuidadas e menos merecedoras do olhar atento de educadoras e educadores. Um dos grandes fatores que espelham o grande número de evasão de crianças negras, assim tem-se a realidade de que “sete a cada dez negros/as não completam o ensino fundamental (BENTO, 2003, p. 102).

É necessário que os estabelecimentos escolares criem condições para que os alunos tenham orgulho de seu pertencimento racial, valorizando sua cultura e sua trajetória histórica. Quiçá esses números podem ser igualados, garantindo direitos na mesma proporção para todos. Algo divergente disso, os alunos serão subalternizados a uma realidade vilipendiada e desacreditados por um currículo escolar que privilegia única e exclusivamente a cultura europeia em detrimento da africana mesmo após a lei 10639/2003.

**Gráfico 6:** Percentual de jovens negros assassinados



**Fonte:** ARANTES, 2017.

A comparação da taxa de assassinatos de jovens negros comparada com a taxa de assassinatos de brancos é altíssima. De cada 100 jovens brancos, 29% são assassinados, entre negros esse número absurdamente sobe para 73%. Pode-se afirmar aqui, que possivelmente haja diversas explicações para isso, se é que existe explicação para atrocidades como essa. Pesquisas mostram que os jovens negros são bem mais perseguidos pelos policiais, além disso, sentem grandes obstáculos na justiça criminal, tem grande dificuldades de gozarem do direito de ampla defesa assegurado pelas leis vigentes, tendem a ter um tratamento penal mais ríspido, concebido pela maior probabilidade de serem penitenciados paralelamente aos jovens brancos.

A infâmia da cor escoltou o negro, também nas primeiras décadas do século passado, na caracterização dos suspeitos.

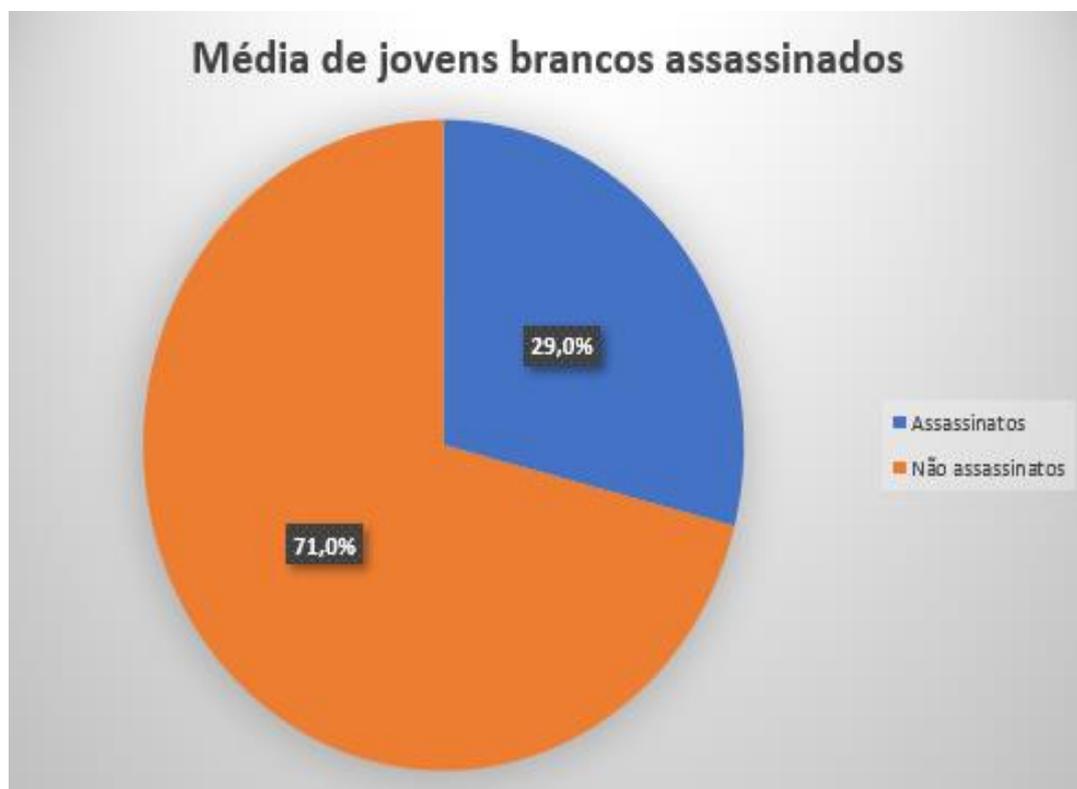
Em 1892 um delegado de polícia descrevia uma jovem suspeita de realizar um furto: trata-se de uma preta, de estatura pequena, de cabelos encarapinhados, de olhos grandes, bons dentes, lábios grossos (FAUSTO,1984, p. 54).

Ser negro foi arquitetado como sendo uma característica representacional identitária negativa. O racismo de autoridades policiais está situado nas reproduções de depoimentos, agregando o negro ao ócio, à violência e à permissividade sexual.

Segundo explica Ivair Santos (2013), uma pesquisa realizada do Instituto de Estudos da Religião (Iser), coordenada pelo sociólogo Ignácio Cano (1997), após ponderar mais de mil homicídios cometidos pela polícia no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1993 e 1996, o relatório conclui que a raça estabeleceu um fator que entusiasma a polícia – seja conscientemente ou não – quando atira para matar. Quanto mais escura a pele, mais apta ela está de ser vítima de uma agressão fatal por parte da polícia. Os registros apontam que, entre os mortos pela polícia, os negros e pardos são 70,2% e os brancos 29,8%.

Diante dos fatos e dos dados mencionados, percebe-se que a função da raça no uso da força policial letal provavelmente, seja o início das violações mais rigorosas dos Direitos Humanos no Brasil.

**Gráfico 7:** Percentual de jovens brancos assassinados



**Fonte:** ARANTES, 2017.

De cada 100 jovens brancos, 29% são assassinados, entre negros esse número sobe para 73 (ARANTES, 2017). Pode-se falar em democracia racial num país com esses índices? Com certeza, não.

Em se tratando do campo educacional também não há democracia racial. Trazem os livros didáticos conteúdos históricos e culturais da cultura negra, indígena ou quilombola? A esse respeito, concordamos com Joelson Onofre (2008) quando ele comenta que há um silenciamento no currículo, uma ausência de culturas, sobretudo quando se trata de grupos marginalizados ou que não disponham de estruturas de poder .

Nesse sentido, podemos dizer que a escola, que a universidade e muitas outras instituições de ensino corroboram com o racismo na medida em que seus currículos, suas práticas pedagógicas, seus materiais de ensino não contemplam a cultura negra e tantas outras que são silenciadas. Além disso, quando as instituições de ensino superior não adotam estratégias para que as desigualdades sociais e de

acesso ao saber não impeçam os estudantes negros de ingressarem em seus espaços, ela não está sendo excludente, racista e discriminatória?

A resposta a esse questionamento é sim. Por isso, refutamos a ideia mítica do Brasil como país da convivência harmoniosa e pacifista entre diferentes grupos étnicos. O que prevalece na sociedade brasileira é o chamado racismo estrutural e institucional.

O primeiro termo designa uma construção histórica, política, social e cultural da ideia de raça e que estabelece a superioridade de determinados grupos étnicos em relação a outros (ALMEIDA, RIBEIRO, 2019). Já o segundo termo, racismo institucional, designa o racismo que se manifesta nas estruturas de organização da sociedade. O termo foi estabelecido em 1967 por Stokely Carmichael e Charles Hamilton, ativistas negros que defendiam a ideia de que existe uma falha coletiva da sociedade em prover serviço apropriado e profissional às pessoas pertencentes a determinadas classes em decorrência de sua cor, cultura ou pertencimento étnico (SILVA, 2017).

Observamos esse racismo estrutural em materiais históricos, sobretudo aqueles que são usados na esfera do ensino. Tais materiais descrevem negros e índios como “arcaicos” e sem “história”. Quem assim os descrevem? O branco colonizador, europeu, que mostra as diferenças culturais entre povos pelo viés da inferioridade ( FRANCISCO JR., 2008,p.398).

O racismo ou a ideia de raça estão atrelados às circunstâncias históricas em que são utilizados, envolvendo “conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIDA; RIBEIRO, 2019, p.18).

A ideia de raça que o branco europeu introduziu em terras brasileiras e que ainda hoje se reflete nos espaços educacionais, nos espaços laborais e nas mais diversas relações interpessoais é antigo. O filósofo grego Aristóteles já manifestara o pensamento de que havia pessoas superiores a outras, que “alguns povos estariam destinados ao trabalho duro e forçado por nascerem mais fortes, enquanto outros, mais débeis e capacitados intelectualmente, deveriam exercer o governo e dominação sobre os primeiros” (FRANCISCO JUNIOR, 2008, p.399).Essa ideia embrionária de superioridade racial manifestada por Aristóteles vai ressurgir por volta do século XV, quando François Bernies, um físico francês, resolve classificar

os povos tendo como parâmetro a cor da pele. Dessa forma, os traços estéticos e biológicos foram usados para categorizar os povos e defender a ideia da escravidão, de que alguns povos nasceram para dominar e outros para serem escravizados (ALMEIDA; RIBEIRO, 2019).

Esse pensamento é reforçado quando Charles Darwin publica sua Teoria Evolucionista. O pensamento darwinista de que há espécies superiores e que estas eliminam as mais fracas também corroborou com a crença dos europeus de que eles eram superiores e deveriam dominar os demais povos. Essa teoria, mal interpretada, foi o pilar do pensamento racista moderno e que isentou o branco europeu de qualquer culpa, pois não era ele o responsável por essas supostas diferenças (FRANCISCO JUNIOR, 2008).

Dessa forma, todo povo com modo de vida, costumes diferentes dos europeus eram considerados atrasados, sem cultura, sem história. Essas teorias europeias, os conhecimentos produzidos pelos europeus foram transformados em “verdades universais e invisibilizou e silenciou os sujeitos que produzem conhecimentos “outros” (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p.23).

O racismo é, portanto, uma prática estrutural, ou seja, foi construído, sistematizado ao longo da história, por meio do discurso perverso do europeu, o qual faz do colonizado, como diz Fanon (2003, p.35), “uma quinta-essência do mal”. Assim, os negros silenciados não puderam dizer que em África eles eram reis e rainhas. Indígenas também não puderam se defender, foram taxados de não terem valores e de serem preguiçosos.

É válido trazer uma explicação ainda mais detalhada do que vem a ser racismo, a saber,

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos (ALMEIDA, RIBEIRO, 2019, p.22).

Os ativistas do movimento negro acima citados nos chamam a atenção para o fato de que o racismo nem sempre é consciente. No caso do povo brasileiro, por

exemplo, a ideologia eurocêntrica domina o pensar de muitos cidadãos os quais não conseguem enxergar os processos discriminatórios que existem no país. Essa ideologia eurocêntrica ainda está impregnada na mente de muitos brasileiros, em virtude do que Quijano (2007) nomeou como colonialidade. Para esse estudioso latino, o “Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à inter-subjetividade de modo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2007, p. 93). Para uma melhor compreensão do que seja colonialismo e do que vem a ser colonialidade é válido citar o pensamento de Torres (2007, p.131, grifo nosso):

O **colonialismo** denota uma relação **política e econômica**, na qual a soberania de um povo está no **poder de outro povo** ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a **colonialidade se refere a um padrão de poder** que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, **a colonialidade sobrevive ao colonialismo**. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente.

O que os teóricos aqui citados trazem a lume é o fato de que o domínio político e econômico dos portugueses sobre o território, sobre o povo brasileiro não existe mais. Contudo, as ideologias racistas estão impregnadas, incrustadas nas mentes dos brasileiros e podem ser vislumbradas nas relações econômicas, nas relações laborais, nas instâncias de ensino, nos materiais didáticos, nas produções culturais e até na questão identitária. O modo como o negro, como o quilombola, como o indígena vê a si mesmo, faz emergir a ideologia racista. Os materiais de ensino elaborados sob a ótica do colonizador trazem os colonizados como um povo inferior, como mercadoria, como destinado à dominação (OLIVEIRA, CANDAU, 2010). Como um povo que se vê retratado nos livros de história como sujeitos escravizados, sem cultura, podem hoje olhar a si mesmos com admiração?

A remuneração de brancos e negros exercendo as mesmas funções não é a mesma. Nas instâncias de ensino e em determinadas profissões, sobretudo, as de

maior prestígio e salário, pessoas negras são raras. Quantos meninos e meninas negras não tinham vergonha de seu cabelo, de seus traços identitários?

Qual o fator que justifica tudo isso? A colonialidade do poder e a colonialidade do saber. O colonizador europeu destruiu o imaginário dos povos dominados, reprimiu os modos de produção de conhecimentos, os saberes e as representações dos colonizados, impondo a visão eurocêntrica. Dessa forma, essa visão eurocêntrica não fica circunscrita aos europeus, mas àqueles que são educados a partir dessa lógica de pensamento (OLIVEIRA, CANDAU, 2010).

Nessa ótica, no Brasil observamos não só o racismo estrutural quanto institucional posto que algumas instituições passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, RIBEIRO, 2019, p.41).

Por conta disso, a quebra desse poder, desse domínio colonialista demanda a produção de materiais didáticos-pedagógicos, depende da reestruturação ou (re) construção de um currículo escolar que desconstrua essa visão eurocêntrica, depreciativa dos negros e dos povos originários do Brasil. Para tanto, demandam-se políticas públicas que fomentem a formação de professores e a produção de materiais que façam referência aos aspectos diferentes dos povos na perspectiva do respeito à diversidade e a interculturalidade, assuntos que serão abordados no tópico a seguir.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: LEI 10.639/2003

A Lei 10.639/2003, alterada pela lei Lei 11.645/08, trata-se de um importante documento resultante do ativismo do movimento negro. Essa lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Nas palavras de Oliveira e Lins (2013, p.13) as leis anteriormente citadas

Foram as primeiras reformas significativas da LDBEN de 1996 e, surpreendentemente, representaram algumas das legislações educacionais

que mobilizaram diversos atores, estabeleceram conflitos de diversas ordens, mas também causaram frustrações e impasses. Centenas de artigos foram escritos, dezenas de teses e dissertações abordaram o tema e, com um recurso jurídico em mãos, centenas de sujeitos envolvidos na temática promoveram debates, novas formulações, ações governamentais e novas pesquisas científicas.

A lei causa conflito porque ela combate o mito da convivência pacífica entre negros e brancos, questiona a historiografia oficial e propõe um ensino que respeite a diversidade étnico-cultural. Além disso, institui o Dia Nacional da Consciência Negra em 20 de novembro.

Muitos são os que questionam a existência de um dia no calendário para recordar a importância, as contribuições dos negros africanos na construção do país. Essa medida é necessária porquanto, como diz Quijano (2007), a colonialidade silenciou, apagou da história as vozes e os símbolos dos povos dominados, impedindo-os de manterem sua identidade. O colonizador imprimiu à força seus traços, seu modo de ver sobre os povos dominados, falando por eles. É necessário, portanto, que negros, indígenas, quilombolas, entre outros, falem por si, narrem suas histórias e revelem suas crenças, suas identidades.

Importa ressaltar que a lei ora discutida representa uma vitória do movimento negro, mas põe em relevo o caráter discriminatório das instituições de ensino, de seus currículos, haja vista que as culturas não só dos negros, como de indígenas e quilombolas, apenas passem a ser consideradas pela força de uma legislação (OLIVEIRA, LINS, 2013). Um povo que necessita de imposição legal para considerar o direito e a cultura de outrem, precisa repensar seus valores.

Silva e Santiago (2019) também consideram as leis aqui discutidas como responsáveis por irromper com o silenciamento acerca das questões étnico-raciais que imperava na sociedade brasileira. Apenas nos movimentos negros a questão era pensada, discutida, contudo, a ascensão de governos populares aliada à pressão internacional corroborou para

adoção de políticas afirmativas e a presença de militantes de organizações sociais nesses governos, além do acúmulo de discussão dos movimentos, possibilitaram que reivindicações nesse intuito ganhassem caráter de políticas públicas, que foram implementadas em alguns governos municipais e estaduais, bem como no governo federal, a partir de 2003 (SILVA; SANTIAGO, 2019, p.1).

Essa lei é fruto de luta, de engajamento político de negros e negras e indígenas que se recusaram a aceitar o apagamento histórico-cultural a que foram submetidos por muito tempo. Ademais do que já foi apresentado, há que se destacar que a lei 10.639/2003 representa

uma nova política pública no campo da educação, e que tem como característica a inovação, a disputa política contra-hegemônica, a desconstrução de conceitos e noções fortemente arraigados – inclusive no campo educacional – e, por conta disso, a proposição de novos parâmetros interpretativos e analíticos alternativos àqueles já consolidados nos estudos históricos e na educação. (OLIVEIRA, LINS, 2013, p.14).

A lei 10.639 representa os passos iniciais de uma luta em favor de uma verdadeira igualdade étnica e da busca pela “superação do racismo na educação,”. Para que isso se efetive, se faz necessário “combater às estruturas ideológicas consolidadas que reproduzem os estereótipos contra as populações indígenas e as discriminações e o racismo contra negros e negras no espaço escolar” (OLIVEIRA, LINS, 2013, p.14).

Essa lei é muito significativa porque ela vai de encontro ao silenciamento que foi imposto aos colonizados. Kilomba (2010) fala como a boca dos homens e mulheres escravizados foi um órgão que os colonizadores lutaram por dominar, por controlar, por ser o órgão da negociação. Desde os tempos da escravidão, o branco europeu julgava que os negros queriam o que lhes pertenciam. A historiadora discute a questão da boca mostrando que ela é uma metáfora para a posse, haja vista que o branco vivia a fantasiar

que o sujeito Negro quer possuir algo que pertence ao senhor branco, os frutos: a cana-de-açúcar e os grãos de cacau. Ela ou ele quer comê-los, devorá-los, desapropriando assim o mestre de seus bens. Embora a plantação e seus frutos, de fato pertençam ‘moralmente’ à (ao) colonizada/o, o colonizador interpreta este fato perversamente, invertendo uma narrativa que lê tal fato como roubo (KILOMBA, 2010, p.172).

É lamentável perceber que esse sentimento se evidencia na fala de muitas pessoas que questionam o Dia da Consciência Negra, questionam a lei 10.639, questionam o estabelecimento das cotas nas universidades. O discurso é de que os negros desejam privilégios ou “roubar” o que pertence aos brancos. O que se anseia é uma reparação pelos danos históricos, pelos anos de exploração do povo negro,

espera-se construir uma sociedade mais justa, sem racismo e com direitos iguais para todos.

O combate a esse pensamento, a desconstrução do pensamento colonialista só se efetivará quando se investir na formação docente, na reelaboração de materiais didáticos e na (re) construção dos currículos escolares. Algumas iniciativas já foram tomadas- a partir do engajamento dos movimentos sociais e militantes da instituição- como exemplo pode ser citada a Universidade Federal Rural de Pernambuco que, em 2012, incluiu como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura a disciplina Educação para as relações étnico-raciais. É um passo importante, pois se principia a formação de docentes com formação teórica para lidar com a diversidade etnicorracial.

No âmbito da região Sul da Bahia, o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, criado em 2014 pela Universidade Federal do Sul da Bahia, é um exemplo de curso voltado para a formação continuada dos professores de diversas áreas do conhecimento que estejam no exercício da docência na Escola Básica, assim como para aqueles profissionais inseridos em outros espaços formais e não formais de ensino produzir, trocar e disseminar conhecimentos sobre diversidade, em particular aqueles baseados nas questões étnico- raciais, de gênero e sexualidade<sup>9</sup>.

Apesar da lei 10.639 ter sido promulgada em 2003, ou seja, há 18 anos, ainda não foi sistematizado um programa de ensino ou de práticas pedagógicas que promovam uma educação antirracista. Desse modo, na perspectiva de Oliveira e Lins (2013) e Candau (2014), os docentes que almejam construir uma prática pedagógica que respeite a diversidade étnica precisam estabelecer alianças, parcerias. Esses estudiosos entendem que ações voluntárias não são eficazes, mas as parcerias, associações ou “[...] uma aliança com os movimentos sociais negros e indígenas e na compreensão de que as mesmas não são exclusivas de especialistas e gestores, mas principalmente dos docentes que enfrentam no seu dia a dia o racismo e as discriminações de toda ordem” se configuram como estratégia eficaz para um ensino antirracista (OLIVEIRA, LINS, 2013, p.19).

A construção de uma prática pedagógica e de um currículo antirracista é um desafio para escola, para os gestores e os docentes, haja vista que eles precisam

---

<sup>9</sup> <https://ufsb.edu.br/ppger/>

educar os alunos numa perspectiva que nem eles mesmos foram educados. Os docentes precisarão ser discentes primeiro, pesquisar, aprender, deverão mudar suas próprias perspectivas a fim de “educar alunos diferentes e permitir-lhes outra imagem, diferente daquela padronizada, estereotipada e racializada” (OLIVEIRA, LINS, 2013, p.19). Aos que desejam cumprir a lei, estabelecer alianças, se articular com os movimentos sociais é salutar, pois

Não há uma estrutura nos sistemas de ensino que seja eficaz para um tipo de postura permanentemente pedagógica antirracista e pluriétnica. As resistências a este tipo de discussão são muitas, e os professores devem se articular, na medida do possível, em outras redes: colegas de outras escolas, especialistas comprometidos nas universidades, militantes dos movimentos sociais negros e indígenas, sindicatos e outros tipos de associações. Só neste tipo de articulações é possível fazer valer, ou pelo menos iniciar um trabalho de médio e longo prazo, a força da legislação (OLIVEIRA, LINS, 2013, p.19).

Para os professores que desejam construir uma prática docente antirracista e de respeito à diversidade étnico-racial, o primeiro passo é pensar em sua formação continuada. Sendo assim, buscar parcerias com universidades, sobretudo as que implantaram cursos de pós-graduação tanto *latu sensu* quanto *strictu sensu* é importante para aquisição de subsídio teórico-metodológico que corrobore para uma prática docente decolonial e livre do pensamento eurocêntrico.

Na perspectiva de Candau (2014) as questões étnico-raciais não podem estar alijadas da escola, é fundamental para a eficácia da adoção de políticas afirmativas que as discussões acerca da história e da cultura permeiem a sala de aula, pois nas escolas se trabalha com o imaginário coletivo, com as mentalidades e com as representações das identidades sociais e culturais.

Gomes (2002, p.39) também discute a importância da escola e ressalta que ela é “um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”.

A escola é, na percepção de Gomes (2002), espaço de construção de identidades. A autora concebe identidade como a imagem, a representação que uma pessoa tem de si mesma, de seu eu. Essa construção não se constrói de forma isolada, antes ela se constrói e reconstrói na interação dialógica com os outros, ela é

é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra.

Nesse sentido, questionamos: que identidade negra as escolas no Brasil têm ajudado a construir? Como as escolas ajudam os negros a se verem? Infelizmente, como bem pontua Gomes (2002) e Candau (2014), durante muito tempo as escolas trabalharam sob a égide de uma cultura única, homogeneizante, desprezando as diferenças, as diversidades culturais ou mostrando as diferenças como traço de inferioridade.

Almeida e Ribeiro (2019, p.41-42) ao se debruçarem sobre essa questão afirmam que a escola “reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes”.

As pesquisadoras afirmam que os educadores têm se conscientizado de que a escola tem tido um caráter monocultural, requerendo que se rompa com esse monoculturalismo- poderíamos falar cultura do branco- visando a construção de práticas educativas em que a questão das diferenças se faça cada vez mais presente.

Na contemporaneidade, a instituição escola tem sido vista como “um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos” (CANDAU, 2014, p.36). Por conta disso, as escolas precisam discutir as questões raciais, mostrar como a visão distorcida sobre a identidade negra foi construída e ajudar os estudantes negros e negras a verem a si mesmos de forma empoderada. É preciso derrubar, desconstruir o fetichismo epistêmico, como dizem Oliveira e Candau (2010) construído pela colonialidade do poder, a qual tornou as ideias e os conhecimentos dos colonialistas sedutores, modelo a ser imitado, impondo a colonialidade do saber sobre os não-europeus.

Para que a escola seja esse espaço de cruzamento de culturas ela precisa “repensar seus diferentes componentes e romper com a tendência homogeneizadora e padronizadora que impregna suas práticas” (CANDAU, 2014,

p.37). Há que se pensar na questão da multiculturalidade ou multiculturalismo e da interculturalidade.

### O multiculturalismo

não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral. São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os relacionados às questões identitárias que constituem o locus de produção do multiculturalismo. Sua penetração na academia deu-se num segundo momento e, até hoje, nos atrevemos a afirmar, sua integração no mundo universitário é frágil e objeto de muitas discussões, talvez exatamente por seu caráter profundamente marcado pela intrínseca relação com a dinâmica dos movimentos sociais (CANDAU, 2014, p.37).

Candau (2014) ressalta a importância dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, como propulsores do respeito à diversidade étnica e como os responsáveis por levar esse pensamento às instâncias de ensino superior. Chegar às universidades é o primeiro passo para chegar às salas de aula da educação básica. A escola precisa pensar na questão da interculturalidade que

representa a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados e os ocidentais, numa relação tensa, crítica e mais igualitária. Segundo a autora, no campo educacional essa perspectiva não restringe a interculturalidade à mera inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa na perspectiva da transformação estrutural e sócio-histórica (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p.27)

Nota-se na fala dos pesquisadores citados que a construção de uma educação antirracista é um processo árduo, não se limita a introduzir “conteúdos” novos ou adotar estratégias metodológicas. A educação antirracista requer que o conhecimento ocidental permaneça sendo trabalhado, não como a única narrativa ou como única fonte de saber, antes este conhecimento será confrontado com os saberes produzidos pelos povos subalternizados pelos europeus. É preciso incitar os alunos a pensarem criticamente, a olharem esses materiais e enxergarem pontos de convergência e divergência. É preciso cautela, conhecimento teórico para não conduzir os alunos a uma percepção que mantém a visão estereotipada, marginalizada dos povos subalternizados durante o colonialismo. Ou seja, a escola enquanto espaço de construção identitária precisa ponderar sobre “O olhar lançado

sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las” (GOMES, 2002, p.39).

A escola precisa fomentar a conscientização dos alunos de que há “mecanismos de poder que permeiam as relações culturais” e que

as relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas; estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos (CANDAU, 2014, p.38).

A escola estará cooperando para essa construção quando possibilitar aos alunos o questionamento da formação histórica do país, sobre nossa própria história, sobre como fomos construídos socialmente, culturalmente e o que silenciemos nesse processo, o que valorizamos, o que desprezamos e como nos integramos à cultura hegemônica (MOREIRA, CANDAU, 2008).

A escola pode ser uma instância para pôr fim ao racismo e fazer com que os estudantes negros e negras percebam que, muitas vezes eles, ainda que inconscientemente, podem “reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas” (ALMEIDA, RIBEIRO, 2019, p.43). Dessa forma, fomentar a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer os alunos enxergarem a si mesmos e ao mundo que o circunda para além da cultura eurocêntrica. Acreditamos, porém, que isso só ocorrerá quando essa reflexão ocorrer nas universidades, nos cursos de formação docente. Assim se chegará às escolas da educação básica.

### 3.3 O NEGRO NA UNIVERSIDADE: A QUESTÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

A expressão “ação afirmativa” foi criada pelo presidente dos Estados Unidos John Fitzgerald Kennedy, em 1963, significando um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero, entre outros, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado (GOMES, 2001). Em contrapartida, segundo os anais do documento Perspectivas Internacionais em ação

afirmativa, resultado de um encontro de pesquisadores, ocorrido em agosto de 1982, no Centro de Estudos e Conferências de Bellagio, na Itália, a ação afirmativa pode ser uma preferência especial em relação a membros de um grupo definido por raça, cor, religião, língua ou sexo, com o propósito de assegurar acesso a poder, prestígio, riqueza (CONTINS, 1996).

Segundo Guimarães (1997) ação afirmativa surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e mores pautam-se pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres, justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade, devendo, por isso, tal ação ter caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo restrito. Para Santos (1999) a ação afirmativa elimina desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Para Pacheco et al. (2007), as ações afirmativas são uma das estratégias de combate ao racismo e às iniquidades. Elas podem e devem ocorrer em várias esferas da sociedade, mas sempre devem estar articuladas com outras ações, pois isoladamente elas podem até produzir efeitos contrários, como o acirramento dos conflitos raciais. Segundo Munanga (2007), as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício dos alunos negros parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros.

Conforme Gomes (2002) no Brasil, ser negro é tornar-se negro. O tornar-se negro enquanto uma construção social e individual se materializa na concretude de sujeitos sociais, dotados de identidade, corporeidade e memória. Para a Organização das Nações Unidas - ONU (2011) os processos de discriminação étnica e racial, histórica e contemporaneamente ainda sofrida por indígenas e negros no Brasil, são efeitos de uma estrutura social que se fundamenta em uma ideologia racista e sexista.

A introdução de cotas no ensino superior não é uma invenção brasileira. É uma política que já foi e está sendo experimentada por outros países do mundo que convivem com sistemas segregacionistas e discriminatórios, pouco importando suas formas históricas (PACHECO et al., 2007).

Nesse contexto, as ações afirmativas existem para corrigir as desigualdades raciais, promover a igualdade de oportunidades, reverter a representação negativa dos segmentos populacionais discriminados e combater o preconceito e o racismo. A partir da implementação de ações afirmativas, espera-se que ocorra uma reversão no quadro da disparidade de representatividade nos espaços de poder (BRASIL, 2011). Deste modo, podemos compreender que ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/ racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2002).

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (2014), pessoas negras ganham 53% do total da renda média das pessoas brancas. Considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2012), pode concluir que 40,8% dos jovens negros de 25 a 29 anos não estudavam e não conseguiram concluir o ensino médio e 22,5% não concluíram nem mesmo o ensino fundamental os percentuais são 24,9% e 11,6%, respectivamente, para jovens brancos desta faixa etária.

Para a ONU (2011) o racismo, combustível que alimenta essa estrutura de desigualdades, expressando-se no dia a dia das relações interpessoais, dificulta o acesso da população negra e indígena a bens e serviços públicos, mercado de trabalho e ensino superior. Impede, também, que ela goze plenamente de seus direitos civis, sociais e econômicos. São decisões diárias, tomadas dentro de uma estrutura social e simbólica onde a cor da pele ainda é um determinante importante.

Uma das consequências do processo de dominação entre os povos chama-se racismo estrutural, que se refere à ideologia de poder que incide nos corpos sociais e se inscreve em suas relações (PACHECO et al., 2007). Para Gomes (2002) esses sujeitos, ao se relacionarem com o mundo, o fazem a partir de uma diferença que não é só cultural e histórica, mas está inscrita num corpo, na cor da pele, nos sinais diacríticos que, mesmo sendo transformados por meio de uma intensa miscigenação, continuam carregados de africanidade.

A concepção biológica de raças humanas foi uma estratégia de dominação colonial com a finalidade de hierarquizar grupos com diferentes fenótipos. A noção de raça foi contemporaneamente retomada e ressignificada na luta política pelos movimentos sociais e na sociologia, pois, ainda que não exista biologicamente, tem realidade social efetiva. Raça é uma construção política e social, situacional e

relacional (PACHECO et al., 2007). Segundo Gomes (2002) ao caminharmos nessa direção, inevitavelmente o negro será colocado no lugar do sujeito que ele realmente é; e poderemos considerar a árdua luta das famílias negras na reprodução da sua existência, na luta contra o racismo, na recriação da cultura, na construção da religiosidade.

Confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológica, é cometer um erro epistemológico notável (MUNANGA, 1999). Degler (1976) levantou a hipótese de que a construção ideológica da figura do mulato (mestiço, pardo, moreno ou termo que o valha), no Brasil, serviu para amortecer o choque racial.

Para Pacheco et al., (2007) etnia é o conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; fala a mesma língua, compartilha uma mesma cultura, organização social, sistema de parentesco e cosmovisão. Em termos genéricos, as ações afirmativas são definidas como medidas redistributivas que visam a alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada ou presente (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006). Os conceitos de raça e etnia referem-se a identidades coletivas. Ambos os conceitos são construções sociais relacionais. Na maioria das vezes, esses conceitos são atrelados a ideologias que hierarquizam grupos humanos (PACHECO et al., 2007).

Ainda que as universidades estaduais tenham tomado a dianteira na implementação de políticas de ação afirmativa, nos últimos anos as universidades federais têm acelerado a adoção desses procedimentos. Entre as 70 universidades públicas que hoje adotam essas medidas, de um total de 96, são estaduais 44% e federais, 56%. Destaca-se nesse sentido o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni –, instituído pelo Decreto n. 6.096, em 24 de abril de 2007, que tem como uma das principais diretrizes que as universidades contempladas desenvolvam "mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos" (BRASIL, 2007).

É frequente a impressão de que os programas de ação afirmativa das universidades públicas formam um bloco monolítico, graças à ênfase dada a alguns

casos similares no debate público (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2011). Estes programas tem como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho (CONTINS, 1996).

Percebe-se, pois, que a discriminação se manifesta de diversas formas, como pontua Marques (2010), isto é, a discriminação racial pode se manifestar de diferentes modos e graus, desde os apelidos e piadas que tendem a inferiorizar o outro, até a ofensa física. É preciso salientar ainda que a maioria das universidades brasileiras, que tem programas de ação afirmativa, abrange mais de um grupo de beneficiários. Embora o debate público se concentre quase que exclusivamente nos programas para negros (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2011), o número de programas para esse grupo é muito próximo do número de programas de ação afirmativa para indígenas 41 e 36, respectivamente, ainda que a magnitude da reserva privilegie a inclusão de negros.

O Racismo Institucional é o fracasso das instituições e das organizações em promover serviço profissional e adequado às pessoas, em decorrência de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Manifestam-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano das instituições, naturalizadas nas estruturas e nos procedimentos das organizações. As práticas discriminatórias que caracterizam o racismo institucional impedem que as políticas universais nas instituições públicas sejam de fato igualitárias, atendendo, de forma diferenciada, grupos historicamente discriminados na nossa sociedade. Daí, a importância de o cidadão e a cidadã que se sentirem lesados fazerem valer seus direitos, registrando ocorrências e acompanhando de perto o andamento dos processos dos quais façam parte (PACHECO et al., 2007).

A pesquisa qualitativa de Paiva e Almeida (2010), com gestores de dez universidades públicas praticantes de ações afirmativas, oferece um panorama dos processos de implantação dessas políticas a partir da avaliação dos seus próprios protagonistas. Os processos internos de demandas pelas políticas variaram muito caso a caso. Em algumas universidades, os movimentos sociais locais passaram a se organizar em reivindicações específicas; em outras, a organização de docentes dentro do *campus* foi decisiva; em outras, ainda, os núcleos de estudo afro-brasileiros já existentes passaram a ter maior voz; por último, ações inicialmente

isoladas de profissionais que passaram a questionar a falta de diversidade em suas universidades foram decisivas para levar a cabo o programa.

Diante da dificuldade de incluir as cotas no Estatuto da Igualdade Racial, ou de aprovar uma lei, o que só viria a acontecer no ano de 2012, o Governo Federal parece ter optado por evitar um confronto direto com os opositores da ação afirmativa, sem, no entanto, se furtar à criação de fortes incentivos institucionais para a proliferação dessas medidas, tais como programas de bolsas, recursos para universidades que as implementassem e apoio a projetos de lei que as regulamentassem (FERES JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2011; LIMA, 2010).

Ações Afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades, inciso VI, parágrafo único, artigo 1º do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Nesse sentido, é importante enfatizar que as cotas sociais e raciais, sejam destinadas ao ingresso na Universidade (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), sejam às vagas dos concursos públicos (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014) são apenas uma, dentre muitas, estratégia de alcançar os objetivos das ações afirmativas (PACHECO et al., 2007).

O Estatuto da Igualdade Racial, após quase 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi instituído em julho de 2010 com o principal objetivo de garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, a defesa dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate à discriminação e às demais formas de intolerância. O Estatuto é o principal marco legal para o enfrentamento da discriminação racial e das desigualdades estruturais de raça que afetam mulheres e homens afro-brasileiros (BRASIL, 2010).

Para Gomes (2002) pensar a relação entre Educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade. Torna-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultamento. Conforme afirma Silva (2004), há uma compreensão cada vez maior de que a busca de uma igualdade concreta não deve mais ser realizada apenas com a aplicação geral das mesmas regras de direito para todos. Por tudo isso, a articulação entre educação e identidade negra vai exigir de nós mais do que leituras, pesquisas e discursos

elaborados: exigirá análises, novos posicionamentos e posturas por parte de professores e professoras negros e brancos, tanto da educação básica quanto do ensino superior, e requalificará o nosso discurso sobre a escola como direito social (GOMES, 2002).

No seu livro “Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade”, Gomes (2002) esclarece que, do ponto de vista jurídico, as políticas de ação afirmativa podem ser compreendidas como uma criação pioneira do Direito dos EUA, a qual representou, em essência, a mudança da postura do Estado que, em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando a importância de fatores como sexo, raça e cor.

Ao contrário do que postulam aqueles que defendem políticas estritamente sociais, a sobreposição entre negritude e pobreza não necessariamente torna a ação afirmativa baseada exclusivamente na classe um mecanismo eficaz de inclusão de grupos étnico-raciais discriminados. Darity, Deshpande e Weisskopf (2011) sustentam que o critério socioeconômico não é forçosamente a melhor forma de promover a integração racial, mesmo quando há forte convergência entre raça e classe.

Para Gomes (2002), é importante esclarecer que as ações afirmativas não se reduzem à concessão de cotas que promoveriam a igualdade de oportunidades de ingresso das minorias em determinados setores do mercado de trabalho e nas escolas. As cotas são apenas uma das estratégias de implementação dessas ações e, ao serem implantadas, desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnico-raciais da sociedade. Talvez por isso elas incomodem tanto a sociedade brasileira, uma vez que ainda impera em nosso imaginário a crença de que somos uma democracia racial.

Ora, a realidade social e educacional dos negros e mestiços revelados pelas pesquisas mais recentes tem nos mostrado o contrário. A análise realizada procura demonstrar que a substituição de políticas baseadas em raça e etnicidade por políticas que utilizam apenas o critério de renda pode inclusive agravar a discriminação do grupo étnico-racial visado, uma vez que são excluídos do benefício justamente aqueles indivíduos que melhor poderiam se qualificar para as vagas ofertadas (DARITY; DESHPANDE; WEISSKOPF, 2011).

Nos países racistas, as diferenças biológicas fenotípicas se tornam fatores de dominação e exclusão, geradores de desigualdades raciais, fazendo da educação um dos maiores terrenos da exclusão. De modo geral, percebe-se que as desigualdades no acesso à educação superior entre brancos e negros alterou-se nos últimos quarenta anos (PACHECO et al., 2007).

Gomes (2002) pontua que articular educação e identidade negra é um processo de reeducação do olhar pedagógico sobre o negro. A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão. No caso brasileiro, a questão da exclusão dos negros no ensino superior é muito bem ilustrada estatisticamente pelas pesquisas mais recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% são negros e 1% descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros (HENRIQUES, 2001).

A questão concreta que se coloca a partir desses números é: como fazer para aumentar o contingente negro no ensino superior de modo geral, tirando-o da situação de 2% em que se encontra depois de 116 anos de abolição, em relação ao contingente branco que, sozinho, representa 97% de brasileiros com diploma universitário? Ou seja, como aumentar a representação do negro na educação superior, visando tanto a melhoria das oportunidades de ingresso e permanência, como a diminuição das desigualdades acumuladas durante cerca de 400 anos? (PACHECO et al., 2007).

Nesse sentido, o Governo Federal procurou avançar as metas de inclusão na universidade em colaboração com os gestores das universidades federais. Concomitantemente, a mobilização do Movimento Negro atuou localmente no convencimento dos gestores das universidades e câmaras estaduais a adotarem políticas de inclusão, com graus variáveis de sucesso (GUIMARÃES, 2007; PAIVA; ALMEIDA, 2010). A denominada Lei de Cotas, n. 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. A atual realidade representa um avanço significativo, tendo em vista

que busca garantir a igualdade de direito e a minimização das desigualdades raciais na educação superior.

Eis alguns dos argumentos retóricos apresentados e defendidos contra a política de cotas: dificuldade de definir quem é negro no Brasil, por causa da mestiçagem que atinge a todos os brasileiros, o que consideramos uma flagrante inverdade, pois num país onde a discriminação existe e é aceita, no mínimo quem discrimina sabe distinguir os discriminados (PACHECO et al., 2007). E, como resultado da luta empreendida pelo movimento negro, há décadas assiste-se a uma mudança de postura, em vários segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento conferido às questões da população negra no país (SILVÉRIO, 2002; HERINGER, 2001).

No Brasil de hoje, esse debate sobre cotas se polariza da seguinte maneira: de um lado, tem-se a posição predominante (mídias e intelectuais) daqueles que defendem programas racialmente neutros, fundamentados nas políticas de combate à pobreza, com ênfase na melhoria do sistema público da educação básica, como solução para um acesso menos desigual ao ensino superior (PACHECO et al., 2007). Essa situação nega aos estudantes pobres oportunidades educacionais, uma vez que a educação básica pública não os prepara para a competição intensa com as classes média e alta por um lugar na educação superior pública de qualidade. Ademais, uma série de outros fatores extraescolares produzem desvantagens educacionais para os estudantes oriundos do ensino público médio e fundamental (DAMIANI, 2006).

Como registraram Paiva e Almeida (2010), parece haver uma sensibilidade maior entre os membros da comunidade universitária à questão da pobreza do que à da desigualdade racial, o que frequentemente resulta na opção pelos alunos de escolas públicas como beneficiários. Os preconceitos estão no tecido social, na cultura, nos livros didáticos, em nossos imaginários e representações coletivas, em nossa psicologia do relacionamento independentemente da classe social à qual pertencemos. É nesses terrenos privilegiados que devemos lutar para transformar as mentes e as consciências individuais e coletivas (PACHECO et al., 2007). Amplamente documentadas a partir dos estudos de mobilidade social de Hasenbalg (1979) e Silva (1978), as desigualdades raciais passam a ganhar cada vez mais visibilidade pública e governamental no final dos anos 1990, em especial depois da divulgação de análises feitas pelo IPEA (PAIVA; ALMEIDA, 2010).

Bergmann (1996) introduz outra dimensão possível dessas políticas a diversidade, tema que tem recebido especial atenção na área educacional. De acordo com a autora, existiriam três ideias por trás da ação afirmativa. As duas primeiras seriam a necessidade de combater sistematicamente a discriminação existente em certos espaços na sociedade, e de reduzir a desigualdade que atinge certos grupos, como aquela marcada pela raça ou gênero. Uma terceira proposta envolveria a busca da integração dos diferentes grupos sociais existentes por meio da valorização da diversidade cultural que formariam.

Essa ideia tenta conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias (BERGMANN, 1996). Nesse sentido, segundo Pacheco et al. (2007), as políticas de ação afirmativa apresentam-se como importante mecanismo social com características ético-pedagógicas para os diferentes grupos vivenciarem o respeito às diversidades, sejam elas raciais, étnicas, culturais, de classe, de gênero ou de orientação sexual.

A autoidentificação parece ser preferível às medidas de aferição racial como as comissões e exame de fotografias por respeitar os direitos individuais e por haver evidências empíricas de que os casos de fraude são residuais. De acordo com os dados da Universidade de Brasília - UnB, o percentual de casos de identificação racial não corroborada por terceiros não passa de 5%. Ademais, a combinação do critério racial com outros critérios de controle de origem de classe, escola pública ou renda, garante que a imensa maioria dos cotistas pertença a grupos sub-representados, diminuindo assim a importância das eventuais fraudes (GUIMARÃES, 2005).

É importante fazer um uso parcimonioso de critérios como o de baixa renda, uma vez que o acesso à educação superior demanda um acúmulo mínimo de recursos econômicos e culturais. Não é realista imaginar que serão os mais pobres entre os pobres que irão se beneficiar da ação afirmativa. Desse modo, o uso indiscriminado e pouco cuidadoso do critério de corte de renda pode acabar excluindo do benefício justamente aqueles segmentos sociais com mais chance de serem bem-sucedidos, mas que necessitavam da vantagem adicional proporcionada pela medida para poderem ser incluídos (DESHPANDE, 2006).

O povo brasileiro não é contrário às políticas de ações afirmativas, tampouco na sua versão mais polêmica, um programa de cotas. Quem as rejeita são as classes médias e as elites, inclusive intelectuais (GUIMARÃES, 2002). Em ambos os contextos, que experimentaram uma história de escravidão e discriminação racial, o problema racial está associado ao social e um aspecto não pode ser solucionado sem que se considere também o outro (HERNANDEZ, 2000).

O sistema de cotas se refere à distribuição dos beneficiários nos diferentes cursos universitários. Cursos de maior prestígio acadêmico e mercadológico costumam apresentar uma concorrência mais acirrada e, portanto, barram uma quantidade maior de candidatos em desvantagem social. Se comparados a cursos menos concorridos, as graduações em medicina, direito ou engenharia apresentam menor quantidade de negros, pobres e oriundos de escolas públicas (GRIN, 2003).

Segundo Henriques (2001), os negros precisariam, caso os brancos ficassem parados, de 32 anos para atingir o nível educacional dos estudantes brancos. Mello (1995) afirma que o princípio da igualdade perante a lei, como encontramos na Constituição Brasileira, não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal, mas exige que a própria lei não possa ser editada em desconformidade com a isonomia. O princípio da igualdade restringe um tratamento desuniforme às pessoas mas, como observa o autor, é próprio da lei dispensar tratamentos desiguais, pois as normas legais nada mais fazem que discriminar situações, à moda que as pessoas compreendidas em umas ou em outras vêm a ser colhidas por regimes diferentes.

Sendo assim, as instituições de ensino devem buscar mecanismos para, além do acesso, promoverem a sua permanência ali, conforme alerta Heringer (2013), quando diz que se trata de um desafio posto para as IES públicas considerarem como “parte de suas tarefas e responsabilidade a necessidade de lidar com a emergência desse novo perfil de estudante universitário, que chega com diferentes necessidades e requer atenção especial por parte das instituições”.

Observamos que apesar dos avanços nos últimos anos, o campus brasileiro continua sendo um espelho que distorce a sociedade. Números analisados e contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: os cursos de graduação hipertrofiaram, no campus, as desigualdades existentes (RISTOFF, 2013). Cabe ressaltar que esse rol de questões não é exaustivo e, paralelamente, ainda permanece o campo de representações sobre relações etnicorraciais no Brasil, que se caracteriza em um espaço de disputas e também de difícil assimilação na universidade, ainda

alimentada pela ideia do perigo de se estar racializando uma sociedade que nunca teve o fator racial como critério para a diferenciação de sua sociabilidade (PAIVA, 2013).

Historicamente, sabe-se que determinados grupos étnicos ainda têm dificuldades em ingressar e permanecer na educação superior, onde são largamente sub-representados pretos, pardos e indígenas. Tal se dá por razões históricas, relacionadas ao nascimento e desenvolvimento do Brasil. Para que estes estudantes tenham acesso às universidades, é preciso que se construam políticas públicas específicas (VANSTREELS, 2014).

Carnoy (1995) concluiu, com sua análise, que a participação ativa do Estado na definição de políticas públicas e a combinação de políticas antipobreza e antidiscriminação são os principais fatores responsáveis pela melhora ou degradação das condições de igualdade social e econômica da população negra nos Estados Unidos. O objetivo da ação afirmativa é superar essas contingências e promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade. Como resultado, espera-se o aperfeiçoamento da cidadania dos afrobrasileiros, e que estes tenham a possibilidade de pleitearem, por exemplo, o acesso às carreiras, às promoções, à ascensão funcional, revigorando, assim, o incentivo à formação e à capacitação profissional permanente (SILVA, 2004).

## 4. DESCONSTRUINDO O RACISMO: PERCURSO METODOLÓGICO

### 4.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa aqui desenvolvida, classifica-se como qualitativa, no que diz respeito a abordagem e, também, descritiva. A abordagem de cunho qualitativo, conforme explica Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Acerca das pesquisas quali-quantitativas, Minayo e Costa (2018) afirmam que dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Já a pesquisa descritiva objetiva descrever completamente certos fenômenos para compreender a vivência dos sujeitos de um determinado grupo social, nesse caso a existência ou não de preconceito estrutural e racial contra estudantes negros numa Instituição de Ensino Superior privada.

### 4.2 CENÁRIO DE ESTUDO

A<sup>10</sup> FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE ITABUNA – FTC, com sede na Rua José Bastos , nº 55, CEP: 45.600.000 Centro, Itabuna, Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.670.333/0003-40, é um estabelecimento particular de ensino superior mantido pelo INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - IMES, estabelecida na Rua Chile nº 06 – Centro, com sede na cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, CEP 40.020-000, inscrita no CNPJ sob nº 04.670.33/0001-89; com seu ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do 2º Ofício, constituída nos termos do Contrato Social como Sociedade Empresária Limitada, com fins lucrativos, cuja estrutura e funcionamento são disciplinados por Regimento Geral.

---

<sup>10</sup> Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna-UNIFTC/Plano de Desenvolvimento Institucional 2012/2016

A Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC compõe a UniFTC que atualmente possui 09 (nove) instituições de ensino superior em cidades estratégicas do Estado da Bahia, a saber: Salvador (com 02 unidades), Camaçari, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Itabuna e Juazeiro, e ainda Petrolina – PE.

A FTC, na qualidade de instituição particular de educação superior, tem sua Missão concebida em: Promover a formação de cidadãos colaborativos, inovadores e empreendedores capazes de atuar de forma profissional e criativa numa sociedade em ritmo acelerado de transformações, pautando-se em princípios científicos, éticos e humanistas.

O cumprimento dessa missão visa contribuir para sua consolidação como instituição capaz de implementar processos de gestão democrática na busca de mecanismos sistemáticos para lidar, de forma qualificada, com as tomadas de decisões, assim como a análise, proposição, acompanhamento e avaliação de suas ações.

Criada em março de 2001, pela Portaria Ministerial de nº. 536 de 2001, no começo de suas operações ofertou os cursos de Turismo, Administração, Direito dentre outros, logo em seguida, ofereceu os cursos de Sistemas de Informação, Engenharias Ambiental e Civil, Comunicação Social com as habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Psicologia e Enfermagem, Educação Física, Nutrição e Fisioterapia e os cursos Tecnológicos de Logística e Segurança no Trabalho.

Todos os cursos eram bacharelados e tecnológicos e eram ministrados em regime seriado semestral. Além dos cursos de graduação e tecnológicos, a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna oferece também cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna atenta as transformações econômicas, sociais e científico-tecnológicas que vêm ocorrendo no seu entorno e no contexto global tem buscado oferecer cursos e serviços que atendam às demandas de um mercado em constante transformação, ampliou a oferta de seus cursos de graduação. Hoje a instituição oferta em regime semestral os cursos na área da saúde como Biomedicina, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Medicina Veterinária, além disso, oferece os cursos de Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sistemas de Informação.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional a instituição, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, busca promover discussões e ações envolvendo a comunidade acadêmica, voltadas à apropriação de práticas e projetos pedagógicos que estimulem a consciência política e histórica da diversidade. Compreende-se que a educação precisa se pautar em políticas educacionais que contextualizem as relações étnico-raciais de forma efetiva e que atendam às seguintes diretrizes:

- Igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- Compreensão da existência de grupos étnico-raciais distintos na história e atualidade do Brasil, difusores de cultura e história próprias, igualmente valiosas na construção da cultura brasileira;
- Superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que estes grupos são comumente tratados.

A partir destas diretrizes a IES planeja a manutenção do diálogo na comunidade acadêmica, a disseminação de informações e a busca de subsídios para atuação pedagógica que permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas, fortalecendo as identidades e direitos humanos, no intuito de fomentar ações educativas de combate ao racismo e discriminações no ambiente acadêmico.

A inserção dos conhecimentos concernentes às relações étnico-raciais na organização dos Currículos dos Cursos se dá por intermédio dos conteúdos específicos para o ensino das relações étnicos raciais e cultura afro-brasileira e africana são abordados nas disciplinas híbridas de *Cidadania e Interculturalismo* e *Filosofia, Ética e Desenvolvimento Humano*. A faculdade informa que os conteúdos também são trabalhados de forma transversal e interdisciplinarmente por meio de diferentes disciplinas dos cursos de graduação. Além disso, existem atividades de Extensão, projetos artísticos e culturais os quais desenvolvem a temática.

**Figura 12:** Fachada da UniFTC



**Fonte:** Google sites

### **4.3 SUJEITOS DE ESTUDO**

Os sujeitos desta pesquisa foram 30 participantes sendo 10 docentes e 20 discentes. Em relação aos docentes, os critérios de inclusão foram: 5 do curso de Direito e 5 do curso de Enfermagem; na faixa etária de 30 a 60 anos; negro (as); que estejam ativos e atuantes na instituição; com nível de escolaridade de Especialista Lato Sensu, Mestre ou/e Doutor; que tenham experiência profissional de 3 a 10 anos no ensino superior, tenham acesso à internet e disponibilidade para responder ao questionário.

Em relação aos discentes, os critérios de inclusão foram: 10 alunos do curso de Direito e 10 alunos do curso de Enfermagem, na faixa etária de 20 a 30 anos; que estejam cursando a primeira graduação; frequentando ou o 4º ou o 8º semestres dos respectivos cursos; que tenham matrícula ativa na instituição.

A respeito dos critérios de exclusão, foram excluídos da pesquisa os docentes que eram visitantes na instituição, docentes substitutos, que não ministravam aulas nos cursos e nos semestres envolvidos na pesquisa, que não preencheram todos as

informações solicitadas no questionário e os que não assinaram o termo de livre consentimento.

A respeito dos discentes, foram excluídos os que são alunos ouvintes na turma, os que não assinaram o termo de livre consentimento, os que não estiveram devidamente matriculados acadêmica e financeiramente e os que não preencherem todos as informações solicitadas no questionário.

#### 4.4 INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados se deu após aprovação plena do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Para a coleta de dados, foram aplicados dois questionários um para docentes e outro para discentes dos cursos de Enfermagem e Direito da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna/Bahia, através do Ambiente Virtual de Ensino da IES, a saber, a Plataforma Blackboard.

O questionário foi aplicado via formulário do Google por meio de link disponibilizado aos participantes, contendo 12 perguntas, sendo 11 fechadas e 01 aberta.

#### 4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos por meio do questionário foram tabulados e analisados e expressos em forma de gráficos e tabelas. As respostas das questões discursivas foram lidas e analisadas a fim de se verificar o que dá de comum nessas respostas e confrontadas com o referencial teórico da pesquisa.

#### 4.6 ASPECTOS ÉTICOS E RISCO DA PESQUISA

Em relação aos riscos para os participantes da pesquisa, sendo docentes e discentes, pode-se presumir :

- (1) possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- (2) invasão de privacidade;
- (3) Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- (4) a não compreensão da pesquisa e das perguntas.

Visando evitar qualquer dano cometido aos participantes, entendendo que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes da pesquisa científica conforme Resolução 510/2016 art. 2º item XXV, exigindo respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, atuou-se da seguinte forma:

(1). As perguntas elaboradas no questionário têm como premissa o respeito ao participante, evitando palavras indecorosas ou expressões que representem preconceito e/ou gerem situação de qualquer discriminação. Além disso, o participante poderia optar, caso se sinta constrangido, de cancelar sua participação na pesquisa.

(2). Na produção da pesquisa, foi garantido que os únicos dados que seriam coletados dos participantes, via formulário, foram: número de matrícula no curso ou CPF, local que estuda, faixa etária e as demais respostas do questionário. E, nenhum outro meio foi utilizado para buscar as informações dos participantes, tais como redes sociais, amigos, etc.

(3). Foi garantido na produção da pesquisa o sigilo absoluto dos participantes, e quando da divulgação dos dados e resultados da pesquisa os mesmos tiveram suas matrículas alteradas para códigos ou siglas para garantir a privacidade e sigilo. Evitando, deste modo quaisquer danos e/ou discriminação para o participante da pesquisa. Além disso, essa questão foi reverberada pela assinatura do Termo de Compromisso, tanto pelos participantes quanto da pesquisadora, da não violação e divulgação dos dados. E, no Termo de Compromisso constou todas as informações de riscos, benefícios e afins para que o participante tivesse ciência da pesquisa e seus objetivos.

É importante informar que em relação ao consentimento, este estava disponível na página inicial do Google Forms com a opção de “Aceito Participar da Pesquisa”.

Ainda vale ressaltar que apenas a pesquisadora e a professora orientadora tiveram acesso a tais informações dos participantes, e que estes dados foram salvos em drives particulares e computador individual, visando evitar o compartilhamento ou divulgação dos dados. Cabe dizer que a participação na pesquisa foi voluntária, sem custo para o participante (se houvesse, seria custeado pela pesquisadora) e caso algum participante se sentisse violado ou discriminado, poderia a qualquer momento cancelar sua participação na pesquisa.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o percurso da pesquisa e as experiências acadêmicas com o trabalho docente em duas faculdades particulares, sentiu-se a inópia de buscar através de pesquisa científica resposta para a pergunta: existe preconceito racial dentro da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna? Por que então há essa crença que o país é uma nação democrática e sem problemas raciais?

Em face dessa problemática e com o intuito de buscar o alicerce para respostas ao problema proposto, objetivou-se investigar se existe racismo na referida instituição. Para tanto, foi aplicado um questionário via Google Formulário contendo 12 perguntas, sendo 11 fechadas e 1 aberta para docentes e discentes. Obtivemos respostas do questionário de 23 docentes referente aos dois cursos e o total de 157 respostas dos discentes.

Do total de docentes, após aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados 5 do curso de Direito e 5 do curso de Enfermagem. E do total de discentes foram selecionados 10 alunos do curso de Direito e 10 alunos do curso de Enfermagem. Os resultados obtidos encontram-se expressos em forma de gráficos, considerando-se o percentual total e o comparativo de dados entre os dois cursos.

Para efeitos de organização desta seção, optamos por apresentar a percepção dos docentes e, em seguida, dos discentes.

Há que se pontuar, porém, que, no questionário aplicado aos docentes e discentes havia uma questão aberta. As respostas a essa questão foram transcritas para o word, posteriormente lidas, para que pudessem ser analisadas por meio da análise de conteúdo.

Para análise dessas respostas foram seguidas as seguintes etapas conforme sugeridas por Bardin (2016):

- 1) Etapa organizacional que consiste na transcrição do material do questionário;

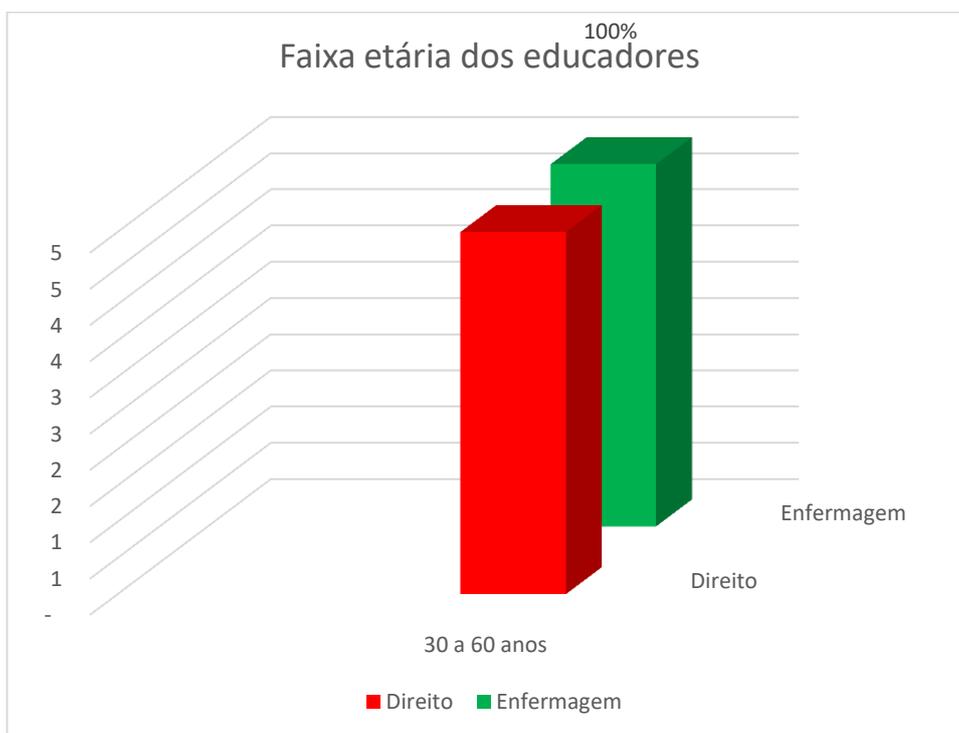
- 2) Análise das respostas que principiou com a leitura flutuante de todo o material, pela pesquisadora, com o intuito de se familiarizar com o objeto de análise e, logo em seguida, foram realizadas operações de codificação, ou seja, organização do texto em núcleos de sentido; e,

3) Análise dos resultados por meio de interpretações/inferências. Em seguida, à exploração e preparação do material, foram construídas categorias de análise através de operações descritivas (frequência simples) o que permite realizar inferências e interpretações (BARDIN, 2016).

## 5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS QUALI/QUANTI NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES

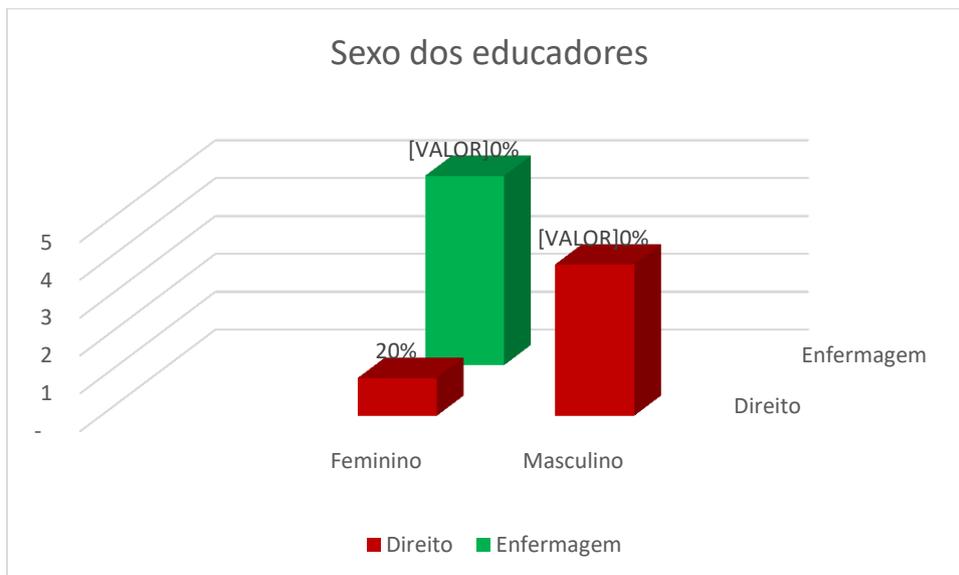
O primeiro dado levantado com a pesquisa foi a idade dos educadores. A esse respeito, observe-se o gráfico 8.

**Gráfico 8:** Faixa etária dos educadores



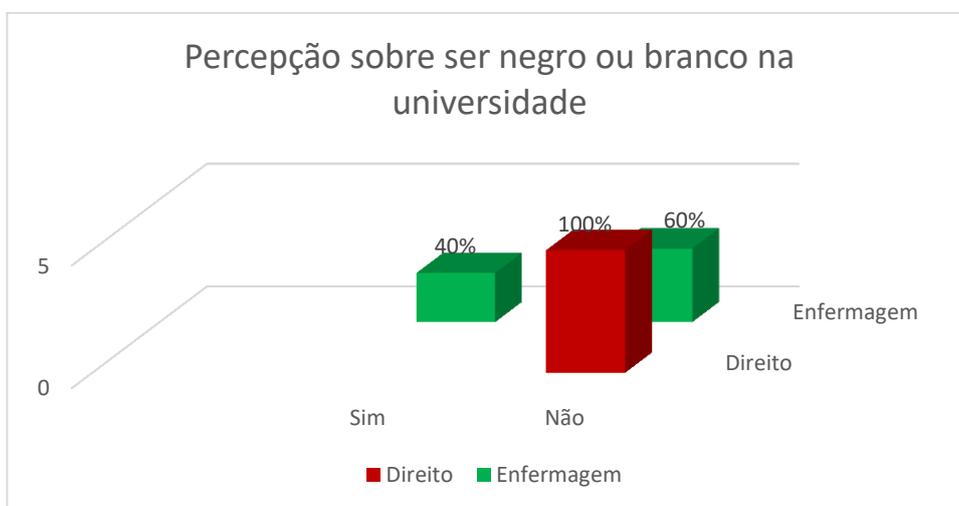
**Fonte:** Dados da pesquisa

Os dados obtidos com esta pesquisa apontam professores com idade variando entre 30 a 60 anos. Esses números estão bem próximos dos encontrados por Laudelino e Maes (2010), os quais investigaram a identidade dos professores no ensino superior. Em seu estudo, a maioria dos docentes tinha entre 30 a 45 anos.

**Gráfico 9: Sexo dos educadores<sup>11</sup>**

**Fonte:** Dados da pesquisa

Observa-se que no curso de Direito há uma presença maior de homens exercendo a docência, ou seja, 80%. No curso de Enfermagem, 100% dos entrevistados são mulheres. Esses dados confirmam as informações do Censo Educacional de que no Brasil dos cerca de 2,2 milhões de professores na Educação Básica, 1,8 milhões são mulheres. Porém, quando se trata do Ensino Superior, a maioria do corpo docente, tanto no ensino privado quando na rede pública, a maior parte do corpo docente é composta por homens (BRASIL, 2019).

**Gráfico 10: percepção sobre ser negro ou branco na universidade.**

**Fonte:** Dados da pesquisa

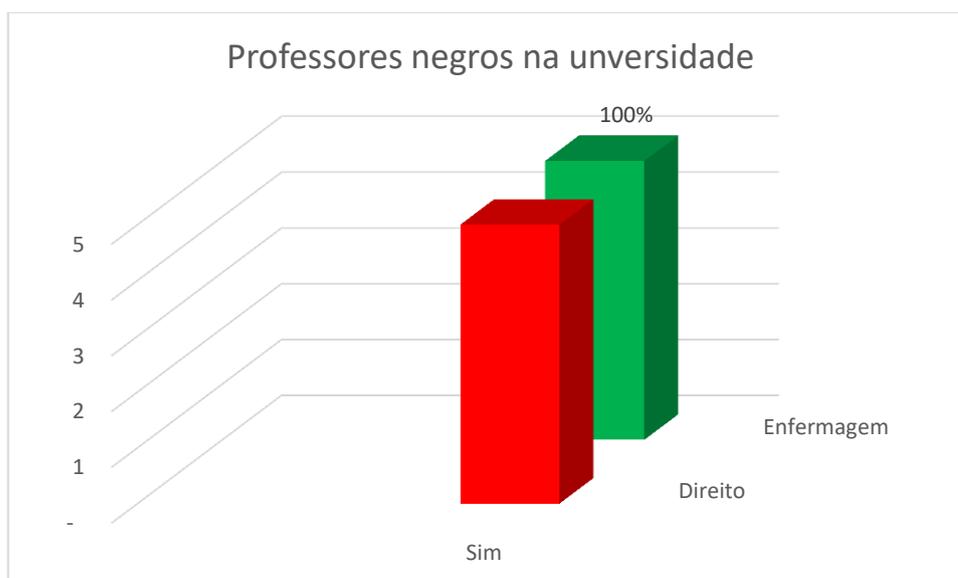
<sup>11</sup> Nesta pesquisa não se trabalhou na perspectiva dos gêneros.

Dos 5 docentes do curso de Direito, 100 % compreendem que não é a mesma coisa você ser branco ou negro na universidade. Já entre os docentes da Enfermagem, 60% entendem que não é a mesma coisa e 40% compreendem que não faz diferença. Esses resultados são importantes, pois mostra que se caminha para desconstrução do mito da igualdade racial, pensamento que, durante anos, povoou o imaginário popular (GUIMARÃES, 1995; ARANTES, 2017).

Os 40% que não conseguem perceber que existe distinção, discriminação racial no ambiente universitário, mostram que ainda é preciso envidar esforços rumo à conscientização popular quanto às discriminações sofridas por negros.

Em seguida foi indagado se na instituição havia professores negros e nos dois cursos 100% afirmaram que sim, como mostra o gráfico a seguir

**Gráfico 11:** Professores negros na universidade



**Fonte:** Dados da pesquisa

A resposta dos entrevistados quanto à presença de professores negros na instituição, confirmam os dados do Censo Educacional realizado pelo MEC em 2018, o qual afirmou que, em 2014, havia no Brasil 60.194 professores negros no ensino superior, o que representava 15,2% do total. Este número subiu para 65.249 no ano de 2018 elevando este percentual para 16,4% (BRASIL, 2018).

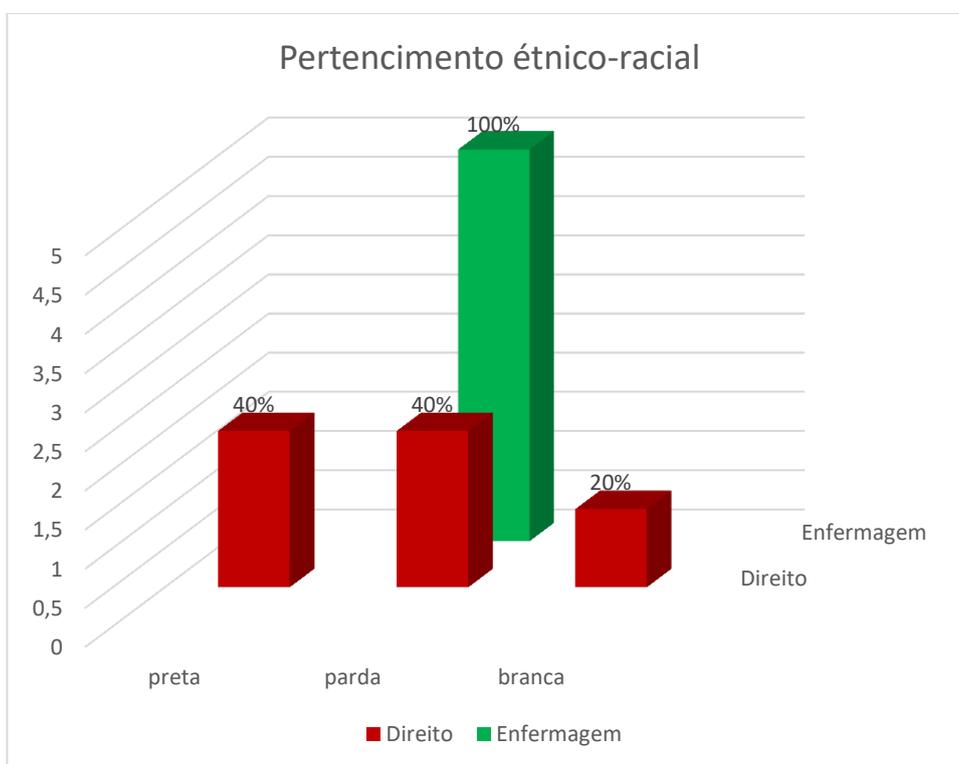
A maioria dos professores da educação superior ainda é esmagadoramente branca. A esse respeito é válido citar o pensamento de Brandão (2004, p.163) que

Sabemos hoje, através dos mais recentes estudos sobre mobilidade social no Brasil, que a escolarização, sobretudo a superior, continua sendo importante “gargalo” para a ascensão social entre nós. No entanto, sabemos também que para além da baixa cobertura que o ensino superior fornece, principalmente no que tange às universidades públicas, os negros são ainda menos presentes nesse nível de escolarização do que os brancos.

Morando em favelas, em periferias, e difícil para o negro concluir a educação básica. Ter acesso ao ensino superior, e o “gargalo” pelo qual é preciso passar para ter acesso a essa modalidade de ensino que assegura uma vida melhor para todos. Como esse acesso ainda é difícil, não é de se estranhar porque haja poucos estudantes negros no ensino superior e, conseqüentemente, docentes negros nas IES.

Em seguida, foi indagado como os professores se definiam em termos étnicos.

**Gráfico 12:** Perfil étnico dos professores



**Fonte:** Dados da pesquisa

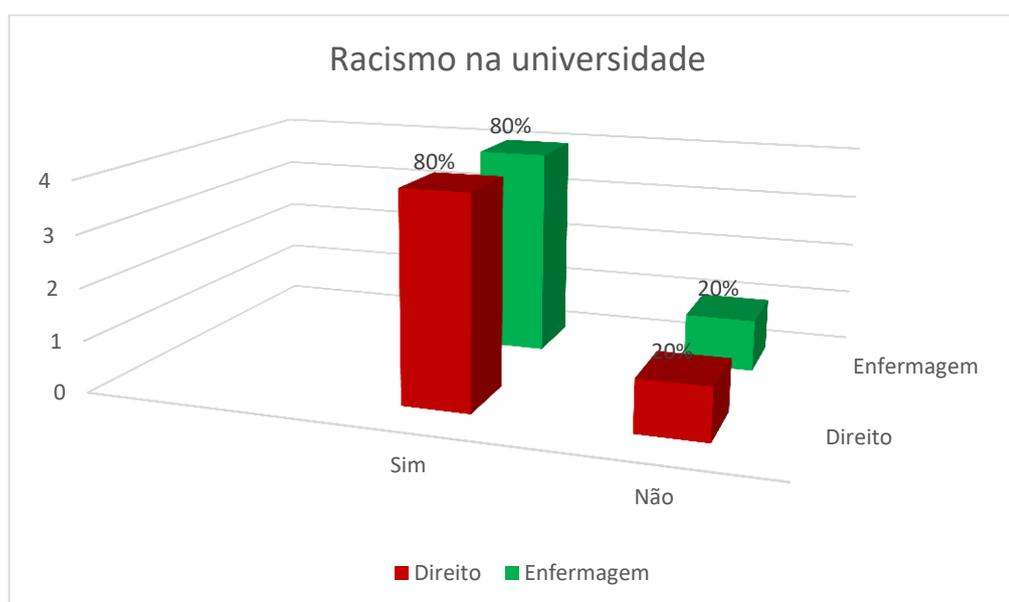
Os dados mostram que no curso de Direito 40% dos educadores se identificam como brancos, 40% se identificam como pretos e apenas 20% se

reconhecem como pardos. No curso de enfermagem 100% se reconhecem como pardos.

E interessante notar que poucos se reconhecem como pretos ou negros e grande parte se define como pardos. A que se deve essa dificuldade? Segundo Francisco Junior (2008) e Almeida e Ribeiro (2019) a dificuldade dos brasileiros em se assumirem como negros decorre do ideal de raça deixado pelo branco europeu, uma classificação baseada na cor da pele, que coloca o branco no patamar de superioridade e o negro como inferior, incapaz, apto apenas para o trabalho forçado. Foram essas características étnicas usadas ao longo dos séculos para justificar a escravidão de povos e nações.

Outra pergunta feita foi a respeito da existência de racismo na universidade.

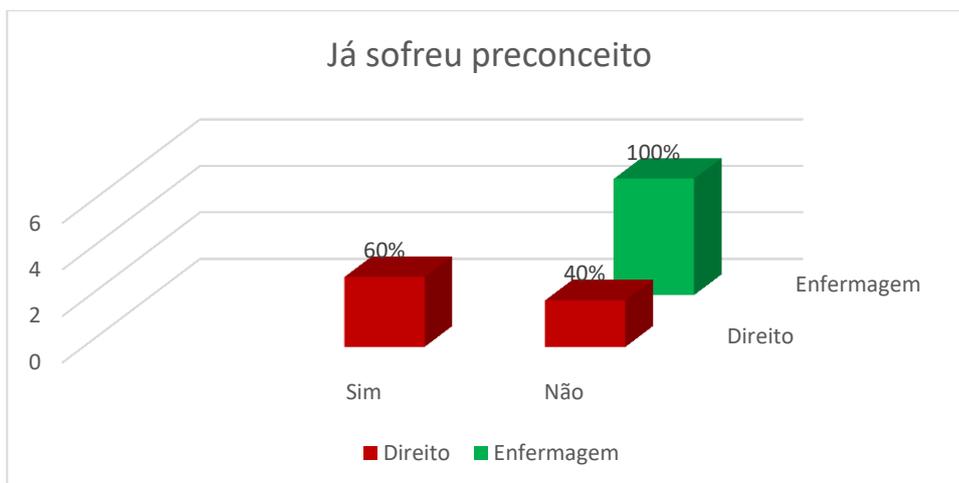
**Gráfico 13:** percepção sobre racismo na universidade



**Fonte:** Dados da pesquisa

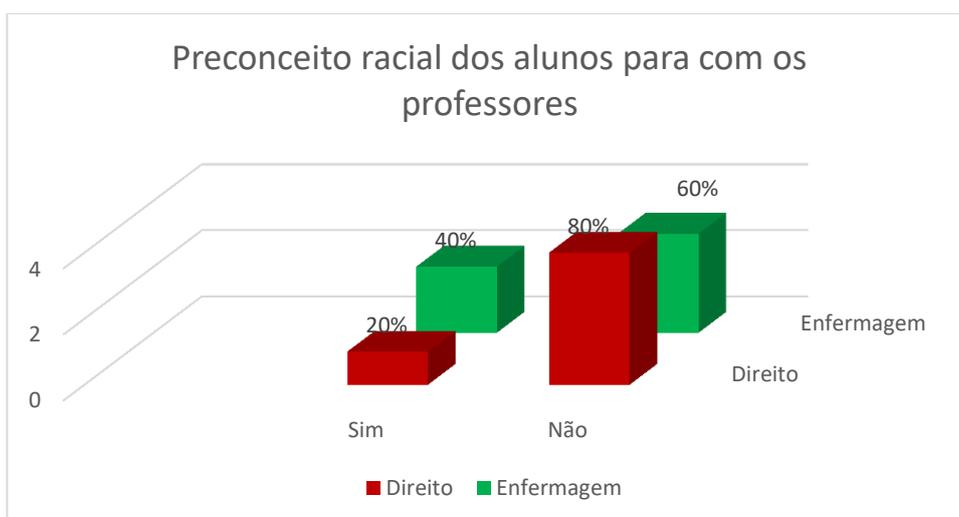
Para 80% dos professores tanto do curso de Direito quanto de Enfermagem existe preconceito na universidade. Parece que, entre os docentes, a construção da ideia de igualdade racial tem sido desconstruída.

A percepção dos educadores está em sintonia com a pesquisa de Santos e Rodrigues (2016), os quais verificaram que a maioria dos entrevistados que afirmaram haver discriminação étnico racial em locais de ensino.

**Gráfico 14:** Discriminação de docentes

**Fonte:** Dados da pesquisa

Dos professores entrevistados, 60% dos docentes do curso de Direito declararam ter enfrentado algum tipo de discriminação por causa da cor da pele. Conforme explicam Ribeiro e Almeida (2019), o preconceito racial se baseia no estereótipo da pessoa e nem sempre se manifesta de uma forma discriminatória. Outra vez, o preconceito não é uma prática consciente. O ensino eurocêntrico naturalizou a discriminação e o preconceito, os quais aliados ao mito da democracia racial, tornam difícil combate.

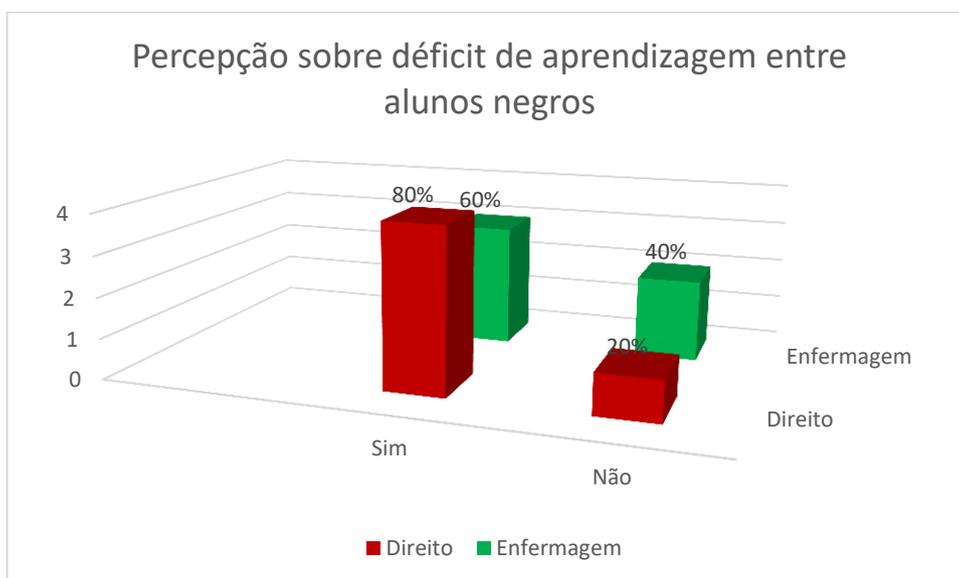
**Gráfico 15:** Preconceito racial contra professores

**Fonte:** Dados da pesquisa

Aqui temos um dado interessante da pesquisa. Os educadores disseram sofrer preconceito na instituição de ensino sendo 40% do curso de enfermagem e apenas 20% do curso de direito. Os resultados encontrados neste estudo são similares aos que foi encontrado por Machado (2007). Segundo esta pesquisadora, os professores negros reconhecem a discriminação que sofrem no ambiente de ensino, seja cometida por alunos, por colegas de trabalho ou funcionários, pais de alunos, enfim por membros da comunidade escolar. Contudo, a reação dos professores ainda é incipiente.

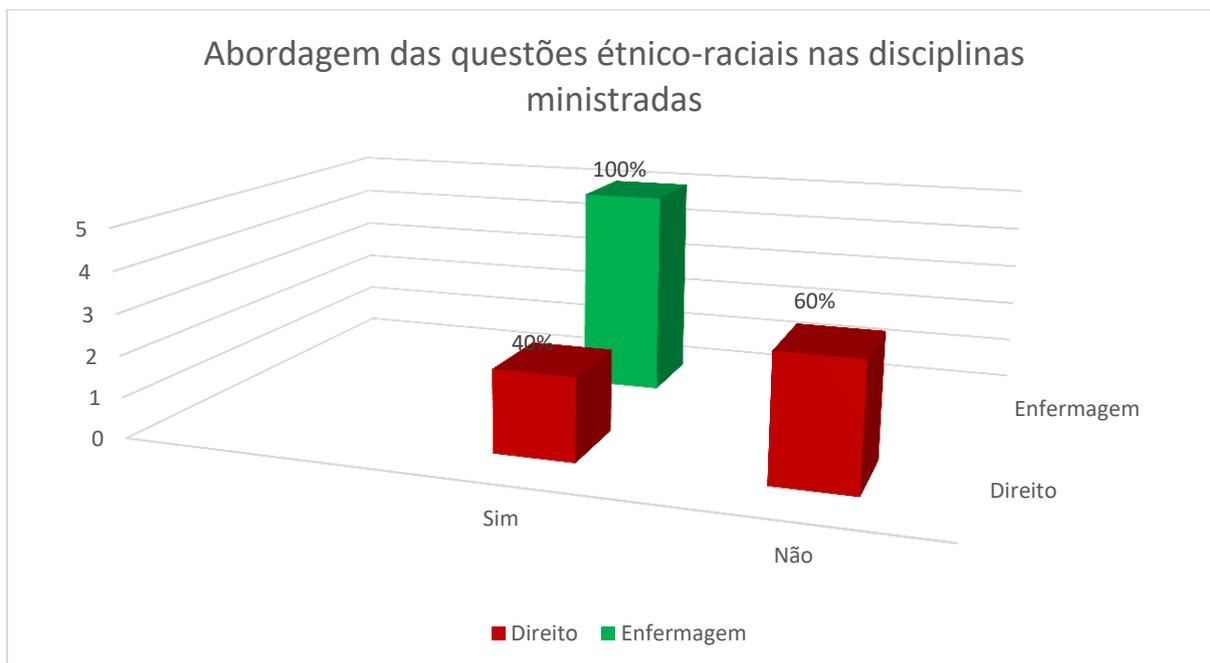
Em relação à percepção dos professores sobre a aprendizagem dos alunos negros, os resultados estão expostos a seguir.

**Gráfico 16:** Percepção sobre aprendizagem dos alunos negros



**Fonte:** Dados da pesquisa

Esses dados confirmam o pensamento de Gomes (2000), a qual declara que a educação é o campo no qual mais se notam as diferenças sociais e raciais existentes no país. Isto pode ser evidenciado na constatação de que sujeitos de classes sociais mais baixas, formada por maioria dos negros e índios, não possuem educação básica de boa qualidade em decorrência da precariedade do ensino público. Daí se entende o porquê dos professores afirmarem perceber diferenças entre a aprendizagem de estudantes negros.

**Gráfico 17:** Ensino de questões étnico raciais

**Fonte:** Dados da pesquisa

A última indagação foi concernente ao tratamento de questões étnico raciais na sala de aula. 60% dos educadores do curso de direito afirmaram que não tocam no assunto, quando 100% dos educadores da enfermagem afirmam fazê-lo. Aqui notamos os reflexos da colonialidade do poder, como apontam Oliveira e Candau (2010). Enquanto alguns educadores reconhecem que o colonialismo permeia a produção e disseminação de saberes e, por isso, mesmo se insurgem contra o silenciamento, há outros que mesmo notando a existência de preconceito permanecem calados.

A última pergunta foi acerca do que deveria ser feito para combater o racismo na universidade e as palavras recorrentes nas respostas dos professores foi: debate e/ou discussão. Para preservar o anonimato dos educadores, eles foram numerados de 1 a 10.

“Sempre **debater** o assunto para diminuir as diferenças” (docentes 1, 3, 5 e 9)

“Promover maiores **discussões** sobre a pauta para que os alunos exponham o pensamento” (docentes 2, 4, 7)

**“inclusão de disciplinas específica** e com eixo integrador que promovam a discussão dessas questões” (docente 8)

**“Acabar com as cotas.** Acho que o racismo começa nesse ponto”.  
(docente 10)

A maior parte dos sujeitos da pesquisa demonstra uma compreensão que a questão do racismo precisa ser discutida, que os alunos precisam ser provocados a pensar sobre o assunto, a expressar o que pensam. As categorias “debate” e “discussão” estão presentes nas respostas. Há quem proponha a inclusão de disciplinas com vistas a esse fim, o que nos leva a pensar que a pessoa compreende a necessidade de leitura de textos teóricos, de arcabouço teórico para construir uma mentalidade antirracista, não preconceituosa.

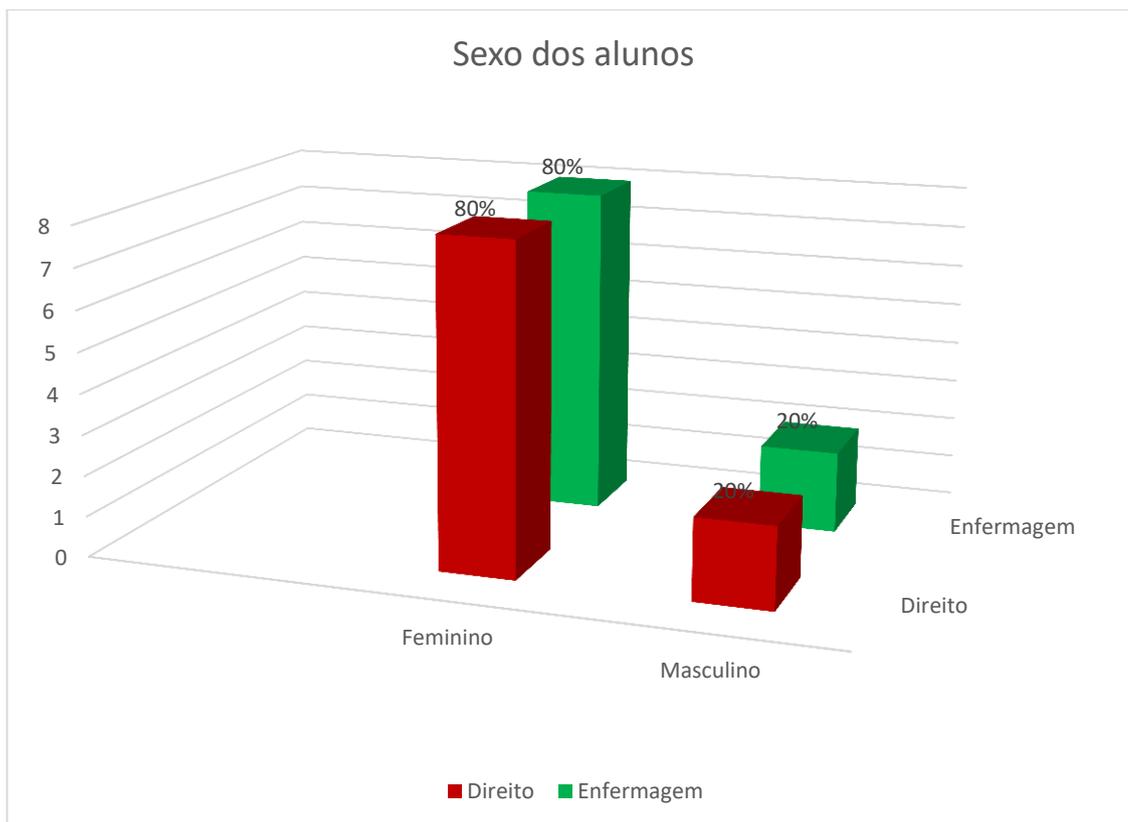
A percepção dos docentes é a mesma de Ribeiro (2019, p.5) a qual declara que para se combater o racismo no Brasil, o primeiro passo, a primeira atitude a se tomar é “[...] fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências”. Importa mostrar às pessoas como o sistema colonial, o colonialismo do poder “vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas” (RIBEIRO, 2019, p.6).

Talvez, com a discussão sustentada teoricamente, pessoas, tais como o docente 10, compreendam que o sistema de cotas é uma forma de reparar os prejuízos sociais, econômicos e educacionais que inviabilizam o acesso de estudantes negros e negras no ensino superior. É válido destacar que, tal como declaram Pacheco et al (2007), as políticas afirmativas como a de cotas não são uma criação brasileira, mas uma estratégia usada em muitos países onde a discriminação racial e econômica tem causado distorções sociais.

## 5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS QUALI/QUANTI NA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

Foram entrevistados 20 alunos, sendo 10 do curso de Direito e 10 do curso de Enfermagem.

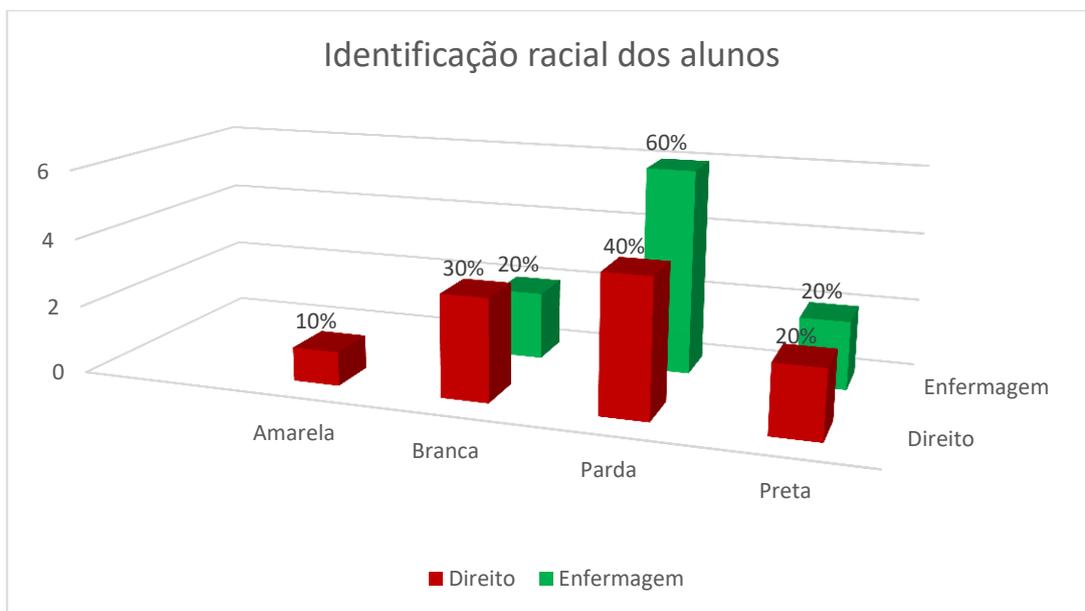
**Gráfico 18:** Sexo dos alunos



**Fonte:** Dados da pesquisa

Tanto no curso de Direito quanto no curso de Enfermagem a maioria dos alunos é do sexo feminino. Esses dados coadunam com as pesquisas de Ricoldi e Artes (2016) que afirmam que tanto no cenário mundial quanto nacional o número de mulheres no ensino superior tem aumentado, sendo elas maioria no cenário enquanto estudantes. Essa busca pela formação em nível superior, segundo os autores citados se deve ao fato de aumentar a possibilidade de conseguir emprego com maior numeração, bem como tem sido fator de elevação social.

Em seguida, indagou-se aos alunos como eles se identificavam em termos étnico-raciais.

**Gráfico 19:** Identificação racial dos alunos

**Fonte:** Dados da pesquisa

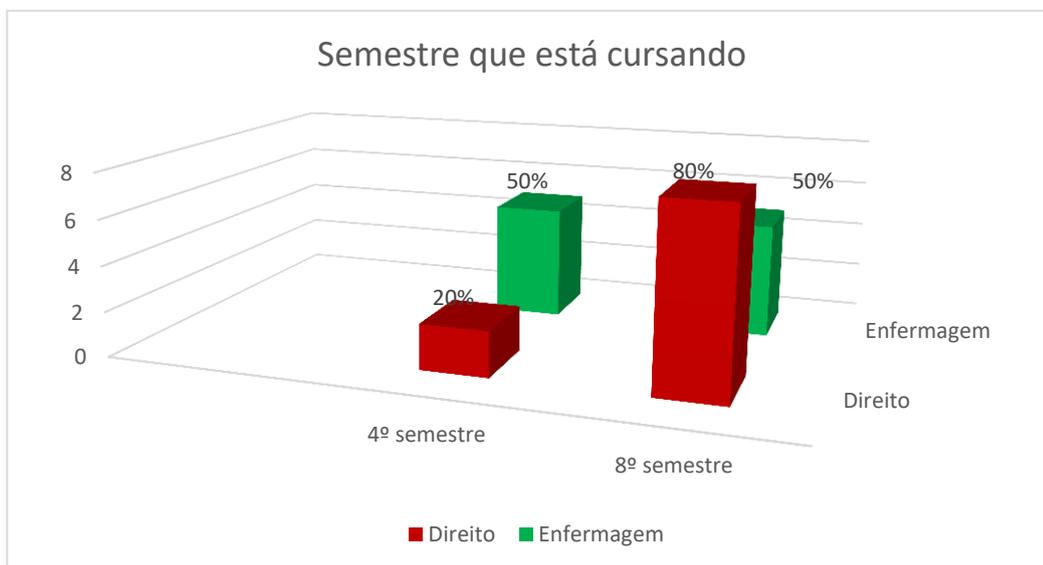
A maioria dos alunos se reconhece como pardo. Apenas 20% se reconhecem, se identificam como negro. Aqui temos uma questão ideológica, política. Segundo a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial (IEIR, 2020) a classificação em preto e pardo é estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e tem sido usada para fins de pesquisa, apesar de toda discussão que envolve as cinco categorias propostas pelo órgão, a saber: preto, pardo, branco, amarelo e indígena.

A maior parte das pessoas, segundo o IEIR (2020) opta por se identificar como pardo em virtude de a discriminação ser menor. Declara ainda que pretos normalmente são as pessoas que se enxergam com a cor mais escura. Mas em relação aos pardos não há consenso. A classificação como pardo varia de região para região. Observasse, por exemplo, que nas regiões Sul e Sudeste, a população que se declara parda normalmente é de origem africana. No Norte, por sua vez, muitos pardos são, na verdade, descendentes de indígenas. No Distrito Federal, a população local, se declara parda, pois brancos são os funcionários públicos que vem de fora (IEIR, 2020).

Nota-se que o conceito de colonialidade do poder da qual fala Quijano (2007) se evidencia em nossa pesquisa. A imagem do negro deixada no imaginário da população brasileira, mesmo após o fim do colonialismo, e de negro como ser

inferior. A discriminação é tamanha que as pessoas preferem não se declararem negras.

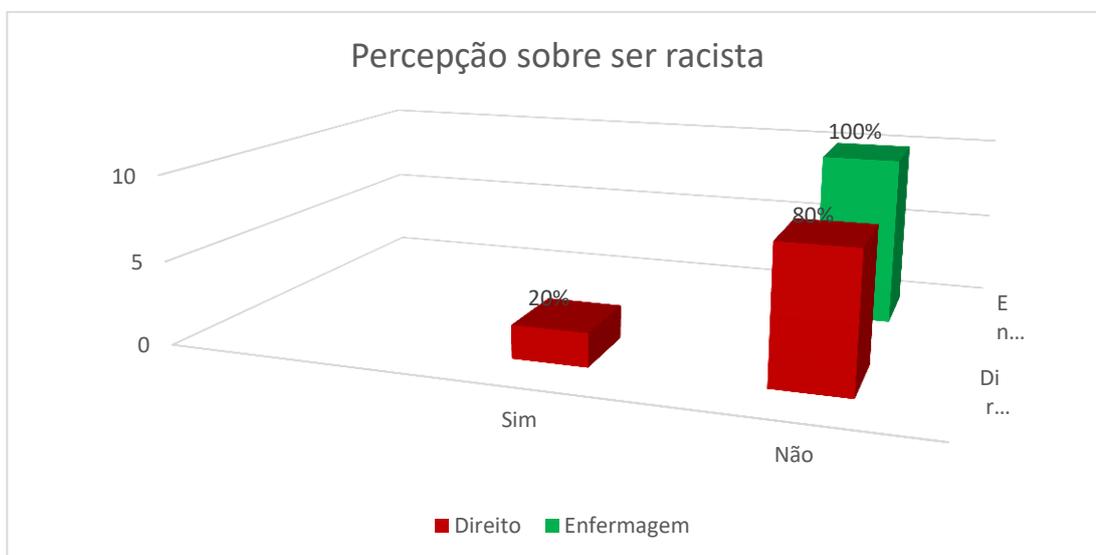
**Gráfico 20:** Semestre que o aluno está cursando



**Fonte:** Dados da pesquisa

No curso de Direito, 80% dos entrevistados estão no 8º semestre. Já no curso de Enfermagem, 50% estão no 4º semestre e 50% no 8º semestre. Depois dos dados sociais dos alunos, partimos para perguntas mais direcionadas sobre a existência ou não de racismo na faculdade. Assim indagamos se a pessoa se define como alguém racista.

**Gráfico 21:** Percepção sobre ser racista

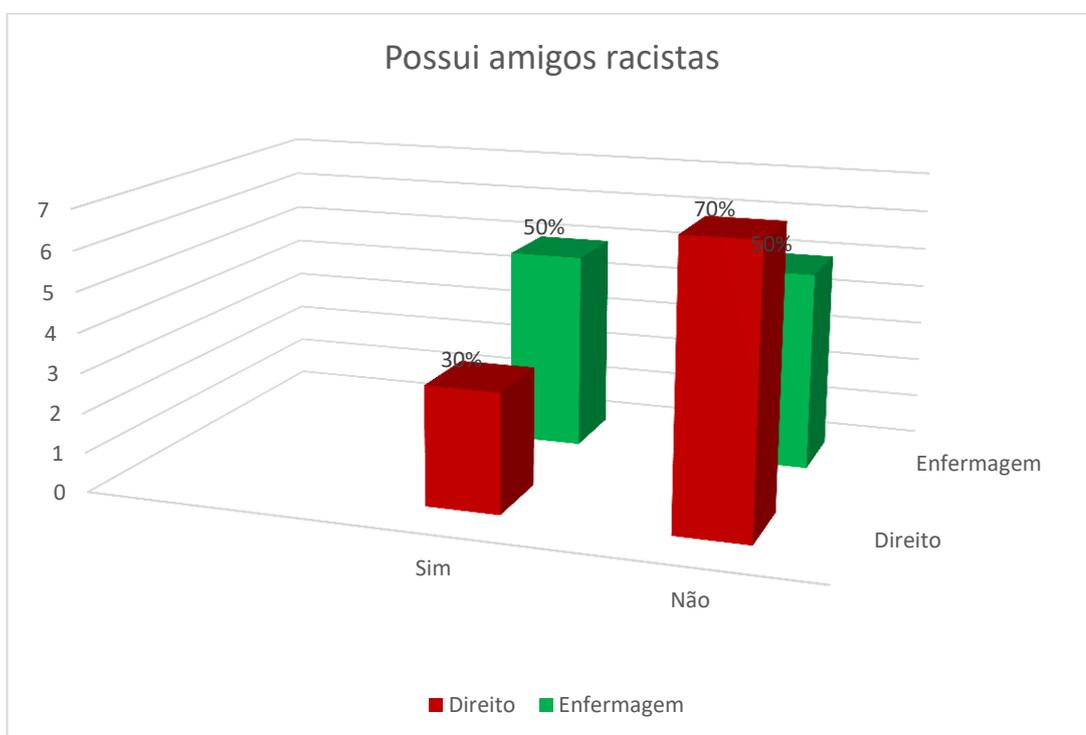


**Fonte:** Dados da pesquisa

Apenas 1% dos estudantes do curso de Direito se declararam racistas. A maioria dos alunos se reconhece como pessoas que não são racistas. A grande questão é que como diz Arantes (2017), Almeida e Ribeiro (2019), o racismo muitas vezes é praticado de forma inconsciente. O não se declarar racista não significa que a pessoa não discrimine, não tenha atitudes ou discursos racistas.

Outra pergunta importante foi se os alunos reconhecem amigos no seu círculo de convivência que sejam racistas.

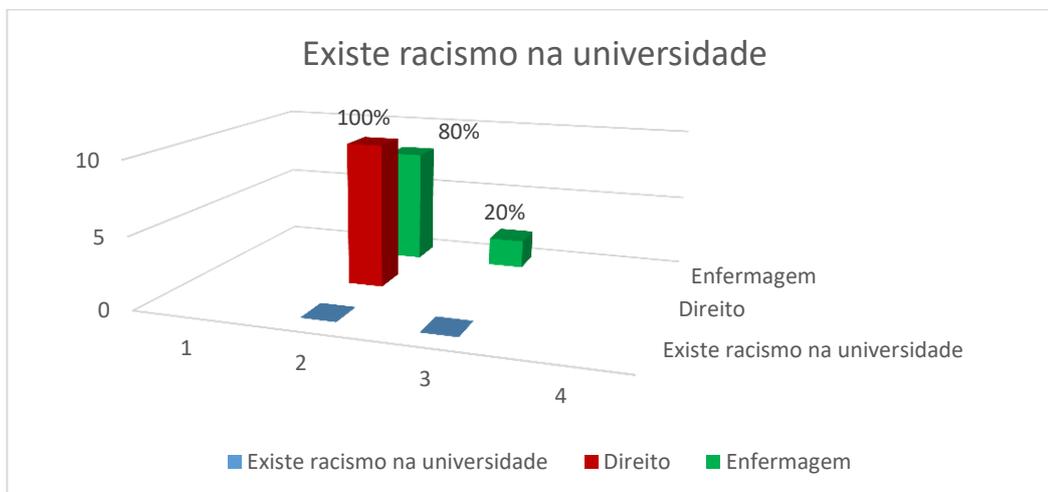
**Gráfico 22:** Possui amigos racistas



**Fonte:** Dados da pesquisa

No curso de Direito, 70% dos entrevistados declararam ter, no seu convívio, amigos que são racistas. No curso de Enfermagem, 50% declararam ter amigos racistas. Essas respostas confirmam o pensamento de Francisco Junior (2008) que declara que não existe igualdade racial no Brasil, que o racismo no Brasil é velado, escamoteado.

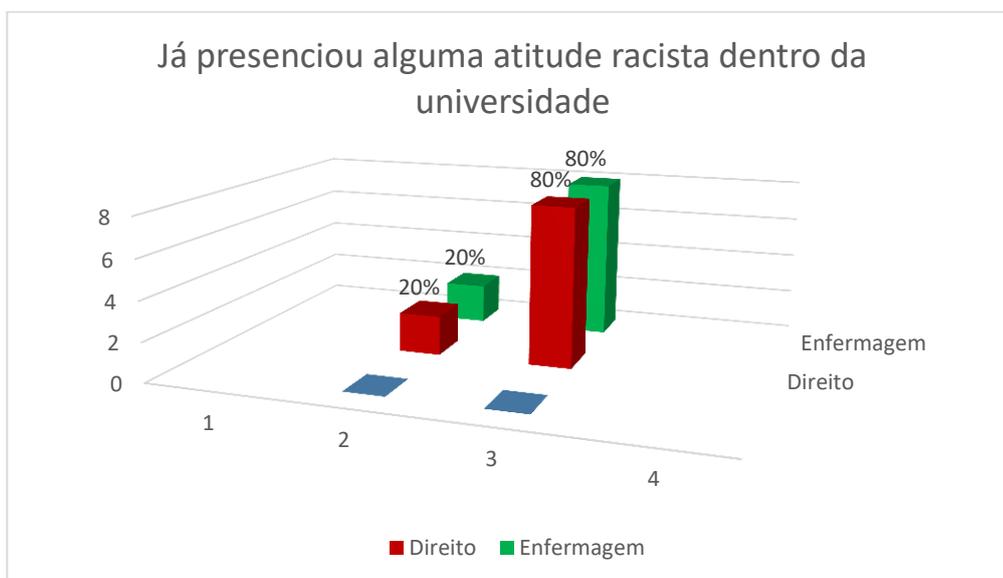
Em seguida, questionamos se os alunos acreditam que haja racismo na IES onde estudam.

**Gráfico 23:** existe racismo na universidade?

**Fonte:** Dados da pesquisa

100% dos estudantes do curso de Direito acreditam que há práticas racistas na Instituição de ensino. No curso de enfermagem apenas 80 % declararam que existem essas práticas na faculdade. Esses dados se assemelham aos encontrados por Machado e Barcelos (2001) e mostram que a ideia do Brasil como um paraíso racial está começando a ruir.

Também indagamos se os alunos presenciaram alguma cena de racismo na faculdade?

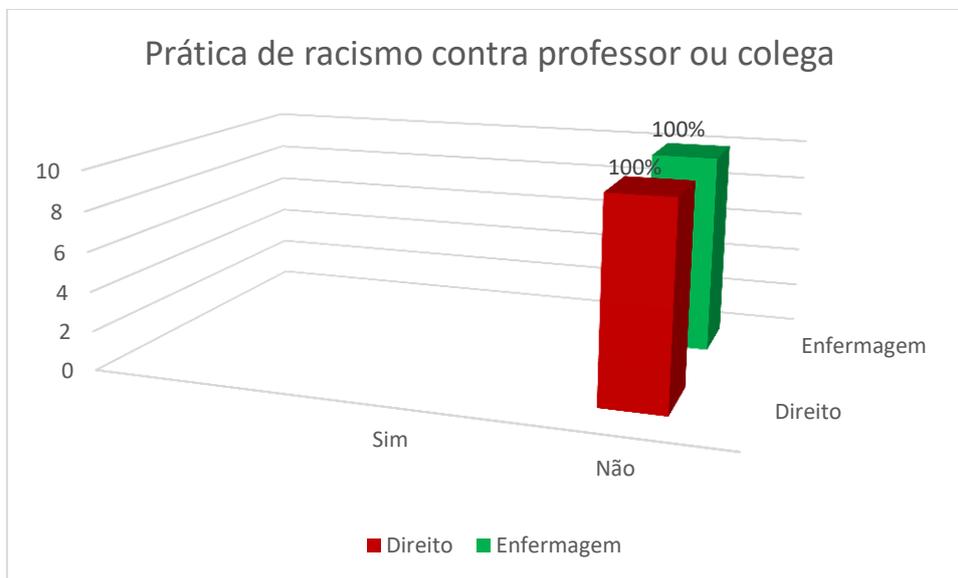
**Gráfico 24:** Racismo na universidade

**Fonte:** Dados da pesquisa

A resposta a esta pergunta nos deixa inquieta: não existe preconceito e discriminação nesta instituição de ensino, ou como dizem Oliveira e Candau (2010), a ação do branco europeu colonizador foi tão contundente que silenciou as vozes que militam contra o racismo, a ponto de a suposta democracia racial parecer ser verdadeira na instituição pesquisada? Ou de tão naturalizadas, as práticas e atitudes racistas, discriminatórias, parecem não ser percebidas?

Em seguida, perguntamos aos alunos se eles já haviam cometido alguma prática racista contra professores ou colegas.

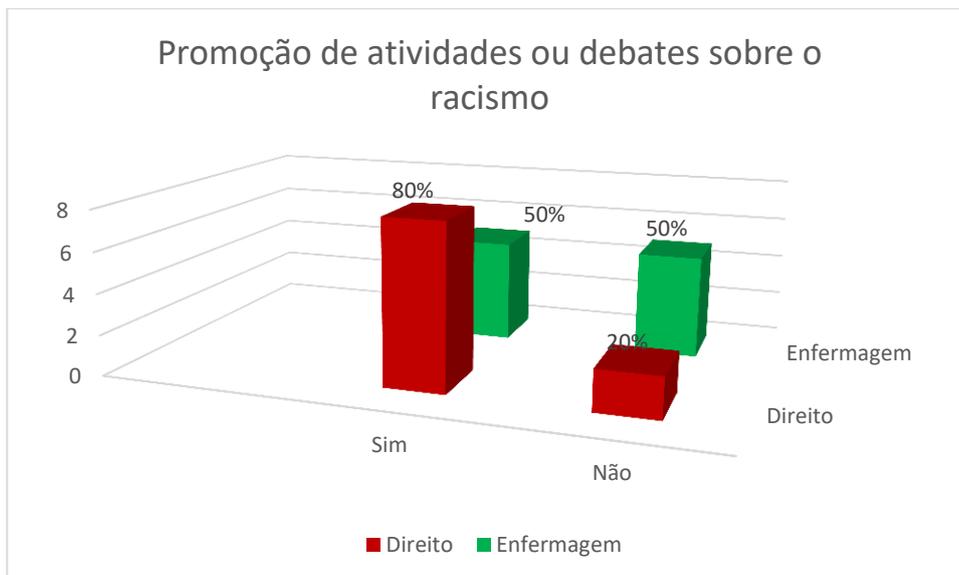
**Gráfico 25:** prática de racismo contra professor ou colega



**Fonte:** Dados da pesquisa

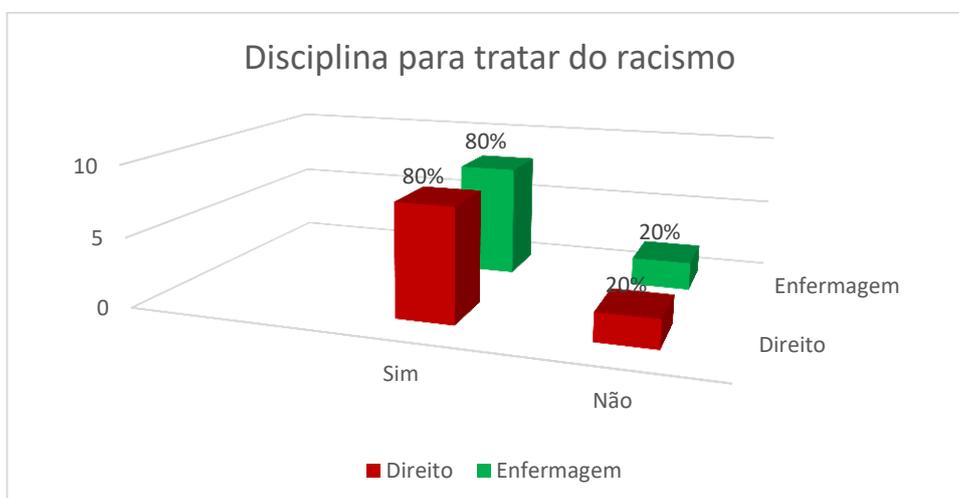
100% dos alunos dos dois cursos declararam que nunca cometeram nenhuma atitude racista contra professores ou colegas. Talvez os estudantes não se reconheçam como racistas, mas como afirma Ribeiro (2019, p.5) mesmo uma pessoa que milita ativamente para construção de uma consciência racial, em algum momento “[...] compactuou com violências contra grupos oprimidos”. Às vezes, mesmo sem perceber, acabamos repetindo frases, discursos discriminatórios que, de tanto serem repetidos, parecem “naturais” mas desvelam a colonialidade do poder instaurando formas de pensar, de discriminar, tão sutis, tão disfarçadas que a pessoa comete e não percebe.

Outra pergunta feita foi acerca da promoção de diálogos ou debates sobre racismo nas salas de aula.

**Gráfico 26:** Discussão sobre o racismo

**Fonte:** Dados da pesquisa

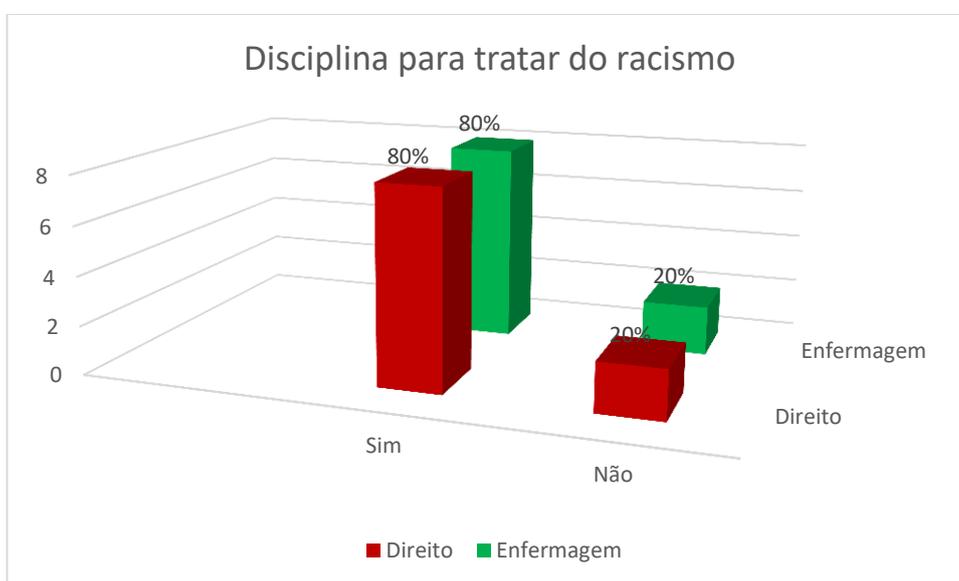
80% dos alunos do curso de Direito declaram que os professores do curso realizaram debates ou discussões sobre o racismo em sala de aula. No curso de enfermagem 50% declarou ter presenciado tais ações, 50% não. A declaração dos alunos mostra que os docentes da IES pesquisada têm tomado a atitude de discutir o problema do racismo, ou seja, fazem o que Ribeiro (2019) e Almeida e Ribeiro (2019) consideram ser essencial: agir. "A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas" (ALMEIDA, RIBEIRO, 2019, p.52)

**Gráfico 27:** Disciplina para tratar do racismo

**Fonte:** Dados da pesquisa

80% dos alunos dos dois cursos declararam que não há uma disciplina específica do currículo acadêmico que trate das questões étnico-raciais. Aqui notamos o colonialismo do saber, ou seja, a produção de materiais didáticos que discutam as questões étnicas nas instancias de ensino superior são raros. Se materiais que problematizem o assunto, que tragam novas representações sobre os negros, indígenas e quilombolas, não forem produzidos, como estes verão a si mesmos com estima, com orgulho, como declaram Oliveira e Candau (2010)?

**Gráfico 28:** Denúncia de atitudes racistas



**Fonte:** Dados da pesquisa

Apenas 30% dos estudantes declararam ter denunciado atitudes racistas. O resultado é similar ao encontrado por Machado (2007). As denúncias ainda são ínfimas, por isso, ela declara que não é mais possível assistir atitudes preconceituosas, atitudes injustas e ficar calados. Nas palavras da pesquisadora “É necessário que a luta exista e que seja capaz de incomodar aqueles que representam a hegemonia dominante” (MACHADO, 2007, p.118).

A última pergunta foi de natureza discursiva. Indagamos aos alunos o que eles acreditavam que deveria ser feito pelas IES para fortalecer o respeito, a valorização à diversidade racial, e as diferenças. Os alunos são aqui chamados por números a fim de mantermos suas identidades em sigilo.

As respostas obtidas foram as seguintes:

“Promover **debates e discussões**” (alunos 1,3,4,7,9,11,14,18).

“ Fomentar a **pesquisa e a extensão**” (aluno 13)

“criar uma **disciplina específica**” (aluno 2,5,6, 8 ,10, 19)

“**Criar cotas** como nas universidades públicas (alunos 15,16,17,20).

A percepção dos discentes foi similar a dos professores, nos dois grupos a categoria debate e discussão permearam as falas, tal como a proposição de criação de uma disciplina específica para tratar do tema.

Os estudantes são praticamente unânimes na compreensão de que a estratégia ou pedagogia antirracista mais eficaz é o debate, a discussão teoricamente fundamentada como defendem Cavalleiro (2005) e Almeida e Ribeiro (2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, notou-se que o racismo possui raízes históricas, pois o branco europeu que colonizou muitos países, disseminou por meios de estudos “científicos” que a raça branca era superior, hegemônica. Esse discurso de que há raças superiores foi registrado em livros de história, de geografia e assimilado pelos nativos e mestiços. A pesquisa possibilitou a observação de que é importante discutir nas escolas, nas universidades e em todos os espaços a discriminação racial. Por meio da pesquisa qualitativa, considera-se que a abordagem da temática poderá colaborar na extensão e ampliação do conhecimento acerca da influência que as atitudes discriminatórias presentes no ensino superior.

Por ser um elemento histórico, o racismo é componente dos organismos contemporâneos, uma vez que no século XIX, a ideia de superioridade racial assumiu a condição de discurso padronizado, legitimado por algumas teorias ditas científicas. O racismo compreende, desde então, um discurso de poder, por meio do qual se institui uma relação de disparidade entre as raças. Pode-se dizer que a discriminação racial e o preconceito são suas revelações mais evidentes.

Através da aplicação do questionário aos sujeitos da pesquisa, foi possível verificar a necessidade dos profissionais da educação superior em ampliar sua formação quanto ao ensino das relações étnico-raciais, combatendo a prática discriminatória evidenciada nos espaços escolares, haja vista a ausência de capacitação dos professores, para que possam ampliar ações pedagógicas e fazerem interferências adequadas quando incidir esta prática. Contudo, verificamos que a prática do racismo também se manifestou nas respostas dos alunos, mesmo que apenas um discente se identificou como sendo racista, são necessárias medidas de combate e amortização dessa prática. Evidenciou-se também que os alunos do curso de Direito têm noção da gravidade da prática do racismo porque eles têm conhecimento das leis e legislação em vigor, em detrimento aos alunos do curso de Enfermagem que têm menos acesso as jurisprudências e por isso estão suscetíveis à prática discriminatória.

O resultado nos mostra que estamos caminhando para desconstruir o mito da igualdade racial no Brasil, pensamento que ainda povoa o imaginário da sociedade.

Mas, é preciso ainda fomentar discussões, envidar esforços rumo à conscientização popular quanto às discriminações sofridas por negros.

Um dado importante da pesquisa é que poucos não se reconhecem como negros, apenas como pardo, tanto os alunos como os professores. É evidente que essa dificuldade é oriunda da opressão de classes e a carga racial, articuladas como máquinas de exploração da população negra, agravada de bens materiais e emblemáticos. Foi possível entender ainda que historicamente, os negros foram explorados economicamente e que essa opressão se deu praticamente por meio de classes dominantes brancas. A pesquisa ratifica que os direitos sociais, civis e políticos da população negra são violados no arcabouço da sociedade brasileira, devido à cor da pele, nesse sentido, a raça estabelece um critério seletivo na promoção a esses direitos.

Lamentavelmente, os professores entrevistados em sua grande maioria, apontaram a existência do racismo no meio acadêmico e sinalizaram que a dificuldade de aprendizagem é maior entre os estudantes negros. Dessa forma, verificamos que a educação é o espaço onde mais notamos as diferenças sociais e raciais no Brasil. Isto pode ser evidenciado na comprovação de que sujeitos de classes sociais mais baixas, formada por maioria dos negros e índios, não possuem educação básica de boa qualidade em decorrência da precariedade do ensino público.

Outrossim, nos chamou à atenção que mais da metade dos professores entrevistados de um dos cursos que serviu de base para a pesquisa, não discutem e não tratam das questões étnico-raciais em suas disciplinas. Isso posto, a pesquisa é de extrema relevância social, poderá contribuir para o fomento as discussões e debates em sala de aula, espaços formais e não formais, desconstrução dos currículos eurocêntricos e formação de professores.

Entretanto, existe a necessidade de se insistir e investir para que os docentes, além de consistente formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só para entender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a batalhar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias de ensinagem pedagógicas que possam contribuir a reeducá-las. Possibilitando uma pedagogia inclusiva e que seja capaz de extinguir as desigualdades sociais, pois, apesar de a educação não fazer tudo, é possível fazer muita coisa.

A educação antirracista tem finalidades mais extensas e mais densas do que as investidas do ofuscamento racial. Ela assume uma obrigação estratégica de mudar e transformar vidas e a sociedade como um todo. Para tanto, o ensino inclusivo de combate ao racismo não beneficiará somente os alunos e ao próprio professor e a escola como um todo, mas contribui para uma sociedade igualitária.

Sentimos a necessidade de a pesquisa ainda avançar, mais informações, mais materiais científicos publicados em relação à temática, mais debates, com certeza contribuirão para um país mais justo. É necessário o tripé ensino, pesquisa e extensão andarem juntos, é salutar envolver nossos estudantes em projetos que desconstruam as práticas racistas, é preciso problematizar o racismo nas instituições de ensino, nos espaços de poder, pois se assim não fizermos, propagaremos a prática do mesmo.

É importante destacar que a pandemia se apresentou como uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa para que pudéssemos fazer uma comparação mais ampla entre uma faculdade e universidade particular e pública respectivamente, e, ampliar o número de cursos envolvidos na mesma. Porém, não pretendemos esgotar essa possibilidade aqui, daremos continuidade as nossas indagações, problematizaremos o preconceito, o racismo, os estereótipos nos espaços sociais, seja dentro ou fora da escola. Para tanto, é necessário dilatar essa investigação para outras áreas do saber.

Tendo em vista os aspectos observados, não há dúvida de que realmente existe um preconceito muito forte no país da “ordem” e do “progresso”. Diante de toda discussão emerge uma certeza, há a inópia de se ultrapassar a situação opressora de modo que se faça uma leitura crítica e reflexiva da História Brasileira, no intuito de mostrar a contribuição de diferentes grupos na construção e formação de nosso país. Buscar materiais que contemplem a diversidade cultural e étnico-racial e para além disso, conhecer a contribuição africana que garantam a construção de um currículo menos colonial e etnocêntrico. Refletir meios e formatos em que a educação contribua para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileira.

Por conta dos resultados apresentados, propomos um Guia Básico para o Ensino das Relações Étnicas Raciais, objetivando enfatizar e fortalecer as discussões, os debates, a produção de pesquisa, seminários, atividades, dentre outras formas, para se confutar e impugnar as discriminatórias. Pois acreditamos

que os estabelecimentos de ensino são espaços de construção e propagação de conhecimentos, é dever de todos os envolvidos contribuir para a disseminação em prol do respeito e por uma sociedade justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos Estudos**, 43, 1995, p. 45-63.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; RIBEIRO, Djamila (orgs). **Racismo estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. 2017Disponível em: < <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>>. Acessado em 27 dez. 2020

ARANTES, Luana Lazzeri (org). **Racismo na universidade?** Orientações para a Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Superação do Racismo. Pará: UFOPA, 2017.

BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Juliana Santos. **Por uma universidade insubmissa: a lei 10.639/2003 e os desafios da descolonização do conhecimento**.147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnico raciais). Itabuna: UFSB, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.) **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996.

BRANDÃO, André Augusto. Rompendo barreiras educacionais: negros no ensino superior. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(1), 2004, p.147-171.

BRASIL. **Lei nº10.639/2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em 14 de julho de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **HC n. 82.424-2**: racismo e discriminação contra o povo judeu. Supremo Tribunal Federal. Brasília: Supremo Tribunal Federal, [2004? ]. 2 DVDs. [689404] STJ STM TCD TJD TST

BRASIL. **Plano Nacional de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/SkkXfl> Acesso em 02/01/21.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI**: reestruturação e expansão das universidades federais – diretrizes gerais. Documento elaborado pelo grupo assessor nomeado pela Portaria n. 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º, § 2º, do Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº11.645/2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Igualdade étnico-racial e políticas de cotas e compensação [recurso eletrônico]: jurisprudência do STF e bibliografia temática / Supremo Tribunal Federal. — Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019.

CANDAU, V. M. F. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, v. 37, n. 1, p. 33-41, 19 mar. 2014.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**. Belo Horizonte, nº 01, pág. 15-40, vol. 26, abr.2010.

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARNEIRO, Sueli. A miscigenação racial no Brasil. **Jornal Correio Braziliense**, coluna opinião, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/miscigenacao-racial-brasil/Acesso em 04/01/21>.

CARNEIRO, Sueli. Negro de Pele Clara. **Jornal Correio Braziliense**, coluna opinião, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/miscigenacao-racial-brasil/Acesso em 04/01/21>.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo,sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNOY, M. Faded dreams: the politics and economics of race in America. New York: Cambridge University Press, 1995.

CASHMORE, Elli. Dictionary of race and ethnic relations. Londres e Nova York: Routledge, 1994.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). **Educação anti-racista: caminhos** abertos pela Lei 10.639/03. Brasília, SECAD, 2005.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Rev. Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p.209-220, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In.: **Tornar-se Negra: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Neusa Santos Souza. Edições Graal, Coleções Tendências: Rio de Janeiro, vol. 4, 1983.

DAMIANI, Magda Floriana. Discurso pedagógico e fracasso escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 457-478, 2006.

DARITY, William; DESHPANDE, Ashwini; WEISSKOPF, Thomas. Who is eligible? Should affirmative action be group-or class-based? *American Journal of Economics and Sociology*, v. 70, n. 1, p. 238-268, 2011.

DESHPANDE, J. V. Towards a knowledge-based society. **Economic and Political Weekly**, v. 41, n. 37, p. 3933-3936, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESHPANDE, Joyant V. Towards a knowledge-based society. **Economic and Political Weekly**, v. 41, n. 37, p. 3933-3936, 2006.

DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco**: escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Niterói: **Revista Tempo**. vol.12. nº. 23, 2007.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. New York: Grove Press, 1952.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo: 1880-1924. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Veronica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. Lula's approach to affirmative action and race. **NACLA Report on the Americas**, v. 44, p. 34-37, 2011.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. Introdução: ação afirmativa e desenvolvimento. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. Brasília: UnB, 2006. p. 9-45.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. **Psicologia & Sociedade**, 14(1), 2002, p. 69-86.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 50-51.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares, (2ª Ed). Porto Alegre: UFRGS, Editora, 2004.

FRANKENBERG, R. (1999b). Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse. Minneapolis: University of Minnesota.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1999 [1933].

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas**. Organizado por Lúcia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001;

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Revista Aletria**, Belo Horizonte, v.9, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, 1984, p.223-244.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Mulherio**, São Paulo, ano I, nº 3, 1981, p. 4.

GRIN, Monica. Retrato do branco quando negro. **Insight/Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 21, p. 44-47, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n.43, 1995.

GUIMARÃES, A. S. A. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação BrasilxEstados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.233-242.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005, p. 215-217.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Desigualdades raciais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula. In: **Anais** do congresso internacional da LASA, 27., 6 set. 2007, Montréal.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Texto para discussão n. 807. 2001, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

HERINGER, R. O próximo passo: as políticas de permanência na universidade pública. In: Paiva, A. R. **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese dos Indicadores de 2009**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em:[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnd\\_síntese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnd_síntese_2009.pdf) [acesso em 10 nov 2020].

IBGE. **Características Étnico-Raciais da População: um estudo das categorias de classificação raça ou cor**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

JESUS, Jéssica Oliveira. Tradução de, KILOMBA, Grada. "The Mask" In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 139-140.

KILOMBA, Grada. A máscara. In: **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

KLEIN, Herbert S.R. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. **História**, São Paulo, 120. p.3-25, jan/jul. 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAUDELINO, Julien Ariani de Souza; MAES, Maria Aparecida. A identidade do professor do ensino superior. **Revista Educaçao**, v.13, n.16, 2010, p.41 -53

LESSA, Carlos. O Brasil não é bicolor. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). **Divisões Perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 123).

LIMA, Marcia. Ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 77-95, 2010.

MACHADO, Lúcia Helena de Martins. **Professores negros, experiências de discriminação, de racismo e pedagogias anti-racistas** (Mestrado em Educação). Centro de Educação em Ciências Humanas, UFSCAR, 202 f, 2007.

MACHADO, Elielma Ayres; BARCELOS, Luiz Cláudio. Relações Raciais entre Universitários no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MARQUES, E. P. S. **O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior**: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul — 2005-2008. 2010. Tese

MARX, K., Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, **Borrador**, México, Siglo XXI, 16ª ed, 1989, p. 1857-1858.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** 2015. Disponível em: <  
<https://jotamombaca.com/texts-textos/pode-um-cu-mestico-falar/>> Acesso em 02 de  
jul. 2021.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, n. 14,  
1983.

MELLO, C. A. B. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo:  
Malheiros, 1995.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de  
Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MINAYO, M.C.S; COSTA, A.P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação  
qualitativa. **Rev Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, p. 139-53, 2018. Disponível  
em: [www.researchgate.net/publication/328403919](http://www.researchgate.net/publication/328403919). Acesso em: 14 fev. 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio. CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças  
culturais e práticas pedagógicas** 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos dos sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis:  
Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo,  
identidade e etnia. **Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**, 3º. 2003,  
Rio de Janeiro.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**.  
2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 15-20.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino  
superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Orgs). **O negro na  
universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Palmares, 2007. p.7-19.

MUNANGA, K; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um  
racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias de. **Do livro Teatro Experimental do Negro- Testemunhos**  
Rio de Janeiro: GRD, 1966.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, L. F.; LINS, M. R. F. **Pedagogia do conflito: ensaios didáticos para a**

educação antirracista e pluriétnica. In: Monteiro, R. B. (Org.). **Práticas pedagógicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no ensino médio**: sociologia, história, filosofia, geografia. Seropédica: UFRRJ; Evangraf, 2013. p. 13-30.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abril de 2010.

ONOFRE, Joelson Alves. repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. **Práxis Educacional**, n.4, v.4, jn./jun 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guia de Orientação das Nações Unidas no Brasil para Denúncias de Discriminação Étnico-Racial**. Brasília, SEPPIR, ONU, 2011. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2012/03/guia-onubrasil-para-denuncias-de-discriminacao-etnico-racial.pdf>. Acesso em: 05/01/2021.

PACHECO, Q. J. et. al. **O negro na universidade** : o direito a inclusão – Brasília, DF : Fundação Cultural Palmares, 2007.

PAIVA, Angela Randolpho; ALMEIDA, Lady Christina. Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa. In: PAIVA, A. (Org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas, 2010. p. 75-115.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e práticas psicossociais**, vol.9 no.2, págs. 257-266. São João Del-Rei dez. 2014

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

RANGEL, Egon. Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de Português: múltiplos Olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 7-14.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaços garantidos e novos desafios. **Rev. Ex Aequo**, n.33, 2016, p.149-161.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENANDE (2004-2009). **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro: FLACSO, v. 2, n. 4, p. 1-36, jul./dez. 2013. Disponível em: <[http://www.flacso.org.br/gea/documentos/Cadernos\\_GEAA\\_N4.pdf](http://www.flacso.org.br/gea/documentos/Cadernos_GEAA_N4.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

ROMERO, Sílvio. **Contos populares do Brasil**. Cadernos do Mundo. Jundiaí-SP Inteiro.v.3 p.22, 2017.

ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis**. Estudo Comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Laemmert, 1897.

SALES JÚNIOR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, 2006.

SANT'ANA, Antônio Olimpo de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SANTOS, Ivair Alves dos. **Direitos humanos e a prática do racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Biblioteca Digital, 2013.

SANTOS, H. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009

SANTOS, S. A. A Lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. In: BRASIL. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: MEC, 2005.

SANTOS, Kleber Antônio Lourenço de Souza; RODRIGUES, Daniel Oliveira Silva. Discriminação racial na escola: percepção dos professores e formas de enfrentamento. **Anais** da XIII Semana de Licenciatura do IFGO, Goiás, 2016. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/semlic/issue/view/18> Acesso em 02 de jul. 2021.

SILVA, L.F. Estudo sócio-jurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: Aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado, 2004, MEC-SEPPIR.

SILVA, Claudilene Maria; SANTIAGO, Maria Eliete. Itinerário da prática pedagógica de valorização da população negra no espaço escolar. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, e240003, 2019.

SILVA, Renata Nascimento da. **A máscara obscura do ódio racial**: segregação, anonimato e violência nas redes sociais. Dissertação de Mestrado, UFF, 167f Niterói, 2018.

SILVA, J. Vozes Soantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis: mulheres negras no pós 1945. **Revista da ABPN** v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.

SILVÉRIO, Válder Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. A luta contra o racismo no Brasil hoje e o movimento docente. **Rev. Espaço Acadêmico**, nº 30, nov. 2003. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/030/30ctragtenberg.htm> > Acesso em 23 de mar. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nivaldo Silva Trivinos – São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE. Ana Lúcia E.F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11 ed. São Paulo: Moderna.1994.

VANSTREELS, C. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A- PROJETO DO ENCONTRO COM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA  
FTC**

PROPOSTA DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO REDE FTC

**MODALIDADES:**

- A) Universitária (Âmbito institucional) Sim (  ) Não (  )
- B) Comunitária (Na comunidade como proposta intervencionista) Sim (  ) Não (  )
- C) Mista (âmbito institucional e comunitária) Sim (  ) Não (  )

**PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

Nº do protocolo da proposta: 170259

Recebido em: 10 / 09 / 2018.2

Recebido por: Setor de Pesquisa e Extensão

Deferido pelo comitê - Sim (  ) Não (  ) Não se aplica (  )

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

Ano base: **2018**

**Período de execução das atividades:** 19 a 24/11/2018

Título do projeto: **I ENCONTRO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA FTC**

Coordenadores – **Gilsária de Jesus Teixeira, Jailton Alves de Oliveira e Lucicléia Sousa Silva Passos**

**Colaboradores** – Os docentes que ministram as disciplinas semipresenciais em 2018.2, abaixo relacionados.

**Curso de Graduação dos membros institucionais:** Todas as disciplinas ofertadas semipresenciais (digitais) na unidade de Itabuna.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROJETO:

Responsabilidade Socioeconômica ( )

**Responsabilidade Social ( X )**

Responsabilidade Ambiental ( )

**Responsabilidade Cultural ( X )**

**TABELA COM OS DADOS DO (S) DOCENTE (S)**

<b>Nome dos Docentes</b>	<b>Carga horária disponibilizada para o projeto</b>	<b>Contato celular e e-mail</b>
	40 h semanais	
Gilsária de Jesus Teixeira	-----	73 99167-3638 gteixeira.ita@ftc.edu.br
Jailton Alves de Oliveira	-----	73 98861-4322 Jaialves@hotmail.com
Lucicléia Sousa Silva Passos	-----	73 98893-0941 Lucypassos11@gmail.com

**EQUIPE DE COLABORADORES (S)**

<b>Nome dos Docentes</b>	<b>Carga horária disponibilizada para o projeto</b>	<b>Contato celular e e-mail</b>
Adjoane Pereira de Souza	40 h	
Anderson Cunha Santana do Vale	40 h	
Andréa C. da F. Machado	40 h	
Eliana V. Niella	40 h	

Fabrcio Costa Santana	40 h	
Geysa de Sousa Meira	40 h	
Ricardo Souza Ganem	40 h	
Thiago Silva Barreto	40 h	
Vit3ria Emanuella da S. Alves	40 h	

Natureza da interven73o proposta:

- a) Realiza73o de evento de car3ter cient3fico cultural com palestras, mesas redondas, apresenta73es orais, p4ster, entre outros.

### **RESUMO DA PROPOSTA**

Trata-se de um evento realizado com o fim de se tornar uma marca da rede FTC na defesa da cultura afro-brasileira que sirva de fomento 3 inicia73o cient3fica e tamb3m como forma de discutir o racismo velado que existe na cultura brasileira bem como efetivar a73es que combatam o preconceito racial no 3mbito universit3rio, valorizando, dessa forma, a cultura e a identidade negra.

### **DELINEAMENTO DA PROPOSTA DO PROJETO**

**Resumo das atividades a serem realizadas:**

- 1- Palestras
- 2- Mesas redondas
- 3- Exposi73o de p4ster
- 4- Apresenta73es orais e de v3deos
- 5- Exposi73es e mostras culturais e gastron4micas
- 6- Produ73o Cient3fica- Resumo Expandido

## RELEVÂNCIA & FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

### 1. . A HISTÓRIA E CULTURA NEGRA NO AMBIENTE ACADÊMICO: UMA NECESSIDADE

Segundo comentam Silva e Vitório (2016), para tornar visível àquilo que está oculto ou esquecido faz-se necessário dar visibilidade. Esses pesquisadores ressaltam que a aparente obviedade dessa assertiva pode, enganosamente, nos levar ao pensamento de que se trata de algo simples, contudo não o é quando se diz respeito à questão da visibilidade das pessoas negras nos mais diversos ambientes. “Isto significa dizer que ainda estamos diante de algumas dificuldades em fazer valer a presença negra em diversos ambientes sociais e acadêmicos” (SILVA; VITÓRIO, 2016, p.2).

.Um dos fatores que dificultam a visibilidade do negro e a valorização de sua história e cultura é o mito da democracia racial no Brasil instaurado por meio da obra de Gilberto Freyre. A maior parte dos brasileiros afirma “não possuir nenhum tipo de preconceito, todavia pessoas negras sofrem discriminação apenas pela cor de sua pele e na maioria das vezes são vistas como sujas, justificadamente pobres e incapazes (CRUZ; NEPOMUCENO, s.d, p.1).Assim, de modo (in) consciente muitas pessoas usam expressões, frases, piadas de cunho racista, discriminatório, pensando que são apenas brincadeiras, não reconhecendo o caráter ideológico da linguagem.

Na ótica de Bittencourt (2014), esse silenciamento ou invisibilidade de que Silva e Vitório (2016) também falam decorrem da falta de (re) conhecimento por parte das instâncias de ensino da diversidade da composição brasileira.

Desse modo, compreende-se que compete às instituições de ensino assegurar o cumprimento da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Para tanto, faz-se necessário não apenas a inclusão dessas questões no currículo, mas a discussão desta problemática e a valorização da identidade negra, por meio de eventos científicos que promovam a desconstrução da visão etnocêntrica, por uma visão multiculturalista.

É preciso, como afirma Rose Valverde (2006), repensar o processo de construção da identidade negra, valorizar a cultura, os aspectos físicos, a tez dos afrodescendentes. Essa valorização do negro pode ser obtida, sobretudo, pela ação das instâncias de ensino.

ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (VALVERDE, 2016, p.1).

As instituições de ensino podem ser agentes de fomentos de ações que desconstruam a mentalidade racista, reeducando para as relações étnico-raciais, emergindo, discutindo, “dores e medos que têm sido gerados”, incentivando a reflexão de que “o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros” (VALVERDE, 2016, p.1).

Com essas ações será possível a mudança da mentalidade racista e o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, documento que estabelece como meta “a educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática.

Dessa forma, a rede FTC que tem se consolidado como uma das principais agências de ensino da Bahia, não pode perder a oportunidade de realizar um evento na semana da consciência negra que tragam à tona as questões propostas pelos teóricos aqui citados e que enalteçam o negro e a contribuição africana na formação cultural do Brasil.

## **JUSTIFICATIVA**

A relevância deste projeto reside no fato de se buscar através da produção de conhecimento científico, subsídios teóricos que ajudem a desconstruir o discurso de

que no Brasil não há racismo de modo a tentar dirimir o preconceito velado contra os negros. Nesse contexto, ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, pois, ao contrário, estarão violando esse preceito constitucional. Ao agir assim, a universidade viabiliza uma educação mais completa e real, à medida que une teoria e prática e promove aos seus alunos uma interação mais dinâmica com a prática acadêmica.

### **OBJETIVO GERAL**

Promover a valorização da cultura e história africana no ambiente acadêmico de modo a contribuir para formação de uma mentalidade sem preconceito com o negro; bem como mostrar através de estudos teóricos e filosóficos, como os termos racismo, preconceito, estereótipos, discriminação e genocídio segregam as pessoas no Brasil.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Conhecer e compreender critérios culturalmente construídos para fortalecer as diversas modalidades de preconceitos numa perspectiva histórica, filosófica, antropológica, sociológica e econômica, científico e tecnológica ao longo da história da nação brasileira.

Propiciar uma reflexão sobre as relações humanas numa sociedade dividida que contribuem para a continuação da formação de guetos sociais.

Ampliar os conhecimentos histórico-culturais a partir dos temas propostos;

Contribuir para o desenvolvimento do pensamento e escrita científicos por parte dos discentes da instituição

### **RECURSOS DISPONÍVEIS E VIABILIDADE**

<b>DETALHAMENTO</b>
Material de Divulgação (banner, panfleto)
-Emissão de Certificados para os participantes. (alunos-10h e para aqueles que apresentarão o resumo expandido 15h). –(Professores envolvidos 40h e palestrantes 3h).

- Permissão para divulgação de livros dos palestrantes da mesa redonda.
- Permissão de patrocínio da Terceira Via Hall na decoração do auditório.
19/11- Auditório e equipamento de multimídia das 18 às 22 h
20/11- Auditório e equipamento de multimídia das 18 às 22 h
21/11- Tablado das 18:00 às 22:20 com 20 cavaletes.
24/11- Tablado com caixa de som e microfone para apresentação de dança e teatro
24/11- Espaço interno da FTC para montar estandes para exposição de adereços, oficina de tranças e turbantes, sessão de maquiagem, cavaletes para exposição de banners.
24/11- Praça José Bastos para montar estandes para contação de história, barracas de degustação de pratos típicos da culinária africana, dança e teatro.
Divulgação do projeto na TV em frente ao elevador e nas mídias sociais.

## **PROTOCOLO DO COMITÊ DE ÉTICA (CEUA / CEP) CASO SEJA APLICÁVEL METODOLOGIA**

### **Etapas do Projeto**

- Construção do projeto;
- Organização das comissões responsáveis pela logística do projeto:
  - Comissão organizadora (responsável pela elaboração do edital, elaboração da plataforma de inscrição para participação no evento, elaboração de documentos para uso dos espaços públicos, elaboração/emissão dos certificados);
  - Comissão científica- responsável pela coordenação de monitores e análise dos trabalhos submetidos.
  - Comissão de avaliação/ premiação- premiar os melhores trabalhos por categoria e o casal beleza negra da faculdade.

## Outubro

-Lançamento do edital para que os professores e alunos submetam os trabalhos que serão apresentados;

Inscrição sem apresentação de trabalho-

Inscrição com apresentação de trabalho-

## Novembro

### 19/11-

- 18:50 às 19:10 Momento Cultural: Música, declamação de poemas ( Anderson Batista)
- 19:10- 1ª Palestra com a Professora: Lara Kauark Santana (30 minutos de exposição e 10 minutos para discussão); TEMA: **EMPOLDERAMENTO DA MULHER NEGRA: UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA RACIAL E DE GÊNERO**
- 19:50- 2ª Palestra Rodrigo Eduardo Rocha Cardoso (30 minutos de exposição e 10 minutos para discussão); TEMA: **A DEFESA DAS COTAS COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO**
- 19: 50 às 20:30 Apresentação das Comunicações orais ( 10 minutos no máximo por apresentação, sendo 5 minutos para apresentação e os outros cinco para três arguições);
- Apresentação de pôster no térreo.

### 20/11

- 18:50 às 19:10 Momento Cultural: Música, declamação de poemas
- 19:10 h Mesa redonda com os Professores Ruy do Carmo Póvoas (25 min para cada palestrante)
- 20:10 – às 21:00 Apresentações orais (resumos, vídeos);
- 21:00 Apresentação de pôster

### 21/11, 22 e 23/11

- Apresentações orais dos Resumos Expandidos no tablado.

**24/11**

- 8:30 Apresentação de dança e teatro no tablado, oficina de penteados e turbantes;
- 9:00: Apresentação/ desfile para escolha do casal Beleza Negra
- 10:00 Momento Cultural: Degustação de comidas típicas e momento de contação de histórias/ seção de autógrafos com a autora do livro Maricota e as formigas, Neila Brasil Bruno; seção de autógrafos com o escritor Jailton Alves.
- 10:30 Encerramento do evento com a premiação do casal e dos melhores trabalhos apresentados.

### **POSSÍVEIS PROBLEMAS E LIMITAÇÕES**

Precisaremos de autorização da Prefeitura Municipal para usar a Praça José Bastos bem como da própria unidade para colarmos faixas, cartazes no ambiente da faculdade após aprovação do Marketing.

### **RESULTADOS PRELIMINARES OU ESPERADOS**

Espera-se que após o projeto haja uma maior valorização e respeito à cultura negra no âmbito da comunidade acadêmica e comunidade, bem como o evento resulte em publicações de resenhas, artigos e seja uma forma da FTC se mostrar para a comunidade grapiúna, evidenciando uma prática de ensino diferenciada.

### **IMPACTOS ESPERADOS NAS ÁREAS DO PROJETO**

Espera-se com tal Projeto, possibilite envolver a comunidade acadêmica no debate contemporâneo sobre a cultura africana e o negro no Brasil. Por meio das metodologias ativas, pautada na autonomia dos palestrantes e dos debates, bem como a interatividade ativa, os participantes sairão de uma postura meramente passiva, para a efetividade de uma Educação Aberta. A FTC Itabuna estará protagonizando um momento de reflexão, e ampliando os horizontes da pesquisa, do ensino e da extensão universitária, por meio de uma abordagem sobre a consciência negra..

.....

## PARECER DO COMITÊ AVALIADO

.....

**PARECER DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DEFERIMENTO (Viabilidade para futuras publicações e intervenções).**

### CRONOGRAMA

ATIVIDADES	ANO 2018											
	A	S	O	N								
Discussão do Projeto	X	X										
Preparação		X	X	X								
Divulgação		X	X	X								
Realização				X								

Atenciosamente,

---

**Professora Gilsária de Jesus Teixeira**

Coordenador do Projeto

---

**Profº. Jailton Alves de Oliveira**

Coordenador do Projeto

---

**Profª. Lucicléia Sousa Silva Passos**

Coordenadora do Projeto

---

**Professor Kaminsky Mello Cholodovskis**

Diretor da unidade de Itabuna

---

**Coordenadora de Extensão**

**SHARON SHYRLEY WEYLL OLIVEIRA**

**APÊNDICE B- CARD DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO 1º ENCONTRO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA 2018**



**Card de divulgação do projeto Encontro da Cultura Afro-Brasileira 2018**

## APÊNDICE C – FOTOS DO I ENCONTRO COM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

### Fotos do evento



### Fotos do evento



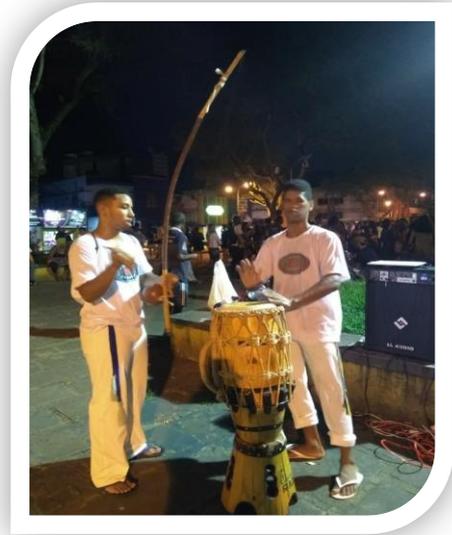
### Mesa Redonda do Evento



Comunidade Acadêmica e Convidados



Momento Cultural de evento



Professores envolvidos no evento



**EVENTO**



**II ENCONTRO  
DA CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA  
FTC**

**20/NOV**

**19h às 22h**

*Local:* Auditório FTC Itabuna  
Entrada gratuita





## APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES



Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB  
Autorizada pela lei Federal nº 12.818 de 05.05/2013  
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnicos Raciais- PPGER

### QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DA PESQUISA PARA PROFESSOR

Prezado Professor, esse questionário foi desenvolvido para obter um diagnóstico sobre questões ligadas ao racismo. Faz parte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado em Ensino das Relações Étnico-Raciais (UFSB). Tente respondê-lo com base na realidade de sua universidade.

Qual o curso que leciona?

- Direito
- Enfermagem

Qual o número de sua matrícula como docente na instituição?

01. Qual a sua raça?

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Não quero declarar

02. Sexo:

- Feminino
- Masculino

03. Idade

- Menos de 30 anos
- 30 a 60 anos
- Acima de 60 anos

04. Em sua opinião, existe racismo na universidade?

- Sim

- Não
05. A história dos negros é estudada, discutida na universidade?
- Sim
  - Não
06. Em suas disciplinas você aborda sobre as questões étnico-raciais?
- Sim
  - Não
07. Existem professores negros na universidade?
- Sim
  - Não
08. Existe preconceito racial por parte dos alunos para com os Professores negros dentro da universidade?
- Sim
  - Não
09. Você já sofreu algum preconceito por causa de sua cor?
- Sim
  - Não
10. Em sua opinião, ser branco/a ou ser negro/a dentro da universidade, é a mesma coisa?
- Sim
  - Não
11. Em sua opinião o déficit de aprendizagem é maior entre alunos negros?
- Sim
  - Não
12. Para fortalecer o respeito, a valorização à diversidade racial, e as diferenças o que você acredita que as universidades devem fazer: Descreva em poucas linhas.

## APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS



Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB  
Autorizada pela lei Federal nº 12.818 de 05.05/2013  
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnicos Raciais-  
PPGER

### QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO DA PESQUISA PARA ALUNOS

Prezado estudante, esse questionário foi desenvolvido para obter um diagnóstico sobre questões ligadas ao racismo. Faz parte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado em Ensino das Relações Étnico-Raciais (UFSB). Tente respondê-lo com base na realidade de sua universidade.

Curso?

- Direito
- Enfermagem

Número de Matrícula:

---

Semestre?

- 4º Semestre
- 5º Semestre
- 6º Semestre
- 7º Semestre
- 8º Semestre
- Desemestralizado
- Segunda Graduação
- Ouvinte

Idade?

- De 20 a 30 anos
- Abaixo de 20 anos
- Acima de 30 anos

1. Qual a sua Raça?

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Não quero declarar
- Outro

02. Sexo

- Feminino
- Masculino

03. Você já presenciou alguma atitude racista dentro da universidade?

- Sim
- Não

04. Você já denunciou alguma atitude racista

- Sim
- Não

05. Você tem amigos racistas?

- Sim
- Não

06. Você é racista?

- Sim
- Não

07. No ambiente acadêmico, algum professor já promoveu atividades ou debates em sala de aula sobre o racismo?

- Sim
- Não

08. Você já cometeu atos racistas contra algum professor/colega de turma?

- Sim
- Não

09. Em sua opinião, existe racismo dentro da universidade?

- Sim
- Não

10. No Brasil, existem algumas leis que tratam do racismo, inclusive considerando crime atos de discriminação e preconceito de cor ou raça. Em relação a essas leis, você conhece?

- Sim
- Não

11. Existe uma disciplina específica que trata das questões raciais na instituição?

- Sim
- Não

12. Para fortalecer o respeito, a valorização à diversidade racial, e as diferenças o que você acredita que as universidades devem fazer: Descreva em poucas linhas.

## ANEXOS

## ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Educação Antirracista: Um estudo comparativo nos cursos de graduação da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna

**Pesquisador:** GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 5

**CAAE:** 33282720.0.0000.8467

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.476.168

**Apresentação do Projeto:**

O projeto de pesquisa intitulado Educação antirracista: um estudo comparativo nos cursos de graduação da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna, tem como objetivo geral Investigar se existe racismo dentro da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna. Verifica-se constantemente que nos últimos tempos as universidades têm vivenciado momentos de "escamoteamento do racismo". Isso nos faz crer que os caminhos do racismo epistêmico surgem não apenas nas restrições ao acesso de negros e negras nas universidades, mas também por meio de atos sutis e velados que ocorrem com frequência nas universidades. A relevância desta pesquisa reside no fato de, através da produção de conhecimento científico, buscar subsídios teóricos que ajudem a desconstruir o discurso de que no Brasil não há racismo, de modo a tentar dirimir o preconceito velado contra os negros na educação superior. Para a fundamentação teórica recorrer-se-á a literaturas que contemplem o tema em questão, tais quais: Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Eni Orlandi, Mangueneau, Thompson, dentre outros. A pesquisa será desenvolvida por meio de aplicação de questionário a docentes e a estudantes (do 4º ao 8º período) de graduação em Direito e Enfermagem da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna. Por meio da análise da percepção do grupo dos professores e alunos sobre a temática em estudo, observar-se-á se existe racismo dentro da instituição citada. Ao final, o projeto se propõe a elaboração de uma cartilha educativa a ser apresentada na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna durante o Encontro da Cultura Afro-Brasileira e sua posterior publicação em

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A

Bairro: Bairro Monte Castelo

CEP: 45.006-108

UF: BA

Município: TEIXEIRA DE FREITAS

Telefone: (73)3291-2069

E-mail: cep@ufsb.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB



Continuação do Protocolo: 4.476.193

redes sociais.

**Objetivo da Pesquisa:**

2.1 Geral

Investigar se existe racismo dentro da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna

2.2 Específicos

Fazer um estudo para saber se existe racismo dentro da faculdade pesquisada

Contribuir para a construção de uma educação antirracista

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos**

Em relação aos riscos para os participantes da pesquisa, sendo docentes e discentes, pode-se presumir – (1) possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; (2) Invasão de privacidade; (3) Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; (4) a não compreensão da pesquisa e das perguntas. Visando evitar qualquer dano cometido aos participantes, entendendo que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes da pesquisa científica conforme Resolução 510/2016 art. 2º Item XXV, exigindo respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, atuaremos da seguinte forma:

(1) As perguntas elaboradas no questionário têm como premissa o respeito ao participante, evitando palavras indecorosas ou expressões que representem preconceito e/ou gerem situação de qualquer discriminação. Além disso, o participante pode optar, caso se sinta constrangido, de cancelar sua participação na pesquisa.

(2) Na produção da pesquisa, garantimos que os únicos dados que serão coletados dos participantes, via formulário, são: Número de Matrícula no curso, local que estuda, faixa etária e as demais respostas do questionário. E, nenhum outro meio será utilizado para buscar as informações dos participantes, tais como redes sociais, amigos, etc.

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
 Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.295-100  
 UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
 Telefone: (73)3291-3292 E-mail: cep@ufsb.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB



Continuação do Parecer: 4.476.168

(3) Garantimos na produção da pesquisa o sigilo absoluto dos participantes, e quando da divulgação dos dados e resultados da pesquisa os mesmos terão suas matrículas alteradas para códigos ou siglas para garantir a privacidade e sigilo. Evitando, deste modo, quaisquer danos e/ou discriminação para o participante da pesquisa.

No Termo de Compromisso constará todas as informações de riscos, benefícios e afins para que o participante tenha ciência da pesquisa e seus objetivos.

#### Benefícios

Em relação aos benefícios, o participante que aderir a pesquisa estará: (1) contribuindo para o fomento da pesquisa que visa a redução do racismo no ambiente que o participante atua/frequenta; (2) possibilitando a ampliação da discussão sobre o racismo no espaço acadêmico; (3) colaborando com a construção de uma cartilha educativa, produto final da pesquisa/Mestrado, a fim de ampliar as discussões acerca da valorização e respeito à cultura afro-brasileira, e aos direitos civis, sociais, econômicos e políticos, bem como (4) intensificando o diálogo para uma educação antimacista dentro das universidades. Espera-se também que contribua para (5) desmistificar, ainda mais, a falsa noção de um país igualitário e sem preconceito racial. Além disso, como Coordenadora Geral do evento científico Encontro com a Cultura Afro-Brasileira, desenvolvido na Faculdade de Tecnologia e Ciência de Itabuna, o lançamento da cartilha educativa será realizado nesta Instituição (local da pesquisa), com intuito de abarcar todos os públicos da Faculdade, negros e não-negros, visto que a questão do racismo é responsabilidade de todos, e não apenas de uma parcela da sociedade.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora pretende aplicar um questionário para 30 participantes (10 docentes – sendo 05 do sexo feminino do curso de Enfermagem e 05 professores do sexo masculino do curso de Direito – e 20 discentes – com 10 alunas de Enfermagem e com 10 alunos de Direito) dos cursos de Direito e Enfermagem da Faculdade de tecnologias e ciências de Itabuna (UNIIFTC). O intuito é observar se existe racismo na Instituição. Por meio de um estudo qualitativo-descritivo, a pesquisadora fará uso da revisão de literatura para analisar as 12 perguntas (11 fechadas e 1 aberta) do questionário do Google Forms que será aplicado virtualmente por meio da plataforma Blackboard. A pesquisa se erguerá a partir das etapas que seguem: 1- Levantamento e leitura de textos teóricos que discutem o racismo na contemporaneidade; 2- Aplicação do questionário; 3-

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
 Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.996-100  
 UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
 Telefone: (73)3291-2080 E-mail: cwpa@ufsb.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB



Continuação do Parecer: 4.476-199

Análise e reflexão do questionário; 4- Levantamento do número de participantes pretos e pardos; 5- Proposta para uma Educação antirracista; 6- Compilação da pesquisa, ajustando o texto teórico e análises para elaboração de uma cartilha educativo a ser apresentado na Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna para toda a comunidade acadêmica no Encontro da Cultura Afro-Brasileira e após a apresentação será divulgada nas mídias sociais. Como critérios de Inclusão, a pesquisa apresenta a seguinte redação:

"Para desenvolver a pesquisa, serão selecionados 30 participantes, sendo: 10 docentes e 20 discentes. Em relação aos docentes, os critérios de inclusão são: 5 do sexo feminino do curso de Enfermagem e 5 do sexo masculino do curso de Direito; na faixa etária de 30 a 60 anos; negro(as); que estejam ativos e atuantes na instituição; com nível de escolaridade de Especialista Lato Sensu, Mestre ou/ou Doutor; que tenha experiência profissional de 3 a 10 anos no ensino superior, tenha acesso a Internet e disponibilidade para responder ao questionário. Em relação aos discentes, os critérios de inclusão são: 10 alunos do curso de Direito e 10 alunos do curso de Enfermagem; na faixa etária de 20 a 30 anos; que estejam cursando a primeira graduação; frequentando do 4º ao 8º semestre dos respectivos cursos; que tenham matrícula ativa na instituição".

Quanto aos critérios de Exclusão, a pesquisa apresenta a seguinte redação:

"A respeito dos critérios de exclusão, serão excluídos da pesquisa os docentes que sejam visitantes na instituição, docentes substitutos, que não ministrarem aulas nos cursos e nos semestres envolvidos na pesquisa, que não preencherem todos as informações solicitadas no questionário e os que não assinarem o termo de livre consentimento.

A respeito dos discentes, serão excluídos os que são alunos ouvintes na turma, os que não assinarem o termo de livre consentimento, os que não estiverem devidamente matriculados acadêmica e financeiramente e os que não preencherem todos as informações solicitadas no questionário".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de Rosto: OK

Termo de Anuência: OK

Curriculo dos Pesquisadores: OK

Cronograma: OK

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
 Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.066-100  
 UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
 Telefone: (73)3291-2099 E-mail: cep@ufsb.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB**



Continuação do Parecer: 4.476.100

Orçamento: OK e será custeado pela pesquisadora

TCLE: REVER, realizar as modificações solicitadas

**Recomendações:**

Extrair os itens que não atendem aos pressupostos dos critérios de exclusão, segundo as Resoluções do CEP.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pelo exposto, Protocolo Aprovado!

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Dúvidas deverão ser retiradas diretamente com o CEP/UFSB, neste momento de pandemia, somente pelo email institucional (cep@ufsb.edu.br)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	FB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1549173.pdf	02/12/2020 15:07:15		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ.pdf	24/11/2020 22:23:30	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/11/2020 22:17:43	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Outros	QUEST_PROF.pdf	10/10/2020 22:11:39	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Outros	QUEST_ALUNO.pdf	10/10/2020 22:10:34	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	10/10/2020 22:07:15	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Outros	JUSTIFICATIVA.pdf	06/07/2020 16:34:50	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Declaração de concordância	TERMO_FTC.PDF	02/07/2020 17:33:46	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Outros	ANA_CRISTINA_SANTOS_PEIXOTO.PDF	28/05/2020 19:47:32	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	05/05/2020 11:02:56	GILSARIA DE JESUS TEIXEIRA	Acelto

**Situação do Parecer:**

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
 Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.206-100  
 UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
 Telefone: (73)3291-2089 E-mail: cep@ufsb.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
SUL DA BAHIA - UFSB



Continuação do Parecer: 4.478.108

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

**Não**

TEIXEIRA DE FREITAS, 18 de Dezembro de 2020

---

Assinado por:

**RAFAEL ALEXANDRE GOMES DOS PRAZERES**  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A  
Bairro: Bairro Monte Castelo CEP: 45.906-100  
UF: BA Município: TEIXEIRA DE FREITAS  
Telefone: (73)3201-2089 E-mail: cep@ufsb.edu.br

# GUIA BÁSICO PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 2021



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
RACISMO DENUNCIE.....	10
LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA .....	14
CINEMA NÃO DEIXE DE VER.....	16
BOOKS .....	18
OBRAS DE ARTE .....	22
CHARGES .....	26
MÚSICA .....	28
HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA.....	32
POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO.....	35
POESIA .....	37
O RACISMO VELADO POR TRÁS DAS PALAVRAS.....	43
O RACISMO ESCAMOTEADO POR TRÁS DAS PUBLICIDADES .....	45
NINGUÉM NASCE ODIANDO O OUTRO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50



**UFESB** Universidade Federal  
do Sul da Bahia

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**

PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-  
RACIAIS

CAMPUS JORGE AMADO – ITABUNA

**GILSÁRIA DE JESUS TEIXEIRA**

Organizadora

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO**

Orientadora

## **Guia Básico para o Ensino das Relações Étnico-Raciais 2021**



**Zumbi dos Palmares**



**Nelson Mandela**



**Martin Luther King  
Jr.**



**Ângela Davis**



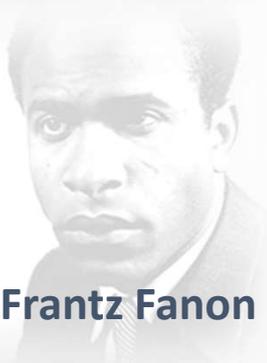
**Sueli Carneiro**



**Djamila Ribero**



**Gayatri Spivak**



**Frantz Fanon**



**Kabengele Munanga**

# APRESENTAÇÃO

Nos últimos tempos, têm se discutido veementemente sobre o racismo no Brasil, país onde os discursos perpassam ilusoriamente a ideologia da igualdade de direitos entre negros e brancos. Entretanto, a realidade é bem oposta, quando se fala em falta de direitos, isto é, violação de direitos civis, sociais, políticos e econômicos a figura mais discriminada é a do negro. Entre os pobres por exemplo, os negros são os que recebem os salários mais baixos e alcançam níveis inferiores de escolaridade. Por esta razão, apresentamos este Guia Básico para o Ensino das Relações Étnico-Raciais. O produto é mais uma proposta que apresenta possibilidades e caminhos, destinado a abranger os profissionais de educação, alunos, professores, familiares, dentre outros, como procedimentos de superação e combate ao racismo.

A partir da Lei 10.639/2003 tornou-se obrigatório o ensino da história, da cultura africana e afro-brasileira e a educação étnico raciais em toda a educação básica das escolas públicas e privadas. A lei é considerada um marco histórico, um grande avanço do movimento negro, fruto de sua atuação contra o racismo e a discriminação.

Após a lei, ampliaram-se experiências significantes nos espaços escolares e nas redes de ensino no país. Mas, mesmo com força de lei diversas dessas experiências continuam encarando resistências distintas no universo escolar, seja pelo isolamento, por meio sutis e velados de discriminação nos estabelecimentos escolares.

Por isso, o Guia parte da compreensão de que é necessária uma pedagogia decolonial da valorização da diversidade, sobrepujando as desigualdades étnicoraciais que perpassam a educação escolar brasileira nos mais diversos níveis de ensino.

Assim sendo, faz-se necessária políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal com vistas a reparação dos danos causados à população afrodescendente. É preciso a valorização da história, da cultura, constituição de ações afirmativas que dialoguem com o projeto da escola e envidar esforços para a formação de professores no universo escolar.

Sem sombra de dúvidas, o mito da democracia racial ainda surge evidente em grande parte da população brasileira. Essa ideia progressista no início do século XIX, com a miscigenação do povo brasileiro, imbuía que a população vive em harmonia, inexistindo atos discriminatórios. Entretanto, não é isso que revelam alguns dados.

O Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras, UNICEF, 2003 e do IBGE, PNAD 2003 anunciaram que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15

anos de idade representa 16,8% de negros e 7,1% de brancos; 75,3% de adultos negros não completaram o ensino fundamental em oposição a 57% de brancos; 84% de jovens negros de 23 anos não concluíram cursos de nível médio em oposição a 63% de brancos; 3,3% dos jovens concluíram curso de nível médio em oposição a 12,9% de brancos; Apenas 2% de jovens negros têm acesso à universidade.

De acordo ao estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2014), pessoas negras ganham 53% do total da renda média das pessoas brancas. Considerando os dados da PNAD 2012, conclui-se que "40,8% dos jovens negros de 25 a 29 anos não estudavam e não conseguiram concluir o ensino médio e 22,5% não concluíram nem mesmo o ensino fundamental (os percentuais são 24,9% e 11,6%, respectivamente, para jovens brancos desta faixa etária)" (IPEA& SEPPPIR, 2014:22).

Segundo Márcia Lima, professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, um dos referenciais de que o resultado educacional é um fator restrito para esclarecer a diminuição da desigualdade racial é que, de modo corriqueiro, os negros são os que mais tardiamente se favorecem de qualquer desenvolvimento da escolaridade.

O fato é que não é apenas no âmbito educacional que essa desigualdade é percebida, a falta de igualdade de direitos é estendida para outros campos como no trabalho, na segurança, moradia, no aspecto jurídico, dentre outras. Atualmente, os negros são maioria nos setores econômicos com as péssimas condições laborais construção civil, trabalhos domésticos, – e também nas disposições mais estreitas, sendo em sua grande maioria entre os profissionais sem remuneração e assalariados sem carteira.

É notável que o arcabouço da junção com cor e raça não modifica. Embora o racismo não estar sujeito essencialmente da aparência de características físicas, um de seus formatos mais emblemáticos e duradouros é o fundado na cor da pele. Observa-se, nessa questão, que se chega a constituir uma continuidade de acordo com a tonalidade de pele: quanto mais escura, quanto mais afastada de um ideal de branquitude, maior a amplitude da discriminação, maior a desigualdade de direitos.

Para ocultar os atos de discriminação racial, o Brasil vive a ideia do mito da democracia racial, este legado oriundo de nossa própria história, instaura a situação opressora estabelecida pela violência de quem oprime, além disso, no bojo da sociedade brasileira persiste que todos são iguais e essa ideia passa a sensação de paz e igualdade entre a nação camuflando atos racistas dificultando debates, discussões, prevenção e ações de combate seja pelo poder público, seja pela própria sociedade civil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostram que 54% da população brasileira é negra, a pesquisa nos revela que somos mais da metade do povo brasileiro, presume-se, porém, que os índices de igualdades de direitos deveriam ser no mínimo proporcional ao dos brancos. Em detrimento a isso, observamos cotidianamente, que a igualdade de direitos nos setores sociais, políticos e educacionais dos negros em relação aos brancos são desproporcionais, haja vista que no Brasil existe uma espécie de racismo sutil.

As sutilezas do racismo estão na piada sem graça, no apelido, no humor, nas relações interpessoais do dia a dia das pessoas. Sendo assim, a crença que a sociedade brasileira é formada de uma mistura de três raças e que cada indivíduo tem um pouco de português, índio e negro é um acortinado que burla a visão da coletividade e fortalece a ilusão de que o Brasil é um país sem preconceito racial e igualitário. Isso posto, considera-se que os espaços de poder se mostra como um lugar de segregação racial por meio de insultos, xingamentos, piadas, dentre outras formas de discriminação. É possível praticar e vislumbrar o conhecimento sobre as questões étnico raciais, conhecer a história, a cultura e as lutas da população negra, dessa maneira, trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

Tendo em vista os aspectos observados, é extremamente importante debater, discutir e promover a oportunidade de igualdades entre os diferentes grupos étnicos que compõe o país da “ordem e do progresso”. Em vista disso, este Guia Básico para o Ensino das Relações étnico Raciais, é procedente da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Ensino das Relações Étnico Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia-(UFSB), evidenciando o nosso compromisso em promover o diálogo e as discussões acerca do preconceito racial, e mostrar as consequências dessa prática perversa, que se revela cotidianamente e não assumida por indivíduos e instituições.

Além disso, este documento é um material para consulta para os professores, pois propõe às escolas, aos docentes tanto da educação básica quanto do nível superior refletir crítica e reflexivamente para o ensino de uma pedagogia decolonial e antirracista, com vistas ao reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros. Para tanto, é necessário municiar por meio de um projeto pedagógico institucional sólido e eficaz os professores e alunos com conteúdo, valores e referenciais teóricos, que consolide

-----

Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana, conforme preconiza a Lei 10.639/2003.

Com o intuito de alcançar os objetivos dessa proposta, apresentamos neste Guia Básico, indicações de leituras de livros, sugestões de filmes, charges, poesias, literatura infantil, histórias de lutas de algumas personalidades negras, músicas, legislação de combate ao crime de racismo etc., objetivando municiar todos e todas de informações para combater à discriminação racial, além do mais, o documento também propõe aos professores materiais e sites que facilitarão sua prática pedagógica em suas disciplinas, de modo a enriquecer suas aulas.

Destarte, não pretendemos esgotar nossa pesquisa aqui, bem como nossas contribuições para fortalecer as escolas, alunos, professores e toda sociedade de informações e debates com vistas a um país mais igualitário. Combater o racismo é um dever de todos, principalmente nos espaços onde fomenta-se a busca constante pelo conhecimento, os espaços educacionais. É preciso aquilombar as escolas e universidades de todo o Brasil.

Com efeito, esperamos contribuir para um ensino inovador, ético, que possa corroborar com a garantia de direitos iguais e valorização da Cultura, das histórias dos afro-brasileiros e dos africanos. Com a finalidade de garantir que os conteúdos propostos em sala de aula possam conduzir para educação das relações étnico-raciais e desfazer mentalidades racistas e discriminatórias sobrepujando o etnocentrismo europeu.

É notável que o arcabouço da junção com cor e raça não modifica. Embora o racismo não estar sujeito essencialmente da aparência de características físicas, um de seus formatos mais emblemáticas e duradouros é o fundado na cor da pele. Observa-se, nessa questão, que se chega a constituir uma continuidade de acordo com a tonalidade de pele: quanto mais escura, quanto mais afastada de um ideal de branquitude, maior a amplitude da discriminação, maior a desigualdade de direitos.

Para ocultar os atos de discriminação racial, o Brasil vive a ideia do mito da democracia racial, este legado oriundo de nossa própria história, instaura a situação opressora estabelecida pela violência de quem oprime, além disso, no bojo da sociedade brasileira persiste que todos são iguais e essa ideia passa a sensação de paz e igualdade entre a nação camuflando atos racistas dificultando debates, discussões, prevenção e ações de combate seja pelo poder público, seja pela própria sociedade civil.

---

<sup>3</sup>Aquilombar – Espaço de Luta. A partir de fins da década 1970 e início da década de 1980, nos estudos historiográficos, o fenômeno de reunião de negro (a)s escravizado(a)s fugido(a)s assume uma conotação ideológica no sentido de comunidade de luta, que reconhece o direito à Terra (espaço físico) e à Terra-Nação que lhe deve direitos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostram que 54% da população brasileira é negra, a pesquisa nos revela que somos mais da metade do povo brasileiro, presume-se, porém, que os índices de igualdades de direitos deveriam ser no mínimo proporcional ao dos brancos. Em detrimento a isso, observamos cotidianamente, que a igualdade de direitos nos setores sociais, políticos e educacionais dos negros em relação aos brancos são desproporcionais, haja vista que no Brasil existe uma espécie de racismo sutil.

As sutilezas do racismo estão na piada sem graça, no apelido, no humor, nas relações interpessoais do dia a dia das pessoas. Sendo assim, a crença que a sociedade brasileira é formada de uma mistura de três raças e que cada indivíduo tem um pouco de português, índio e negro é um acortinado que burla a visão da coletividade e fortalece a ilusão de que o Brasil é um país sem preconceito racial e igualitário. Isso posto, considera-se que os espaços de poder se mostra como um lugar de segregação racial por meio de insultos, xingamentos, piadas, dentre outras formas de discriminação. É possível praticar e vislumbrar o conhecimento sobre as questões étnicas raciais, conhecer a história, a cultura e as lutas da população negra, dessa maneira, trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

Tendo em vista os aspectos observados, é extremamente importante debater, discutir e promover a oportunidade de igualdades entre os diferentes grupos étnicos que compõe o país da “ordem e do progresso”. Em vista disso, este Guia Básico Antirracismo é procedente da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Ensino das Relações Étnicas Raciais, evidenciando o nosso compromisso em promover o diálogo e as discussões acerca do preconceito racial, e mostrar as consequências dessa prática perversa, que se revela cotidianamente e não assumida por indivíduos e instituições.

Além disso, este documento é um material para consulta, pois propõe as escolas, aos professores tanto da educação básica quanto do nível superior refletir crítica e reflexivamente para o ensino de uma pedagogia decolonial e antirracista, com vistas ao reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros. Para tanto, é necessário municiar por meio de um projeto pedagógico institucional sólido e eficaz os professores e alunos com conteúdo, valores e referenciais teóricos, que consolide a Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana, conforme preconiza a Lei 10.639/2003.

Com o intuito de alcançar os objetivos dessa proposta, apresentamos neste Guia Básico para o ensino das relações étnico raciais, indicações de leituras de livros, sugestões de filmes, charges, poesias, literatura infantil, histórias de lutas de algumas personalidades negras, músicas, legislação de combate ao crime de racismo etc., objetivando municiar todos e todas de informações para combater à discriminação racial, além do mais, o documento também propõe aos professores materiais e sites que facilitarão sua prática pedagógica em suas disciplinas, de modo a enriquecer suas aulas.

Com efeito, esperamos contribuir para um ensino inovador, ético, que possa corroborar com a garantia de direitos iguais e valorização da Cultura, das histórias dos afro-brasileiros e dos africanos. Com a finalidade de garantir que os conteúdos propostos em sala de aula possam conduzir para educação das relações étnico-raciais e desfazer mentalidades racistas e discriminatórias sobrepujando o etnocentrismo europeu.



## Racismo? Denuncie!

Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/mulheres-em-protesto-4613878/>  
Acesso em 10.10.21

### **RACISMO**

Racismo é a doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade.

### **CRIME DE RACISMO E INJÚRIA RACIAL**

O crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. A injúria racial consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem.

---

Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/cartilha-racismo-e-crime-denuncie> >  
Acesso em 01.07.21

DIFERENÇA ENTRE OS CRIMES		
	RACISMO	INJÚRIA RACIAL
Alvo	Coletivo	Indivíduo
Prazo para denunciar	A qualquer momento	6 meses
Pagamento de fiança	Não	Sim
Penas	Superiores	Brandas
Base legal	Constituição Federal de 1988 Artigo 20 da Lei nº. 7.716/1989	Parágrafo 3º do art. 140 do Código Penal

### PRAZOS PARA PRESTAR QUEIXA

**Injúria racial:** É de no máximo 06 meses.

**Racismo:** Não há prazo prescricional, ou seja, você pode denunciar a qualquer momento.

A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial integra a estrutura da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça e Cidadania – SEPPIR/MJC. Foi instituída pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), regulamentada pelo Decreto nº 7.261 de 12 de agosto de 2010.

### OUVIDORIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL

A Ouvidoria atua como canal de participação social entre o cidadão e o poder público a fim de efetivar o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. O papel institucional da Ouvidoria é ouvir a cidadã e o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de discriminação e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade racial.



O Disque 100 é serviço do Governo Federal para receber denúncias de violações de direitos humanos. Desde 2015, o serviço conta com dois módulos novos: um que recebe denúncias de violações contra a juventude negra, mulher ou população negra em geral e outro específico para receber denúncias de violações contra comunidades quilombolas, de terreiros, ciganas e religiões de matriz africana.

## CONTATO DO ÓRGÃO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO ESTADO DA BAHIA



Secretaria de Promoção da Igualdade Racial Av. Paulo VI, 760, Edf.  
Belmonte Empresarial, 2º e 3º andar, Pituba – Salvador- Tel. :(71) 3103-1400

Email: [cr.racismo@sepromi.ba.gov.br](mailto:cr.racismo@sepromi.ba.gov.br)

### APLICATIVO MAPA DO RACISMO E DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

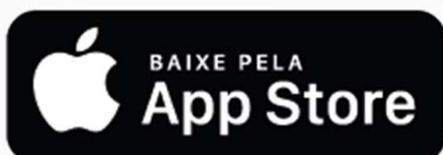
É um canal do cidadão baiano com o Ministério Público da Bahia. Por meio dele, qualquer internauta poderá, com agilidade e segurança, denunciar as infrações penais de injúria racial, racismo e intolerância religiosa cometidas no território estadual. Na ferramenta estarão também reunidas as informações necessárias para que as pessoas sejam capazes de identificar, numa situação real, a eventual ocorrência de alguma das diversas expressões do racismo e como proceder para registrar o fato junto ao Ministério Público.

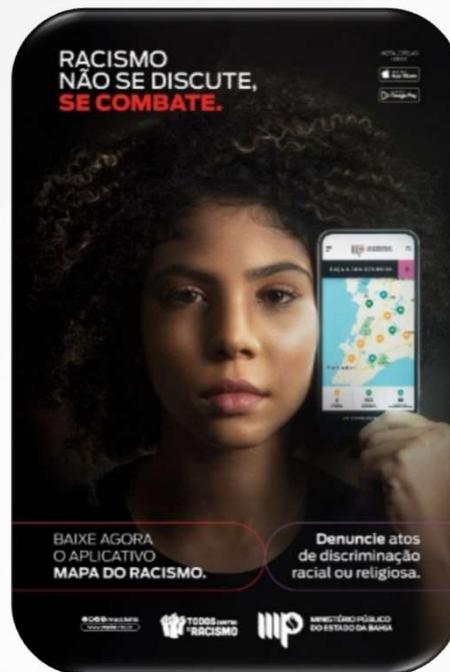
Disponível em <<https://mapadoracismo.mpba.mp.br/>> Acesso em 26.06.21



<<https://www.youtube.com/watch?v=gnwUkuFovNA&t=6s>>

Acesso em 26.06.21





## RACISMO É CRIME. DENUNCIE!

FALE COM A OUVIDORIA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: ***OUVIDORIA@SEPPIR.GOV.BR***

TELEFONES: **(61) 2025-7000 / 7001 / 7002 / 7004 / 7005**

ENDEREÇO: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO A 9º ANDAR

CEP: 70.054-906 Brasília-DF

---

## DISQUE 100





# Legislação Antirracista

Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/administracao-governo-gerencia-patrao-4427622/> Acesso em 10.10.21

## QUADRO DE LEIS

Lei	DESCRIÇÃO	Data
Carta Magna	<u>Constituição Federal</u> A Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, é um marco importante na conquista de direitos da população brasileira e, especificamente, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Entre os avanços, destaca-se, entre outros, o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível:	1988
Lei nº 7.716	<u>Lei Caó</u> Também conhecida por Lei CAÓ, completa a lacuna do Código Penal no que tange à matéria, definindo os crimes resultantes de preconceito de cor ou raça. A prática corriqueira, contudo, consentiu que a lei persistisse a ter um abrangência restrito, uma vez que não previa a quantidade de ocorrências em que se dava o fenômeno discriminatório.	De 05 de janeiro de 1989
Lei nº 9.459	<u>Injúria Racial</u> Alargou a abrangência da Lei Caó ao abarcar, no artigo 1º, a punição pelos crimes resultantes de discriminação e preconceito de etnia, religião e procedência nacional. Também incluiu, em seu artigo 20, tipo penal mais genérico para o crime de preconceito e discriminação: “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.	13 de maio de 1997

<p><b>Lei nº 12.288</b></p>	<p align="center"><u>Estatuto da Igualdade Racial</u></p> <p>O Estatuto da Igualdade Racial, após quase 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi instituído em julho de 2010 com o principal objetivo de garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, a defesa dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate à discriminação e às demais formas de intolerância. O Estatuto é o principal marco legal para o enfrentamento da discriminação racial e das desigualdades estruturais de raça que afetam mulheres e homens afro-brasileiros.</p>	<p>20 de julho de 2010</p>
<p><b>Lei nº 8.081 e a Lei nº 8.082</b></p>	<p align="center"><u>Código Penal Brasileiro</u></p> <p>Introduziram no Artigo 140 do Código Penal o parágrafo § 3º. Art. 140- Injuriar alguém, ofendendo -lhe a dignidade ou decoro. Pena: detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa. Parágrafo 3º - Se a injúria consiste da utilização de elementos relacionados raça, cor, etnia, religião ou origem, pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.</p>	<p>De 03 de junho de 1994</p>
<p><b>Lei nº 9.455</b></p>	<p align="center"><u>Lei da Tortura</u></p> <p>A chamada Lei da Tortura prevê em seu artigo 1º, inciso I, letra c: Constitui crime de tortura:  I – Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: c) em razão de discriminação racial ou religiosa.</p>	<p>De 07 de abril de 1997</p>
<p><b>Lei nº 10.639</b></p>	<p align="center"><u>História da Cultura Afro-Brasileira</u></p> <p>Obriga à temática: História e Cultura Afro-Brasileira na Rede de Ensino.</p>	<p>De 09 de janeiro de 2003</p>
<p><b>Lei Federal nº 12.711/12</b></p>	<p align="center"><u>Lei de Cotas</u></p> <p>Garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a aluno(a)s oriundo(a)s integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.</p>	<p>29 de agosto de 2012</p>
<p><b>Lei Federal nº 12.990/14</b></p>	<p>Reserva ao(à)s negro(a)s 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.</p>	<p>09 de junho de 2014</p>





### **Décima terceira emenda 13ª**

Documentário que discute a décima terceira emenda à Constituição dos Estados Unidos - "Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado" - e seu terrível impacto na vida dos afro-americanos.



Disponível em: <https://historiaem35mm.files.wordpress.com/2017/06/13th.jpg?w=584>  
Acesso em 10.10.21

### **Mãos talentosas**

O filme narra a história real do Dr Benjamin Carson, um dos mais respeitados neurocirurgiões do mundo. Cresceu em um lar desfeito e em meio à pobreza e ao preconceito, suas notas eram baixas e seu temperamento inflamado. Sua trajetória descreve o papel vital que sua mãe, uma senhora analfabeta, mas muito inteligente que insistiu para que ele seguisse as oportunidades que ela nunca teve, ajudou-o a expandir sua imaginação, sua inteligência e sua crença em si mesmo.



Disponível em: [https://portal.uepg.br/\\_post/picmonkey-collage-48.jpg](https://portal.uepg.br/_post/picmonkey-collage-48.jpg) Acesso em 10.10.21

## **12 anos de escravidão**

O filme "12 Anos de Escravidão" é baseado na história real de Solomon Northup, um homem negro nascido livre no norte dos Estados Unidos que lutou arduamente durante mais de uma década pela sobrevivência. A história se passa em 1841, época pré-Guerra Civil (1861-1865) e, portanto, alguns anos antes da abolição oficial da escravatura no país.



Disponível em:

[https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Diretor\\_12anos.jpeg](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Diretor_12anos.jpeg) Acesso em 10.10.21

## **Luta por justiça**

Em Luta por Justiça, Bryan Stevenson (Michael B. Jordan) é um advogado recém-formado em Harvard que abre mão de uma carreira lucrativa em escritórios renomados da costa leste americana para se mudar para o Alabama e se dedicar a prisioneiros condenados à morte que jamais receberam assistência legal justa. Ao chegar lá, Bryan se depara com o caso de Walter McMillian (Jamie Foxx), um homem negro falsamente acusado de um assassinato, mas que nunca teve uma defesa apropriada por conta do preconceito racial na região.



Disponível em:

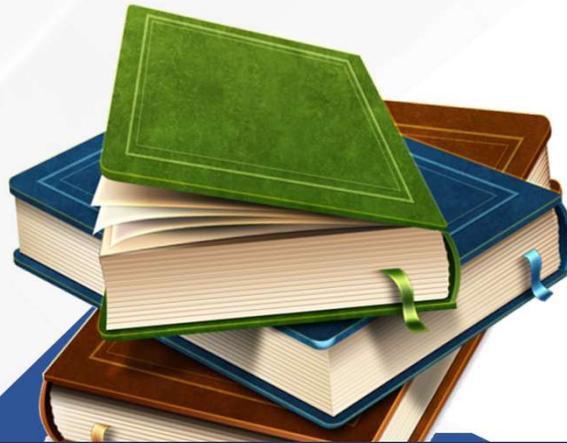
<https://www.cinegoiania.com.br/wp-content/uploads/2020/02/luta-por-justica.jpg> Acesso em 10.10.21

**Infiltrado na klan (2018) :** Em **Infiltrado na Klan**, filme também do gênio Spike Lee, conhecemos a história de Ron Stallworth (John David Washington), um policial que, em 1978, conseguiu se infiltrar em um grupo da comunidade racista Ku Klux Klan, mesmo sendo negro. Com bastante destreza, ele se comunica com a comunidade por meio de cartas e telefonemas, enviando outro policial branco em seu lugar quando precisa aparecer fisicamente em encontros.



Disponível em:

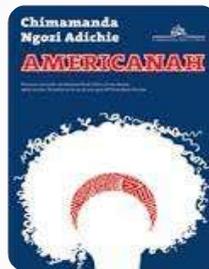
[https://miro.medium.com/max/1838/1\\*xvwzaXICmGz9eE4UJLtZbw.jpeg](https://miro.medium.com/max/1838/1*xvwzaXICmGz9eE4UJLtZbw.jpeg) Acesso em 10.10.21



## Books

### **Americanah, de Chimamanda Ngozi Adichie**

Extremamente atual, o romance levanta questões raciais, de imigração e de aceitação das próprias raízes – territoriais e ou mesmo de seu cabelo.



Disponível em:

<https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/81dTCBAi0VL.jpg> Acesso em 10.10.21

### **Trajetória de descolonização da escola**

Obra apresenta práticas pedagógicas inovadoras que abordam a história e a cultura afro-brasileira



Disponível em:

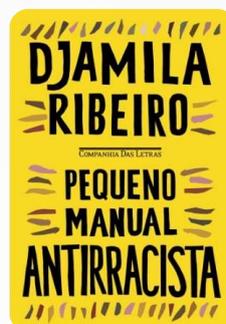
[https://feirapreta.com/media/catalog/product/cache/9e832855e0c3694a7c3c9dcafe3ebc92/t/r/trajet\\_rias\\_de\\_des\\_coloniza\\_o.jpg](https://feirapreta.com/media/catalog/product/cache/9e832855e0c3694a7c3c9dcafe3ebc92/t/r/trajet_rias_de_des_coloniza_o.jpg) Acesso em 10.10.21

## **Pequeno Manual Antirracista- Djamila Ribeiro**

O racismo não é um ato de vontade individual, mas um complexo sistema de opressão que cria desigualdades e abismos sociais, e para que essa realidade mude devemos assumir práticas e estratégias antirracistas. É isso o que propõe a filósofa Djamila Ribeiro em Pequeno Manual Antirracista.

Disponível em

<https://www.zoom.com.br/livros/deumzoom/pequeno-manual-antirracista-resumo-livro-djamila-ribeiro-analise> Acesso em 10.06.21

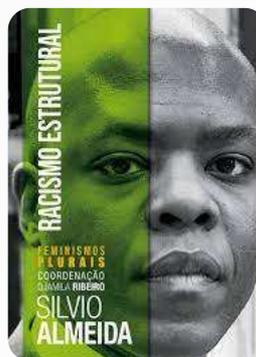


## **Racismo Estrutural – Silvio de Almeida**

Silvio Almeida, neste livro, parte do princípio de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável. Para o autor, advogado e estudioso da teoria social, “racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”.

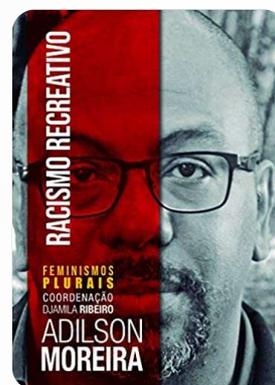
Imagem Disponível em:

<https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/81dTCBAiOVL.jpg> Acesso em 10.10.21



## **Racismo recreativo- Adilson Moreira**

Este livro aborda uma questão sempre presente em debates políticos e jurídicos sobre direitos humanos na sociedade brasileira: de que forma devemos classificar expressões humorísticas que reproduzem estereótipos negativos sobre minorias raciais? Muitos afirmam que estigmas culturais afetam todas as dimensões da vida de membros de grupos minoritários, motivo pelo qual nem todos os comportamentos devem ter expressão na vida pública.



Disponível em: <http://r1.ufrj.br/petbaixada/index.php/racismo-recreativo/> Acesso em 10.06.21

## **A Máscara- Grada Kilomba**

Neste ensaio, Grada Kilomba desloca o ponto de vista colonial ao mostrar que a percepção das pessoas negras sobre a branquitude pode ser diferente da percepção que o sujeito branco tem de si próprio. Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância.



Disponível em: <https://www.google.com/search?q=a+m%C3%A1scara+grada+kilomba>  
Acesso em 10.06.21

## **Pode o Subalterno falar? Gayatri Spivak**

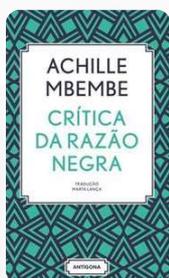
Em seu provocador ensaio "Pode o subalterno falar? ", Gayatri Spivak (2014) apresenta o sujeito subalterno, aquele que não tem voz política ou que tem voz e esta não é ouvida, e mostra a importância do intelectual para abrir espaço de fala a este sujeito, tendo cuidado para que este não seja visto através de um ...



Disponível em:  
<https://www.google.com/search?q=spivak+pode+o+subalterno+falar>  
Acesso em 10.06.21

## **Crítica da razão negra- Achille Mbembe**

No livro Crítica da Razão Negra, Mbembe nos convida a pensar as diferenças e a própria vida com base numa reflexão sobre o mundo contemporâneo a partir da experiência negra, lembrando que a visão do negro no mundo de hoje foi construída pelo sistema escravista nos primórdios do colonialismo.



Disponível em:  
<https://www.google.com/search?q=cr%C3%ADtica+da+raz%C3%A3o+negra> Acesso em 10.06.21

## **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**

As Diretrizes apresentam um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

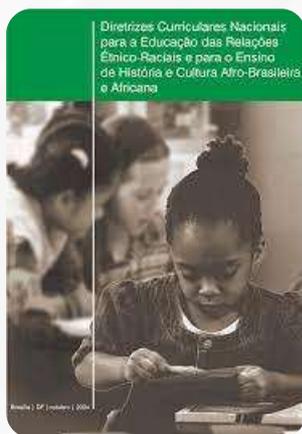


Imagem Disponível em:

[https://www.gov.br/inep/pt-br/imagens/acervo-linha\\_editorial/copy\\_of\\_diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_educacao\\_r\\_elacoes\\_etnico\\_raciais.jpg](https://www.gov.br/inep/pt-br/imagens/acervo-linha_editorial/copy_of_diretrizes_curriculares_nacionais_educacao_r_elacoes_etnico_raciais.jpg)

Acesso em 10.06.21

## **Direitos humanos e as práticas de racismo- Ivair Augusto Alves dos Santos**

O livro analisa a persistência de violação dos direitos humanos sob o olhar das práticas e situações de racismo envolvendo diversos grupos/segmentos da população negra. Discute as dificuldades de reconhecimento, proteção e promoção dos direitos humanos, em relação à população negra, independentemente de sua situação criminal ou não, alvo da violação dos direitos humanos, com maior persistência pelas forças policiais.



Imagem Disponível em:

<https://livraria.camara.leg.br/image/cache/catalog/capas/direitos-humanos-e-praticas-de-racismo-368x533.jpg>

Acesso em 10.06.21



## Obras de Arte



Imagem Disponível em: [https://georgialobo.com/wp-content/uploads/2017/02/IMG\\_6158.jpg](https://georgialobo.com/wp-content/uploads/2017/02/IMG_6158.jpg) Acesso em 10.06.21

**Geórgia Lobo, Badu, 2016, óleo sobre tela, 1,10 x 0,90**

Geórgia Lobo escolheu um tema precioso para esta série de pinturas expostas nessa individual: debruçada na sua própria origem e na Pintura, a artista levou para as telas personagens do seu cotidiano, envolvendo História social que precisa ser apresentada amplamente na sociedade.



**Geórgia Lobo, Celeste, 2017, óleo sobre tela, 1,10 x 1,10**

Imagem Disponível em: [https://georgialobo.com/wp-content/uploads/2017/02/IMG\\_6158.jpg](https://georgialobo.com/wp-content/uploads/2017/02/IMG_6158.jpg)Acesso em 10.06.21

Em rica história apurada durante o processo criativo das pinturas, Geórgia conseguiu poucas informações, diante das dificuldades enfrentadas por seus ancestrais. Por exemplo, ela conta que o médico André Ferreira dos Santos, filho de escravos, 12 irmãos, único na família a aprender a ler e escrever, caminhava mais de seis quilômetros para chegar à escola, estudava à luz de velas. Trabalhando como pedreiro conseguiu se formar em Farmácia e depois em Medicina e tornou-se um médico famoso em Piracicaba, cidade no interior de São Paulo.



Imagem Disponível em: [https://images.squarespace-cdn.com/content/v1/582f3eec15d5dbb6e5a5907b/1549647496129-11H6LQNLVM35C23EBYV4/IMG\\_E5341.JPG?format=1000w](https://images.squarespace-cdn.com/content/v1/582f3eec15d5dbb6e5a5907b/1549647496129-11H6LQNLVM35C23EBYV4/IMG_E5341.JPG?format=1000w)Acesso em 10.06.21

**Geórgia Lobo, Doidão, 2018, óleo sobre tela, 1,20 x 0,90**

Com história não muito diferente da de inúmeros brasileiros, Georgia abraçou fatos do passado para inspirar-se nessa recente produção pictórica.



**Isabel – 1,10 X 1,10 – óleo sobre tela – 2015**

Imagem Disponível em: [https://georgialobo.com/wp-content/uploads/2015/12/IMG\\_0678-1024x1024.jpg](https://georgialobo.com/wp-content/uploads/2015/12/IMG_0678-1024x1024.jpg) Acesso em 10.06.21

O propósito dessa exposição é mostrar, a quem quiser ver, a beleza de uma raça dentro de uma cidade igualmente especial, que é o Rio de Janeiro.

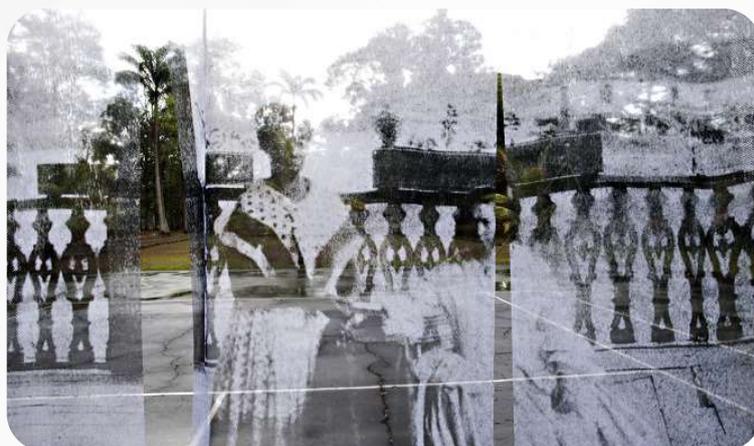


Imagem Disponível em [https://payload.cargocollective.com/1/19/624463/13688328/Filha-Natural--08-A---Aline-Motta----web\\_670.jpg](https://payload.cargocollective.com/1/19/624463/13688328/Filha-Natural--08-A---Aline-Motta----web_670.jpg) Acesso em 10.06.21

**Aline Motta, *Filha Natural*, 2018/2019**

Artista nascida em Niterói, no Rio de Janeiro, Aline Motta foi uma das vencedoras da última edição do Prêmio Marcantônio Vilaça. Sua produção artística é guiada por temas que se referem à sua própria biografia, traçando investigações sobre seus ancestrais que foram escravizados no Brasil Colônia, em formatos como a fotografia e a vídeo arte.



Imagem Disponível em <https://www.artequacontece.com.br/10-artistas-afrobrasileiros-que-discutem-o-racismo/> Acesso em 10.06.21

### **Paulo Nazareth, *Black neger, do projeto Cadernos de África, 2012/2013***

O artista Paulo Nazareth nasceu em Governador Valadares, Minas Gerais, e tem o corpo como seu principal objeto de pesquisa, trabalhando com uma diversidade de mídias. As temáticas que abarca em suas criações estão ligadas ao racismo, à decolonialidade e à violência, dentre outras questões que erguem uma voz combativa de resistência.



Imagem Disponível [https://www.select.art.br/wp-content/uploads/sites/12/2019/12/wynwood-panmela-castro-](https://www.select.art.br/wp-content/uploads/sites/12/2019/12/wynwood-panmela-castro-dsc5811-e1575464556638.jpg/)

[dsc5811-e1575464556638.jpg/](https://www.select.art.br/wp-content/uploads/sites/12/2019/12/wynwood-panmela-castro-dsc5811-e1575464556638.jpg/) Acesso em 10.06.21

### **Panmela Castro, *Woman Who Filmed Abuse By Police Officers is Beaten and Arrested, 2019***

A carioca Panmela Castro é mestre em práticas da arte contemporânea pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua produção passa por várias técnicas e formatos, mas é pelo grafitti que ela é mais conhecida. Seus trabalhos levantam discussões acerca da violência policial, do racismo, do direito das mulheres, dentre outras.



Imagem Disponível em

<https://media.ceert.org.br/portal-3/img/noticias/originais/20190702-lei-afonso-arinos-e-as-leis-antirracistas-num.jpg> Acesso em 10.06.21

As charges são gêneros discursivos como uma possível estratégia de ensinagem. Proporcionam ao professor explorar aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos de forma lúdica e pedagógica. Outra característica desse gênero textual é que possuem uma linguagem caricatural, através de quadrinhos e balões, expondo de forma irônica, situações baseadas em temas reais. Sendo assim, a utilização desse rico material em classe é extremamente importante, pois possibilita ao aluno diferentes táticas de leitura. De forma reflexiva e crítica, a análise discursiva da charge atribui a argumentação e a interpretação de maneira subjetivas do aluno, em que o mesmo impõe visões de mundo, de homem e de sociedade, conforme sua perspectiva social.



Imagem Disponível em [https://livreparaprotestar.artigo19.org/wp-content/uploads/2020/07/01\\_Brum\\_Marquinha.png](https://livreparaprotestar.artigo19.org/wp-content/uploads/2020/07/01_Brum_Marquinha.png) Acesso em 10.06.21



Imagem Disponível em <https://racismoambiental.net.br/wp-content/uploads/2020/09/racismo-violencia-pm-750x410.jpg> Acesso em 10.06.21

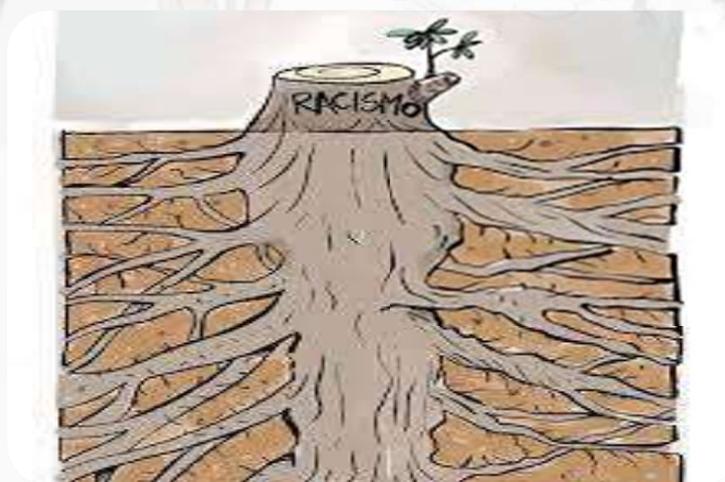


Imagem Disponível em <https://studyassistant-br.com/tpl/images/4445/8628/ed697.jpg> Acesso em 10.06.21



Imagem Disponível em <http://www.juniao.com.br/chargecartum/> Acesso em 10.06.21



## Música

### O Canto das 3 Raças – Clara Nunes

Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativoiro  
E de lá cantou  
Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou  
Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou  
E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor  
Ô, ô, ô, ô, ô, ô  
Ô, ô, ô, ô, ô, ô  
Ô,...



## A Carne- Elza Soares

A carne mais barata do mercado  
É a carne negra  
Tá ligado que não é fácil, né, mano?  
Se liga aí  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Só-só cego não vê  
Que vai de graça pro presídio  
E para debaixo do plástico  
E vai de graça pro subemprego  
E pros hospitais psiquiátricos  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Dizem por aí  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Que fez e faz história  
Segurando esse país no braço, meu irmão  
O cabra que não se sente revoltado  
Porque o revólver já está engatilhado  
E o vingador eleito  
Mas muito bem intencionado  
E esse país vai deixando todo mundo preto  
E o cabelo esticado  
Mas mesmo assim ainda guarda o direito  
De algum antepassado da cor  
Brigar sutilmente por respeito  
Brigar bravamente por respeito  
Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)  
De algum antepassado da cor  
Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar  
Se liga aí  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Na cara dura, só cego que não vê  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Na cara dura, só cego que não vê  
A carne mais barata do mercado é a carne negra  
Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano  
Negra, negra  
Carne negra  
É mano, pode acreditar  
A carne negra

Fonte: Musixmatch

Compositores: Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes Do Nascimento S

## **Sarará Miolo Gilberto Gil**

Ouvir "Sarará Miolo"  
na Amazon Music Unlimited (ad)  
sara, sara, sara, sarará  
sara, sara, sara, sarará  
sarará miolo

sara, sara, sara cura  
dessa doença de branco  
sara, sara, sara cura  
dessa doença de branco  
de querer cabelo liso  
já tendo cabelo louro  
cabelo duro é preciso  
que é para ser você, crioulo

Disponível em <https://www.lettras.mus.br/gilberto-gil/345133/> Acesso em 10.06.21

## **Racistas otários- Racionais MC's**

Racistas otários nos deixem em paz  
Pois as famílias pobres não aguentam mais  
Pois todos sabem e elas temem  
A indiferença por gente carente que se tem  
E eles vêm  
Com toda autoridade o preconceito eterno  
E de repente o nosso espaço se transforma  
Num verdadeiro inferno e reclamar direitos  
De que forma?  
Se somos meros cidadãos e eles o sistema  
E a nossa desinformação é o maior problema  
Mas mesmo assim enfim, queremos ser iguais  
Racistas otários nos deixem em paz  
Justiça  
Em nome disse eles são pagos  
Mas a noção que se tem  
É limitada e eu sei, que a lei  
É implacável com os oprimidos  
Tornam bandidos os que eram pessoas de bem  
Pois...

Disponível em <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/racistas-otarios.html> Acesso em 10.06.21



**Mulher do Fim do Mundo**  
**Elza Soares**

Ouvir "Mulher do Fim do M..."  
na Amazon Music Unlimited (ad)  
Meu choro não é nada além de carnaval  
É lágrima de samba na ponta dos pés  
A multidão avança como vendaval  
Me joga na avenida que não sei qualé

Pirata e super homem cantam o calor  
Um peixe amarelo beija minha mão  
As asas de um anjo soltas pelo chão  
Na chuva de confetes deixo a minha dor

Na avenida, deixei lá  
A pele preta e a minha voz  
Na avenida, deixei lá  
A minha fala, minha opinião

A minha casa, minha solidão  
Joguei do alto do terceiro andar  
Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida  
Na avenida, dura até o fim

Mulher do fim do mundo  
Eu sou e vou até o fim cantar

Meu choro não é nada além de carnaval  
É lágrima de samba na ponta dos pés  
A multidão avança como vendaval  
Me joga na avenida que não sei qualé

Pirata e super homem cantam o calor  
Um peixe amarelo beija minha mão  
As asas de um anjo soltas pelo chão  
Na chuva de confetes deixo a minha dor

Na avenida, deixei lá  
A pele preta e a minha voz  
Na avenida, deixei lá  
A minha fala, minha opinião

A minha casa, minha solidão  
Joguei do alto do terceiro andar  
Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida  
Na avenida, dura até o fim

Mulher do fim do mundo  
Eu sou, eu vou até o fim cantar  
Mulher do fim do mundo  
Eu sou, eu vou até o fim cantar, cantar

Eu quero cantar até o fim  
Me deixem cantar até o fim  
Até o fim, eu vou cantar  
Eu vou cantar até o fim

Eu sou mulher do fim do mundo  
Eu vou, eu vou, eu vou cantar  
Me deixem cantar até o fim

La la la laia la la laia  
La la la laia la la laia

Até o fim eu vou cantar, eu quero cantar  
Eu quero é cantar, eu vou cantar até o fim, la  
la la lara la lara laia  
Eu vou cantar, eu vou cantar  
Me deixem cantar até o fim

Me deixem cantar até o fim  
Me deixem cantar  
Me deixem cantar até o fim



## Histórias de luta e resistência

### **Aqualtune (c.1600-?) - Princesa e Comandante militar**

Nascida no Reino do Congo, Aqualtune era uma princesa que ocupou um importante papel na sua terra natal. Comandou um exército de 10 mil homens contra o Reino de Portugal defendendo seu território. Derrotada, foi vendida como escrava e trazida para Alagoas. No engenho onde estava como escrava ficou sabendo da existência do Quilombo dos Palmares e fugiu para o local levando consigo vários companheiros.



(Disponível em <https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/>

Acesso em 12.06.21)

## **Ângela Davis**

Ângela Davis é uma filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense. Desde a década de 1960, Davis luta pelos direitos da população negra e das mulheres nos Estados Unidos. Intelectualmente, ela é influenciada pelo marxismo e pela Escola de Frankfurt.



(Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/angela-davis.htm>  
Acesso em 12.06.21)

## **Sueli Carneiro (1950)**

Uma das mulheres negras mais importantes da atualidade no Brasil, Sueli Carneiro nasceu em São Paulo, é doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo e criadora do Geledés Instituto da Mulher Negra, um dos principais órgãos independentes de consciência racial no Brasil.



Imagem Disponível em:  
[https://www.ebiografia.com/biografia\\_personalidades\\_negras\\_importantes\\_historia/](https://www.ebiografia.com/biografia_personalidades_negras_importantes_historia/) Acesso em 10.10.21

## **Luís Gama (1830-1882) - escritor e ativista político**

Nascido na Bahia de uma liberta e de um português empobrecido, Luís Gama nasceu livre, mas foi vendido como escravo pelo pai que estava endividado. Foi para São Paulo aos 10 anos e trabalhou como escravo doméstico.

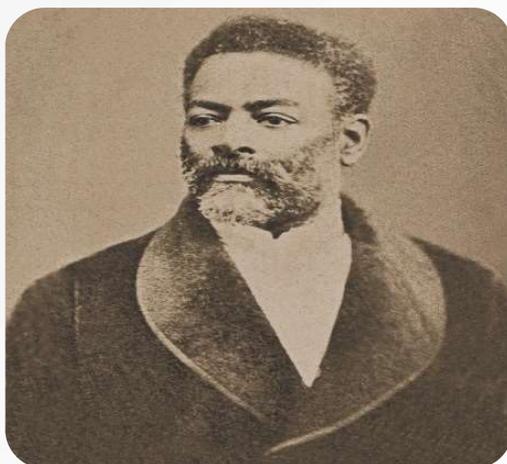


Imagem Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs\\_Gama](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Gama) Acesso em 10.10.21

## **5. Abdias do Nascimento (1914-2011) - intelectual, ator e político**

Nascido em Franca (SP), Abdias do Nascimento foi um grande precursor na vida artística e política do Brasil. Fundador do Teatro Experimental do Negro, em 1944, o Museu da Arte Negra e do IPEAFRO, nos anos 80, que se dedicou à pesquisa e à divulgação da história da África.

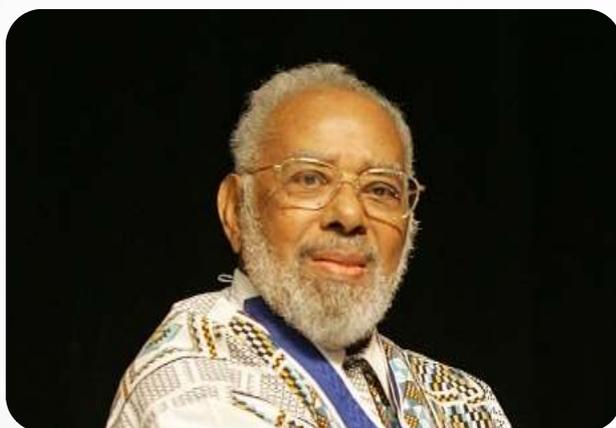


Imagem Disponível em: <https://observatoriodonegro.org.br/abdias-do-nascimento/> Acesso em 10.10.21



## Por uma infância sem racismo

Imagem Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/menina-sorridente-2995309/> Acesso em 10.10.21

### **Sinto o que Sinto - Lázaro Ramos**

Este livro tem como protagonista o personagem Dan, já conhecido entre os fãs do Mundo Bitá, e discute temas importantes para crianças e adultos – sentimentos, ancestralidade, pertencimento, diversidade cultural, aceitação e respeito às diferenças.



Imagem Disponível em: <https://www.indicalivros.com/livros/sinto-o-que-sinto-e-a-incrivel-historia-de-asta-e-jaser-lazaro-ramos> Acesso em 10.10.21

### **África Recontada para crianças – Avani Souza Silva**

Com muita criatividade, este livro nos convida a uma viagem pelas histórias contadas nos países africanos onde também se fala português. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.... Lá tem lobo, coelho, leão – e muitas outras aventuras.



Imagem Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/artecolube/2020/07/africa-recontada-para-criancas-traz-fabulas-tradicionais-em-linguagem-divertida> Acesso em 10.10.21

## **Bucala – A pequena princesa do Quilombo do Cabula**

Bucala: a pequena princesa do quilombo do cabula conta a história de uma linda princesa quilombola que tem o cabelo crespo em formato de coroa de rainha. Ela possui poderes que protegem o quilombo. Bucala voa no pássaro-preto, cavalga na onça suçuarana, mergulha no reino da rainha das águas doces e aprende toda a sabedoria dos reinos africanos com o sábio ancião bem-preto-de-barbicha-bem-branca.



Imagem Disponível em:

[https://www.ebiografia.com/biografia\\_personalidades\\_negras\\_importantes\\_historia/](https://www.ebiografia.com/biografia_personalidades_negras_importantes_historia/)

Acesso em 10.10.21

## **Meu Crespo é de rainha- Bel Hooks**

Publicado originalmente em 1999 em forma de poema rimado e ilustrado, esta delicada obra chega ao país pelo selo Boitatá, apresentando às meninas brasileiras diferentes penteados e cortes de cabelo de forma positiva, alegre e elogiosa. Um livro para ser lido em voz alta, indicado para crianças a partir de três anos de idade - e também mães, irmãs, tias e avós - se orgulharem de quem são e de seu cabelo 'macio como algodão' e 'gostoso de brincar'.



Imagem Disponível em

: <https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/81jfRH+wdXL.jpg>

Acesso em 10.10.21

## **Meninas Negras – Madu Costa**

Griot é o contador de histórias africano que passa a tradição dos antepassados de geração em geração. O objetivo da Coleção Griot Mirim, que tem entre seus títulos "Meninas negras", é trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil...

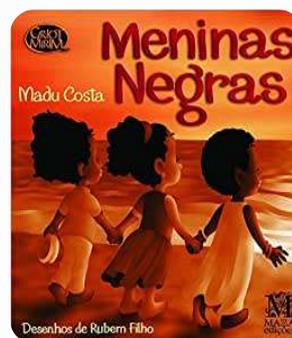


Imagem Disponível em

: <https://belezablackpower.com.br/2016/09/27/leia-autores-negros-madu-costa/> Acesso em 10.10.21



## Poesias

### **Negro forro, de Adão Ventura**

Minha carta de alforria  
não me deu fazendas,  
nem dinheiro no banco,  
nem bigodes retorcidos.  
Minha carta de alforria  
costurou meus passos  
aos corredores da noite  
de minha pele

## **Sou Negro, de Solano Trindade**

Sou negro  
meus avós foram queimados  
pelo sol da África  
minh`alma recebeu o batismo dos tambores  
atabaques, gongôs e agogôs  
Contaram-me que meus avós  
vieram de Loanda  
como mercadoria de baixo preço  
plantaram cana pro senhor de engenho novo  
e fundaram o primeiro Maracatu

Depois meu avô brigou como um danado  
nas terras de Zumbi  
Era valente como quê  
Na capoeira ou na faca  
escreveu não leu  
o pau comeu  
Não foi um pai João  
humilde e manso  
Mesmo vovó  
não foi de brincadeira  
Na guerra dos Malês  
ela se destacou

Na minh`alma ficou  
o samba  
o batuque  
o bamboleio  
e o desejo de libertação

## **Encontrei minhas origens, de Oliveira Silveira**

Encontrei minhas origens  
em velhos arquivos  
livros  
encontrei  
em malditos objetos  
troncos e grilhetas  
encontrei minhas origens  
no leste  
no mar em imundos tumbeiros  
encontrei  
em doces palavras  
cantos  
em furiosos tambores  
ritos  
encontrei minhas origens  
na cor de minha pele  
nos lanhos de minha alma  
em mim  
em minha gente escura  
em meus heróis altivos  
encontrei  
encontrei-as enfim  
me encontrei



## **Integridade, de Geni Mariano Guimarães**

Ser negra,  
Na integridade  
Calma e morna dos dias.  
Ser negra,  
De carapinhas,  
De dorso brilhante,  
De pés soltos nos caminhos.  
Ser negra,  
De negras mãos,  
De negras mamas,  
De negra alma.  
Ser negra,  
Nos traços,  
Nos passos,  
Na sensibilidade negra.  
Ser negra,  
Do verso e reverso,  
Do choro e riso,  
De verdades e mentiras,  
Como todos os seres que habitam a terra.



## Me gritaram negra, de Victoria

Santa Cruz  
Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra!  
"Por acaso sou negra?" – me disse  
sim!  
"Que coisa é ser negra?"  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que  
aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios  
grossos  
e mirei apenas minha carne tostada  
E retrocedi  
Negra!  
E retrocedi . . .  
Negra! Negra! Negra! Negra!

Negra! Negra! Neeegra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga  
E como pesava!...  
Alisei o cabelo,  
Passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre  
ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia ,  
retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra!  
E daí?  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
Negra!  
Sim



Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo  
Não quero  
E vou rir daqueles,  
que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum disabor  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
negra  
E como soa lindo!  
negro  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro  
Afinal  
Afinal compreendi  
afinal  
Já não retrocedo  
afinal  
E avanço segura  
afinal  
Avanço e espero  
Afinal

E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor  
E já compreendi  
afinal  
Já tenho a chave!  
negro negro negro negro  
negro negro negro negro  
negro negro negro negro  
negro negro  
Negra sou!



## O racismo velado por trás das palavras

A COISA TA PRETA **HUMOR NEGRO** NEGUINHO  
COR DE PELE **CRIADO MUDO** **CABELO RUIM**  
**COR DO PECADO**  
**FAZER NAS COXAS** MORENINHO  
DENEGRIR **QUEIMADINHO** **INVEJA BRANCA**

### Feito nas coxas- Sinônimo Mal feito

Antigamente, as telhas das casas eram moldadas nas coxas dos escravizados e como eles tinham corpos diferentes, as telhas não ficavam no mesmo formato e, por isso, estariam malfeitas por ficarem irregulares e mal encaixadas.

### Criado mudo – Sinônimo Mesa de cabeceira

Era o escravizado que ficava em pé, ao lado da cama a noite inteira em silêncio, normalmente segurando água e objetos para servir os senhores”.

### A dar com pau – Sinônimo bastante

Expressão originou nos navios negreiros, quando escravizados negavam-se a comer durante a travessia até o Brasil, pois preferiam morrer a serem escravizados. Estes eram alimentados à força, por uma espécie de colher que lhe era colocada na boca e se jogava a comida.

### Criado Mudo – Sinônimo - mesa de Cabeceira

Era o escravizado que ficava em pé, ao lado da cama a noite inteira em silêncio, normalmente segurando água e objetos para servir os “senhores”.

### **Mulata - Sinônimo Pardo ou Parda**

A palavra se refere à mula, um animal originado do cruzamento de burro com égua. Na época da escravização, muitas escravizadas eram abusadas pelos "senhores" e acabavam engravidando. Os filhos eram chamados de mulatos por serem o resultado do cruzamento de um homem branco com uma mulher negra. Torna-se ainda mais pejorativa quando se diz "mulata tipo exportação".

### **Samba do Crioulo Doido – Sinônimo Confusão**

Empregada com tom satírico foi título do samba que ironizava a obrigatoriedade de as escolas de samba retratarem fatos do país nos tempos da ditadura. No entanto, a expressão racista, reafirma um estereótipo negativo aos negros.

### **Crioulo/Negão– Sinônimo Preto/Negro**

**Era a designação do filho de escravizados, é um termo extremamente pejorativo e discriminador do indivíduo negro ou afrodescendente.**

### **Negra (o) traços finos – Sinônimo Bonita (o)**

A mesma lógica do clareamento, tratando o que está fora da estética eurocêntrica como incomum, ou a beleza mais próxima a essa estética como bonita.

### **Samba do crioulo doido – Sinônimo Confusão**

Empregada com tom satírico foi título do samba que ironizava a obrigatoriedade de as escolas de samba retratarem fatos do país nos tempos da ditadura. No entanto, a expressão racista, reafirma um estereótipo negativo aos negros.

### **Nhaca – Sinônimo - Sujeira forte, odor**

**Desde o português do Brasil colônia vem sendo usada para referir-se ao mal cheiro, forte odor, no entanto Inhaca é uma Ilha de Maputo, em Moçambique, onde vivem até hoje os povos Nhacas, um povo Ban.**

### **Doméstica – Trabalhadora, Secretária do lar, Funcionária**

**O termo possui origem nas mulheres negras que trabalhavam dentro da casa das famílias brancas e eram consideradas domesticadas. Isso porque os negros eram vistos como animais e por isso precisavam ser domados.**

### **Cabelo ruim duro/pixaim/cabelo de palha de aço – Sinônimo - Cabelo Afro, Crespo, Cacheado**

**Termos depreciativos ao cabelo afro, negando a beleza existente.**



## Racismo Escamoteado por trás das Publicidades

Imagem Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/segurando-holding-masculino-macho-8898614/> Acesso em 10.10.21

### **DOVE BRITÂNICA FAZ CAMPANHA EQUIVOCADA E É ACUSADA DE RACISMO**

Atualizado: 11/10/2017 - 15:38

Por: Jonas Carvalho

Texto informado pelo site



### **Campanha publicitária da Dove é acusada de racismo nas redes sociais**

Imagem Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/dove-britanica-faz-campanha-equivocada-e-e-acusada-de-racismo/> Acesso em 10.10.21

A marca de cosméticos Dove está sendo acusada de racismo nas redes sociais no Reino Unido. Tudo por causa de uma campanha bastante infeliz que mostra uma sequência de fotos em que uma modelo negra fica branca para remeter a eficiência do sabonete.

## **CRIANÇA ESPERANÇA**

Texto informado pelo site

Vídeo no link: <https://www.youtube.com/watch?v=qmYucZKoxQA>



A Globo foi acusada de usar crianças negras para falar sobre racismo em um vídeo do programa. Nas imagens, crianças leem frases racistas para uma atriz negra, sendo que boa parte das crianças também é negra.

## **DEVASSA**

Texto informado pelo site



Imagem Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-kirin-pode-ser-punida-por-publicidade-da-devassa/>  
Acesso em 10.10.21

A cerveja Devassa teve uma propaganda acusada de sexista e racista, o que levou à abertura de um processo administrativo pelo Ministério da Justiça, em 2013. O anúncio da Devassa Tropical Dark, veiculado entre 2010 e 2011, trazia uma ilustração de uma mulher negra, em pose sensual e com um vestido de gala com as costas abertas, junto à mensagem "É pelo corpo que se conhece a verdadeira negra."

## **RIACHUELO- CAMPANHA PUBLICITÁRIA RACISTA**

Por Paula Bezerra

Publicado em: 07/03/2014 às 15h18.

Alterado em: 13/09/2016 às 15h16

Texto informado pelo site



Imagem Disponível em: <https://exame.com/marketing/internautas-acusam-campanha-da-riachuelo-de-racista>  
Acesso em 10.10.21

A rede de lojas de departamento Riachuelo foi alvo de denúncias por racismo, ao publicar uma campanha em que uma mulher negra servia uma branca.

## **BOMBRIL ALVO DE DENÚNCIA RACISTA**

Texto divulgado pelo site



Imagem Disponível em: <https://exame.com/marketing/10-acoes-publicitarias-acusadas-de-promover-racismo/>  
Acesso em 10.10.21

A Bombril recebeu uma denúncia da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial em 2012, pela campanha "Mulheres que Brilham". A polêmica ocorreu, pois o logo da marca estava sobre os cabelos de uma caricatura de mulher negra, o que acabou remetendo o produto da empresa aos cabelos crespos.



## Ninguém nasce odiando o outro...

Imagem Disponível em: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/menino-negro-sorridente-na-sala-de-aula-5905866/>  
Acesso em 10.10.21

Conforme vimos, o Brasil é marcado historicamente pela opressão e servilismo à escravidão das populações negra e indígena, que padeceram e sofrem as consequências históricas dos processos escravocratas. As nações europeias deixaram marcas profundas de um período sombrio de preconceito e discriminação, devido ao racismo e exploração dos territórios africanos. Contudo, na contemporaneidade, ainda se nota no país a falta de igualdade de direitos entre os povos africanos e afrodescendentes devido ao preconceito e a discriminação racial nos espaços de poder.

A falta desses direitos se apresenta em diversas esferas da sociedade seja nas instituições de ensino, em repartições públicas e privadas, nos estádios de futebol, na religião, na política, dentre outros setores.

As cicatrizes do modelo escravocrata e colonialista, marcadamente eurocêntrica, solidificou o racismo como metodologia de diferenciação não só de pessoas de fenótipos peculiares, mas também pela forma de avalizar a opressão de classe, de depreciação do trabalho e constituição do imaginário do (a) negro (a) brasileira. Sendo assim, o racismo tornou-se elemento estrutural frente a sociedade brasileira.

Diante disso, faz-se necessário medida de reparação histórica e a mobilização de todos os seguimentos da sociedade no combate ao racismo, pois, entendemos que combater essa prática, lutar pela desigualdade social e racial, educar para a educação étnico racial não é uma tarefa somente da escola, embora também perpassa por ela, mas, todos nós somos convocados a tomar atitudes que revertam esse quadro que já perdura a um bom tempo. Nesse sentido, sugerimos por meio de ações comprometidas com a promoção do ser humano na sua integralidade, atitudes que possam estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Outrossim, políticas públicas que possam contribuir para o conhecimento das histórias de lutas da população afro descendentes, num projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual e equânime.

Destarte, o que queremos é fazer deste Guia Básico uma possibilidade menos acadêmica, com uma linguagem mais acessível, para ser leve, além disso, o documento facilitará o uso pelos professores para construção de uma educação antirracista e, também para toda à sociedade.

É com esse pensamento que esperamos que a proposta deste Guia Antirracismo municie os professores da educação básica, do nível superior e toda sociedade de elementos que possam colaborar para fomentar discussões, debates, pesquisas, busca constante de informações e conhecimentos em relação ao combate ao preconceito racial e igualdades de direitos entre negros e brancos. Almejamos ainda, que os professores possam utilizar esse Guia no planejamento de suas aulas de forma prática e lúdica.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ações publicitárias acusadas de promover racismo. Disponível em: <https://exame.com/marketing/10-acoes-publicitarias-acusadas-de-promover-racismo/> Acesso em 25.06.21.

Artistas afro-brasileiros que discutem o racismo. Disponível em: <https://www.artequacontece.com.br/10-artistas-afrobrasileiros-que-discutem-o-racismo/>. Acesso em 11.06.21.

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/cartilha-racismo-e-crime-denuncie> Acesso em 01.07.21

BRASIL, Secretaria da Justiça e Cidadania. O racismo por trás das palavras. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Dove britânica faz campanha equivocada e é acusada de racismo. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/dove-britanica-faz-campanha-equivocada-e-e-acusada-de-racismo/> Acesso em 24.06.21.

Geledés – Instituto da Mulher Negra e pelo Cfmea & Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Coord). Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional, 2014.

GOLDBERG, D. T. Modernity, race and morality. In: ESSED, P.; GOLDBERG, D. T. (Orgs.). Race critical theories, text and context. Malden/Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 283-306.

IBGE, Características Étnico-Raciais da População: um estudo das categorias de classificação raça ou cor. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

MARTINS, A. R. N. Racismo e imprensa – argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: SANTOS, I. A. (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 179-207.

NUNES, S. S. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito sutil. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Psicologia. São Paulo, 2010.

O Negro no Rio", de Geórgia Lobo, é um marco do antirracismo. Disponível em <<https://www.atelier.guide/home/o-negro-no-rio-de-georgia-lobo-um-marco-do-antirracismo>> Acesso em 17.05.21.

Mulheres negras que fizeram história. Disponível em <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/8-mulheres-negras-que-fizeram-historia-no-brasil/>> Acesso em 14.06.21

Mulheres negras inspiradoras. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/mulheres-negras-inspiradoras/>> Acesso em 14.06.21

Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas. Congresso Internacional de História. 27 a 29 de setembro de 2016. JATAÍ-GO, UFG-Regional-JATAÍ.

Personalidades negras brasileiras. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/>> Acesso em 14.06.21.

Propaganda acusada de racismo. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/listas/propagandas-acusadas-de-racismo.htm>> Acesso em 25.06.21.

Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras. **Diversidade e Equidade**. Pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Disponível em: <[https://palasathena.org.br/arquivos/infancia\\_e\\_adolescencia\\_UNICEF.pdf](https://palasathena.org.br/arquivos/infancia_e_adolescencia_UNICEF.pdf)> Acesso em 28.06.21.

WEST, C. A genealogy of modern racism. In: ESSED, P.; GOLDBERG, D. T. (Orgs.). **Race critical theories, text and context**. Malden/Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 90-112.